

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS
MESTRADO EM DIREITO ECONÔMICO

ANDREZZA RODRIGUES NOGUEIRA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR URBANA A
PARTIR DAS RELAÇÕES DE GÊNERO: em busca de legitimação e equidade

João Pessoa
2013

ANDREZZA RODRIGUES NOGUEIRA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR URBANA A PARTIR DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO: em busca de legitimação e equidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração em Direito Econômico, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Doutor Narbal de Marsillac Fontes

João Pessoa
2013

ANDREZZA RODRIGUES NOGUEIRA

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO FAMILIAR URBANA A PARTIR DAS
RELAÇÕES DE GÊNERO: em busca de legitimação e equidade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, área de concentração em Direito Econômico, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Doutor Narbal de Marsillac Fontes

Data de Aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof. Dr. Narbal de Marsillac Fontes (UFPB)

Examinadora Interna: Prof^ª. Dra. Maria Áurea Baroni Cecato (UFPB)

Examinadora Interna: Prof^ª. Dra. Maria Luiza Pereira de Alencar Feitosa (UFPB)

Examinadora Externa: Prof^ª. Dra. Allene Carvalho Lage (UFPE)

RESUMO

Este estudo analisa o lugar social atribuído às mulheres nos sistemas de produção familiar urbana. Para isso, além da pesquisa teórica empreendida, foi realizado um estudo de caso comparado com dois sistemas produtivos familiares urbanos na cidade de Caruaru/PE que realizam atividades historicamente desempenhadas por mulheres: o artesanato do barro e a confecção de roupas, por meio da facção. De acordo com a literatura discutida, apesar da contribuição e da crescente participação feminina no mundo trabalho, esta atuação ainda ocorre de maneira hierarquizada, desigual e pouco valorada, quando comparada ao trabalho masculino. Isto ocorre por influência dos traços do sistema patriarcal e da recorrente divisão sexual do trabalho contida nas relações de gênero que, ao longo da história constituíram-se enquanto relações de poder, na forma da dominação masculina perpassando as diversas instituições sociais. Nessa conjuntura, faz-se necessário compreender as relações de gênero no mundo do trabalho de maneira a dar visibilidade ao importante papel desempenhado pela mulher. Diante de tal quadro sócio-histórico, a luta pelos direitos econômicos e sociais das mulheres tem por desafio, além de garantir a equidade formal, encontrar caminhos possíveis dentro de sua competência para promover a igualdade material entre mulheres e homens. Neste sentido, defende-se que a autonomia econômica e a participação efetiva das mulheres na economia é um fator importante para seu empoderamento. O quadro metodológico escolhido foi o Método do Caso Alargado que se propõe a ampliar as compreensões do estudo de caso comum para o âmbito da sociedade. Assim, foi realizado um estudo de caso comparado que teve os dados coletados em campo analisados por meio da técnica de Análise de Conteúdo. As conclusões revelam um rico espaço de debates em meio à nova configuração das relações laborais, processo marcado por impactos decorrentes da globalização em que elementos do capitalismo e do patriarcado se combinam e demonstram a complexidade da sociedade contemporânea que interfere no cotidiano de mulheres e homens de forma desigual. Assim, estudar essas transformações auxilia na identificação de eventos e processos que causam consequências relevantes na vida social e possibilitam estudar caminhos para a superação das desigualdades existentes.

Palavras-chave: Relações de Gênero. Trabalho da Mulher. Produção familiar urbana. Direitos econômicos e sociais.

ABSTRACT

This study analyzes the role assigned to women in production systems involving urban families. For such, besides the theoretical research, a case study was conducted, comparing two family production systems in Caruaru / PE, which perform activities historically undertaken by women: the craft of clay and the making of clothes, through faction. According to the literature, despite the contribution and increasing female participation in the labor world, this participation still occurs in a hierarchical, unequal and less valued manner compared to their male counterparts. This occurs due to the influence of the patriarchal system and the continued sexual division of labor present in gender relations that throughout history constituted power relations in the form of male domination and permeated various social institutions. Within this context, it is necessary to understand gender relations in the workplace in order to give visibility to the important role played by women. Faced with such socio-historical context, the struggle for economic and social rights of women has the challenge to, beyond ensuring formal equality, finding possible paths to promote substantive equality between women and men. Hence, it is argued that economic empowerment and effective participation of women in the economy is an important factor for their empowerment. The methodological framework was the Extended Case Method, which aims to broaden the understanding of the case study to the general framework of society. Thus, we performed a case study that compared the data collected in the field and analyzed it by the technique of content analysis. The findings reveal a rich field of debate amid new configurations of labor relations, a process marked by impacts of globalization in which elements of capitalism and patriarchy combine each other and show the complexity of contemporary society that unevenly interferes in the daily life of women and men. Therefore, to study these changes help identifying events and processes that cause important consequences in social life and allow conceiving ways to overcome existing inequalities.

Key-words: Gender Relations. Women Labor. Urban Familiar Production. Social and Economical Rights.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER	12
1.1 A complexa relação entre gênero e poder	12
1.1.1 Gênero, família e trabalho	20
1.1.2 A manutenção da divisão sexual do trabalho	25
1.2 As transformações no mundo do trabalho: o lugar do feminino	32
1.2.1 O trabalho no capitalismo contemporâneo em tempos de flexibilização	33
1.2.2 O debate sobre a feminização do trabalho	38
2 DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DAS MULHERES	44
2.1 A contribuição dos tratados internacionais de direitos humanos sobre os direitos das mulheres	44
2.2 O papel da OIT na proteção/promoção dos direitos das mulheres	52
2.3 A incorporação dos direitos sociais e econômicos no ordenamento jurídico brasileiro	56
3 CAMPO EMPÍRICO: Sistemas de produção familiar urbana	62
3.1 Metodologia	63
3.1.1 Método de pesquisa	64
3.1.3 Delimitação e local da pesquisa	66
3.1.4 Coleta de dados e fontes de informação	67
3.1.5 Diário de campo	68
3.1.6 Análise e Sistematização de Dados	69
3.2 O sistema de produção das famílias de faccionistas do polo de confecções de Caruaru ...	69
3.2.1 Notas sobre a Facção	69
3.2.2 A cidade Caruaru no setor de Confecções	71
3.2.3 A produção familiar por facção	74
3.3 O sistema de produção familiar do artesanato do barro do Alto do Moura	80
3.3.1 Notas sobre o artesanato	80
3.3.2 A Comunidade do Alto do Moura	84
3.3.3 A produção familiar do artesanato	87
4 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS	96
4.1 Sobre as relações de gênero e o papel da mulher no trabalho	96
4.1.1 Entrada e permanência da atividade	97
4.1.2 Estrutura, produção e comercialização	102
4.2 Sobre as transformações no mundo do trabalho	105
4.2.1 Novas formas de trabalho	105
4.2.2 Autonomia <i>versus</i> precarização	111
4.3 Sobre os Direitos Econômicos e Sociais das mulheres	112
4.3.1 Manutenção de desigualdades	113
4.3.2 Seguridade Social	115
CONCLUSÕES	119

REFERÊNCIAS	122
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada.....	130
APÊNDICE B – Notas do Campo	131
ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	183

INTRODUÇÃO

A forma de viver de mulheres e homens não é resultado de um determinismo biológico, mas das complexas interações histórico-sociais. Elas e eles fazem parte de grupos sociais envolvidos em relações intrincadas que estabelecem as condições materiais e subjetivas de cada grupo, as chamadas relações de gênero. No entanto, historicamente, essas relações se constituíram de forma desigual, como modo de dominação masculina e correspondente subalternização feminina. Uma forma usual e recorrente de subordinação é a divisão sexual do trabalho, na qual foi separado o trabalho produtivo (espaço público destinado aos homens) do trabalho reprodutivo (espaço privado destinado às mulheres).

Com as transformações recentes da globalização, tais como a mundialização da economia e dos mercados, os avanços tecnológicos e a reestruturação produtiva, houve um processo de reconfiguração das relações sociais, acarretando consequências no mundo do trabalho e no lugar das mulheres nesse espaço, na perspectiva das relações de gênero, em escala global. O Brasil foi dos países atingidos por essa nova dinâmica do capitalismo.

Fazendo-se um recorte social e geopolítico, é possível tentar compreender as repercussões e os impactos desse processo na cidade de Caruaru, no Estado de Pernambuco. Caruaru pode se revelar um campo importante de pesquisa por alguns motivos relevantes, entre eles a sua forte e crescente economia, com setores econômicos destacados no Estado, como o comércio, o artesanato, a indústria (produtos alimentícios e confecções), o turismo (de serviços e também de eventos), além do setor da construção civil. Dentre estes, duas atividades apresentam marcante atuação da mão-de-obra feminina, no interior dos sistemas de produção familiar urbana, quais sejam: o setor do artesanato em barro e o setor de confecções.

A produção do artesanato em barro é uma das atividades produtivas mais reconhecidas na cidade. Há a figura do mestre, imortalizado na figura do Mestre Vitalino, na comunidade do Alto do Moura. São famílias inteiras dedicadas a este ofício, sendo que ao homem é conferido o papel de criador, mestre e responsável pelo processo criativo. Às mulheres, cabe a reprodução dessa tecnologia, sem muitas vezes conhecer ou manejar o processo produtivo por completo.

O setor de confecções é alimentado por inúmeras famílias que trabalham com facção, atividade informal do setor, que suprem as demandas das muitas fábricas da cidade e da região. Geralmente as facções são feitas por mulheres chefes de família que buscam uma

alternativa de emprego no mercado de trabalho. Costureiras que encontram neste modo de produzir um meio de cuidar da família, sem sair do ambiente doméstico e também garantir renda para seu sustento. Trata-se de um tipo de terceirização, aliado à flexibilização, no qual as empresas, detentoras dos meios de produção, contratam os serviços das costureiras apenas para montarem as peças de roupa, sem estabelecer com elas qualquer vínculo empregatício, significando uma redução nos custos sociais, com todas as consequências decorrentes da falta de proteção, e igualmente nos custos de transação, como verbas indenizatórias e direitos trabalhistas. Esta é a solução comum que as fábricas de médio e grande porte da cidade e região encontraram para otimizarem a fabricação.

O problema desta investigação tratou da organização da produção familiar urbana em Caruaru, na perspectiva das relações de gênero, bem como o papel da mulher nessa estrutura econômica e social e a questão do domínio das tecnologias de produção. Dessa maneira a pesquisa se desenvolveu em torno de seguinte pergunta:

Qual o lugar social das mulheres na estrutura de produção familiar urbana e como se determinam as relações de gênero nesse espaço?

Nesta perspectiva, pesquisa ora proposta teve como objetivo **analisar o lugar social das mulheres na estrutura de produção familiar urbana e como se determinam as relações de gênero nesse espaço**. Tendo como objetivos específicos: (I) Analisar os fenômenos que determinam os tipos de relações de gênero na estrutura de produção familiar; (II) Discutir a questão do domínio das tecnologias no âmbito da produção familiar urbana; (III) Compreender o impacto da (in)visibilidade social do trabalho da mulher; (IV) Propor, a partir dessas reflexões, modos de inclusão e de equidade que reduzam as desigualdades laborais, sociais e econômicas decorrentes da condição da mulher, nomeadamente no que tange ao domínio das tradicionais e das novas tecnologias.

A despeito do aumento da participação da mulher na economia, sua atuação ainda é marginalizada e pouco valorada, mesmo sendo ela a detentora da maior quantidade de encargos sociais e familiares. Isto revela a importância da discussão dos direitos econômicos e sociais das mulheres, diante dos desafios da contemporaneidade.

Neste sentido, o estudo se justificou para contribuir com a compreensão das relações de gênero no mundo do trabalho de modo a possibilitar a visibilidade do trabalho da mulher em tais espaços. A nova configuração das relações laborais que repercute também na produção familiar marcada por impactos decorrentes da globalização, tais como a terceirização, a flexibilização e a precarização das relações trabalhistas, demonstram a complexidade da sociedade contemporânea. Dessa maneira, estudar essas transformações em

âmbito local permite identificar eventos e processos que causam impactos na vida social.

Este estudo revelou-se ainda, como um mecanismo de aproximação da universidade pública com algumas questões sociais, econômicas e políticas que afetam a sociedade na qual se insere de modo a criar canais de diálogos, interações e aprendizagens múltiplas, que fortalecem a relação Universidade/Sociedade. Nesta perspectiva, a investigação colabora com o desenvolvimento de estudos que possam compreender a dinâmica social, ora contribuindo para a sua transformação, ora sendo transformada por ela.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, foi delineado o quadro teórico da pesquisa, no qual se discutem os conceitos, os questionamentos, as perspectivas e as reflexões históricas e teóricas que integram esta parte da pesquisa. Inicialmente, tem-se como maior preocupação trazer conceitos fundamentais para o entendimento das relações de gênero enquanto processo histórico-social configurando-se em uma forte divisão nas relações de poder entre homens e mulheres. Tal separação está fundamentada no processo de naturalização da subordinação feminina, expresso principalmente em elementos do sistema patriarcal que influenciou ao longo do tempo os papéis atribuídos ao gênero – na família, no trabalho e na vida social. A manutenção da divisão sexual destaca-se enquanto mecanismo de desvalorização e (in)visibilidade do trabalho feminino (produtivo e reprodutivo) que tem influenciado a inserção das mulheres nos espaços laborais ao longo do tempo.

No segundo capítulo, são apresentados os diversos caminhos percorridos para a legitimação das garantias legais para as mulheres em suas exigências de equidade e justiça de gênero, nomeadamente no tocante a realização de seus direitos econômicos e sociais conquistados nas esferas internacional e local, a fim de identificar e debater os resultados e reflexos pela tutela dos direitos da mulher. E por fim, apresenta-se o atual contexto das transformações no mundo do trabalho – diante da globalização e das novas formas de trabalho - e suas consequências para as mulheres que tem ingressado maciçamente nos espaços laborais, gerando um processo conhecido como feminização do trabalho.

No terceiro capítulo revela-se o caso empírico que foi enfrentado por meio de dois estudos de caso em Caruaru/PE: o sistema de produção das famílias de artesãos de barro do Alto do Moura e os sistemas de produção das famílias de faccionistas do polo de confecções de Caruaru. A pesquisa de campo teve o intuito de explorar, identificar, explicar e refletir sobre as formas de organização de trabalho desses sistemas verificando os papéis/funções/atividades atribuídas às pessoas do núcleo familiar e produtivo. O estudo destas duas unidades de investigação conduziu a respostas mais generalizantes sobre as

relações de gênero e, bem assim, sobre a situação da mulher nos novos processos produtivos e na apropriação das novas tecnologias, bem como na preservação das técnicas tradicionais, como meio de igualdade, de inserção sociolaboral e de inclusão social, bem como a relação entre a realidade local e a efetivação de direitos das mulheres. Nesta parte, traz-se a metodologia de pesquisa empreendida que proporcionou a investigação e o levantamento dos dados e informações necessárias para a análise do caso em diálogo com a teoria estudada.

E no quarto capítulo, baseando-se na pesquisa empírica e no quadro teórico, são aqui apresentados os elementos que são compartilhados e os elementos que distinguem os sistemas produtivos estudados. E a partir da comparação das considerações feitas sobre suas respectivas formas de organização, sobre as falas dos sujeitos e seus comportamentos foi elaborada uma análise que possibilitou caminhos de compreensão do universo dos sistemas de produção familiar urbana na cidade de Caruaru.

1 AS RELAÇÕES DE GÊNERO E O TRABALHO DA MULHER

As relações de gênero são na essência relações de poder que, devido à constituição de uma sociedade enraizada no patriarcalismo, engendraram profundas desigualdades entre homens e mulheres, com sobreposição do masculino. Essa dominação se constituiu, historicamente, em forma de opressão e de subordinação, presente nas diversas sociedades, de variadas maneiras. No campo da ciência, da religião, da política, da economia e do jurídico, as mulheres ainda hoje exercem papéis secundários, em estruturas hierarquizadas e muitas vezes excludentes. Uma forma usual e recorrente de subordinação é a divisão sexual do trabalho, com a separação o trabalho produtivo (espaço público destinado aos homens) do trabalho reprodutivo (espaço privado destinado às mulheres), desse modo, o ingresso e a participação feminina no mundo do trabalho não estão sujeitos às mesmas condições oferecidas aos homens. Assim, apesar dos direitos e oportunidades alcançadas no campo público, as mulheres necessitam acumular o trabalho remunerado com o trabalho no lar, prejudicando a sua formação e dificultando o acesso ao trabalho em igualdade de condição com os homens.

1.1 A complexa relação entre gênero e poder

O gênero é uma categoria sociocultural, historicamente construída para analisar as relações e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Inicialmente tratado para abranger a questão da mulher, no final do século XX passou a adquirir novo sentido, sob forte influência das interlocuções com os movimentos sociais, sendo incorporado pelo feminismo nos anos de 1970. A introdução desse novo conceito contribuiu para o incremento de novas perspectivas sobre a condição de subordinação e de opressão feminina, evidenciando que as diferenças sociais e culturais que desprestigiavam as mulheres não decorrem de bases biológicas, mas de um processo aprendido em sociedade, portanto, passível de ser revertido. (BRUSCHINI, 1990; SANTOS, L., 2008).

Historicamente, a produção científica feminista realizada do século XVIII até o início do século passado não apresentava um ângulo relacional sobre o gênero. Algumas teorias constituíam sua lógica a partir de analogias da oposição binária masculino/feminino, enquanto

outras ainda reconheciam a “questão feminina” como formulação de uma identidade sexual subjetiva. Somente a partir da utilização do conceito de gênero é que se passou a fazer referência às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres, assim, gênero deixa de ser o sexo biológico para se converter em “categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

A categoria gênero tem três características principais. Por um lado, é descritiva, já que por meio dela podemos conhecer as características da sociedade. Por outro, é analítica, uma vez que nos permite interpretar as relações entre homens e mulheres, e por último, é política, por que nos oferece ferramentas para a transformação. Essa última característica é que confere à teoria de gênero conteúdo mais revolucionário: a possibilidade de questionar e mudar princípios que são apresentados como naturais – sem sê-lo – e, portanto, sem possibilidade de questionamento (TEJEDOR, 2007, p. 63).

Essa nova compreensão possibilitou a superação do paradigma do determinismo biológico e sua análise na dimensão material no âmbito das relações sociais, permitindo o diálogo com outras categorias, como patriarcado, poder, classe, raça, etnia, idade, entre outros (BRUSCHINI, 1990; INÁCIO, 2009; SAFFIOTI, 1987; SCOTT, 1995). Assim, quando se fala em gênero, não se está discutindo um estado natural da condição de homens e mulheres, mas um campo no qual o poder é articulado sobre as relações humanas em torno de um sujeito historicamente situado, capaz de ser estudado em várias áreas do conhecimento. Nessa perspectiva, na compreensão de Bila Sorj (1992) o estudo da categoria gênero envolve duas dimensões:

[...] o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente de sexo, o gênero é um produto social, aprendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. [...] envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social (SORJ, 1992, p. 15-16).

Conforme Sherry Ortner (1974), apesar de não haver uma teoria principal¹, que goze de aceitação unânime sobre a dominação do feminino pelo masculino, de forma geral, em diferentes culturas e tempos ocorreu uma “desvalorização universal da mulher”². A autora

¹ As variadas correntes de estudos feministas desenvolvidas ao longo das últimas décadas encontraram diferentes perspectivas para se estudar as questões da subordinação feminina mediante a dominação masculina. Para as feministas radicais, a base das desigualdades seria o patriarcado; já para as feministas marxistas a exploração capitalista era causa da subordinação da mulher, inserindo o luta do feminismo na luta de classes; e as pós estruturalistas identificaram os processos culturais e históricos, bem como as relações intersubjetivas como fatores primordiais para a desvalorização da mulher.

² Ao utilizar-se do termo desvalorização universal, a autora procura demonstrar que, apesar dos diferentes contextos culturais que envolvem tempos, lugares e padrões comportamentais diferentes, muitos traços da

explica que homens e mulheres são biologicamente diferentes, contudo, certos dados e diferenças somente adquirem significado superior/inferior dentro da estrutura de sistemas culturais definidos. Assim, essa subordinação feminina deve ser interpretada por meio das diferentes formas de organização social que atribuíram valor inferior à mulher, por considerá-la mais próxima à natureza do que o homem. A primeira justificativa estaria no próprio corpo da mulher e suas funções naturais de reprodução (procriação, menstruação etc.); a segunda trata do papel social feminino junto ao lar e no cuidado dos filhos (amamentação, socialização das crianças). Por isso, a mulher estaria ligada à família (doméstico/privado) em oposição ao homem, que, por não possuir essas características naturais, faria parte do espaço público (produção); já a terceira explicação diz que a mulher, além de ser diferente do homem no corpo e no status social, diverge também na sua estrutura psíquica, identificando-a como um ser de personalidade marcadamente emotiva e irracional. Para Sherry Ortner (1974), existem três evidências, que relacionadas ou particularizadas, são necessárias para constatar a subordinação feminina:

(1) elements of cultural ideology and informants' statements that explicitly devalue women, according them, their roles, their tasks, their products, and their social milieu [...]; (2) symbolic devices, such as the attribution of defilement, which may be interpreted as implicitly making a statement of inferior valuation; and (3) social-structural arrangements that exclude women from participation in or contact with some realm in which the highest powers of the society are felt to reside (ORTNER, 1974, p. 69)³.

Apesar de trabalhar o caráter cultural na definição do gênero, Sherry Ortner segue a tradição das pesquisas baseadas na visão dicotômica da relação homem/cultura/público e mulher/natureza/privado. Contudo, após essas primeiras teorizações em torno do gênero, marcadas pelo dualismo e por oposições binárias entre os sexos, os estudos feministas passaram a criticar as posturas dicotômicas sobre sexo/gênero e ingressaram numa nova

cultura machista foram disseminados nas relações sociais entre homens e mulheres evidenciando a subordinação feminina. Nessa medida, necessita-se esclarecer que o termo supracitado pode induzir o leitor à ideia de totalidade, unanimidade, contudo, o atual estágio de desenvolvimento nos estudos das distintas escolas feministas superou o paradigma da universalidade e da oposição binária entre o masculino e o feminino para priorizar a perspectiva histórica na construção do gênero. Dessa forma, compreende-se aqui que, uma variedade de elementos representativos, baseada numa cultura patriarcal, sofreu um processo de manutenção e reprodução de valores e comportamentos que ao longo das sociedades foram sendo absorvidos e sedimentados gerando as desigualdades sociais de gênero que inferiorizaram as mulheres.

³ (1) elementos de ideologia cultural e as colocações informativas que explicitamente desvalorizam as mulheres e com elas, seus papéis, suas tarefas, seus produtos e seus meios sociais [...] (2) os esquemas simbólicos, tais como a prerrogativa de violação, que poderão ser interpretadas implicitamente como uma colocação de avaliações inferiores; e (3) as classificações sócio-estruturais que excluem as mulheres da participação no, ou em contato com algum domínio no qual reside o maior poder da sociedade. (tradução nossa)

perspectiva na qual buscaram desconstruir e desnaturalizar esses conceitos universalistas, ingressando na compreensão da construção histórica envolvendo valores os culturais e as relações de poder que integram o conceito de gênero. A evolução desses estudos coincide com a análise do patriarcado, considerado pelas teóricas dessa corrente, um sistema de dominação baseado na autoridade masculina e subordinação feminina, por meio do poder⁴.

Contudo, de acordo com Heleieth Saffioti (1992) pesquisas antropológicas evidenciaram que não haveria como basear toda a história das comunidades humanas no patriarcado absoluto, no qual os homens deteriam todo o poder, vez que em todas as sociedades conhecidas, as mulheres também exercitaram parcelas de poder, embora em proporções diferentes. Assim, embora seja predominante, o patriarcado é importante para se entender o conceito de gênero, posto que este “não explicita, necessariamente, desigualdade entre homens e mulheres”, sendo também usado para regular as relações entre homens e entre mulheres (SAFFIOTI, 2004, p. 45), enquanto o patriarcado evidencia a luta pelo poder em contextos diferenciados nos quais a dominação masculina se apresenta.

Ainda nos anos 1970, esse campo de estudo vivenciou sínteses que tentaram unir o patriarcado ao capitalismo e o feminismo ao marxismo, ensejando amplos debates sobre sexo e classe. Entre as abordagens do feminismo marxista destacou-se o pensamento baseado na compreensão de que a subordinação feminina somente poderia ser analisada a partir do entrelaçamento do sistema de gênero e de classe. Além disso, as feministas marxistas foram as primeiras a ressaltar a importância da divisão sexual do trabalho no mercado de trabalho (segregação ocupacional) como mecanismo de reprodução da desigualdade econômica entre mulheres e homens. Para essa perspectiva teórica, a emancipação feminina viria mediante a luta de classes, assim, seria necessário mudar os processos estruturais da organização social, principalmente pelo trabalho. Porém, uma crítica que se faz a esta teoria (e se constata na realidade), é que apesar da mulher ter conquistado espaços no mercado de trabalho, a relação desigual de gênero é prática recorrente, expresso nas diferenças salariais e no número desproporcional de dirigentes do sexo masculino.

A atuação do feminismo negro deslocou o debate entre marxistas e feministas sobre sexo e classe para outro plano, demonstrando que não se tratava de uma questão só de sexo e

⁴ A análise do sistema patriarcal como matriz da desigualdade social e opressão feminina considera os homens como os primeiros responsáveis pela opressão das mulheres por meio da afirmação do poder que estruturou a divisão sexista. Este pensamento está assentado dentro da corrente teórica conhecida como feminismo radical. São consideradas como principais pressupostos teóricos dessa escola do feminismo as obras das autoras Shulamith Firestone em “A Dialética do Sexo” (1970), Kate Millet na obra “Política Sexual” (1971), Simone de Beauvoir em o “Segundo Sexo” (1949) e Gayle Rubin na obra “O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo” (1975).

classe, mas também de raça. As experiências históricas mostravam que as mulheres tinham lugares e reconhecimento diferenciados dependendo da sua cor, por isso, era necessário relacionar o gênero com outras categorias de opressão feminina, ampliando o debate para outros contextos. Segundo Heleieth Saffioti (1987), há uma simbiose entre patriarcado, capitalismo e racismo, tendo todos potencializado o esquema de dominação e exploração, reforçando as desigualdades. Para a autora, não existe hierarquia ou clara percepção dos limites da influência de cada um desses códigos de conduta na vida das pessoas, posto que o patriarcado e o racismo são formas antigas de legitimação da discriminação social integradas ao capitalismo, que tem gerado maneiras de dominação/exploração mais intensas sobre as mulheres.

Essa abordagem permitiu discutir a categoria gênero no contexto de outras dimensões da vida social, enfatizando seu caráter relacional. As discussões adentraram os diversos campos das ciências humanas, chegando a se desenvolver teorias psicanalíticas, divididas entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas de relação do objeto⁵, escolas da psicanálise preocupadas em explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito a partir das primeiras etapas do desenvolvimento da criança, sendo que para a primeira, isso se dá pelo estudo da linguagem na interpretação e representação do gênero e, para a segunda, pela experiência concreta. Contudo, as limitações dessas teorias se revelaram na manutenção da visão binária de masculino e feminino tendendo a universalizar as relações e categorias que compõem o gênero (SCOTT, 1995).

Com a célebre frase “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, Simone de Beauvoir (1967, p. 9) denunciava o sistema de naturalização dos comportamentos e papéis atribuídos às mulheres, mas que na realidade seriam fruto de uma construção social contingente. O “ser mulher”, assim como o “ser homem”, são aprendidos e transmitidos ao longo das gerações. A autora expõe que durante séculos, as mulheres foram tratadas como um ser incompleto, limitadas nas condições econômicas, sociais e políticas permaneceram dependentes dos

⁵ A teoria das relações do objeto nos Estados Unidos desenvolveu-se principalmente através dos estudos de Nancy Chodorow. Para a psicanalista as transações relacionais formam a base de nossa identidade e subjetividade. Ela opõe-se as opiniões de Jacques Lacan, afirmando que a autonomia não foi gerada a partir de dentro, mas de fora, a partir da experiência de conectar, separar, e reconectar com os outros. Assim, as pessoas desenvolvem um senso real de experiência através das ações, a criação de uma conexão entre seu passado e seu presente. Chodorow estudou a psicanálise a partir de um ponto de vista feminista e com foco na relação da mãe com os filhos, afastando-se da díade pai-filho elaborada por Sigmund Freud. Já a Escola Francesa baseia-se nos estudos estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, com base nas teorias da linguagem, principalmente dos estudos desenvolvidos por Jacques Lacan. Para as feministas lacanianas a linguagem tem papel central na comunicação, interpretação e representação de gênero. Esse é um processo que se dá dentro de um sistema de significações que antecedem a palavra, tendo sua origem no inconsciente do indivíduo e se manifesta na realidade interferindo na formação do sujeito.

homens e foram se tornando no que a filósofa definiu como o “segundo sexo”. Nessa perspectiva, era necessário que os estudos feministas avançassem nas pesquisas sobre as mulheres compreendendo-as enquanto sujeito. Para Simone de Beauvoir, as construções do sexo e do gênero são baseadas em situações sócio-culturais, portanto, não existe predestinação biológica feminina ou masculina que delimite os espaços a serem ocupados por homens e mulheres, vez que “o gênero é uma maneira de existir do corpo e o corpo é uma situação, ou seja, um campo de possibilidades culturais recebidas e interpretadas” (SAFFIOTI, 1992, p. 190).

Nessa discussão sobre o caráter social do gênero, houve ainda a importante contribuição de Gayle Rubin (1975), que em seu texto “*The traffic in women: notes on the ‘political economy’ of sex*”, no qual recusa qualquer explicação essencialista para as atribuições da sociedade às categorias de sexo, focando os aspectos históricos para a socialização das pessoas. Para a antropóloga, o sexo seria a matéria prima para a construção do gênero, posto que, diferenças naturais como, por exemplo, o fato das mulheres engravidarem, por meio de um complexo processo cultural foram transformadas em desigualdades econômicas e políticas. Gayle Rubin (1975, p. 159) então desenvolveu o sistema sexo/gênero, definindo-o como “um conjunto de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e no qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas⁶” (tradução nossa). Com esse novo conceito, foi possível refutar os argumentos naturalistas de subordinação das mulheres e pensar formas de alterar a organização social estabelecida.

Uma das definições de maior contribuição teórica para a categoria gênero foi trabalhada por Joan Scott na qual foram discutidos os conceitos de relações e poder para se analisar esse processo. Segundo Joan Scott (1995, p. 86) o gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Com essa abordagem, foi possível desenvolver o caráter relacional do gênero, na medida em que ao se discutir a condição da mulher, é preciso verificar também a situação do homem. De fato, estabelecia-se a ideia de desnaturalização das desigualdades entre os sexos, tornando o processo sócio-histórico o caminho para se estudar, analisar e propor mudanças equitativas na relação entre homens e mulheres.

Conforme Joan Scott (1995), para uma compreensão mais aprofundada do gênero,

⁶ Original em inglês.

seria primordial compreender quatro elementos interrelacionados que servem como guia de investigação, relacionado com outros processos sociais. O primeiro diz respeito aos símbolos culturais postos à disposição das pessoas que evocam representações simbólicas muitas vezes contraditórias. Por exemplo, tem-se “Eva e Maria como símbolos de mulheres na tradição cristã” e, respectivamente, “como mitos de escuridão/luz e corrupção/inocência” (p. 86); o segundo elemento “são os conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (p. 86). A religião, a educação, a ciência, a política, a justiça tomam a forma típica de uma oposição binária fixa, que influencia o significado de homem e mulher; já o terceiro aspecto traz a “análise política sobre as instituições e organizações sociais” (p. 87); e o quarto elemento refere-se à construção e relação das “identidades subjetivas de gênero” com atividades e representações sociais específicas (p. 87). A historiadora ressalta que nenhum desses elementos age sozinho e não atuam simultaneamente, como fossem simples reflexos um do outro, sendo preciso identificar de que maneira eles se relacionam.

O conceito de Joan Scott inova, pois, além de sistematizar o esquema de configuração do gênero a partir da análise de seus elementos constitutivos, atesta que as relações humanas existentes tem como aspecto primário o poder que permeia as relações sociais. Nesse sentido, há uma luta histórica de homens e mulheres pelo poder, que espalhados em campos sociais de força, jogam com os poderes que possuem para legitimar formas de dominação ou alterar o estado vigente. Nas palavras de Michel Foucault (1988):

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição do cidadão em um estado determinado [...] não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro, [...] se deve compreender o poder, primeiro, como multiplicidade das correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização (FOUCAULT, 1988, p. 102).

Com esta concepção, Michel Foucault afirma que o poder está em todo lugar, se organiza em redes, e é exercido por todos, vez que estão em sociedade. Assim, o poder emanaria de situações assimétricas e difusas por meio do discurso “como uma série de segmentos descontínuos, cuja função táctica não é uniforme nem estável [...] veicula e produz o poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (1988, p. 111-112). Por meio do jogo de legitimação e/ou negação do discurso, elaboram-se os dispositivos da sexualidade que definem as condições do corpo, do controle sobre este e das funções

correspondentes ao sexo feminino. Assim, o discurso cria o sujeito que pretende representar, pela razão de não existir um corpo fora de um discurso sobre o corpo, portanto, ao ser identificado com corpo, o sexo não deve ser pensado independente das leituras culturais de gênero. Ao se afirmar que o sexo está para a biologia, assim como o gênero está para a cultura está se fazendo uma construção de gênero.

Michel Foucault se interessava em perceber o poder junto das pessoas em sua vida cotidiana, interligando a esfera individual à estrutura social, Pierre Bourdieu também procurou mostrar, em seu trabalho, as múltiplas dimensões sociais, filosóficas e políticas do gênero. Segundo Pierre Bourdieu (1997), a diferenciação entre masculino e feminino, homens e mulheres, fazia parte de um processo histórico e contingente, visto que o gênero não advém de uma espécie de essência biológica, mas de uma construção social. Nesse sentido, o autor preocupa-se em “demonstrar os processos que são responsáveis pela transformação da história em natureza, do arbitrário cultural em natural” a fim de “devolver à diferença entre masculino e feminino, tal como a (des)conhecemos, seu caráter arbitrário, contingente e também simultaneamente, sua necessidade sócio-lógica” (BOURDIEU, 2002, p. 8).

A divisão desigual do poder realizada pelo patriarcalismo perpassa toda a estrutura social. Assim, a dominação masculina se amplia por todas as instituições e processos justificada sob a afirmação das diferenças biológicas, fato que Pierre Bourdieu (2002) vai chamar de biologização do social ou socialização do biológico, atestando a existência de mecanismos que levam as pessoas a ver como “naturais” as representações e/ou as ideias sociais dominantes na quais se apoia o exercício da autoridade.

A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade das estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte (...) eles funcionam como matrizes da percepção, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente com transcendentais (BOURDIEU, 2002, p. 45).

Neste ponto, a dominação masculina estrutura-se por meio de práticas, representações e regulamentos, internalizados pelos sujeitos sociais e reproduzidos em obediência às regras estabelecidas, tidas como da natureza de cada sexo. Isto mostra a eficácia de uma “violência simbólica” construída historicamente e incessantemente reiterada através da violência física e simbólica que adentra as diversas instituições sociais como, a família, a escola, o trabalho, a Igreja, o Estado e que permanece agindo e exercendo poder nos corpos e na mente tanto das mulheres (dominadas) quanto dos homens (dominantes) (BOURDIEU, 1997, 2002).

1.1.1 Gênero, família e trabalho

Para Joaquín Herrera Flores (2005), a relação de desigualdade entre homens e mulheres resulta da construção de um sistema de valores universalizável e repleto de dogmas, defendido como único modo possível de condução social, conhecido como patriarcado. Essa ordem axiológica teria induzido à ideia de naturalidade das condições históricas, na medida em que tudo o que fosse contrário ou que excedesse a esses limites deveria ser considerado excêntrico ou irracional. A consequência dessa “naturalização” de valores masculinos e femininos repercutiu na construção social do direito e da política estabelecendo duas situações que o autor designou como, o “visível”, ou seja, a igualdade formal perante a lei, e o “invisível”, ou a condição das diferenças refletida nas desigualdades sociais entre mulheres e homens.

Elisângela Inácio (2009) defende que o patriarcado ganhou força ao se relacionar com as noções de poder e de propriedade no desenvolvimento das sociedades. Com o domínio das técnicas agrícolas e a fixação em um território, os homens conseguiram mais espaço e vantagens com a agricultura, considerados mais fortes, ficaram responsáveis pela produção de alimentos e pelo cuidado com animais. As mulheres, consideradas frágeis, ficaram responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Esse processo possibilitou o acúmulo de forças e poder produtivos aos homens, pois, na medida em que se tornavam senhores da terra, necessitavam de pessoas sob seu domínio para garantir os recursos necessários para beneficiar o seu território. Para Friedrich Engels (1980), no momento em que surge a propriedade privada sob a autoridade masculina, constitui-se também a família monogâmica com finalidades econômicas, iniciando-se a subordinação feminina. A partir de então, o homem passou a governar os bens, a propriedade, a família, e conseqüentemente, a mulher “convertida em servidor, em escrava de luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução” (p. 61).

Assim, a instituição do patriarcado como modelo político e econômico provocou grandes mudanças nas relações sociais vigentes, criando desigualdades e discriminação na sociedade. A sobrevalorização do homem gerou um *modus vivendi* baseado na força, no poder, no controle, na hierarquia, na dominação de um grupo sobre outro, passando a ser compreendida como um estado natural e fundamental das relações humanas. Luciana Santos (2008) aponta que esse modelo (em princípio, europeu), teve repercussão em outras culturas e outros momentos históricos. Apesar de não haver consenso nas correntes feministas sobre a

dimensão universal do patriarcado como fonte principal das desigualdades de gênero, reconhece-se o seu alcance em diferentes contextos por meio da disseminação de normas de conduta, dos lugares e papéis atribuídos às mulheres de forma individual ou em estruturas familiares que foram reproduzidas ao longo dos séculos.

Uma categoria importante para se refletir sobre as desigualdades de gênero é o trabalho e seus desdobramentos na formação de identidades masculinas e femininas através do processo da divisão sexual do trabalho. De igual modo pode-se analisar a imbricação entre produção e reprodução social. O fato é que, historicamente considerada inferior e de pouco valor monetário, a mão de obra feminina foi relegada aos trabalhos considerados secundários ou complementares, ou então foi reduzida a funções de obrigação do sexo.

Conforme Luciana Santos (2008), a divisão sexual do trabalho foi inserida nos sistemas econômicos de diferentes épocas, envolvida pelas configurações de relações sociais que delimitavam os lugares do masculino e do feminino. De acordo com Helena Hirata (2002), o conceito de divisão sexual do trabalho não é uno e inequívoco, existindo duas teorias ideologicamente e epistemologicamente opostas, quais sejam: a teoria do vínculo social e a teoria da relação social. A primeira afirma a complementaridade entre homens e mulheres, propondo a conciliação de papéis que garante a estabilidade social, assegurada pelo papel familiar e doméstico atribuído às mulheres. Por sua vez, a teoria da relação social baseia-se na idéia da relação antagônica entre homens e mulheres, com práticas de dominação/opressão do masculino sobre o feminino. Esta é a conduta epistemológica adotada pela autora, haja vista perceber que, se as relações sociais são permeadas por contradição e conflito, não significa que se trata de uma condição fixa e imóvel, assim sendo, a divisão sexual do trabalho é passível de mudanças no conjunto destas relações, permitindo-se não somente o deslocamento das fronteiras na hierarquia dos sexos, como também a sua ruptura e real transformação.

Por ser um processo modelado histórica e socialmente, no qual o homem é relacionado ao ambiente produtivo e a mulher ao âmbito reprodutivo, legitima-se “a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Essa condição teria suporte em “dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher)” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 599). Contudo, a legitimação desses princípios nas diferentes sociedades ocorreu por intermédio da

ideologia naturalista, que transformou a “rígida divisão sexual do trabalho em uma divisão ‘natural’, própria à biologia de cada sexo” (BRUSCHINI, 1990, p.46).

Assim, apesar do trabalho ser uma das mais antigas atividades humanas com um valor central no desenvolvimento das sociedades, as condições enfrentadas por homens e mulheres adquiriu contornos diferenciados e excludentes, no decurso histórico dos sistemas sociais. Para Friedrich Engels (1980), nas sociedades primitivas o trabalho na agricultura era desenvolvido por homens e mulheres independente do estado civil, porém, com o surgimento do sistema patriarcal baseado nas relações de poder e dominação, o homem passou a beneficiar-se de famílias, que se estruturavam como relevante instituição social e econômica, considerado o modo de produção capitalista. Importa destacar que, nesse período as atividades agrícolas e artesanais eram desempenhadas por todos os membros da família em suas próprias terras, no entanto, já era possível identificar a separação entre as funções produtivas orientadas para os homens (cultivo das terras e cuidado dos animais etc.) e as funções reprodutivas, típicas das mulheres (criação dos filhos e afazeres domésticos etc.). Nessa perspectiva, a participação da mulher camponesa nas atividades agrárias era vista como auxílio, colaboração na produção, tanto que “as menores e solteiras ainda desempenhavam o serviço doméstico durante todo o dia” (INÁCIO, 2009, p. 91).

Durante a Idade Média, muitos agricultores migraram do campo para as áreas urbanas em busca de trabalho e melhores condições de vida, provocando um aumento demográfico que demandou maior produção artesanal e tecelã. Todos os membros da unidade doméstica desenvolviam suas funções coletiva e manualmente. Com a etapa da fabricação dos produtos, muitos artesãos começaram a se apropriar de oficinas de produção, lugar onde também comercializavam seus produtos. Nas manufaturas domiciliares, as mulheres praticavam atividades como tecelãs, costureiras, bordadeiras, entre outras, além dos serviços domésticos, nos quais eram auxiliadas pelas filhas solteiras (SANTOS, L., 2008).

Sob a influência do pensamento burguês, por volta do século XVIII, a constituição da família “moderna” teve como mecanismos fundamentais a privatização da instituição familiar e a passagem das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do “lar burguês” (BRUSCHINI, 1990). Nesse contexto, surgiram novos ofícios, tarefas e conceitos, como as ideias de “família nuclear, amor materno, trabalho doméstico etc.” (INÁCIO, 2009, p. 93), condicionando a mulher mais uma vez ao espaço privado da casa e ao papel sagrado de mãe e esposa, além de considerar as atividades domésticas não como trabalho, mas como funções inerentes ao sexo feminino. Ao mesmo tempo, consolidavam-se as corporações de ofício,

sendo a experiência passada do mestre para o discípulo, prioritariamente aos rapazes filhos dos artesãos, que recebiam o conhecimento sobre todo o processo produtivo. Ao mesmo tempo, as mulheres foram perdendo espaço na educação profissional, executando tarefas cada vez mais desvalorizadas do ponto de vista público ou externo. Aquelas que necessitavam trabalhar para sobreviver tinham ocupações como parteiras, amas de leite e serviços domésticos (INÁCIO, 2009; POSTER, 1979).

Nas sociedades não-capitalistas o grupo doméstico é uma importante unidade de produção; há formas diversas de trabalhos coletivos, com a participação diferenciada de homens e mulheres. A complementaridade de papéis masculinos e femininos permeia tanto a vida pública quanto a privada. A divisão do trabalho gera alto grau de dependência entre as duas esferas e a separação das atividades entre os sexos cria áreas de autonomia e independência: não há uma simples dicotomia dominação/submissão associada à divisão de papéis, mas sim uma complexa combinação de áreas de influência e de autonomia (BRUSCHINI, 1990, p.32-33).

Com a expansão do comércio e o crescimento das cidades na Idade Moderna, a mulher inseriu-se no mundo do trabalho enfrentando diversas restrições e a discriminação masculina, obrigada a desempenhar a dupla jornada (trabalho formal e trabalho doméstico), além de ser contratada por salários inferiores. O processo de industrialização, com o incremento das máquinas, promoveu consideráveis mudanças socioeconômicas, ensejando a necessidade de contratação de mão de obra barata para as fábricas. Assim, a família passou a ser inserida no processo produtivo, com mulheres e crianças sendo recrutadas para uma elevada jornada de trabalho com salários inferiores aos dos homens. Por essa época, as condições de vida da classe trabalhadora eram de extrema precariedade, ao passo que a sobrevivência do grupo familiar era garantida com o trabalho de todos os seus membros. Nesse contexto, as atividades das mulheres nas fábricas eram consideradas uma extensão de seus trabalhos domésticos, um complemento da renda familiar, enquanto o homem, considerado provedor da família, tinha sempre remuneração superior. (INÁCIO, 2009; POSTER, 1979; SANTOS, L., 2008).

Por outro lado, como o trabalho infantil e feminino era menos valorizado e trazia menos despesas às fábricas, mulheres e crianças eram contratadas com mais facilidade, provocando nos homens um sentimento de competição (MURARO, 1992). Vendo-as como responsáveis por seus desempregos os homens começaram a questionar o papel da mulher trabalhadora e a cobrar seus papéis maternos e conjugais, o que gerou um conflito social em torno do lugar feminino e de suas funções (SANTOS, L., 2008, p. 41-42).

Se as desigualdades entre homens e mulheres começaram no ambiente privado, no capitalismo, ganharam o espaço público, posto que a divisão de papéis existentes no núcleo familiar se estendeu para o mercado de trabalho ao se constatar que a participação feminina

nas atividades produtivas urbanas, principalmente na indústria manufatureira, estava relacionada às tarefas domésticas dentro do ciclo de vida familiar da mulher (mãe, esposa, dona de casa). Tanto que, apesar das inovações produtivas alcançadas no século XIX, a entrada das mulheres aconteceu com a “confecção de roupas na indústria têxtil” (INÁCIO, 2009, p. 95), trabalho historicamente desempenhado por mulheres. Desse modo, no sistema capitalista, a divisão sexual do trabalho foi estabelecida em razão da dicotomia público/privado, que determinava os tempos e lugares das mulheres, a exemplo do contexto do pós-guerra, no qual “o espaço de ocupação da força de trabalho masculina foi fortalecido” ao passo que se retomava a “valorização da mulher restrito à casa, ao lar” (INÁCIO, 2009, p. 95). Dessa forma, ao se analisar a participação das mulheres no mundo do trabalho verifica-se que estas foram constantemente

[...] privadas do reconhecimento, pela sociedade, das suas atividades e, sobretudo, da participação na construção dessa mesma sociedade. Elas trabalhavam época após época, sofriam, produziam, mas nunca recebiam verdadeira consideração social pelas atividades que exerciam. O trabalho não lhes conferia nem direitos nem riquezas, bem pelo contrário, nem, sobretudo, independência. Além disso, cada vez que as idéias sobre trabalho evoluíam e que certas atividades se tornavam admiradas e prestigiadas, acontecia que as mulheres chegavam sempre com atraso “à estação” (SULLEROT, 1970, p. 22).

Ao longo do século XX, as mudanças culturais, sociais, políticas e econômicas ocorridas na sociedade alteraram instituições e ideologias, repercutindo diretamente na vida das mulheres. Com maior acesso à educação, ante a conquista de direitos civis e a atuação no espaço público, principalmente em virtude do trabalho remunerado, as mulheres passaram a lutar por visibilidade e autonomia econômica. Os movimentos sociais, nomeadamente o feminista, tinham como pauta de reivindicação o questionamento sobre o lugar da mulher e as lutas por uma sociedade mais justa. Novas configurações familiares⁷ se organizaram em torno de arranjos mais flexíveis, diferentes do modelo monogâmico tradicional. Surgiram tentativas, por meio de estudos e práticas, de reorganizar as relações entre os sexos através da redistribuição de papéis de forma simétrica e não hierarquizada nas estruturas sociais como na família e no mercado de trabalho. A doutrina jurídica, mesmo em meio a uma cultura bastante conservadora, acabou recepcionando esses novos formatos e colaborando para o enfrentamento das desigualdades e subordinação feminina nos trabalhos produtivo e

⁷ Cristina Bruschini e Sandra Ridenti (1994) enfatizam que as famílias são grupos sociais dinâmicos e que respondem às transformações sociais que lhes cercam. Nesse sentido, analisando-se a sociedade capitalista e seu processo de acumulação, através da inserção de inovação tecnológica e organizacional de suas empresas ao longo do século XIX e XX, as famílias também alteraram as formas de ação de seus membros, tanto no setor produtivo quanto na reprodução social.

reprodutivo.

Por outro lado, a evolução capitalista também provocou efeitos negativos para a emancipação das mulheres no campo do trabalho. Ao tempo em que se destacava a importância de seu trabalho remunerado na esfera pública, legitimou a naturalização do trabalho doméstico como função social destinada à família, e, portanto, sem valor monetário, invisível para a economia. Nessa perspectiva, enquanto as mulheres assumiam atividades produtivas fora do lar, continuavam responsáveis pelo desempenho das tarefas domésticas, ficando sobrecarregadas com a dupla jornada. Essa condição, segundo Gayle Rubin (1975) significa o papel designado às mulheres dentro de uma sociedade capitalista, na medida em que a reprodução da força de trabalho depende de trabalho doméstico das mulheres para transformar produtos em sustento para o trabalhador. Portanto, o capitalismo não poderia gerar excedente sem as mulheres, no entanto, a sociedade não concede às mulheres o acesso ao capital resultante.

Acentuava-se, dessa maneira, a divisão sexual do trabalho, que em contexto contemporâneo, tem assumido variadas formas de exploração do trabalho da mulher. Essas questões estão recebendo atenção especial nas pesquisas científicas que estudam a temática a fim de compreender as transformações, os arranjos e imbricações entre as relações de gênero e as questões laborais nos sistemas produtivos.

1.1.2 A manutenção da divisão sexual do trabalho

Percebe-se que na construção social dos papéis de gênero, a divisão sexual do trabalho é expressão definidora das tarefas sociais atribuídas hierarquicamente, aos homens e às mulheres, em determinado contexto sócio-cultural, no qual as mulheres tem acesso desigual aos recursos materiais e simbólicos. Isto limita suas capacidades de desenvolvimento e de exercício pleno de seus direitos. Essas disparidades geradas ao longo de séculos reflete-se indubitavelmente nas formas de participação e vinculação feminina à sociedade, com particular ênfase nos fenômenos ligados ao mundo do trabalho.

Foi a partir da década de 1970, superada a luta sufragista, que os movimentos feministas direcionaram sua agenda política para as reivindicações por direitos sociais, políticos e econômicos em busca da melhoria das condições de vida para as mulheres e,

principalmente, na persecução da igualdade nas relações de gênero. Os desafios inerentes às disparidades de condições na sociedade, sobretudo no mercado de trabalho, levaram as mulheres a intensificar novas e antigas reivindicações. A participação delas nas incontáveis greves operárias, deflagradas desde o início do século XX, se configuraram em um dos mais eloquentes exemplos do processo de transformação da condição feminina.

Segundo Margaret Maruani e Helena Hirata (2003), a preocupação com o lugar das mulheres no mundo do trabalho evoluiu profundamente a partir dos anos 1960. As pesquisas pioneiras sobre a atividade feminina trouxeram para a ciência dos homens as questões e temáticas das mulheres. No pioneiro trabalho de Ester Boserup (1970), *Women's Role in Economic Development*, é analisado como as preocupações com a mulher começaram a aparecer no discurso do desenvolvimento, tendo a autora identificado os projetos de desenvolvimento na Ásia, África e América Latina, revelando a apropriação das técnicas e dos resultados da modernização tecnológica por parte dos homens, especialmente na área agrícola, ao passo que as mulheres eram excluídas e condicionadas às atividades da tecnologia tradicional, conseqüentemente, obtendo menores rendimentos financeiros. Ester Boserup identificou o gênero como um fator fundamental na divisão do trabalho nas regiões estudadas. As atividades dentro das famílias, tendo como principais critérios para a divisão a idade e o sexo, eram consideradas naturais, impostas originalmente pelas diferenças biológicas. Embora existissem as diferenças culturais de cada localidade, foram observados papéis sexuais estereotipados e a universalidade da concentração feminina no trabalho dentro de casa.

Na mesma época, outro marco importante foi a entrada de mulheres nas universidades da Europa e dos Estados Unidos, desencadeando múltiplas pesquisas sobre as diferenças entre trabalho doméstico e profissionalizante. No Brasil, o ingresso feminino nos centros universitários ocorreu, com maior intensidade, a partir da década de 1980, com ênfase para as pesquisas sobre questões relativas às condições socioeconômicas e políticas das mulheres⁸. Atualmente, ante a intensificação da participação da mulher nas atividades

⁸ Durante a elaboração da nova Constituição Federal de 1988 o movimento de mulheres, sobretudo sindicalistas, estruturou proposições por meio de uma pauta que foi enviada aos Congressistas, com o título Carta das Mulheres Brasileiras, com temas relacionados à saúde, à família, ao trabalho, à violência, à discriminação, à propriedade da terra, à cultura etc., dos quais muitas reivindicações foram incluídas no texto constitucional. Em seu Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, artigo 5º, parágrafo 1º, a CF/88 declara que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e garante a todos tratamento igual perante a lei. Bem como ao longo do texto vários são os dispositivos legais que protegem os direitos femininos em equiparação de direitos e oportunidades com os masculinos. Na década de 1990 foram criadas legislações que asseguraram cotas femininas no processo eleitoral para garantir e estimular a participação das mulheres na vida política do país. A Lei nº 9.100/95 que regulamentou as normas para a realização das eleições municipais de 1996, estabeleceu em se art. 11, § 3.º “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres.” Já a Lei nº 9.504/97 que estabeleceu as normas para as eleições municipais, estaduais

econômicas, começou nova fase de questionamentos na investigação científica sobre a diferença dos sexos no mercado de trabalho.

De acordo com Cristina Bruschini, os estudos iniciados no Brasil tinham o objetivo de compreender a incorporação ou a expulsão do trabalho feminino no contexto da expansão do capitalismo. Mais adiante, ampliou-se o foco central quando se percebeu que o trabalhador não seria apenas uma categoria profissional ou de análise, mas um ser humano, com características biológicas, individuais, familiares e sociais que orientam e definem sua forma de participação da atividade produtiva. Assim, foi analisada a articulação do espaço produtivo com a família como esfera de reprodução, pois, “mais do que o homem, a mulher tem sua participação no trabalho remunerado possibilitada ou constringida, [...] por várias destas características: idade, estado civil, escolaridade, número de filhos, ciclo de vida familiar, localização rural ou urbana” (BRUSCHINI, 1990, p. 20). Os avanços nas pesquisas sobre essa temática identificaram complexa relação entre a subordinação da mulher no espaço produtivo e a sua condição de opressão na esfera reprodutiva, que precisa ser denunciada para a superação dessas situações.

Como sublinha Anne-Marie Daune-Richard, apoiando-se em estudos de antropólogos, “o acesso às técnicas [...] constitui um dos elementos e uma disputa na dominação social”; mas é forçoso admitir que não é unicamente o acesso às técnicas que estrutura a relação social entre os sexos, mas o reconhecimento do qual ele se beneficia num contexto “misto” (MARUANI e HIRATA, 2003, p. 32).

A separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo foi fator decisivo para a divisão sexual das atividades laborais. O primeiro, valorizado e reconhecido pela sociedade, compreende as atividades manuais e intelectuais que permitem a troca e a acumulação de bens (produção econômica), geralmente associado ao espaço público e ao trabalho dos homens. O segundo, conhecido como trabalho doméstico, envolve as atividades relacionadas à representação da força de trabalho e sua reprodução social, trabalho que, apesar de indispensável, por não gerar riquezas, é invisibilizado, não reconhecido e não remunerado.

A partir do século XX, com a industrialização, as mulheres foram recolocadas no mercado de trabalho como parte da estratégia de otimização dos lucros das empresas, por serem vistas como mão de obra barata e disponível. Ainda assim, consideradas em suas funções produtivas, somente foram reconhecidas como trabalhadoras as mulheres assalariadas

e federais, disciplina em seu art. 10, § 3.º “Do número de vagas das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo.” Apesar de se ter ainda um número baixo de atuação feminina nos cargos políticos após a promulgação dessas leis, essas exigências de cota mínima da participação de mulheres como candidatas é um instrumento muito importante para a promoção da igualdade.

que ocupavam cargos e funções consideradas femininas. Enquanto isso, as empregadas domésticas, as camponesas e donas de casa continuavam invisibilizadas e sem reconhecimento (MARUANI e HIRATA, 2003). Esse movimento de absorção e repulsão da mulher no mercado de trabalho atingiu vários setores da economia, sendo considerado, pelos estudos feministas, resultado de construção histórica baseada no patriarcalismo dominante, vivenciado na maioria das sociedades e incorporado pelo sistema capitalista no qual a sujeição da mulher ao homem “tornou-se mais virulenta e devastadora” (PENA, 1981, p.14).

Assim, durante muito tempo, as categorias habituais de análise econômica e social omitiram ou negaram as atividades femininas. Atualmente, observa-se que ao mesmo tempo em que se produz uma reestruturação do público, em que mulheres e homens são formalmente encarados como trabalhadores iguais, a sociedade ainda mantém a vinculação da mulher ao espaço doméstico. De acordo com Anna Loretoni (2006), mesmo com todas as transformações na sociedade ocidental, permaneceu quase inalterada a estrutura de poder entre os gêneros no interior das famílias⁹, confinando o espaço privado às margens do cenário político e do discurso jurídico, sem garantias e direitos. No entanto, para as mulheres, o acesso e a participação no trabalho produtivo de maneira equânime, assim como a valorização de seu trabalho não remunerado no lar são conquistas significativas para a construção de relações de igualdade de gênero e de efetivação da cidadania, como ressalta Allene Lage (2004),

Romper com as estruturas consolidadas de pensamentos e práticas sociais presentes desde o espaço doméstico até os espaços públicos – estes últimos tidos como democráticos -, requer demorados processos de lutas e de formação de novos sujeitos – homens e mulheres - e novos valores sociais que levam tempo para transformar. Para além de ser cultural, este olhar segregador, presente nas práticas sociais dos espaços domésticos, ao serem transpostas para o espaço do mercado, levam consigo a precarização e falta de reconhecimento nas relações no trabalho, transportando assim a mesma desqualificação sobre o trabalho da mulher na divisão das tarefas, dando coerência à subordinação de seu trabalho, tanto no âmbito doméstico quanto do mercado (LAGE, 2004, p.02).

Nesta perspectiva, Boaventura de Sousa Santos e César Rodríguez (2002) dizem que um fator interessante da luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres tem sido o

⁹ A violência doméstica contra a mulher é uma prova de que apesar das mulheres terem alcançado visibilidade no espaço público elas continuam sendo vítimas de um tipo de violência que elas podem sofrer apenas por pertencer ao sexo feminino por meio de agressões físicas, sexuais, morais ou psicológicas da parte de agressores que são do convívio dessas mulheres. Na maior parte dos casos são os (ex)companheiros, pais, padrastos, irmãos, ou demais parentes, os responsáveis pelas agressões. Esse tipo de violência está sedimentado na subordinação da mulher através de manifestações de elementos da cultura machista (patriarcal) reproduzidos ainda no ambiente doméstico. No Brasil, para combater esse tipo de violência, foi sancionada em âmbito nacional pela Presidência da República a Lei nº. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que tem o objetivo de efetivar a coibição a violência doméstica e garantir às mulheres o acesso à justiça de forma mais segura.

questionamento do próprio conceito de atividade econômica e da forma de aferir o que vale como produção. Algumas atividades, como o trabalho doméstico, dotados de invisibilidade pública, não fazem parte dos cálculos econômicos do Produto Interno Bruto. Os autores reforçam a importância de se incluir o trabalho não remunerado na formulação de concepções políticas e econômicas que eliminem a discriminação contra as mulheres dos programas econômicos convencionais, pois as propostas de desenvolvimento alternativo tem demonstrado, convincentemente, que “o conceito e as medidas convencionais da produção são inadequados, uma vez que deixam de fora dos registros muitas das atividades desempenhadas pelas mulheres” (p. 49).

De fato, o reconhecimento na esfera pública do trabalho realizado pelas mulheres na esfera privada é fundamental porque as riquezas são criadas tanto pelo trabalho produtivo quanto pelo reprodutivo, um dependente do outro. Como ressalva Aura Aldana Saraccini (2008), a reprodução social envolve ações orientadas para a transmissão do acesso e do controle dos recursos econômicos e dos conhecimentos entre as gerações, sendo justo, procurar tirar o trabalho reprodutivo da invisibilidade a que está relegado e atribuir o valor social e econômico que merece. Na mesma direção, Yolanda Tejedor (2007, p. 68) discute a flexibilidade entre os âmbitos públicos e privados nas diversas dimensões da vida em sociedade nas quais a separação entre os dois espaços “não tem muita razão de ser na medida em que ambos [...] se entrecruzam tanto na vida econômica como na vida política e social”.

Em pesquisa qualitativa realizada em cinco indústrias brasileiras, Arakcy Rodrigues (1992) estudou o lugar e a imagem que são atribuídos às mulheres no trabalho industrial. Em nenhuma das empresas pesquisadas homens e mulheres desempenhavam a mesma tarefa dentro da fábrica. Na maioria dos casos as mulheres não lidavam com máquinas, trabalhavam com as menos automatizadas, ficando a cargo dos homens a apropriar-se da tecnologia mais avançada. Verificou-se a predileção das empresas em colocar as mulheres em tarefas manuais de trabalho minucioso e repetitivo muitas vezes sob o pretexto de que as mulheres seriam mais aptas a esse tipo de trabalho que os homens.

Em “Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade”, Helena Hirata (2002) constatou a extrema diversidade na gestão da força de trabalho causada pela divisão sexual. Essa obra resultou de vinte anos de pesquisas realizadas em três países - Japão, Brasil e França - e que, dadas as diferenças culturais, permitiu identificar o contexto mundial marcado pela desigualdade das condições de trabalho entre homens e mulheres. Segundo a autora, o trabalho manual, minucioso e repetitivo, considerado de fácil execução, é predominantemente atribuído às mulheres, enquanto o trabalho mais

dotado de atributos e de conhecimentos técnicos é destinado aos homens.

Para Laís Abramo (2007, p. 26), a manutenção e reprodução das desigualdades entre mulheres e homens derivam “da divisão sexual do trabalho e de uma *ordem de gênero* (que inclui não só trabalho, mas também todas as outras dimensões da vida social)”, responsáveis por destinar a mulher à esfera privada e o homem ao espaço público, no qual as atividades praticadas por elas são vistas como de valor social inferior. Esta categorização do trabalho da mulher como secundário, se deve à construção social dos papéis de gênero, definidos desde a família até a vida em sociedade, sendo assim dimensionada pela autora em três âmbitos: a) o imaginário social em geral; b) o imaginário empresarial; e c) o imaginário dos agentes políticos e formuladores de políticas públicas. Dessa forma, inicialmente a ideia está baseada na concepção de familiar nuclear, na qual o homem é o único/principal responsável pelo provimento da família, restando à mulher o trabalho complementar, em caso de ausência do homem ou nos momentos em que este não pudesse cumprir esse papel. Com relação ao imaginário empresarial, tem-se a noção de que para o homem o elemento primordial seria o trabalho enquanto as mulheres priorizariam a família; para estas, as carreiras profissionais estariam subordinadas ao ciclo de vida familiar diferentemente daqueles, que teriam o trabalho como obrigação. Isto explicaria a suposta disposição das mulheres para ganhar menos ou a dificuldade delas em se dedicarem às empresas devido a suas limitações em questões como horários, funções e viagens. Por último, do ponto de vista da formulação de políticas públicas, verifica-se a manutenção do papel secundário feminino nas políticas de geração de emprego, renda, formação profissional e de crédito.

Neste sentido, segundo estas concepções, a dupla jornada de trabalho das mulheres limita a sua capacidade de escolher a vida que desejam, pois, embora tenham assumido posições com maiores responsabilidades e dedicado mais tempo ao trabalho remunerado, permanecem, em sua maioria, no mercado de trabalho, sem autonomia econômica e participação política¹⁰. Além disso, a responsabilidade quase exclusiva das mulheres em atividades reprodutivas e os cuidados em casa são motivos de discriminação por parte dos empregadores para a contratação, bem como a discriminação salarial contra as mulheres.

¹⁰ A atuação dos agentes públicos nem sempre correspondem às expectativas dos grupos femininos. Muitos programas e projetos desenvolvidos pelos governos (federal, estadual e municipal) direcionados às mulheres, inúmeras vezes reproduzem o papel social da mulher beneficiária, mãe, dona de casa e responsável pelo cuidado com familiares, reforçando a condição de subordinação da mulher perante o homem. Quando se verifica a presença feminina nos governos é por meio de setores da educação, cultura e bem-estar, áreas que semelhantes às que são de responsabilidade das mulheres no âmbito familiar. De outra parte, muitas delas nem chegam a ter oportunidades na política devido às atribuições exigidas pela dupla jornada que as impedem de progredir nas suas carreiras públicas em espaços como sindicatos e governos.

Conforme Maria García-Herreros (2011), para além dessas questões, há clara segmentação no mercado de trabalho, horizontal e verticalmente. Ao nível horizontal, as mulheres tem incorporado atividades que reproduzem principalmente aqueles envolvidos em suas próprias casas, incluindo atividades de cuidado, educação, saúde e família. Com destaque para o setor de serviços comunitários, pessoal e social, ramo de atividade no qual os salários médios são mais baixos. A segmentação vertical refere-se a empregos ou cargos ocupados por mulheres em setores gerenciais, embora seja preciso mencionar que, a administração e os níveis executivos mais elevados em todas as indústrias, mesmo naqueles com maior concentração de mulheres, são majoritariamente ocupados por homens, o que significa dizer que a decisão continua nas mãos dos homens.

Esses preconceitos de gênero no mercado de trabalho são agravados pela distribuição do tempo desigual entre homens e mulheres. Um exemplo claro dessas discrepâncias são as jornadas de trabalho declaradas por homens e mulheres na atividade agropecuária, demonstrando a invisibilidade do trabalho feminino no espaço rural e o ocultamento do tempo gasto com a produção de alimentos, seja para o próprio consumo ou para o mercado, sem separação dos afazeres domésticos (RUBIO, 2003).

Segundo o relatório sobre o trabalho decente no Brasil da OIT, de 2012, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), confirmou-se que 90,7% das mulheres que estão no mercado de trabalho também realizam atividades domésticas – percentual que cai para 49,7% entre os homens. No trabalho remunerado, elas gastam, em média, 36 horas por semana, enquanto eles, 43,4 horas. Em casa, por outro lado, elas gastam 22 horas semanais e os homens, 9,5 horas. A pesquisa demonstrou que as atividades domésticas que os homens exercem nunca são executadas exclusivamente em casa e, em geral, exigem contato com outras pessoas e deslocamentos, como fazer compras de supermercado, manutenções esporádicas ou levar os filhos à escola (GUIMARÃES, 2012).

Tantas foram as modificações nas estruturas de trabalho, classe social e relações de gênero nas últimas décadas, que a divisão sexual do trabalho profissional em nível internacional passou a abranger novos aspectos. A junção entre características vigentes da cultura machista e o sistema de exploração do sistema capitalista se combinam para reproduzir as diferenças de classe e gênero, alterando não só a relação homem-mulher, mas também homem-homem e mulher-mulher. Helena Hirata (2010) destaca três aspectos dessa nova divisão:

- A bipolarização do emprego feminino (um pólo composto por mulheres executivas e profissionais com diplomas de nível superior; o outro pólo é constituído por mulheres assalariadas em setores tradicionalmente femininos. A consequência política dessa bipolarização é o aumento das desigualdades sociais e do antagonismo no interior do grupo social das mulheres.);
- A mudança nos modelos de “conciliação” entre vida familiar e vida profissional (mulheres executivas com postos de responsabilidade e com carreira só podem trabalhar se outras mulheres asseguram as tarefas domésticas e de cuidados.);
- A divisão sexual nos locais de trabalho (HIRATA, 2010, p. 46).

Dessa maneira, o avanço nos estudos de gênero permitiu trazer o entendimento de que, quando se discute a divisão sexual do trabalho, não se está tratando de funções complementares e harmônicas para mulheres e homens, essenciais para a conservação da coesão social. Na realidade, trata-se de processo inserido dentro da divisão social do trabalho que, permeada pelas relações de poder, se apresenta por meio de uma segmentação sexuada dos espaços profissionais e do valor hierárquico atribuído a cada sexo, no contraponto dominação masculina e subordinação feminina. Assim, o exercício de tarefas diferentes, com valores econômicos assimétricos, não se refere a questões puramente técnicas, de produtividade, ou de uma suposta natureza feminina para executar determinadas funções, mas da base material e histórica de manutenção e reprodução de comportamentos que necessita ser alterada para que se alcance mais equidade de gênero.

1.2 As transformações no mundo do trabalho: o lugar do feminino.

Nesta parte são discutidas as recentes transformações no mundo do trabalho em relação à importância do trabalho para a formação do ser humano, mas que devido às imposições do sistema capitalista sobre o trabalho, esta atividade tem levado a desvalorização da pessoa humana em grande parte dos contextos sociais. Diante da globalização econômica e dos diversos planos governamentais aplicados entre o final do século XX e início do século XXI implantou-se a reestruturação produtiva repercutindo em novas formas de trabalho.

Sustenta-se que o sistema capitalista aliado ao sistema patriarcal possibilitou a intensificação das dicotomias público/privado, cultura/natureza, homem/mulher, produção/reprodução. Discute-se ainda em que medida essas mudanças acentuaram o processo da feminização do trabalho (intensificação da inserção da mão de obra feminina) que por um lado pode demonstrar a participação efetiva da mulher, por outro, assume contornos

de flexibilização, precarização, desemprego e trabalho informal para as mulheres que deixam de ter seus direitos sociais e econômicos garantidos, permitindo a manutenção das desigualdades

1.2.1 O trabalho no capitalismo contemporâneo em tempos de flexibilização

Entre fins do século XX e o advento do século XXI, alinhando os avanços tecnológicos à nova economia global, é propagada a tendência da substituição dos trabalhadores e trabalhadoras pelas máquinas. Segundo Maurício Delgado (2006, p. 12), “a globalização traduz-se não somente como fase do capitalismo, mas também como processo por afetar as realidades econômicas (e, ainda, sociais, políticas e culturais)”. Ressalta o autor que o globalismo está baseado em alguns pressupostos e requisitos que possibilitaram a sua estruturação e efetivação. Apresentam-se como pressupostos as seguintes modificações: a generalização do sistema capitalista; a nova revolução tecnológica; e a hegemonia financeiro-especulativa. Dessa forma, houve intensa integração das economias de diversos países no século XX aprofundando as relações no mercado internacional, condição que demandou o surgimento de tecnologias capazes de viabilizar a comunicação entre os mercados das diferentes localidades, de forma mais ágil, além do predomínio do capital financeiro-especulativo sobre os demais segmentos do próprio capitalismo, com a generalização do sistema de financiamento entre as economias nacionais (DELGADO, 2006).

Quanto aos requisitos, vistos como fatores político-culturais, para o aprofundamento do referido sistema, o autor aponta, entre outros: o pensamento econômico hegemônico; a supremacia política ultraliberal; a ausência de contraponto eficaz; e a internalização dependente do capitalismo. Significa atestar que ocorrera forte generalização de um pensamento econômico específico, denominado neoliberalismo (ou ultraliberalismo), alicerçado em correntes políticas da mesma matriz teórica (liberalismo), que submetia as políticas públicas de Estado à dinâmica da economia privada. Sem que houvesse um pensamento teórico capaz de estabelecer contraponto eficiente ao capitalismo, os países que passaram a fazer parte do sistema global internalizaram esses ditames econômicos, geralmente por meio do receituário ultraliberal (DELGADO, 2006).

Nesse sentido, a globalização dos mercados e das finanças causou profundas

modificações no mundo do trabalho. Ocorreu precarização das relações trabalhistas e desemprego estrutural, em escala mundial, impactando tanto em sua estrutura produtiva, como na organização sindical e nas questões políticas. Muitos pesquisadores, baseados em estudos e indícios empíricos, defendem que o trabalho teria perdido a centralidade e o seu valor para a humanidade, decretando o fim da sociedade do trabalho por meio do capital. Para Ricardo Antunes (2005), esta concepção é refutável, vez que o trabalho teria adquirido nova morfologia diante das questões da contemporaneidade.

A classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores como na siderurgia, em que houve uma relativa “intelectualização” do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística [...] Criou-se de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente multifuncional” da era informacional [...] E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de *part-time*, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo o desemprego estrutural (ANTUNES, 2005, p. 31-32).

O fato é que a efetivação e o predomínio da nova ordem mundial capitalista demandou a criação de vários organismos internacionais para influenciarem os sistemas econômicos e políticos dos Estados nacionais, bem assim para propalarem os receituários de políticas públicas que deveriam ser cumpridos pelos países dependentes¹¹. No Brasil, por exemplo, todas essas mudanças começaram a ser aplicadas durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992) com a adoção de uma política recessiva por meio do processo de abertura comercial e da chamada modernização. Entre as consequências dessa ação estão o predomínio da inflação e a produção dos mais altos índices de desemprego. Diante da crise, a incerteza e o aumento do desemprego resultaram no crescimento da informalidade e no declínio dos salários reais. Mesmo com a volta do crescimento econômico no governo de Itamar Franco (1992-1994), devido ao sucesso do plano real, o país não conseguiu retomar o dinamismo na economia. Em meio a privatizações e enxugamento da gestão pública, tal política obteve confirmação ao longo da década, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), época áurea das políticas neoliberais, prejudicando vertiginosamente a classe trabalhadora. Na sequência entrou o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), que, sem romper com as políticas macroeconômicas, deu continuidade a uma série de iniciativas de experiências da modernização do Estado brasileiro. Foi elaborado um plano de

¹¹ Principais órgãos: Banco Mundial (BIRD), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Já entre os eventos, destaca-se o *Consenso de Washington*, considerado o receituário das políticas neoliberais para a América Latina.

gestão pública tendo o Estado como agente na solução para os problemas, e também se buscou adotar processos mais participativos (ABRUCIO, 2007; MATIAS-PEREIRA, 2008; PIMENTEL, 2010). No entendimento de Boaventura de Sousa Santos (2001), a globalização econômica,

[...] é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais são: restrições drásticas à regulação estatal da economia, novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objecto de propriedade intelectual (Robinson, 1995: 373); subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais (SANTOS, B., p. 37).

Este modelo, protagonizado pelas grandes potências capitalistas, foi posto em prática como a única alternativa viável para o crescimento econômico e o desenvolvimento de todos os países. No entanto, as crises econômicas do sistema reverberaram em intensas crises sociais, na maior parte dos países, havendo quem expressasse, às vezes com violência, os descontentamentos e as disfuncionalidades das políticas aplicadas, que não correspondiam aos interesses da maioria da população mundial. Pelo contrário, aumentaram a exclusão e as disparidades entre as nações ricas e pobres.

A lógica capitalista insiste em reduzir o mundo do trabalho ao mercado de trabalho, condicionando-o a relações assimétricas de dominação do detentor do capital com o trabalhador. Isto possibilita a permanência da acumulação de riquezas por parte do capitalista e a fragmentação da força de trabalho. Angela Araújo e Elaine Amorim (2001) argumentam que houve uma reconfiguração nas relações laborais com as recentes formas de reestruturação econômica e o avanço tecnológico que substituíram em maior ou menor medida o modelo fordista, por outros formatos de organização de produção e pela redução do contingente de trabalhadores necessários à produção industrial. Um dos seus principais efeitos visíveis foi a intensificação do movimento de automatização, isto é, a substituição do trabalho humano pela ação das máquinas, bem como, se estabeleceram diferenciados arranjos de subcontratação de trabalhadores/as. Segundo Ricardo Antunes (2001)

[...] no estágio atual a reestruturação produtiva do capital no Brasil é mais expressiva e seus impactos recentes são mais significativos. Combinam-se processos de *downsizing* das empresas, um enorme enxugamento e aumento das formas de superexploração da força de trabalho, verificando-se também mutações no processo tecnológico e informacional. A flexibilização, a desregulamentação e as novas formas de gestão produtiva estão presentes em grande intensidade, indicando que o fordismo, ainda dominante, também vem se mesclando com novos processos produtivos, com as formas de acumulação flexível e vários elementos oriundos do chamado toyotismo, do modelo japonês, que configuram as tendências do capitalismo contemporâneo (ANTUNES, 2001, p.236).

Diante de tal panorama, verifica-se a complexidade e as contradições nos processos de reestruturação na dinâmica do mercado de trabalho e no cotidiano da vida dos/as trabalhadores/as. Para aqueles que não conseguem assumir cargos no mercado formal, as atividades informais e o trabalho dentro do ambiente doméstico tem sido uma das alternativas de trabalho que mais tem crescido no Brasil. Eliane Ferreira e Marcelo Lemos (2011) sustentam que a reestruturação produtiva foi um dos grandes potencializadores do recente e disseminado ingresso de mulheres no mercado de trabalho, devido às condições de flexibilidade encontradas nas novas configurações do trabalho por meio de subcontratações, terceirização e empregos temporários, revelando uma lógica de precariedade nas atividades desempenhadas pelas mulheres no mundo do trabalho contemporâneo. No pensamento de Zéu Palmeira Sobrinho (2008):

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa da produção sem implicar custos de trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opositores. Em vez da compra direta da força de trabalho, compra-se trabalho, serviço, mercadoria. A informalidade que está sendo difundida se pauta principalmente no discurso da autonomia, da independência, da transformação do trabalhador em empresário (PALMEIRA SOBRINHO, 2008, p. 91).

O emprego formal, entretanto, além de não se expandir proporcionalmente às necessidades sociais, exige cada vez mais qualificação, conquanto continue repetitivo. O trabalhador precisa estar capacitado para desenvolver habilidades polivalentes, entender as instruções operacionais e sujeitar-se à rigidez das normas do estabelecimento de trabalho. Como se pode ver, estas exigências eliminam, de imediato, significativa parcela de trabalhadores e trabalhadoras, desqualificados para o trabalho, nos moldes do capitalismo atual. Assim, o atual sistema político-econômico tem demonstrado sua incapacidade de dar respostas às demandas sociais da população mundial e o resultado tem sido a desvalorização e a precarização da mão de obra, que conduzem à informalidade e ao desemprego.

Helena Hirata (2010, p. 45) defende que “à precarização do trabalho das mulheres se soma a precarização familiar: ambas precisam ser analisadas conjuntamente”. Pois, as crises econômicas e sociais que tem afetado toda a população mundial redundaram de fato em situações de precariedade com empregos vulneráveis, desemprego e trabalho informal que acentuam a divisão sexual do trabalho e as desigualdades sociais de gênero, classe e raça. Tanto nos países do Norte quanto nos do Sul, essa é uma tendência atual, vez que essas mudanças não diminuem apenas o trabalho decente para mulheres e homens, significa ainda o

aumento da exploração do trabalho gratuito das mulheres na esfera doméstica e familiar. Em se tratando de América Latina, conforme relatório da organização não-governamental Latinobarômetro (2009), a discriminação de gênero é um aspecto de muita incidência nas relações laborais. Constatou-se a manutenção do pensamento tradicional da sociedade a respeito do papel da mulher. Para 36% dos latino-americanos considera-se que é melhor a mulher ficar em casa enquanto o homem deve trabalhar fora, demonstrando a naturalização das responsabilidades familiares e domésticas enquanto papel majoritariamente feminino. Já 58% da população acredita que se a mulher ganhar mais que o homem isso vai gerar problemas na família. Isso reflete a ideia de que o trabalho masculino ainda é tido como o principal, enquanto chefe de família, e o feminino deve ser complementar, por isso aos homens devem ser oferecidos os melhores salários. No cenário brasileiro os índices de discriminação gênero seguiram a média regional apresentando os respectivos índices de 33% em relação ao trabalho doméstico e profissional e 46% no tocante aos rendimentos.

Sendo conhecidos os vários processos de mudança no mundo do trabalho, pode-se constatar que a globalização e os processos de reestruturação e flexibilização tiveram consequências complexas e contraditórias afetando desigualmente o trabalho feminino e o masculino. Neste último caso, houve regressão ou estagnação, no entanto, a empregabilidade feminina cresceu tanto no trabalho formal como no informal. Para Glória Rebelo (2002) com este contexto de mudança laboral, confere-se um especial destaque à situação das mulheres. Ela tende a ser fortemente influenciada por fatores estruturais (ordem econômica, sociológica e jurídica) e por fatores conjunturais (aumento da inflação, do desemprego, que condicionam a entrada, a permanência, a saída e as respectivas flutuações da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho). Sobre este assunto, Ricardo Antunes (2005) afirma que,

Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado. (...) Sabe-se que essa expansão do trabalho feminino tem, entretanto, significado inverso quando se trata da temática salarial e dos direitos, em que a desigualdade salarial, quando as mulheres são comparadas aos homens, contradita a sua crescente participação no mercado de trabalho. Seu percentual de remuneração é bem menor do que o auferido pelo trabalho masculino. O mesmo ocorre no que concerne aos direitos e condições de trabalho (ANTUNES, 2005, p.29).

Assim, o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho se deve à necessidade de sobrevivência em um mundo marcado pelo crescente desemprego, pela deterioração da renda e por relações de trabalho mais precárias. O lugar oferecido à mulher no

mercado de trabalho não está sujeito às mesmas condições do que é oferecido ao homem. Conforme o Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento, elaborado pelo Banco Mundial (2012), apesar dos avanços significativos na melhoria das condições das mulheres em termos de educação, saúde e no acesso ao emprego e meios de subsistência, elas continuam a lutar contra a persistência das desigualdades. Isso porque a segregação no mercado de trabalho, as disparidades salariais, diferenças entre homem/mulher na responsabilidade pela prestação de cuidados e realização das tarefas domésticas, a posse de bens e restrições na capacidade de decidir das mulheres nas esferas privada e pública são características persistentes na sociedade contemporânea.

1.2.2 O debate sobre a feminização do trabalho

A questão da desigualdade do trabalho da mulher no Brasil não pode ser dissociada do contexto geral do mercado de trabalho no mundo, inclusive no tocante à flexibilização e da precarização das relações de laborais e aos demais fatores que influem no mercado de trabalho e no emprego. No contexto atual, alinhado ao patriarcalismo¹² e ao autoritarismo, traços da cultura machista, que também estão presentes no nosso modo de vida, são reproduzidos no mundo do trabalho. Este fato interfere diretamente na forma de produzir, na distribuição do poder e no domínio da tecnologia. Os homens ainda ocupam os espaços mais privilegiados. As mulheres precisam conciliar as atividades produtivas com as tarefas domésticas, e, apesar das responsabilidades que lhes são atribuídas, muitas não gozam de independência funcional ou econômica, dependendo de concessões masculinas para exercerem qualquer atividade.

¹² Segundo Herrera Flores (2005) há três mecanismos de funcionamento do patriarcalismo no âmbito jurídico e político: a dicotomia entre liberdade e igualdade; a separação entre igualdade e diferença; e a dicotomia público-privado. A concepção que predomina hegemonicamente na concepção liberal do direito é a autonomia individual. Contudo, a igualdade é condição de liberdade, pois sem condições sociais, econômicas e culturais de pouco vale gozar de direitos que não vão poder ser postos em prática assim falar em liberdade é falar em construção de espaço político. Se por um lado o reconhecimento da lei é reconhecido como espaço de conseguir a dignidade, de outro, há consciência da imposição de alguns critérios conflitivos com os interesses da mulher. Liberdade e igualdade são duas faces de uma mesma moeda, mas há um conjunto de condições que apontam ao empoderamento cidadão. Já para a divisão entre privado e público, é dito que a política supõe sempre visibilidade de conflitos entre diferentes interpretações da realidade. Falar de política é falar num espaço social ampliado, onde há interesses entre os âmbitos públicos e privados. O espaço patriarcal de organização social funciona primeiro estabelecendo um centro – o público, masculino, branco, ocidental – e uma periferia – o privado, feminino étnico, com uma regulação social que discrimina a periferia e a separação dos iguais e desiguais.

De acordo com a CEPAL (1988), há dois conjuntos de fatores determinantes do incremento crescente da participação feminina na economia na América Latina e Caribe. O primeiro refere-se aos grandes movimentos populacionais, tais como: crescimento da população urbana, migrações internas, redução considerável das taxas de fecundidade, aumento da esperança de vida, aumento de casas com chefia feminina, mudanças na cultura em relação ao trabalho da mulher. O segundo grupo de fatores baseia-se nas transformações na educação e culturais através do investimento público dos governos da região em políticas educacionais e de profissionalização, que permitem mudanças no perfil da população economicamente ativa com melhor qualificação, principalmente, para as mulheres e os jovens. Também foi considerado um terceiro aspecto que deve juntar-se aos outros dois citados e está presente nos espaços de baixa renda, que é a pobreza.

Ainda no âmbito da CEPAL tem sido desenvolvidas diversas investigações a respeito da distribuição de responsabilidades pelas atividades domésticas na família por meio dos estudos de orçamento-tempo. Esse trabalho colabora no sentido de esclarecer que mesmo quando as mulheres não dispõem de um emprego remunerado trabalham muito, por gastar grande parcela de seu tempo nas atividades produtivas e de prestação de serviços no espaço doméstico. Além disso, ao assumir outras responsabilidades como o trabalho produtivo seja fora ou dentro do lar, permanecem encarregadas pelo trabalho não remunerado, o que as leva a estender o tempo dedicado ao trabalho. Essas pesquisas procuram dar visibilidade aos hiatos existentes nos cálculos da economia sobre a participação econômica das mulheres por meio das estatísticas que refletem o seu cotidiano.

Cláudia Nogueira (2004) afirma que apesar da reestruturação produtiva e a presença neoliberal serem uma tendência global, comparando-se os dados de pesquisa realizada na Europa, América Latina e Brasil, pode-se verificar que o trabalho feminino referente aos países latino-americanos tem recebido um processo bem mais acentuado de precarização do que os países europeus do capitalismo avançado. A autora lembra que a precarização, em relação à força de trabalho, atingiu homens e mulheres de forma desigual tendo as mulheres sofrido mais com as consequências daquele processo. Essa é uma tendência do mundo do trabalho também presente quando se analisa o Brasil. No período de 1981 a 1998 ocorreu um constante crescimento da população economicamente ativa feminina, com um crescimento superior a mão de obra masculina. Em relação aos menores salários a mulher também se encontra predominante, quando comparada aos homens. Ambos, homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentravam-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para

os trabalhos realizados conforme o sexo. No que diz respeito à jornada de trabalho, em geral, quanto menor era o tempo de trabalho, maior era a presença feminina. Com essas conclusões, Nogueira reafirma a tese de que a divisão social e sexual do trabalho, na configuração assumida pelo capitalismo contemporâneo, intensifica rigorosamente a exploração do trabalho, e esta alteração se constata em maior grau sobre a força de trabalho feminina.

De acordo com Glória Rebelo (2002), a discussão atual em torno dessas (re)configurações do mercado de trabalho tem sido, assim, atravessada pela ideia de flexibilidade assente em duas grandes dimensões: o espaço e o tempo de trabalho. A reorganização e a redução dos tempos de trabalho são claramente questões que estão longe de exprimirem consensos, transparecendo antes os conflitos profundos e os interesses divergentes entre empresários e trabalhadores. A autora defende que, frequentemente, “não é aos trabalhadores que cabe a opção pela reorganização do tempo de trabalho: são as empresas que decidem quem deve trabalhar e em que momento” (p. 12), sendo os “conflitos entre o lar e o trabalho, especialmente aqueles que giram em torno da assistência a membros da família” (p. 12-13), uma prova evidente dessa relação tensa e conflituosa.

Uma forma usual de flexibilização é o trabalho a tempo parcial. Este surge como uma das novas formas de trabalho, integrada num princípio de “partilha de trabalho”, com um estatuto muitas vezes ambíguo, podendo traduzir, por um lado, uma repartição mais igualitária da mão-de-obra e, por outro lado, um instrumento que permite a inserção laboral de indivíduos distante das relações laborais do tradicional modelo de emprego. Apesar de apresentar-se como uma alternativa para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, na maior parte das vezes, o emprego em tempo parcial tem refletido efeitos negativos para as mulheres, pelo fato de majoritariamente ser uma forma marginal e precária de emprego com baixos salários, péssimas condições de trabalho e limitações de direitos. Enquanto a mulher emprega-se principalmente em setores de baixo rendimento salarial, que não possibilitam um desenvolvimento profissional, os homens assumem postos de melhor remuneração e de melhor prestígio. Para Helena Hirata (1999, p. 09), esta escolha não se dá preponderantemente por vontade das mulheres, mas porque é este tipo de trabalho que lhe permite adequar seu emprego às suas responsabilidades no trabalho doméstico e criação dos filhos que “se pressupõe essa conciliação ser de responsabilidade exclusiva do sexo feminino”. Diante desse contexto, Cláudia Nogueira (2009) afirma que a precarização tem sexo, porque mesmo atingindo grande parte de classe trabalhadora, a flexibilização da jornada de trabalho recai sobre as mulheres. Em pesquisa realizada com as operadoras de telemarketing sobre a

divisão sexual do trabalho, a autora constatou que no mundo produtivo contemporâneo, o setor de serviços tem absorvido a maior parte de mão-de-obra feminina, a quem são atribuídas tarefas monótonas, repetitivas e estressantes de trabalho *part-time*.

Lena Lavinas *et al* (2000), abordam duas formas diferentes de flexibilização do assalariamento, decorrentes da pressão crescente por produtividade, adotada pelas empresas, sejam elas de micro, pequeno ou médio porte e que pode variar entre o trabalho a domicílio e o tele-trabalho. Porém ambas, estão associadas a um assalariamento disfarçado no qual retira-se do trabalhador direitos mínimos, com evidente impossibilidade de se fazer representar e defender por um órgão de classe. A diferença do trabalho domiciliar e o tele-trabalho, segundo a autora, é que este é caracterizado por “trabalhadores qualificados, com capacidade de geração de rendimentos elevados e capazes de introduzir contratualidades inovadoras entre clientes e fornecedores, sejam eles indivíduos ou microempresários” (p. 04). O trabalho no espaço domiciliar tem adquirido papel relevante nas estratégias das empresas, pelas suas principais características: internacionalização, heterogeneidade, além da baixa qualidade do emprego e feminização.

A reestruturação produtiva, ao utilizar-se da informalidade, está expandindo o trabalho domiciliar, cuja desintegração se processou com o advento da indústria moderna, mas que retorna na atualidade. Embora este fenômeno possa parecer paradoxal, ele encontra-se coerente com as novas tendências de gestão de trabalho pautadas pela flexibilidade e precariedade (Neves e Pedrosa, 2007, 18).

Juliana Colli (2000), afirma que as transformações que o modo de produção capitalista, ao fazer uso de formas externas de trabalho, se livrando das responsabilidades com a produtividade e também dos encargos trabalhistas, tem (re)criado o fezonismo¹³, também chamado de sistema de facção. Com o novo fezonismo, que é uma forma de terceirização ou “uma forma de subordinação refinada do trabalho ao capital”, o capital acaba recriando formas arcaicas de contrato de trabalho. Porém, o que caracteriza o fezonista, segundo a autora, é que, além dele utilizar sua própria força-de-trabalho na produção, arcar com as responsabilidades de um empresário, a maior parte de sua produção é dependente de outras empresas. E o que diferencia o trabalhador do capitalista (chefe) é que o trabalhador (fezonista) apesar de obter os meios de produção, apenas gerencia o processo de produção, ele não determina e nem controla a produção. A obscuridade na relação contraditória entre empresa e patrão toma a forma de uma liberdade e igualdade de condição. A diferença se

¹³ De acordo com a autora, derivada da expressão fezon, o fezonismo é um sistema de trabalho correspondente à simples prestação de serviços, muito utilizado na França e Itália, e remete a vínculos de trabalho que antecederam à industrialização da produção de tecidos e de roupas no século passado.

define a partir da exigência da empresa para com a qualidade, quantidade da produção e da definição do preço por esse serviço o que, segundo Juliana Colli (2000), torna inexistente qualquer tipo de autonomia e independência por parte do feitor em relação a sua produção.

Este é um tipo de trabalho muito comum na confecção têxtil, realizado principalmente por mulheres para poderem conciliar o trabalho remunerado com o doméstico. A ausência do reconhecimento do vínculo empregatício tem sido um dos motivos da expansão do trabalho domiciliar. Segundo Lorena Silva (2001), esta modalidade de trabalho tem sido caracterizada por:

- a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores;
- b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados;
- d) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho;
- e) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva;
- f) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível;
- g) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina (SILVA, L., 2001, p. 276).

Diante da situação, é importante analisar os principais fenômenos constituintes da relação de gênero no mundo do trabalho, a partir das experiências das mulheres na contemporaneidade, para que se consiga pensar e avançar em estratégias que permitam a justa relação social no trabalho, assim como em outros setores da vida humana. Todavia, para obter equidade nessas estruturas, as mulheres necessitam empoderar-se e construir postura emancipadora de transformação dessa realidade. Sobre este assunto, Aura Aldana Saraccini (2006) traz o conceito de empoderamento¹⁴, ao afirmar que

El empoderamiento de las mujeres, en la misma proporción y condiciones de los hombres, es uno derecho inalienable importante, cuyo alcance se constituye en una alternativa ética, dado que coadyuva a la equidad entre géneros y, por ende, a la justa distribución de los alimentos materiales y espirituales (ALDANA SARACINI, 2006, p. 141).

A feminização do mundo trabalho deve ser promovida em seu aspecto positivo, uma vez que permite avançar o difícil processo de emancipação feminina, e desse modo minimizar

¹⁴ Tradução para o substantivo (do inglês) *empowerment*. Refere-se a “dar poder”, ou exercício do poder. Esse conceito surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos nos anos setenta, através da bandeira do poder negro, como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. Ainda na mesma década, o termo passou a ser utilizada pelo movimento feminista que o interpreta enquanto mecanismo de alteração de processos e estruturas sociais dominantes para a extinção, ou pelo menos, diminuição das desigualdades de gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais.

as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico. Mas é também marcada por forte negatividade, pois ela vem agravando significativamente a precarização da mulher trabalhadora. Já, esse lado negativo, por sua vez, é conseqüência da forma pela qual o capital incorpora o trabalho feminino, cujas características, como a polivalência e a atividade múltipla, são decorrentes das suas atividades no espaço reprodutivo, o que as torna mais apropriadas às novas formas de exploração pelo capital produtivo. Trata-se, portanto, de um movimento contraditório, uma vez que a emancipação parcial, uma conseqüência do ingresso do trabalho feminino no universo produtivo, é alterada de modo significativo, por uma feminização do trabalho que implica simultaneamente uma precarização social e um maior grau de exploração do trabalho (NOGUEIRA, 2004).

Como visto, o capitalismo, ao mesmo tempo em que cria condições para a emancipação feminina, acentua a sua exploração ao estabelecer uma relação aparentemente “harmônica” entre precarização e mulher, criando formas diferenciadas de extração do trabalho excedente. Quando se toma o trabalho em seu sentido ontológico, se pode ver que ele possibilita um salto efetivo no longo processo da emancipação feminina. E, na medida em que a mulher se torna assalariada, ela tem também a possibilidade de lutar pela conquista da sua emancipação, pois se torna parte integrante do conjunto da classe trabalhadora.

De fato, mesmo com tanta discriminação, o trabalho - como a política, a economia e outros campos da sociedade - se reveste de enorme importância para a mulher, posto significar alternativa de participação efetiva no processo de transformação social. Na medida em que ocorre esse empoderamento no processo produtivo, seja ele artístico, intelectual ou artesanal, desenvolvendo suas potencialidades e oportunizando outros modos de comunicação e socialização fora do contexto familiar, a mulher passa a contribuir como sujeito social para novas formas de sociabilidades.

2 DIREITOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DAS MULHERES

Como produtos do processo social, os direitos são conquistados e regulamentados a partir de reivindicações morais e políticas decorrentes de processos de lutas sociais. Dessa forma, essas garantias jurídicas são construídas e desenvolvidas mediante condições históricas e pelos grupos sociais interessados, refletindo o seu tempo e apontando pluralidade de significados que denotam diversas concepções. Para além das garantias formais inscritas, na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais as questões da realidade são problematizadas em suas exigências de equidade e justiça para a garantia de igualdade material entre mulheres e homens.

Em relação à evolução dos direitos conquistados pelas mulheres em busca da igualdade de direitos, analisam-se os documentos internacionais em direitos humanos para o reconhecimento e efetivação da igualdade de gênero, principalmente no tocante a realização dos direitos econômicos e sociais das mulheres. Neste ponto, ainda é feita a relação do trabalho da mulher e do desenvolvimento da proteção/promoção dos seus direitos mediante a implantação dos direitos sociais (e econômicos) na legislação brasileira a fim de identificar e debater os resultados e reflexos pela tutela dos direitos da mulher. Tendo em vista que, apesar da legitimação formal de equidade, as garantias jurídicas não ocorrem de maneira equiparada entre mulheres e homens. Apesar, dos avanços obtidos com os direitos sociais e econômicos, as mulheres ainda são discriminadas nos espaços laborais, por serem do gênero feminino e por tudo o que ele significa dentro da sociedade machista (ou patriarcal).

2.1 A contribuição dos tratados internacionais de direitos humanos sobre os direitos das mulheres

Segundo Flávia Piovesan (2009), a concepção contemporânea de direitos humanos nasceu influenciada pelo movimento de internacionalização dos direitos humanos no pós-guerra, contra a violência cometida durante o nazismo. Em paralelo a esse movimento, se desenvolveu a crítica à concepção positivista do ordenamento jurídico baseado somente no aspecto formal dos direitos, sem levar em consideração valores éticos. Diante desse contexto, ocorreram mudanças no âmbito do Direito Internacional e do Direito Constitucional, com um

novo sistema normativo internacional de proteção dos direitos humanos e textos constitucionais que passaram a considerar a dignidade humana, com reflexos importantes para os direitos humanos pela relativização do poder do Estado e pela ideia de proteção dos sujeitos na esfera internacional. De acordo com a autora, sob o prisma da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) os direitos humanos constituem-se como “unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, capaz de conjugar o catálogo de direitos civis e políticos ao catálogo de direitos sociais, econômicos e culturais” (p. 18).

Sabe-se que a defesa, a proteção e a promoção dos direitos humanos fazem parte hoje da consciência ética e política da humanidade, decorrentes de processos de luta pela democratização e por justiça social. Nesse sentido, a internacionalização dos direitos humanos contribuiu para a efetivação da garantia dos direitos, contudo, o contexto atual demonstra múltiplos desafios interligados dentro de um sistema de incertezas. A ação coletiva, embasada em princípios solidários, é fundamental para a superação desses dilemas. Nessa ótica, determinados sujeitos de direito, ou determinadas violações de direitos, exigem resposta específica e diferenciada, com as mulheres sendo vistas nas especificidades e peculiaridades de sua condição social, através de uma cultura de respeito à diferença e à diversidade.

Na Carta das Nações Unidas (1945) e na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), documentos pioneiros de proteção internacional dos direitos humanos, afirmou-se a igualdade de direitos do homem e da mulher. Contudo, segundo Lourdes Bandeira (2005, p. 52) “estas mulheres estavam, de certa forma, englobadas nos direitos do ‘Homem’ – este tido como o representante legítimo da espécie humana”, assim, as mulheres não eram reconhecidas como sujeitos de direito compreendidas nas suas especificidades, fato que se refletia na invisibilização social feminina diante das instituições tradicionais, gerando a discriminação dos anseios das mulheres na realidade social.

Os pactos irmãos de 1966, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) explicitaram nos respectivos textos o dever de se tratar mulheres e homens de maneira igualitária na sociedade. Enquanto o primeiro encontra eco na esfera individual, o segundo aborda os aspectos sociais, ou os direitos coletivos. Ambos são considerados instrumentos de alcance geral por abordarem de forma ampla direitos como à vida, liberdade de expressão, educação, trabalho, saúde, lazer, entre outros.

No plano global, os direitos econômicos, sociais e culturais correspondentes ao PIDESC recaíram, em grande parte, na competência das agências especializadas do Sistema

das Nações Unidas (OIT, UNESCO, FAO)¹⁵, mas o âmbito de atuação dessas últimas encontra-se direcionado a setores específicos da atividade humana. Nas últimas décadas, houve expansão e nova tentativa de categorização da proteção de direitos, fato que também possibilitou voltar a atenção aos direitos atinentes a distintas categorias de pessoas protegidas. Com o passar do tempo houve a evolução da percepção de que se entre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (DESC) havia os que se aproximavam de “normas organizacionais” e os que requeriam implementação semelhante à dos direitos civis e políticos. Tomava corpo a ideia de unidade fundamental de concepção dos direitos humanos existindo um núcleo de direitos fundamentais de caráter inderrogável (CANÇADO TRINDADE, 1995).

Com o fortalecimento do movimento feminista, nos anos 1970, por meio do empoderamento das mulheres para eliminação das desigualdades sociais e de gênero, a luta pelo avanço das legislações a favor dos direitos das mulheres e a superação de sua condição de subordinação jurídica adquirem novo fôlego em âmbito internacional. De acordo com Manuela Silva (1999), há uma evolução no entendimento das instituições e da sociedade mediante a introdução do conceito de gênero enquanto categoria social composta de normas e comportamentos impostos, que definem os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres, configurando as relações de poder entre os sexos.

O trabalho desenvolvido pela ONU junto a outros organismos relacionados ao tema dos direitos das mulheres evoluiu de tal forma que no ano de 1975 foi declarada a década da Mulher (1975-1985) e foi realizada a I Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, na cidade do México, com formulação de propostas e recomendações para a melhoria da condição de vida das mulheres e do acesso às mesmas oportunidades que os homens. Na sequência, os países que se comprometeram com a declaração da Conferência demonstraram, todavia, pouco empenho nas políticas públicas internas, promovendo poucas mudanças na situação das mulheres, com programas específicos e pontuais, sem combater de maneira incisiva a discriminação de gênero.

Em 1979, a Assembléia Geral da ONU aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (*Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women - CEDAW*). Ratificada por grande parte dos Estados-membros, fortaleceu a luta contra as desigualdades de gênero, sendo considerada como parâmetro mínimo das ações estatais na promoção dos direitos humanos das mulheres e na

¹⁵ Siglas para: Organização Internacional do Trabalho, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

repressão às suas violações, tanto no âmbito público como no privado. Além disso, “simboliza o resultado de inúmeros avanços principiológicos, normativos e políticos construídos nas últimas décadas, em um grande esforço global de edificação de uma ordem internacional de respeito à dignidade de todo e qualquer ser humano” (BRASIL, 2006, p. 15), pois, fundamenta-se na dupla obrigação de eliminar a discriminação e assegurar a igualdade. A Convenção, mais que declarar as garantias de igualdade e idêntica proteção, estipula medidas para o alcance da igualdade entre homens e mulheres na vida política, social e econômica. Para ampliar a força da Convenção da Mulher, em 1999 foi adotado pela Assembléia Geral das Nações Unidas o Protocolo Facultativo da CEDAW.

Ainda no ano de 1980, foi realizada a II Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher, em Copenhague, com o propósito de avaliar as metas alcançadas e os obstáculos enfrentados, de modo a revelar aprendizagens para os próximos passos da mobilização. Essa reunião permitiu que, pela primeira vez na história, as desigualdades entre homens e mulheres fossem tratadas entre os Estados como assunto estrutural do processo histórico em seus aspectos político, econômico, cultural e social (PRINCE, 2010).

Em 1985, na cidade de Nairóbi, aconteceu então a III Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, na qual foram aprovadas as “Estratégias para o Futuro para Avanço da Mulher”, previstas para serem conseguidas até o ano de 2000. No entanto, seus objetivos não foram concretizados. Nessa Conferência, as mulheres apresentaram sua percepção e críticas sobre os efeitos devastadores da recessão econômica e dos ajustes estruturais nas economias dos países periféricos. As reivindicações das feministas ganharam maior respaldo no cenário internacional com a aprovação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, que proclamou a responsabilidade dos Estados em adotar medidas para cumprimento das diretrizes dessa Declaração, assegurando a igualdade de oportunidade para todos e garantindo a participação ativa das mulheres no processo de desenvolvimento.

A década de 1990 representou período de grandes avanços legais no reconhecimento dos direitos das mulheres, com a adoção de diversos instrumentos de proteção de direitos humanos. Durante a Cúpula de Terra de 1992, no Rio de Janeiro, reconheceu-se formalmente a necessidade e a urgência de se contar com a participação das mulheres para avançar nos campos do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, celebrada em Viena em 1993, estipulou que os direitos das mulheres são parte indivisível dos direitos humanos universais, nesse contexto, foi determinada a legitimidade da participação plena e igual das mulheres na vida política, civil, econômica, social e cultural,

em nível nacional, regional e internacional, bem como, foi invocada a erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero. No mesmo ano, foi aprovada pela ONU a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher.

No âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), foi adotada em 1994 a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, conhecida como Convenção de Belém do Pará, por ter sido assinada nessa cidade brasileira. Ratificada pelo Brasil em 1995, esta Convenção é o mais importante acordo internacional sobre a violência contra a mulher, no qual estão previstas ações necessárias de prevenção, além das medidas punitivas e de apoio jurídico e psicológico às mulheres e às suas famílias, manifestando o direito das mulheres a uma vida sem violência. A Convenção declara que a violência contra a mulher é violação aos direitos humanos, às liberdades fundamentais, além de revelar as relações de poder inseridas na construção desigual das relações de gênero, exigindo o repúdio e a eliminação desse tipo de violência.

A IV Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, na cidade do Cairo, em 1994, inseriu a discussão sobre os direitos sexuais e reprodutivos na agenda política internacional dos Estados. Essa Conferência marcou mudança paradigmática na área de população e desenvolvimento, pelo fato de consagrar o conceito de direitos reprodutivos e como consequência deslocar o eixo da regulação da fecundidade da esfera do controle populacional para os direitos individuais de homens e mulheres. Com o Programa de Ação adotado nesse evento, as políticas e os programas de população deixaram de centrar-se no controle do crescimento populacional como condição para a melhoria da situação econômica e social dos países, e passaram a reconhecer o pleno exercício dos direitos humanos e a ampliação dos meios de ação da mulher como fatores determinantes da qualidade de vida das pessoas. Apesar dos avanços alcançados, as conquistas do Cairo não aconteceram sem resistências. Atualmente, existem dois grandes obstáculos que devem ser superados para que as metas do Cairo sejam atingidas: o aporte insuficiente de recursos e o movimento crescente de setores conservadores, contrários aos princípios acordados na Conferência. Na Cúpula de Desenvolvimento Social realizada em Copenhague, em 1995, constatou-se que as mulheres são mais diretamente atingidas pelos efeitos da pobreza, do desemprego, da degradação ambiental, da violência, da guerra, e que o desenvolvimento social e econômico não pode ser alcançado sem a inclusão feminina (ALVES, 1997; BANDEIRA, 2005; GARCÍA, 1994; PRINCE, 2010). Entre os dez compromissos firmados pelos chefes de Estado durante a Cúpula estão:

- 1- criar um ambiente econômico, político, social, cultural e jurídico que permita o desenvolvimento social das pessoas;
- 2- promover o pleno emprego e de capacitar os homens e as mulheres a conseguirem meios de vida seguros e sustentáveis;
- 3- promover o pleno respeito à dignidade humana, de alcançar a igualdade e a equidade entre homens e mulheres, de reconhecer e aumentar a participação e as funções de liderança da mulher na vida política, civil, econômica, social e cultural e no desenvolvimento (ALVES, 1997, p. 149).

Esses compromissos são respaldados por um Programa de Ação, que traz políticas e medidas destinadas a promover a integração social em áreas que envolvem a forma de atuação dos Governos, a não-discriminação, a igualdade e a justiça social, as necessidades particulares dos indivíduos e grupos mais vulneráveis, as necessidades especiais dos migrantes e refugiados, a violência e o crime e o papel da família. Contudo, quase duas décadas após a Conferência, movimentos sociais e organizações não-governamentais ainda denunciam os poucos avanços obtidos, segundo eles, devido à falta de vontade política dos chefes de Estado e de Governo. Acrescenta-se ainda, o baixo investimento financeiro dos países para se enfrentar a pobreza, o desemprego e a desintegração social, para se estabelecer condições econômicas para se alcançar a igualdade e acabar com a discriminação (ALVES, 1997).

Todas essas reuniões e todos esses tratados ratificados culminaram na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, que aconteceu na cidade de Pequim, em 1995. Essa reunião é considerada a mais importante “pelo número de participantes que reuniu, pelos avanços conceituais e programáticos que propiciou e pela influência que continua a ter na promoção da situação da mulher” (BRASIL, 2006, p. 148). Intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a Conferência de Pequim foi organizada com o propósito de construir recomendações mais próximas da realidade, menos generalizantes, baseadas nas estratégias de Nairóbi. Nesta perspectiva, pode-se definir uma plataforma de ação que tinha por objetivo identificar as áreas de especial preocupação e determinar um conjunto de objetivos estratégicos e correspondentes ações para sua superação.

Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da

mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina (BRASIL, 2008).

Considerando-se que as estratégias anteriores não tinham alcançado êxito pelo fato de serem compartimentadas em projetos desconexos, a Plataforma reconheceu a estratégia de transversalidade de gênero (*gender mainstreaming*) como elemento básico de promoção da equidade de gênero. Consagrou três inovações dotadas de grande potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher: o conceito de gênero (compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente); a noção de empoderamento (a mulher ter controle sobre o seu desenvolvimento com a garantia das condições materiais necessárias pelo governo e sociedade); e o enfoque da transversalidade (integração efetiva da perspectiva de gênero nas políticas públicas em todas as esferas de atuação) (BRASIL, 2006, 2008).

Em decorrência dessa nova compreensão, todos os documentos institucionais em direitos humanos produzidos a partir de então passaram a incorporar esse conceito para promoção da equidade (SILVA, M., 1999). Significa que todos os países signatários se comprometeram em se empenhar na implantação da transversalidade de gênero nas políticas públicas, bem como na adaptação de suas legislações, a fim de integrarem em seu corpo normativo interno a perspectiva de gênero. Conforme Lourdes Bandeira (2005, p. 50), recomendou-se ainda, aos governos a revisão periódica da execução e resultados dos programas nacionais, “para garantir que as mulheres sejam beneficiárias diretas do desenvolvimento e que sua contribuição (remunerada e não-remunerada) seja levada em conta na política e planejamento econômicos”. Nas palavras de Flávia Piovesan (2003),

A existência de um instrumental internacional de proteção dos direitos humanos das mulheres, por si só, revela um grande avanço. As Convenções analisadas traduzem o consenso da comunidade internacional a cerca da urgência em se eliminar a discriminação e a violência contra a mulher e, ao mesmo tempo, promover a igualdade material e substantiva. Esse consenso mundial transcende a complexa diversidade cultural dos povos, que passam a compartilhar de uma mesma gramática, quando o tema é a discriminação e violência contra a mulher (PIOVESAN, 2003, p. 218).

Desse modo, a inserção de um conjunto de documentos internacionais no direito interno e, conseqüentemente, nas políticas públicas dos Estados, cooperou com a luta das mulheres consolidando a ideia de que elas devem estar conscientes de seus direitos e da capacidade de exercê-los. A desigualdade entre mulheres e homens, mais do que ser um

problema de ordem econômica e social, é também uma questão de direitos humanos, que propõe a valorização da igualdade e o respeito à diferença. No entanto, o grande desafio está em converter “a igualdade meramente legal e formal em igualdade material, real e substantiva, mediante formas de inclusão social, capazes de combater a exclusão e invisibilidade, que é a pior das violências” (PIOVESAN, 2003, p. 219). Essa assertiva abrange o que dissera Amartya Sen (2000) a respeito da expansão das liberdades substantivas reais para todas as pessoas, principalmente para as mulheres que sofrem mais com as discrepâncias e exclusões sociais. O economista defende que a igualdade de gênero consiste em objetivo essencial *per se*, significando, portanto, um direito humano básico do qual nenhuma pessoa deve ser privada, que serve como fundamento de toda e qualquer prática social que vise ao bem-estar da coletividade. Este ponto de vista também se evidencia no fato de a comunidade internacional de desenvolvimento reconhecer que o empoderamento das mulheres e a igualdade de gênero são objetivos de desenvolvimento por direito próprio, conforme incorporados aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que contempla entre suas metas, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/Aids, a malária e outras doenças e o estabelecimento de parceria mundial para o Desenvolvimento (WEDO, 2004).

No âmbito da América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sob forte influência de Celso Furtado e Raul Prebisch, com o objetivo de reduzir a desigualdade social, econômica e política da região, elaborou projeto de sistematização e difusão de estatísticas e indicadores referentes à perspectiva gênero, por meio da Divisão de Assuntos de Gênero. Neste sentido, a CEPAL assessora os países na produção e transmissão dessas estatísticas e indicadores como insumos indispensáveis à formulação e avaliação das políticas públicas que visam promover equidade entre homens e mulheres (GARCÍA-HERREROS, 2011).

No caso do Brasil, as tentativas de mudanças atualmente podem ser conferidas no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), adotado em 2004 pelo governo federal, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). O país estipula como estratégia principal o conceito de transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas, envolvendo através de ação coordenada, dezenove ministérios e secretarias especiais integrados com governos estaduais e municipais, além de parcerias com as organizações da sociedade civil (BRASIL, 2008). Para a execução do PNPM foram identificados alguns eixos estratégicos com base nas necessidades das mulheres, entre as quais se destaca, para fins deste trabalho, o eixo “Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do

Trabalho com Inclusão Social”. Com esta abordagem, o PNPM se propôs a desenvolver programas e projetos que promovam a autonomia feminina e a redução das desigualdades de gênero no campo do trabalho. Por meio da ação de seus Ministérios, o governo federal vem realizando importantes ações, como a ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, à terra e à moradia e a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres.

2.2 O papel da OIT na proteção/promoção dos direitos das mulheres

Cabe reafirmar que a Revolução Industrial inglesa do século XVIII, ao introduzir as máquinas, a produção em série e, com elas, o emprego em grande escala do trabalhador não qualificado, abriu as portas da indústria para a mão-de-obra feminina e infantil. Com o objetivo do acúmulo de riquezas, o novo sistema de produção buscava o barateamento da mão-de-obra. Desvalorizada, desqualificada, considerada de qualidade inferior, a força de trabalho de mulheres e menores era explorada, em massa, a preços muito inferiores àqueles pagos aos trabalhadores homens.

As relações trabalhistas dos séculos XVIII e XIX necessitavam de normatização. Da organização e reivindicação dos trabalhadores, foi intensificada a luta por direitos laborais que efetivaram os direitos sociais no mundo industrializado, influenciados diretamente pelo socialismo. A marca da doutrina socialista na primeira metade do século XIX, em suas dimensões como o comunismo, o socialismo utópico e o socialismo científico, foi de extrema importância para o fortalecimento dos direitos sociais e econômicos no mundo. Outro fator importante para consecução desses direitos foi a influência da Igreja Católica no reconhecimento dos direitos sociais e da necessidade da intervenção do Estado a partir da encíclica *Rerum Novarum*, do Papa Leão XIII, que versava sobre os limites e obrigações do Estado, dos patrões e dos empregados, ao mesmo tempo em que criticava os ideais socialistas.

Na época, não existia nenhuma legislação que limitasse a exploração do trabalhador, lhe garantisse salário condizente com suas necessidades de sobrevivência, condições mínimas aceitáveis de trabalho ou protegesse a saúde e a integridade física. A perspectiva liberal, dominante na Europa, não aceitava a intervenção do Estado nas relações econômicas, consideradas como relações privadas. Entre as reivindicações trabalhistas do século XIX se destacavam, além da redução da jornada de trabalho, a exigência de igualdade de salário para

igual trabalho e regulamentação do trabalho da mulher e do menor. O grau de insatisfação com as condições de trabalho e vida fizeram surgir a consciência entre os trabalhadores e a necessidade de formar organizações para dirigirem a luta operária. A partir disso, os trabalhadores se organizaram em associações e sindicatos a fim de reivindicarem seus direitos. Todo esse processo veio a culminar com a promulgação da Constituição Mexicana (1917) e da Constituição Alemã (Weimar, 1919) que consagravam os direitos sociais, como os direitos trabalhistas, à educação, à seguridade social e previdência, proteção à maternidade, limitação da jornada de trabalho, direito a terra, à assistência social, entre muitos outros. Por essa razão, esse movimento ficou conhecido como Constitucionalismo social, fazendo crescer e fortalecer a ideia de que as Constituições deveriam consagrar e prever os direitos sociais (SOUTO MAIOR e CORREIA, 2007).

No entanto, os trabalhadores homens conseguiram alguns de seus direitos muito antes das primeiras medidas protetoras laborais da mulher. O primeiro país a considerar essa proteção foi a Alemanha, onde se consolidava um movimento operário influenciado pelos socialistas, com destaque para Rosa Luxemburgo¹⁶. Foi somente a partir da Primeira Guerra Mundial, que a proteção do trabalho da mulher passou a ser preocupação dos governantes, em esfera internacional, fato evidenciado no Tratado de Versalhes, assinado em 1919, pelos países que participaram do conflito mundial, que estabelecia como recomendação o pagamento de salário igual para trabalho igual, sem distinção de sexo. Nesse mesmo ano, os países envolvidos na guerra decidiram se reunir para tratar questões referentes ao trabalho, fundando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (CNDM, 1986). Conforme, Maria Áurea Cecato (2007):

Os preceitos da OIT – sua Constituição e suas Convenções – tornam-se o modelo da regulação das relações de trabalho e do estabelecimento dos direitos sociais, fixando-se na base da construção do Estado de Bem-Estar Social. É, efetivamente, a partir da criação dessa Organização, que os Estados adotam mais sistematicamente normas e medidas de proteção ao trabalhador, tanto no nível constitucional (a partir de então, de caráter social) quanto no infraconstitucional. Os direitos ao trabalho; a salário justo e equitativo; ao descanso (intra e inter-jornada; semanal e anual); à

¹⁶ Rosa Luxemburgo era filósofa e economista, doutorou-se numa época em que raríssimas mulheres iam para a universidade. Ela foi uma das poucas mulheres politicamente ativas, pois o preconceito contra as mulheres que desempenhavam algum papel em público era largamente disseminado nos partidos de esquerda. Foi uma revolucionária de esquerda influenciada pela teoria marxista. Sua trajetória está ligada de forma inseparável ao desenvolvimento do movimento dos trabalhadores alemães, às lutas entre suas várias tendências e, finalmente, à sua cisão. Ela foi co-fundadora do grupo *Spartacus* e, a seguir, do Partido Comunista Alemão (KPD). Rosa Luxemburgo entendia a luta pela hegemonia como uma luta permanente pela aprovação e o apoio das maiorias qualificadas. Não somente por isso, a liberdade e a democracia não eram para ela um luxo que os políticos socialistas podiam doar ou recusar a seu bel-prazer, mas a condição para a existência da política socialista. A liberdade não poderia ser um privilégio de poucos, mas um direito de todos. Disponível em: <http://www.rls.org.br/sobre-rosa-luxemburg>.

liberdade sindical; à negociação coletiva e à greve; além dos relativos à seguridade social são contemplados nos ordenamentos nacionais. Em princípio, encontra-se completo o quadro dos direitos laborais como mínimo indispensável à salvaguarda da dignidade do trabalhador, conquanto não garantidamente respeitados (CECATO, 2007, p. 356).

Sendo orientada por seus objetivos que visavam a proteção do trabalho humano digno, a OIT procurou garantir à mulher igualdade de direitos e de tratamento em relação aos homens. Por isso, no ano de 1919 em sua sessão inicial, a Organização adotou as primeiras medidas protecionistas com relação à mulher, por meio das Convenções de nº 3, que tinha como objeto a proteção à maternidade, e de nº 4, que tratava o trabalho noturno. É curioso notar que, desde a sua criação, a Organização Internacional do Trabalho procurou proteger de modo especial o trabalho da mulher em razão de sua suposta fragilidade física e do seu papel de mãe, ou seja, daqueles aspectos que a diferenciavam dos homens, contudo, em relação à igualdade de direitos e à adoção de medidas destinadas a combater a discriminação sofrida pela mulher, que tinha nos baixos salários sua demonstração mais gritante, a atuação da OIT não se deu de imediato.

Apenas em 1951 foram adotadas a Convenção de nº 100 e a Recomendação de nº 90, que estabeleciam claramente a igualdade de remuneração para a mão de obra masculina e mão de obra feminina por um trabalho de igual valor. Em 1958, a Convenção nº111 vedava a discriminação da mulher tanto na formação profissional quanto na obtenção de emprego. No ano de 1981, foi adotada a Convenção nº. 156 que versa sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família. Os países tem a responsabilidade de efetivar a igualdade de oportunidades e de tratamento de trabalhadores e trabalhadoras nas suas políticas públicas, com vistas a possibilitar às pessoas com responsabilidades familiares, que estão trabalhando ou queiram trabalhar, exercer o direito de fazê-lo sem estar sujeitas à discriminação e, na medida do possível, sem conflitos entre seu trabalho e suas responsabilidades familiares; bem como a Recomendação nº. 165 que declarava a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família¹⁷;

¹⁷ No Brasil ainda está pendente de ratificação a Convenção nº156, que junto com a Recomendação nº 165, preconiza a elaboração de políticas públicas que garantam a igualdade efetiva de oportunidades e de tratamento de trabalhadores e trabalhadoras, no que se refere ao direito ao trabalho, sem qualquer discriminação advinda de suas responsabilidades familiares. Os movimentos de mulheres e feministas propõem o questionamento dos papéis tradicionais de gênero e a formulação e implantação de políticas públicas que estimulem a criação de novos modelos, com o fortalecimento da noção de compartilhamento e co-responsabilidade social sobre o trabalho reprodutivo. O objetivo é garantir o fortalecimento da presença das mulheres nas múltiplas esferas da vida social, especialmente nos espaços de poder e decisão.

A par dos instrumentos normativos que contribuem para a efetivação dos direitos da mulher, com destaque para o direito ao trabalho digno, o Brasil tem ratificado os tratados internacionais que corroboram a temática dos Direitos Humanos. Embora tenha havido progressiva melhora da participação feminina, a diferença de trato com as mulheres no mercado de trabalho brasileiro continua sendo uma característica dominante das relações laborais. As mulheres têm mais dificuldades de acesso ao emprego, suportam salários mais baixos que seus companheiros e suas possibilidades de ocupar cargos de responsabilidade são inferiores às dos homens. Sendo assim, é necessário reconhecer que a diversificação profissional das mulheres e sua incorporação ao mercado de trabalho representam uma das chaves da dinamicidade da economia.

Nesta perspectiva, a OIT tem abraçado uma trajetória política em defesa da promoção do trabalho da mulher com base no princípio de igualdade. Por meio da Declaração sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, adotada em 1998, o órgão internacional dispôs que todos os países membros da OIT estão obrigados a cumprir os princípios desta Declaração mesmo que ainda não o tenham adotado¹⁸. Entre os princípios a serem respeitados pelos Estados membros estão a eliminação do trabalho forçoso, a abolição do trabalho infantil e a eliminação de discriminação em matéria de emprego e ocupação, seja por ideias políticas, religião, raça, militância sindical ou gênero. Notadamente, vem tratando da igualdade como assunto de interesse público, por conseguinte de responsabilidade governamental; e da obrigação dos Estados em adotar políticas públicas que evitem a discriminação dos trabalhadores e trabalhadoras para que estes possam compatibilizar as responsabilidades familiares com as profissionais¹⁹.

Em meio a avanços e retrocessos, essa nova perspectiva exige a incorporação da experiência, do conhecimento e dos interesses das mulheres e dos homens para se avançar na igualdade de gênero. Por isso, é crucial a mudança de paradigmas, nos quais todas as

¹⁸ De acordo com Maria Áurea Cecato (2006) apesar de ser uma carta de intenções com caráter de orientação aos países integrantes da OIT, essa Declaração tem relevância no sentido de que seu texto traz as oito Convenções de base da OIT que tem efeito vinculante, ou seja, os estados membros são obrigados a cumpri-las desde que as tenham ratificado. Porém, nessas Convenções, das quais duas são sobre discriminação, estão contidos os princípios estabelecidos na Constituição da OIT, que os países signatários quando se filiam a Organização concordam formalmente com o cumprimento desses princípios que também estão presentes na Declaração de 1998. No entanto, a autora enfatiza que a Declaração não tem poder de sanção, mas de promoção dos direitos nela contida, além do que o poder da OIT de sancionar revela-se frágil diante da realidade dos países.

¹⁹ A adoção de políticas públicas, tanto quanto a criação de legislação em relação à compatibilização entre a vida laboral e familiar é fundamental para a promoção da equiparação de oportunidades entre homens e mulheres e a valorização das trabalhadoras, tendo em vista que na atualidade grande parte das famílias é chefiada por mulheres sobre quem recaem a maior parte dos encargos sociais da vida familiar.

pessoas possam ao mesmo tempo contribuir e serem beneficiadas com os resultados desse processo. Este é um compromisso que requer a transformação de estruturas sociais e institucionais desiguais em estruturas iguais e justas para homens e mulheres, o que faz da igualdade de gênero também uma questão de justiça social fundamentada nos direitos e na eficiência econômica por meio da participação de todas as pessoas (OIT, 2010).

O mero estímulo à participação feminina no mercado de trabalho, desacompanhado de políticas públicas de equiparação de condições e de oportunidades ao trabalho desempenhado pelos homens, não se reverte automaticamente em igualdade de gênero. Para as mulheres, o acesso e valorização de sua participação nas decisões políticas, no judiciário, na economia e demais dimensões da vida social de maneira equânime é uma conquista significativa para o exercício de suas capacidades, o respeito às suas especificidades de gênero e o gozo de seus direitos, e, para toda a sociedade significa como apresenta a OIT, questão de justiça social.

2.3 A incorporação dos direitos sociais e econômicos no ordenamento jurídico brasileiro

Como nos demais países que passaram integrar em seu corpo normativo os direitos econômicos e sociais, no direito brasileiro, essa incorporação foi iniciada por meio das medidas protetivas aos trabalhadores. Contudo, a preocupação governamental com a proteção da mulher contra a exploração de sua força de trabalho aparece apenas na década de 1920, sob pressão crescente do movimento dos trabalhadores e trabalhadoras. Desde 1917, uma onda de greves explosivas mostrava a insatisfação da massa operária, revoltada com as precárias condições de trabalho a que estava submetida. Como no início do capitalismo, o crescimento da indústria brasileira ocorreu por conta da exploração intensiva da força de trabalho, em especial, trabalho feminino e infantil.

De acordo com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM (1986) foi sob o Governo de Getúlio Vargas, no curso dos anos trinta, que uma legislação trabalhista, baseada nas pressões dos movimentos sociais da época inclusive das lutas feministas, passou a se preocupar com o trabalho feminino de forma substancial. A partir de então, os trabalhadores tiveram amparo legal e puderam ver algumas de suas reivindicações atendidas, pois os primeiros textos legislativos não tiveram qualquer repercussão prática. Assim, o Decreto nº 21.417 – A, de 17 de maio de 1932, pode ser considerado o marco inicial da legislação

protetora do trabalho da mulher no Brasil. Dessa forma, o trabalho da mulher foi regulamentado com a promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1º de maio de 1943. Além de lhe garantir os direitos gerais estabelecidos para todos os trabalhadores, a CLT assegurava proteção especial em função da peculiaridade de suas “condições físicas, psíquicas e morais”, ou seja, da sua declarada fragilidade física e do seu papel na reprodução humana. Como ressalva Maria Valéria Junho Pena (1981),

[...] a peculiaridade das condições da mulher referiam-se simplesmente a como garantir que ela, apesar de uma trabalhadora assalariada, continuasse a desempenhar adequadamente suas tarefas reprodutivas domésticas e não pagas; em outras palavras, como inscrever na lei suas peculiares condições de exploração (PENA, 1981, p. 167).

A Carta Constitucional de 18 de setembro de 1946, considerada de base mais democrática voltou-se mais para os direitos sociais, incorporando e ampliando os direitos trabalhistas previstos na Constituição de 1934. No que diz respeito aos direitos específicos da mulher, a Constituição de 1946 reiterou o direito à igualdade salarial para o mesmo trabalho, que havia sido abolido pela Carta do Estado Novo (1937), reafirmando todos os preceitos constantes do texto de 1934 (CNDM, 1986).

As profundas transformações econômicas, sociais e políticas por que passou o Brasil a partir do intenso processo de industrialização dos anos 1950 trouxeram poucas alterações contundentes a situação e a posição da mulher trabalhadora na sociedade. No entanto, o (re)surgimento e crescimento do movimento feminista em todo o país, a partir de meados dos anos 1970, bem como a organização e mobilização crescentes da mulher trabalhadora contribuíram para iniciar a mudança, ainda em curso, na mentalidade de homens e mulheres a respeito da posição tradicionalmente consagrada à mulher na sociedade. Aliados àquelas transformações, a emergência e o desenvolvimento dos novos movimentos sociais²⁰

²⁰ O paradigma dos Novos Movimentos Sociais (NMS) surgiu a partir da crítica à abordagem ortodoxa marxista (no que é contemporâneo com as formulações neomarxistas iniciais) e aos “esquemas utilitaristas e às teorias baseadas na lógica racional e estratégica dos atores” (Gohn, 2000, p.121). Uma das principais críticas dirigidas à abordagem marxista ortodoxa refere-se ao seu arcabouço teórico, que privilegia a análise das estruturas sociais (especialmente a econômica), consideradas como determinantes da ação humana. O paradigma dos NMS considera que isto limita a expressão da subjetividade dos indivíduos ao considerá-los como reflexo das determinações materiais (PICOLOTTO, 2007 p. 160). Sua preocupação consistia em analisar os movimentos sociais que surgiram, principalmente na Europa, a partir de 1960, época de ebulição de inúmeras práticas coletivas para a reivindicação de direitos negados, principalmente culturais, sociais e políticos. São movimentos de segmentos sociais excluídos, usualmente pertencentes às camadas populares (mas não exclusivamente). Podem-se incluir, nesse formato, as lutas das mulheres, dos afro-descendentes, dos índios, dos grupos geracionais (jovens, idosos), grupos de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, de defesa do meio ambiente etc. Centram sua atuação no diálogo, na ética e na democracia para o processo de relações mais justas, bem como buscam relacionar o conhecimento com a politização, a educação com os movimentos sociais. Os novos movimentos ajudaram a construir novos significados para a política retirando a exclusividade do mundo

contribuíram também para que se avançasse na conquista de direitos iguais para ambos os sexos, bem como permitiram a abertura de novos espaços para a atuação das mulheres, em todos os campos da atividade e, principalmente, na atividade profissional e produtiva.

Na esfera normativa, alguns avanços legislativos ocorreram após a CF/88, cujo art. 5.º, I, assegura a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres, enquanto o art. 7.º, XXX, proíbe a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor e estado civil. Essa “igualdade legislada” é, sem dúvidas, um primeiro passo indispensável à igualdade de resultados, mas deve-se acautelar para que não se transformem em letra morta. Para isso, é necessário que o legislador se ocupe também das condições materiais, econômicas, sociais e institucionais, capazes de assegurar a efetividade desse direito (MONTEIRO DE BARROS, 2006, p. 22).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a dignidade humana e os direitos fundamentais passaram a constituir os princípios constitucionais que incorporam as exigências de justiça e dos valores éticos, conferindo suporte axiológico a todo sistema jurídico brasileiro. Os direitos econômicos e sociais representam, autênticos e verdadeiros direitos fundamentais. Em nenhum momento a política social encontrou tamanho acolhimento em Constituição Brasileira como aconteceu na de 1988 (artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º e 11) nas áreas de educação, saúde, previdência social, trabalho, lazer, maternidade etc., definindo especificamente direitos dos trabalhadores/as urbanos/as e rurais.

Como afirma Alice Monteiro de Barros (2006), devido aos mandamentos da Constituição Federal de 1988, foi elaborada a Lei 7.855/89, revogando vários artigos da CLT que proibiam o trabalho noturno das mulheres na indústria, o trabalho nos subterrâneos, nas minerações em subsolo, nas pedreiras e obras de construção pública ou particular e nas atividades perigosas e insalubres. Assim, com o objetivo de combater a discriminação e fomentar a igualdade de salário e de oportunidades, inseriu-se na CLT art. 373-A, proibindo: publicar ou fazer publicar anúncio de emprego no qual se faça referência a sexo, salvo se a natureza da atividade o exigir; recusar emprego ou promoção motivada a dispensa por questão de sexo; considerar o sexo como variável determinante para fins de remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão profissional; exigir atestado ou exame de qualquer natureza, para comprovação da esterilidade ou gravidez na admissão ou permanência no emprego; impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos de inscrição ou aprovação em concursos; proceder o empregador ou preposto a revistas íntimas nas empregadas ou

do trabalho e a centralização do poder ao Estado, voltando-se para a importância das ações coletivas e a identidade coletiva criada nesse processo (GOHN, 2005).

funcionárias.

Desde seu início o Direito do Trabalho dedicou-se a regular o trabalho da mulher de maneira especial e protetiva, em razão da ideia que se tinha da mulher como ser frágil, vulnerável, mãe, dedicada à família e ao lar. Essa suposta proteção acabou proibindo a mulher de exercer determinadas ocupações. Atualmente, a inicial concepção de proteção vem sendo substituída pela proteção ao trabalho humano, limitando-se a determinadas circunstâncias ou situações pelas quais haja vulnerabilidade, como por exemplo, no caso da maternidade. Nesse sentido, tem-se desenvolvido o conceito de promoção do trabalho da mulher baseado no princípio geral básico de igualdade e não discriminação adentrando os direitos laborais na seara dos direitos fundamentais. Conforme Martha Garmendia (2006):

Si conceptualizamos al Derecho no solo como el contenido de las normas sino como una práctica social conformada por las normas y la aplicación de ellas, debemos concluir que la vigencia real del principio de igualdad exige como complemento de la igualdad formal el logro de la igualdad sustancial, en los hechos, por lo cual la prohibición de discriminación consiste no solo en la sanción de conductas discriminatorias sino que incluye también acciones que persigan consecuentemente la gradual erradicación de las causas que provocan la discriminación sistemática respecto a ciertos colectivos, como en el caso de las mujeres trabajadoras. Acciones que se han denominado como de discriminación positiva (más propiamente, acciones afirmativas) exigidas por el mismo principio de igualdad sustancial) (GARMENDIA, 2006, p. 141 – grifo da autora).

Em relação às normas domésticas, há países que tem buscado acompanhar e dar respostas às reivindicações das trabalhadoras, tanto que tem elaborado legislações internas que tem contribuído para a igualdade entre trabalhadores e trabalhadoras. Como no caso da Espanha que editou a Lei 39/1999, chamada Lei de Conciliação da Vida Familiar e Laboral (LCVFL) com o objetivo principal de inserir a mulher no mercado de trabalho compatibilizando com sua vida familiar. Contudo, a norma inovou em sua utilidade por ter considerado uma dimensão mais abrangente com respeito à dignidade da pessoa humana abrangendo sua aplicação ao inserir a proteção dos homens já que eles também necessitam conciliar a vida familiar com a laboral (NUNES, 2010).

Bem como outros Estados que baseados no respeito à repartição de tarefas familiares, criaram legislações que garantem o direito da mãe e do pai adotivos a licença obrigatória, correspondente ao período pós-parto. Estão entre estes países: Espanha, França, Portugal, Colômbia, Venezuela e Chile. Estas ações representam medida efetiva na persecução da igualdade de gênero. Nancy Fraser (2001) considera que a forma geral para remediar a injustiça social é a eliminação dos impedimentos à equidade participativa. A abolição das barreiras culturais é questão de reconhecimento, necessitando de políticas que possam

estabelecer uma igualdade de *status* mediante a desinstitucionalização de padrões de valores culturais que impeçam a equidade participativa e sua substituição por modelos que a promovam. Para Alice Monteiro de Barros (2006):

A necessidade de participação equitativa das mulheres nos diversos postos de trabalho, nas esferas de poder, nos centro decisórios, é uma imposição do *direito à plena cidadania*, que não se adquire com mera igualdade na lei, clamando por condições, por possibilidades materiais que permitam às mulheres alcançar a igualdade de resultados. Do contrário, “o princípio da igualdade encerrará uma evidente hipocrisia, ao esconder fatores de várias ordens, dos sociais aos culturais, que favorecem os homens, colocando-os em situações privilegiadas” (MONTEIRO DE BARROS, 2006, p. 27).

De sua origem até os anos 1970, o trabalho puramente subordinado foi objeto principal de caracterização das normas do trabalho, seguindo as bases de uma economia e modelo de industrialização fordista e taylorista, e pela política do Estado-Providência. Devido às sucessivas crises e crescimento do desemprego, a partir dos anos 1980, entretanto, a busca por mudanças estruturais para alavancar o crescimento econômico sustentado valorizou a maior confiança nas forças de mercado, associada à desregulação e à luta contra a rigidez do planejamento estatal e das intervenções protetoras no mercado de trabalho. Nessa conjuntura, foram realizadas diversas alterações legislativas colocadas em prática em muitos países nas três últimas décadas, com o intuito de conter o desemprego e incrementar o nível de ocupação. No aspecto geral, tais modificações se caracterizam por reduzir encargos tributários, abrandar o caráter de normas legais que regulam a prestação do trabalho sob o vínculo empregatício e regulamentar modalidades atípicas de trabalho, inclusive sem vínculo empregatício, com a justificativa de estimular a abertura de novos postos de ocupação. De acordo com Patrícia Santos (2009) surge então o processo de flexibilização nos processos produtivos, nas novas configurações de trabalho e, sobretudo, no Direito do Trabalho no qual:

A defesa da flexibilidade tornou-se majoritária. Apesar dos fatores de homogeneização e sinais de diferenciação, estabeleceram-se cinco grandes blocos temáticos: flexibilidade contratual, com estímulo à maior mobilidade dos trabalhadores através de novas modalidades contratuais; flexibilidade da demissão, concedendo maior liberdade ao empregador para romper o contrato de trabalho a um menor custo; flexibilidade na organização do trabalho, visando métodos mais modernos de uso e remuneração da força de trabalho; flexibilidade salarial, com o objetivo de fazer o custo do trabalho seguir as instabilidades do faturamento das empresas; flexibilidade do tempo de trabalho, associando a alocação das horas de trabalho às oscilações da produção (SANTOS, P., p. 10689).

Contudo, por ser um processo complexo, há muita controvérsia sobre suas consequências, com defensores e críticos. Para os que defendem a flexibilização no Direito do

Trabalho a implantação dessas medidas só dependeria dos interessados (Estado, empregadores e trabalhadores), por meio de ações e esforços conjuntos em direção à eficiência. Para aqueles que são contra, argumentam que os sindicatos não tem poder para garantir os direitos da classe trabalhadora, e por isso, reivindicam uma postura de maior proteção e promoção dos direitos dos trabalhadores por acreditarem que estas medidas flexibilizantes acabam favorecendo imensamente as empresas, deteriorando a situação social e econômica da classe trabalhadora (AMARAL, 2008).

Porém, os estudos em matéria do trabalho feminino mostram que essas novas formas de trabalho e proposições de execução do direito tem provocado mais perdas do que ganhos, visto que a feminização do trabalho se acentua dentro da informalidade, parcialidade e precarização. As relações de produção tem insistentemente se manifestado como formas de dominação e exploração do trabalho da mulher, vez que a divisão sexual se mantem, seja na segregação ocupacional com os homens, que possuem os melhores cargos e/ou melhores salários apesar da mesma função; seja a permanência da dupla jornada de trabalho a qual as mulheres são submetidas sem alcançar uma melhoria significativa nos padrões de vida.

Flávia Piovesan (2006, p. 211) defende a ideia da criação de “uma doutrina jurídica, na perspectiva das relações de gênero, que seja capaz de visualizar a mulher e fazer visíveis as relações de gênero”. A jurista afirma que essa doutrina teria como pressupostos o padrão de discriminação e as experiências de exclusão e violência sofridas por mulheres, com o objetivo de transformação dessa realidade. Para isso, há que se valer dos instrumentos internacionais de proteção dos direitos da mulher e das Constituições democráticas. Contudo, incorporar a perspectiva de gênero na doutrina jurídica significa o desafio de mudança de paradigmas, por meio de novos valores, de uma nova visão do direito e da sociedade.

3 CAMPO EMPÍRICO: Sistemas de produção familiar urbana

Entre as configurações produtivas existentes, elencou-se para fins deste trabalho o sistema de produção familiar urbana, que pode ser definido como a atividade produtiva desenvolvida pelo núcleo familiar em conjunto, normalmente realizada dentro do espaço da própria casa com a finalidade de garantir a subsistência da família. Esta forma de produzir, na maioria dos casos, conserva-se dentro da cultura tradicional baseada em valores e crenças compartilhados pelos membros de determinado grupo social.

Suas características são fundadas em traços da cultura patriarcal, ainda predominante na maior parte das relações e contextos sociais. Não se constitui como empresa, mas, como organização informal produtiva e econômica baseada em regras estabelecidas dentro do espaço doméstico pelo(a) chefe da família, sendo repassadas de uma geração para outra. Por isso, segue ordem hierárquica de obediência e de execução de tarefas que são divididas para cada membro da família, mantendo ainda, certa divisão sexual do trabalho, com as mulheres responsáveis por acumular os trabalhos de produção e de reprodução social. Além disso, é trabalho, preponderantemente, realizado de forma manual, artesanal, que mantém tecnologia tradicional, maneira de produzir apreendida pelo aperfeiçoamento do/a trabalhador/a em seu fazer cotidiano, assim, alguns exemplos deste sistema produtivo são: a agricultura familiar, o artesanato (renda, madeira, barro etc.) e a confecção de roupas por facção.

Para os fins desta pesquisa foram elencados os sistemas de produção familiar do artesanato do barro e o sistema de produção familiar em facção, ambos na cidade de Caruaru no Estado de Pernambuco. Entre outras questões, o artesanato²¹ se destaca por abranger trabalho que pode demonstrar os valores e modo de vida de uma localidade através da arte que elabora, é o caso dos/as artesãos/ãs do barro do Alto do Moura, uma comunidade da cidade de Caruaru. Por meio dessa atividade cultural e econômica, as famílias produtoras usam sua inventividade espontânea para levar beleza, arte e retratar o contexto social, fazendo do artesanato uma maneira de conseguir renda para sua sobrevivência e de sua família. Já a facção, revela aspectos contemporâneos fruto das transformações da tradicional indústria de

²¹ O setor artesanal é composto por um conjunto de atividades, que tem em comum o modo de produção, o reconhecimento social e, de alguma forma, o sistema de distribuição e venda. Os produtos artesanais caracterizam-se também por esta variabilidade, não havendo uma gama de produtos específica. Sua estrutura organizacional caracteriza-se por pequenos grupos, em sua grande maioria, localizadas em zonas economicamente tradicionais, assumindo a sua atividade uma importância vital em termos de coesão social e nas dinâmicas próprias das economias dos territórios onde se inserem.

confeções. As duas atividades expressam relevante presença da força de trabalho feminina e da divisão social e sexual do trabalho, seja na produção ou reprodução.

Neste texto, antes de trazer o debate das experiências investigadas, faz-se necessário apresentar os instrumentos e procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa que possibilitaram melhor compreensão das questões discutidas, além de compor o panorama dos contextos sociais estudados, fator imprescindível para a análise do campo e suas conseqüentes conclusões.

3.1 Metodologia

Para se atender aos objetivos da pesquisa, foi necessário tomar algumas decisões sobre os aspectos metodológicos. Optou-se por utilizar mecanismos que aproximassem a realidade da teoria, com o intuito de promover o enriquecimento mútuo desses campos, dessa forma, o trabalho empírico foi realizado por meio de observação direta, que possibilitou melhor aprendizagem e interação entre as perspectivas de estudo escolhidas para, em seguida, encontrar caminhos mais confiáveis de compreensão dos processos sociais.

Esta pesquisa está fundamentada em abordagem metodológica qualitativa por evocar questões não meramente redutíveis a números, necessitando alguma imersão no subjetivo dos sujeitos e na forma como estes percebem a realidade que os cerca (MINAYO, 2002). Destaque-se que, mesmo no âmbito de uma pesquisa qualitativa, foram utilizados números e estatísticas, quando necessário, considerando que, como fala Cecília Minayo (2002) o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, não se opõem, ao contrário, se complementam, dado que a realidade tratada por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.

Quanto à finalidade, a pesquisa realizada se insere nos formatos exploratório e explicativo. A pesquisa exploratória segundo Antônio Gil (2002, p. 42) proporciona “maior familiaridade com o problema”, no duplo objetivo de torná-lo mais explícito ou de constituir hipóteses, assim, pretendeu-se conhecer, de forma mais abrangente e introdutória, o modo de organização da produção familiar dos sistemas produtivos estudados, além da compreensão dos sujeitos sobre a participação de cada um no processo, principalmente a percepção e o papel social da mulher trabalhadora. A pesquisa explicativa, por sua vez, ainda de acordo com Antônio Gil, procura identificar os fatores que contribuem para a ocorrência dos fenômenos (GIL, 2002, p. 42). A ideia é explicar os principais elementos, eventos e mecanismos

utilizados nas relações de gênero e poder, bem como nas relações laborais que interferem na (in)visibilidade e (des)valorização do trabalho da mulher nessas estrutura produtivas.

3.1.1 Método de pesquisa

O método de pesquisa utilizado foi o do Caso Alargado. Esse método nasce no contexto do estudo de caso comum e amplia suas conclusões e implicações no âmbito da sociedade. O uso desse método serve como instrumento para estender as considerações da pesquisa sobre os sistemas de produção familiar urbana, escolhidos como objeto de pesquisa, para os demais sistemas de produção familiar urbana de Caruaru. Assim, as conclusões apresentadas tem como base a exemplaridade e não a generalização, neste sentido, Boaventura de Sousa Santos (1983) diz que este método,

[...] opõe à generalização positivista, pela quantidade e pela uniformização, a generalização pela qualidade e pela exemplaridade. Em vez de fixar a quantidade de casos (observações) adequada, o método do caso alargado escolhe um caso ou número limitado de casos em que se condensam com particular incidência os vectores estruturais mais importantes das economias interaccionais dos diferentes participantes numa dada prática social sectorial (p.11).

Foram escolhidos alguns elementos que aproximavam as demais unidades produtivas daquelas tratadas neste trabalho. Os elementos eleitos proporcionaram um campo de reflexão para compreender a dinâmica dos sistemas de produção familiar urbana de Caruaru, sendo analisados três aspectos: i) as relações de gênero e poder; ii) o domínio da tecnologia na produção familiar e; iii) a (in)visibilidade social do trabalho da mulher. A partir da análise desses elementos, o método do caso alargado possibilitou o aprofundamento na investigação interferindo não somente nos casos estudados, isolada ou comparativamente, mas por dispor de estrutura metodológica apta a produzir perspectivas mais ampliadas de reflexão sobre o universo da pesquisa, encontrando uma conclusão que dialoga com importantes questões relacionadas ao tema debatido, presente na sociedade.

- Estudo Comparado

No contexto do método estabelecido, procurou-se realizar a pesquisa através do estudo comparado de dois sistemas de produção familiar urbana em Caruaru. A análise dessas experiências foi no intuito de contribuir para o melhor entendimento a cerca da organização das estruturas produtivas em cada respectivo âmbito de atuação, sem apontar hierarquias entre elas. Assim, ao se fazer essa comparação não se pretendeu indicar qual o melhor caso ou modelo a ser seguido, mas, reconhecer aquilo que justifica a importância de suas vivências no ambiente no qual estão inseridos. Como descreve Allene Lage (2005) “comparar é estabelecer pontes e não colocar em disputa política”, dessa forma, “deve-se procurar, ao comparar, ampliar o universo das possibilidades das experiências que compara, de modo que, a partir desta diversidade, seja possível olhar para as sociedades e reconhecer os caminhos e as conquistas alcançadas” (p. 676), além de refletir e discutir sobre os desafios que a sociedade precisa.

Para a comparação entre os casos estudados foi necessário identificar a partir das categorias teóricas discutidas, tópicos pertinentes à pesquisa capazes de contribuir para a compreensão das especificidades e semelhanças, tecendo análise a partir dos contextos de cada realidade estudada. No item relativo às “relações de gênero e o papel da mulher no trabalho”, foram escolhidos dois modos de abordagem, quais sejam: “entrada e permanência na atividade” e “estrutura, produção e comercialização”. No tocante aos “direitos econômicos e sociais das mulheres”, os elementos de análise foram: “manutenção das desigualdades” e “seguridade social”. Por último, para compreender as “transformações no mundo do trabalho” foram selecionadas: “novas formas de trabalho” e a questão atual da “autonomia *versus* precarização”.

3.1.2 Hipóteses de Trabalho

As hipóteses de trabalho levaram em conta a contribuição de três temas que se relacionam com o objeto de pesquisa da investigação. São eles: (i) a (in)visibilidade social do trabalho da mulher; (ii) as relações de gênero no âmbito da estrutura de produção familiar e (iii) as relações de gênero nos domínios da tecnologia de produção. Assim, as hipóteses que condensam essas questões, são: (i) Na estrutura de produção familiar urbana as mulheres são responsáveis pela reprodução social dos conhecimentos e processos produtivos de trabalho manual, fenômeno no qual a visibilidade de suas tecnologias não ultrapassam os limites do

espaço doméstico; (ii) Quando a produção familiar urbana transita por espaços e reconhecimentos públicos as mulheres são reduzidas a força de trabalho braçal ou a simples mão-de-obra, sem se apropriar do domínio da tecnologia de produção. Essa tarefa, mais “nobre” em termos de poder social e financeiramente melhor recompensada, é reservada preponderantemente aos homens.

3.1.3 Delimitação e local da pesquisa

Para a verificação das hipóteses apresentadas a investigação está delimitada ao estudo de dois sistemas de produção familiar urbana em Caruaru, Pernambuco: o sistema de produção das famílias de faccionistas de confecções e o sistema de produção das famílias de artesãos do barro do Auto do Moura. A escolha desses sistemas se deu por serem setores de grande força econômica e refletirem de forma significativa a produção familiar urbana da cidade, cabendo mencionar que importou para a escolha o fato de possuírem em sua estruturação a relevante participação de mulheres no processo produtivo, evidenciando a questão das relações de gênero que perpassa nesses espaços de produção.

Em relação ao perfil das famílias, ressalta-se a dominante presença da família nuclear, composta por pai, mãe e filhos, na qual a chefia é designada ao homem, havendo casos de famílias monoparentais, chefiada por mulheres. Verifica-se também que a administração das unidades produtivas investigadas, na maioria dos casos, é exercida pelas mulheres ou dividida entre pai e mãe.

No tocante à configuração produtiva das famílias que confeccionam roupas no sistema de facção, na cidade de Caruaru, não foi estipulado *a priori*, um bairro ou comunidade específica para delimitar os participantes desse grupo, a escolha se deu pela proximidade das residências das costureiras e pelo fato de muitas se conhecerem e elas próprias indicarem à pesquisadora, possíveis participantes. Caruaru é conhecida por fazer parte do pólo de confecções do Agreste juntamente com as cidades pernambucanas de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. A cidade de Caruaru se constitui em centro de produção e comercialização de roupas por meio do trabalho de fábricas de pequeno e médio porte, e/ou empreendedores individuais que utilizam a mão de obra de costureiras/os muitas vezes através do sistema de facção, atividade dispersa em todo o município.

Já o sistema de produção das famílias do artesanato do barro que residem no bairro do

Alto do Moura foi escolhido pelo fato de conter forte presença do artesanato tradicional, repassado de geração em geração. A atividade de cerâmica praticada pelos/as artesãos/ãs do Alto do Moura está diretamente ligada à história do bairro, que por décadas teve a agricultura como sua fonte prioritária de renda e no artesanato utilitarista que era praticado por mulheres e crianças como complemento a renda familiar. Ante a influência de um artesão, conhecido como Mestre Vitalino, desenvolveu o artesanato figurativo e muitos homens da localidade tornaram-se artesãos, valorizando social, cultural e economicamente esse ofício, alçado a condição de principal atividade econômica do bairro.

3.1.4 Coleta de dados e fontes de informação

O grande foco de observação e análise para as experiências foram os encontros entre saberes, poderes, grupos sociais e pessoas, fato que incluiu o contato e a interlocução com as pessoas dos grupos citados. Para tanto, foram utilizadas algumas técnicas de coleta de dados, de modo que atendessem aos interesses da pesquisa e oportunizassem a compreensão do que esses encontros poderiam oferecer. Para a construção do referencial teórico, foram realizadas consulta bibliográfica e documental e pesquisa a sítios da internet. Na pesquisa de campo foram utilizadas as seguintes técnicas: observação direta, entrevista semi-estruturada, conversa informal e registro no diário de campo.

De acordo com Marina Marconi e Eva Lakatos (1996, p. 79) a observação “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”. Aliada à conversa informal, que se propõe a explorar informações cotidianas sem se basear em um diálogo mais rigoroso, a observação consiste em estudar os fatos a partir daquilo que é captado por meio das falas dos sujeitos, do ambiente no qual está inserido e do comportamento social. Por sua vez, a entrevista semi-estruturada, seguindo o roteiro de investigação²², é composta de alguns questionamentos básicos complementados por outras perguntas que surgem no decorrer da entrevista. No conjunto, todas as informações, as percepções da pesquisadora e o cotidiano da pesquisa foram registrados no diário de campo.

Nos contatos iniciais com cada grupo estudado, os participantes foram abordados,

²² O roteiro de entrevista utilizado é apresentado no Anexo I.

pessoalmente, pela entrevistadora e convidados a participar da pesquisa. Todos receberam explicações sobre a natureza e a finalidade do estudo. Em relação às costureiras fez-se o contato primeiro com uma costureira que indicou outras pessoas, bem como foram identificadas outras costureiras ao longo da pesquisa que aceitaram participar. No Alto do Moura, o contato inicial foi com a Associação de Moradores e Artesãos do bairro, através do atual presidente da Associação, que indicou algumas artesãs para participarem da pesquisa e na medida que os encontros foram acontecendo foi possível entrar em contato com as outras artesãs. A pesquisadora foi à casa de participante para fazer as entrevistas e acompanhar a sua rotina de trabalho²³.

Com o consentimento de todos para a realização das entrevistas e autorização para gravar os diálogos, a pesquisadora garantiu aos participantes o sigilo de suas identidades na pesquisa. Ao todo foram realizadas 13 (treze) entrevistas semi-estruturadas, com 6 (seis) costureiras, 5 (cinco) artesãs e 1 (um) artesão, com cerca de 40 minutos de duração cada conversa. Todas as entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e posteriormente transcritas no diário de campo. Cada participante recebeu um TCLE²⁴ sobre a pesquisa, que foi assinado pela pesquisadora e os entrevistados, conforme as regras da comissão de ética da UFPB.

Ainda como fontes de informação, foram realizadas outras visitas às casas das participantes para conversas informais sem o uso do gravador, anotando-se as informações no caderno de notas. Esses momentos serviram também para observar o ambiente e a dinâmica do trabalho das famílias das costureiras e das artesãs, sendo registrados com fotografias. Toda a coleta de dados foi realizada no período de 10 de setembro a 05 de dezembro de 2012.

3.1.5 Diário de campo

A importância dos registros de campo implica num modo conciso de reunir todas as informações do campo, maneira de assegurar a análise credível dos dados, na medida em que o campo empírico é lugar de grandes aprendizagens e discursos preciosos. Nesse sentido, a cada ida ao campo realizaram-se os registros, por meio de notas de campo de modo a reunir um conjunto de informações sobre o campo e seus sujeitos.

²³ Com exceção da entrevista com o presidente da Associação do Alto do Moura, que foi realizada na sede da Associação.

²⁴ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Anexo II

3.1.6 Análise e Sistematização de Dados

Para os fins da investigação elegeu-se a técnica de Análise de Conteúdo, que se constitui em técnica de tratamento de informações. Pode ser utilizada em vários tipos de pesquisa e servir igualmente os diferentes níveis de investigação empírica tanto das diferentes ciências humanas e sociais. Segundo Jorge Vala (2001, 2001 p.104), “a finalidade da análise de conteúdo será, pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas”. De acordo com Laurence Bardin, em geral, o discurso aparente tem por trás sentido simbólico e polissêmico que se faz necessário ser revelado. Essa técnica através da categorização das características encontradas no campo de estudo e da necessidade de ir além daquilo que é aparente, possibilita, no entendimento da autora, enriquecer a descoberta explorando os discursos e documentos analisados e contribui como diretriz para se chegar a conclusões sobre as hipóteses levantadas. Dessa forma, o analista de conteúdo “tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio” (BARDIN, 1977, p.).

Finalizada a coleta de dados, todas as entrevistas gravadas foram transcritas de forma literal a fim de se garantir o registro fidedigno das falas e percepções dos interlocutores. Em seguida, foi realizada a leitura de cada entrevista do início ao fim, para a primeira apreensão dos conteúdos. Foi realizada também uma leitura temática das falas de acordo com as categorias de análise definidas, extraindo do discurso dos participantes pontos relevantes para discussão, comparação e análise dos casos.

3.2 O sistema de produção das famílias de faccionistas do polo de confecções de Caruaru

3.2.1 Notas sobre a Facção

Nas diversas pesquisas realizadas no Brasil sobre o tema, o sistema de produção

familiar que tem como atividade a confecção de roupas através da facção é considerado trabalho a domicílio, por apresentar características peculiares na sua organização e na relação de trabalho. Além de ser uma função em sua maioria exercida por mulheres, tem sido a alternativa para o desemprego, tornando-se, muitas vezes, a principal fonte de renda familiar. (CARVALHAL, 2007; LAVINAS *et al*, 2000; PIMENTEL, 2010).

Historicamente, foi através da indústria têxtil que o desenvolvimento da industrialização aconteceu na maior parte dos países, incluindo o Brasil. Por meio desse setor foi inserido o chamado segmento do vestuário no qual se estabeleceu a indústria de confecções, reconhecida desde sua origem por possuir a característica de agrupar várias unidades produtivas, abrangendo desde o trabalho domiciliar de caráter artesanal até as grandes e modernas indústrias com milhares de operários (PIMENTEL, 2010). De acordo com Angela Araújo e Elaine Amorim (2001), esta atividade econômica teve grande aceitação na indústria brasileira

[...] por ser um ramo [...] baseado no uso intensivo de mão-de-obra, cuja produção se desenvolveu com poucas inovações técnicas, limitadas à máquina de costura industrial e ao trabalho manual, caracterizou-se desde seus primórdios pelo uso contínuo de diversas formas de trabalho subcontratado, principalmente do trabalho a domicílio (ARAÚJO e AMORIM, 2001, p. 270).

Com os processos de reestruturação produtiva e as políticas neoliberais, foi incluído na confecção novo modelo de concorrência baseado na flexibilidade, aumento da produção e redução dos custos, fato que requereu das empresas outras formas de contratação da mão de obra. A maioria dos contratantes passou a utilizar-se da terceirização e das subcontratações por meio das facções, que se transformaram em verdadeiras “células produtivas que funcionam fora da fábrica, que absorvem parte da produção de uma ou mais etapas do processo produtivo, transformando-as em extensões da fábrica” (PIMENTEL, 2010, p. 48).

Nessa perspectiva, o sistema de facção pode ser entendido como estratégia empresarial de extensão da flexibilidade do trabalho. Geralmente, a baixa qualificação profissional, a informalidade e a flexibilidade de horários são fatores característicos dessa atividade. A maioria da produção é feita por meio de pequenas fábricas que também contratam o serviço de costureiras autônomas através da facção, sendo que o pagamento é feito por produção e a remuneração baseada no número de peças produzidas, sem nenhum vínculo empregatício.

Para Erica Negreiros (2010), há grave contradição nessa relação entre empresas e costureiras, visto que as fábricas, ao passo que representam a confecção de roupas no setor formal do município mantendo obrigações fiscais e trabalhistas, por outro lado contratam a

mão de obra das faccionistas para diminuir os custos tributários e ampliar suas margens de lucro, já que seu único custo nessa negociação é o pagamento por peças. Os demais custos de produção como, “energia elétrica, manutenção das máquinas, fios para costura, erros na produção, destinação dos resíduos gerados”, ficam a cargo da costureira, representando exemplo da “exploração da força de trabalho local, em prol do desenvolvimento das relações capitalistas” (p. 44).

Sob a falsa ideia de “trabalhador livre”, “autônomo”, “empreendedor”, é constituído um cenário com ambientes domiciliares e coletivos transformados em espaços de produção, mão de obra barata atrelada à desregulamentação das relações trabalhistas, especulação imobiliária e crescimento acentuado da população (NEGREIROS, 2010, p. 45).

Assim, conforme Lena Lavinas *et al* (2000), é nesse cenário de inconstâncias que as mulheres continuam a prevalecer nesse tipo de trabalho por necessitarem de mobilidade e de flexibilidade de opções no mercado de trabalho. Tanto em virtude do viés de gênero presente nas definições de postos de trabalho como pelas responsabilidades familiares que recaem sobre elas e seus fortes vínculos comunitários, as mulheres constituem a principal oferta de trabalho nos sistemas de produção familiar.

Configurando uma tendência nacional, a fabricação de roupas tem grande abrangência no interior pernambucano, com um polo econômico formado a partir de três cidades da região Agreste, quais sejam Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, que formam o Pólo de Confecções do Agreste, considerado um dos maiores do Brasil²⁵ (DIEESE, 2012). Caracteriza-se por ter a produção baseada, sobretudo no trabalho informal, na produção familiar e na força de trabalho feminina por meio da facção, tendo em vista que o setor de confecções é conhecido por sua alta capacidade de absorção de mão de obra e pouca intensidade em capital, principalmente na fase da costura.

3.2.2 A cidade Caruaru no setor de Confecções

²⁵ Destacam-se aqui esses três municípios pelo fato deles terem sido os primeiros a ingressarem na produção e comercialização profissional dos produtos concentrando atualmente o maior número de estabelecimentos e empregos no setor, sendo referência para a região.

O município de Caruaru está situado a 120 km a oeste do Recife, no Agreste pernambucano, com uma população de 314.912 habitantes (IBGE, 2010), sendo considerado o município mais populoso do interior do Estado. Possui localização estratégica em nível logístico, fator relevante no desenvolvimento das atividades econômicas da cidade, que hoje é considerada pólo socioeconômico por exercer forte influência sobre os municípios vizinhos. A economia da cidade é composta por setores como: artesanato, agropecuária, serviços (turismo, saúde e educação) comércio e indústria, com predominância para as atividades vinculadas ao ramo de confecções.

A ligação da cidade de Caruaru com o setor têxtil e de confecções coincide com o surgimento do Pólo de Confecções entre as décadas de 1960 e 1970, por meio de iniciativas autônomas e espontâneas de pequenos empreendedores, sem qualquer intervenção do Poder Público, enquanto “estratégia de sobrevivência traçada e protagonizada pela carente população do Agreste” (DIEESE, 2010, p. 7) em meio às crises de produção agrícola e calçadista²⁶. Segundo os estudos realizados, o Pólo é fruto de longo processo iniciado no município de Santa Cruz do Capibaribe com comerciantes locais que se dirigiam para a cidade do Recife para vender seus produtos, como queijo, galinha e carvão mineral nas feiras livres e retornavam com sobras de tecidos das fábricas de confecção, que recebiam de graça. As sobras eram vendidas a preços baixos e serviam para a confecção de colchas, tapetes, toalhas e algumas roupas (blusas, saias, bermudas) de baixa qualidade, sendo vendidos pelas próprias costureiras nas feiras locais. Com o passar do tempo, as fábricas que cediam os retalhos de forma gratuita passaram a cobrar, na medida em que aumentava a demanda de compradores das sobras de tecido, assim, os comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe foram forçados buscar a matéria prima em São Paulo para vender no mercado local. O negócio começou a ganhar proporções significativas nas feiras e cada vez mais pessoas passaram a confeccionar as roupas com o tecido trazido do sudeste do país, impulsionando a atividade produtiva que ficou conhecida com “Feira da Sulanca”²⁷ (BEZERRA, 2012; DIEESE, 2010; HELENO e MOREIRA, 2012; LIRA, 2006).

²⁶ O agreste pernambucano tem como base econômica a atividade agropecuária, mas essa região faz parte do semi-árido brasileiro, marcado por sucessivos períodos de seca que dificultam a produção no campo. Por outro lado até a década de 1970, a produção de calçados de borracha era a principal atividade produtiva no município de Toritama, mas não suportou a forte concorrência dos calçados produzidos em escala industrial em outras regiões do país. Esses foram problemas enfrentados pela população da região que não tiveram intervenção do Estado de forma estrutural para dinamizar a economia, obrigando os trabalhadores a procurarem outros meios de sobrevivência.

²⁷ A versão mais comumente formulada pela população local para dar conta das origens da palavra é uma contração de sul (referência à região Sudeste do país, de onde vieram os primeiros retalhos que serviram de base para a costura de roupas) e helanca (tecido de que os retalhos eram constituídos). Assim, tem-se sul+helanca=sulanca.

Neste sentido, a sulanca foi a grande propulsora do setor têxtil e de confecções no interior de Pernambuco, inicialmente produzindo peças de qualidade inferior e baixo custo para suprir a demanda local. Ao longo do tempo o setor passou a se profissionalizar e ganhar importância no comércio, expandindo-se para outros municípios com produtos de melhor qualidade, principalmente a partir da década de 1990 (DIEESE, 2010), assim, o setor de confecções do Agreste é hoje reconhecido por fabricar e comercializar grande variedade de produtos, que vai das peças mais populares vendidas nas feiras livres, até as roupas de alto padrão de qualidade que seguem para exportação.

Outro aspecto desse processo, de interesse fundamental para as questões que se discutem nessa pesquisa, diz respeito aos trabalhadores e aos formatos dos empreendimentos produtivos que suprem o setor de confecções do Agreste. Desde sua origem, a produção em Caruaru, assim como nos demais municípios da região, tem sido fortemente marcada pela força de trabalho feminina no ambiente doméstico, com alta informalidade e flexibilidade na jornada de trabalho por ser “um tipo de trabalho intensivo em mão-de-obra e permite a conciliação (pelas mulheres) do trabalho remunerado com os afazeres domésticos” (BEZERRA, 2012, p.8). A autora acrescenta que, no início a atividade se relacionava

[...] ao trabalho artesanal, principalmente das mulheres costureiras, que faziam colchas, lençóis de retalhos e peças infantis. Estas costureiras iniciaram a produção de confecções utilizando-se de suas máquinas caseiras de costurar e do conhecimento adquirido no espaço de socialização da família, como “obrigação de mulher” (BEZERRA, 2012, p. 7)

Com o incremento do ramo de confecções na região, muitos empreendimentos (fabricos e facções)²⁸ foram criados baseados no trabalho familiar, com ampliação do contrato informal proporcional ao crescimento da unidade produtiva. A estrutura física que servia de fábrica era a própria casa dos empreendedores, revelando a precariedade do espaço de trabalho, com instalações não apropriadas, com pouca iluminação e sem infraestrutura, além maquinários simples (máquinas de costuras domésticas). Por outro lado, a dinâmica de trabalho era marcada por total flexibilidade, com relação às contratações, horários, jornadas de trabalho e pagamento. Mesmo as empresas que se formalizaram mantiveram o trabalho a domicílio como forma de reduzir custos, contratando trabalhadoras que “costuram por

²⁸ De acordo com a literatura sobre o tema, enquanto os fabricos têm o domínio do processo produtivo, podendo facionar sua produção, as facções se caracterizam por serem subcontratadas de fábricas e fabricos, dedicando-se a executar apenas uma parte da produção e podem se diferenciar entre em si de acordo com o tamanho (nº de trabalhadores (as), nº de máquinas e volume de produção), formalização (ou não), que momento do processo produtivo executa (parte ou o todo), familiar ou não familiar, industrial ou artesanal e se é domiciliar ou não domiciliar.

produtividade e envolvem todos os membros da família para a complementação da renda. Muitas crianças e jovens passam a contribuir com as confecções e se afastam da escola, provocando baixos índices educacionais na região” (LIRA, 2006, p. 108).

Mas não foram somente os filhos das costureiras que ingressaram no ramo da costura. Com o tempo, muitos homens, foram se incorporando ao setor, principalmente aqueles que ficavam desempregados, inicialmente, com certo preconceito, pelo fato da costura ser uma atividade historicamente atribuída às mulheres (ESPÍRITO SANTO, 2012). No entanto, à medida em que a produção e comercialização de roupas se tornavam boa oportunidade de trabalho e renda, muitos perceberam as vantagens em trabalhar como costureiros. Este é um aspecto de mudança importante no que tange às questões de gênero na produção de confecções. Elaine Bezerra (2012) verificou que a transformação da participação da força de trabalho masculina se deu da seguinte forma a partir da década de 1970:

[...] os homens da primeira e segunda geração (marido, filhos e genros) das famílias [...] quando envolvidos em atividades ligadas à confecção, mantiveram-se majoritariamente no comércio, na administração dos fabricos ou como motoristas de transporte alternativo. Porém, quando analisamos a terceira geração, principalmente os netos que se inseriram no ramo depois da década de 90, vários atuam como costureiros e dizem ter adquirido a habilidade de costurar ainda pequenos com as mães (BEZERRA, 2012, p. 11).

De fato, observa-se na atualidade grande contingente de homens inseridos nos sistemas de produção familiar como costureiros no município de Caruaru, que, trabalhando junto com suas esposas, mães, irmãs ou filhas, conduzem à percepção de que a costura deixou de ser exclusivamente do universo feminino e da reprodução social, passando a se constituir em saber essencial para a produção, portanto, para o mercado de trabalho local. Dessa forma, abriu-se caminho para a inserção do público masculino, dada a necessidade crescente de mão de obra exigida pelo dinamismo dessa produção no interior de Pernambuco.

3.2.3 A produção familiar por facção

Geralmente, a organização da produção familiar por facção é iniciativa das mulheres que decidem trabalhar em casa, depois, maridos, filhos e outros parentes acompanham-nas nessa atividade, encarada, muitas vezes, como trabalho complementar, tornando-se com o passar do tempo, o principal meio de substância da família, quando não o único. A direção do

núcleo produtivo é feita informalmente e fica sob a responsabilidade dos pais em conjunto, ou da mãe, costureira principal, devido à sua formação e experiência no ramo da confecção de roupas. Dessa forma, as unidades de produção não se constituem como empresas, tampouco existe vínculo empregatício, por isso, o pagamento recebido é dividido entre os membros da família, que trabalham por produção e recebem de acordo com a quantidade produzida, vez que a participação de cada um no trabalho pode ser integral ou parcial.

O trabalho é em grupo: trabalha eu, minha filha, aliás, minhas duas filhas e trabalha minha sobrinha. Aí é um trabalho em equipe, todos tem que ter a produção pra quando for no final de semana ter o retorno. Nós fazemos roupas de toda linha infantil aqui. Em relação ao pagamento nós recebemos por produção, pelo valor da peça (W., Diário de Campo, 11/09/2012).

Eu trabalho com a minha cunhada [...]. A gente se combina se, por exemplo, chega uma pessoa mostrando um modelo, a gente olha, vê se dá pra fazer e se der a gente faz. Agora tem um detalhe, eu tenho as minhas máquinas e ela tem as dela, cada uma trabalha com as suas máquinas, assim, se chegar o tempo de decidir que a gente não quer mais trabalhar junto não tem problema. Tudo o que a gente faz e recebe é dividido igual, 50 % pra cada uma, tanto o trabalho, como as despesas e o pagamento (C., Diário de Campo, 04/10/2012).

Eu sou a responsável, mas tem um dos meus filhos que me ajuda a costurar. Ele trabalha no hospital regional, trabalha um dia e folga o outro, aí quando ele está em casa ele vem me ajudar. A minha nora também trabalha fora, mas à noite, quando eu preciso, ela vem me ajudar [...]. Já o outro filho ele não gosta de costurar, mas ele me ajuda porque me vê muito aperreada cheia de trabalho, enquanto não aparece alguma coisa pra ele vai me ajudando, pelo menos não tá vagabundando por aí. O meu marido também aprendeu a costurar, ele é motorista de ônibus [...] (E., Diário de Campo, 12/09/2012).

Contudo, a experiência com a costura, para essas famílias, antecede o sistema de facção. A atividade surge por meio das mulheres que já eram costureiras, que aprenderam esse ofício quando eram meninas com suas mães, avós, ou em algum curso de formação técnica, ou ainda no seu primeiro emprego como ajudantes nas fábricas de confecção nas quais trabalharam. Quando perguntadas sobre o que as levou a se interessarem pela profissão, essas mulheres ressaltam a curiosidade inicial de criança em aprender aquele trabalho realizado em casa e, mais tarde, pela própria necessidade econômica de ter carreira, emprego e ganhar seu próprio dinheiro.

Aprendi com a minha mãe. Era a profissão dela que ela passou pra todas as filhas. Ainda na infância eu aprendi a costurar, e, de todas as filhas quem ficou com a profissão da minha mãe fui eu minha irmã. Eu comecei trabalhando em casa com a minha mãe. Minha mãe era costureira particular, trabalhava sob medida (W., Diário de Campo, 11/09/2012).

Eu aprendi com a minha avó em casa. Por curiosidade eu via minha avó costurar e eu queria aprender. Quando ela saía da máquina eu ia me sentar na máquina pra tentar costurar, acho que eu tinha uns seis anos. Quando minha avó ia pra cozinha

pra fazer as coisas aí eu ia me sentava na máquina e ela tirava a agulha pra eu não espetar o dedo e a correia que tinha na máquina, mas mesmo assim eu continuava mexendo, ela viu a minha insistência e começou a me ensinar (J., Diário de Campo, 13/09/2012).

Eu aprendi sozinha. Comecei a trabalhar com treze anos em uma fábrica tirando o pelo das roupas, [...] via os outros costurando, então eu aprendi. Quando foi para assinarem minha carteira já assinaram como costureira, porque quando comecei a costurar eu dava a produção igual às costureiras. Eu tive um pouco de dificuldade pra aprender, porque eu só via os outros costurando tinha a vontade de aprender, aí quando dava a hora do lanche eu ia sozinha pra máquina, pegava um pedaço de pano e ia testando, testando, até quando a chefe colocou alguma coisa pra mim fazer, eu peguei o jeito e cada vez mais fui desenvolvendo, me interessei até quando eu aprendi (E., Diário de Campo, 12/09/2012).

Mesmo com a pluralidade de experiências que cada família apresenta no seu fazer cotidiano, as razões que levaram essas famílias a ingressarem no sistema de facção são muito parecidas, por questões econômicas e familiares, o que possibilita lançar aqui algumas características comuns a todos os núcleos produtivos estudados. A maioria das mulheres já trabalhava costurando em empresas na qualidade de empregada, porém, elas migraram para a facção ante a possibilidade de adequar o trabalho remunerado ao trabalho doméstico e o cuidado com os filhos, além de garantir a ampliação da remuneração familiar. Os maridos que passaram a trabalhar com a facção enxergaram nessa atividade “uma oportunidade de melhorar seus rendimentos e se tornarem seu ‘próprio patrão’ e os filhos acompanham os pais no trabalho como forma de auxiliá-los” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012). Com toda a família trabalhando, “a casa se transforma em uma pequena fábrica, sendo comum encontrar fardos das peças cortadas à espera da produção, seja em uma caixa de papelão no quarto ou no sofá da sala e o barulho das máquinas é perceptível à distância da residência” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012).

Eu trabalhava em uma fábrica, [...] pedi demissão. Eu passei quase cinco anos trabalhando nessa fábrica, [...]. Aí minha mãe se estressou com (meu filho), que era ela quem tomava conta dele. Aí pra deixar ele num hotelzinho, ele só ia chorando, quando eu ia buscar ele também ficava chorando. Então eu pensei, se for pra ficar trabalhando fora aperreada com ele, é melhor ficar em casa. Aí eu pedi as contas do trabalho e vim ficar em casa pra tomar conta dele (G., Diário de Campo, 03/10/2012).

Quando eu tive meu filho, eu não tinha como pagar uma pessoa pra tomar conta dele. E eu achei melhor assim, aperfeiçoar o pouco conhecimento que eu tinha de costura, que foi através da minha mãe e conciliar o trabalho com tomar conta dele em casa. Antes disso eu trabalhava como auxiliar de escritório numa loja. Então já faz oito anos que eu estou trabalhando com facção, porque foi logo depois que meu filho nasceu (C., Diário de Campo, 04/10/2012)

Ele (marido) trabalhava registrado numa fábrica costurando. Aí depois que a gente casou, ele saiu do emprego e com o dinheiro que ele recebeu nós compramos as máquinas e começamos a fazer facção e fabricar um pouco pra gente também. Era

assim, quando tinha um tempo mais fraco na feira, a gente fazia só facção e quando chegava o mês de junho ou de dezembro, com a feira melhor a gente aproveitava pra fazer um pouco da gente. E foi assim que a gente conseguiu comprar terreno, fazer casa (J., Diário de Campo, 13/09/2012).

No setor de confecções, a fabricação da roupa envolve várias etapas, como a escolha do que produzir, o desenho da peça, a compra do tecido e dos materiais de aviamento (linha, fios, botões, zíper etc.), a preparação dos moldes da roupa, o corte, a costura, o acabamento, a embalagem e a comercialização. No entanto, aquelas pessoas que trabalham com facção ficam responsáveis por apenas uma de todas essas fases, que no caso dessa pesquisa, é a costura. Aquilo que elas produzem não as pertence, havendo de fato a aplicação da força de trabalho dessas pessoas em troca da remuneração.

Eu cobro o meu trabalho só. As peças já vem cortadas, o aviamento todo é deles eu faço só costurar as peças. As máquinas são minhas, eu fui comprando de pouquinho em pouquinho eu tenho seis máquinas. Eu pego facção de pessoas individual, não é de empresa. Eu recebo por peça produzida (E., Diário de Campo, 12/09/2012).

No caso da facção a minha parte é apenas a costura em casa, eu pego a mercadoria de terceiros que já vem com o corte do tecido, o modelo já vem tudo pronto, eu só faço mesmo a parte da costura. Eu tenho as minhas máquinas, mas tem muitas pessoas que trabalham com facção e não tem as suas máquinas. Eu compro as linhas e os fios pra confeccionar as peças, o produto final não é meu, apenas eu faço costurar (C., Diário de Campo, 04/10/2012).

Na facção o dono das roupas traz as peças e eu costuro e entrego quase pronta, fica faltando botão e alguns enfeites, que é ele quem coloca. Eu faço short feminino. Tudo que eu faço pertence à outra pessoa, eu coloco só a minha mão de obra e recebo por peça produzida. O dono da mercadoria dá o valor por peça e quando eu termino tudo, somo a quantidade total. (G., Diário de Campo, 03/10/2012).

Para isso, as/os costureiras/os necessitam ter um local, máquinas de costura e instrumentos (tesouras, alicates, agulhas, fitas métricas etc.) que garantam a realização da atividade. Como se trata de trabalho realizado em domicílio, no espaço improvisado que pode ser “a sala de estar, o quarto, a garagem ou até mesmo o quintal da casa, a escolha depende sempre da necessidade e das condições que o ambiente ofereça para acomodação das máquinas e do material utilizado” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012).

Geralmente, as máquinas são de propriedade das/os as/os costureiras/os, havendo também os casos em que os donos da mercadoria que contratam o serviço, emprestam seu maquinário para os responsáveis pela facção, situação que pode deixar as/os costureiras/os dependentes de uma só pessoa. E, como possível consequência, no momento em que o cliente não quiser mais a prestação do serviço, pode resgatar suas máquinas, fato que revela a vulnerabilidade das/os faccionistas/os nessa relação. Os tecidos e materiais, esses são

comprados pelos donos das peças, todavia, há situações em que as/os costureiras/os compram as linhas e fios que utilizarão na mercadoria a produzir e incluem o valor desse material no preço das peças que fabricarem. Nessas condições,

[...] muitas vezes a gente procura negociar com a pessoa que fornece a facção pra gente a questão do preço. Se a gente começa a fazer aquilo ali, um vestido, ou um conjunto e vê que levou muita linha, a gente conversa com aquela pessoa pra ver se ela ou paga a linha por fora ou acrescenta questão de centavos àquela peça (C., Diário de Campo, 04/10/2012).

Os tipos de roupas confeccionados são os mais variados como “modinha²⁹”, infantil, masculina e moda praia. Quanto ao tipo de tecido, predomina o uso das malhas nos vestidos, blusas, saias e shorts femininos, nas camisetas masculinas e nas roupas para crianças, já os e tecidos planos (sem elasticidade) são mais usados nas camisas e bermudas para homens. Os modelos das peças também são bastante diversificados, de modelos mais simples até mais complexos, cheios de detalhes e operações em diferentes máquinas, conjugando fatores que exigem dessas/es costureiras/os competência técnica e aprendizado prático para que as roupas sejam montadas e entregues com boa qualidade.

Diferente de quem trabalha nas empresas, a jornada de trabalho na facção é bastante flexível. Há liberdade em escolher os horários em que se pretende trabalhar, sendo que a única exigência feita por quem contrata o serviço é que sua mercadoria seja entregue no prazo estabelecido, conforme a necessidade do cliente e da complexidade da peça produzida. Geralmente, as/os costureiras/os tem uma semana para costurar e entregar a produção, momento em que é realizado o pagamento.

Eu decido como eu vou trabalhar durante o dia. Quando eu tenho alguma encomenda é o dono da mercadoria que diz o dia que quer receber a produção. Por exemplo, se você diz que quer a entrega pra uma semana, eu vou batalhar para cumprir o prazo, mas eu defino quantas horas eu vou trabalhar por dia. (R., Diário de Campo, 10/09/2012).

[...] nós trabalhamos com prazo de entrega geralmente de uma semana quando a roupa é mais simples a gente chega a entregar quatrocentas ou quinhentas peças, mas quando é um modelo mais complicado nem sempre a gente dá vencimento e chega a levar entre quinze e trinta dias para entregar toda a mercadoria (C., Diário de Campo, 04/10/2012).

Quanto mais se produzir, maior será a remuneração. Essas/es costureiras/os, trabalhando em casa, afirmam que chegam a receber por mês três vezes o salário pago à categoria, como no caso da entrevistada que afirma por exemplo, que “o salário de

²⁹ É a maneira que as costureiras e demais pessoas que trabalham no setor denominam as roupas feitas para mulheres.

costureira³⁰, [...] trabalhando na empresa é R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais)”, mas que e ela “trabalhando em casa ganho por semana R\$ 500,00” (G., Diário de Campo, 2012). Ocorre que para alcançar esse feito, é necessário trabalhar redobrado, significa fazer hora extra e passar muitos finais de semana sem descanso, costurando, tudo para garantir a entrega da mercadoria na data aprazada e o pagamento. A justificativa para a intensa carga de trabalho está no baixo valor da peça, visto que os preços variam entre R\$ 1,50 (Um real e cinquenta centavos) e R\$ 2,50 (Dois reais e cinquenta centavos), por isso, as encomendas precisam ser em grande quantidade e de baixa complexidade para a produção ter maior celeridade, gerando aumento de remuneração.

[...] eu cobro R\$ 2,00, R\$ 2,50, R\$ 1,50, depende do modelo. Eu dou o meu preço e negocio com o dono da mercadoria. Às vezes eu digo que custa R\$ 2,00 aí ele (dono da mercadoria) diz que não pode, pede pra ser R\$ 1,50, aí se der pra mim eu fico, se não der eu não faço o trabalho (E., diário de Campo, 12/09/2012).

A peça tem um preço, as saídas de banho que eu faço custa R\$ 1,70 cada uma. Aí como vem muitas peças pra fazer, dá pra ganhar muito dinheiro com a produção. O dono da mercadoria diz o preço que quer pagar pela peça e eu digo o que quero receber, aí a gente negocia, mas geralmente é ele quem dá o preço. (R., Diário de Campo, 10/09/2012).

De fato, nessa negociação é o dono da mercadoria quem acaba estabelecendo o preço da peça por exercer maior poder de barganha diante das/os costureiras/os. Por outro lado, é fácil substituir a mão de obra, dado que em toda a cidade existem muitas pessoas que trabalham com facção, assim, para não perderem esses clientes, as/os costureiras/os procuram diferenciar seu trabalho das outras facções por meio da qualidade do serviço prestado e da pontualidade na entrega da mercadoria. Ainda mais porque as pessoas que trabalham com facção geralmente prestam serviço a apenas uma empresa ou um empreendedor individual devido à grande quantidade de trabalho, que as impedem de contratar com mais de uma pessoa ou fábrica.

Às vezes eu até brinco com ele (dono da mercadoria) dizendo: olha tá barato demais. Aí ele diz: mas eu já pago um pouquinho a mais a você, às outras eu pago menos. Aí eu digo: mas olhe o meu trabalho. Porque ele diz que tem quatro costureiras pra quem ele entrega facção e a que dá o serviço mais completo sou eu. Então eu peço pra ele me ajeitar, porque senão eu procure outro quem pague melhor pelo meu trabalho e eu trabalhe menos (G., Diário de Campo, 03/10/2012).

Neste ponto pode-se verificar que costureiras/os faccionistas e os donos das mercadorias, com o passar do tempo, vão estabelecendo uma relação de trabalho. No entanto,

³⁰ De acordo com a Convenção Coletiva de Trabalho 2011/2012, celebrada entre o Sindicato das Costureiras de Caruaru (SINCROCAR) e o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Estado de PE (SINDVEST-PE) estipulou para costureiras, estampadores, vigias e vigilantes o piso salarial de R\$ 624,00 (seiscentos e vinte e quatro reais).

o vínculo precisa ser evitado, assim, para garantir a informalidade por muito tempo, é necessário ter confiança, visto não existir contrato formal ou vínculo empregatício que defina os papéis de cada agente. As/os costureiras consideram-se autônomas/os, que prestam um serviço a um indivíduo ou empresa, que contrata esse trabalho de maneira informal e sem garantias trabalhistas³¹. A ideia é que ambos estão sujeitos às variações do comércio do setor de confecções, este apesar de ser muito forte, tem momentos de baixa nas vendas e, por consequência, queda no ritmo de produção, impactando diretamente no trabalho das famílias de faccionistas.

O mês que eu tenho mais trabalho é o mês de maio, eu chego até a fazer hora extra, aí depois do mês de junho começa “afracar” até setembro. Aí outubro, novembro, dezembro melhora por causa da feira no mês de dezembro. [...] A gente faz mercadoria tanto pra loja quanto pra feira, porque muita gente que compra tem sua lojinha, por isso a peça tem que ser bem feita. (J., Diário de Campo, 13/09/2012).

Apesar das mercadorias não pertencerem às pessoas que as costuram, como também não pertencem a quem faz o corte ou o acabamento das peças, as costureiras que participaram da pesquisa, revelaram seu orgulho e satisfação pelo trabalho que realizam. Falam do “prazer de ver a roupa pronta, sabendo do trabalho que deu pra fazer e que valeu à pena o resultado” (G., Diário de Campo, 03/10/2012) e saber que aquelas roupas por elas confeccionadas serão expostas para comercialização, seja nas principais feiras e centros comerciais ou nas pequenas lojas das cidades de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, assim como em outras cidades.

3.3 O sistema de produção familiar do artesanato do barro do Alto do Moura

3.3.1 Notas sobre o artesanato

O surgimento do artesanato está entrelaçado com a própria evolução do trabalho humano. Foi através da necessidade que os povos antigos tiveram em produzir bens e

³¹ Em relação a seguridade social, apesar das costureiras poderem se inscrever como Contribuinte Individual na Previdência Social, a maioria não acessa esse direito depois que passa a trabalhar com facção, mesmo sabendo que é possível fazê-lo.

utensílios de uso rotineiro, que lhes garantissem meios mais apropriados de sobrevivência, que os objetos e as técnicas artesanais foram desenvolvidas exprimindo a capacidade criativa e produtiva humana como trabalho. São inúmeras as formas de expressão do artesanato registradas por meio dos mais diversos processos produtivos, inclusive nos dias atuais, que dados os elementos e as configurações de organização, em cada ciclo histórico, receberam denominação particular: “indústria familiar ou doméstica”, “trabalho autônomo”, “sistema de corporações de ofício”, “empresa”, “manufatura”, “fábrica” (CARVALHO, 2010; LIMA S., 2001; PEREIRA, 1979; RUGIU, 1998; SANTOS et al, 2010).

A principal característica do artesanato é a feitura manual do trabalho, pela atuação direta do artesão em todas, ou quase todas, as etapas do processo. Trata-se de atividade que requer criatividade, perícia, sensibilidade e cuidado de quem a executa, pois, ao mesmo tempo, o agente produtor é quem concebe e realiza, não havendo separação entre o trabalho mental e o trabalho braçal, por isso, é necessário ter o domínio de todo o processo produtivo (CARVALHO, 2010; PEREIRA, 1979). Nas palavras de Ricardo Lima (2005),

objeto artesanal é definido por uma dupla condição: primeiro, o fato de que seu processo de produção é em essência manual. São as mãos que executam basicamente todo o trabalho. Segundo: a liberdade do artesão para definir o ritmo de produção, a matéria-prima e a tecnologia que irá empregar, a forma que pretende dar ao objeto, produto de sua criação, de seu saber, de sua cultura (LIMA, R., 2005, p. 1)

De acordo com Priscilla Carvalho (2010), os estudos sobre o artesanato no Brasil iniciaram com os folcloristas que conceituaram esta atividade apenas como arte folclórica realizada por anônimos, vinculada à religiosidade ou à ornamentação. Não havia a identificação desse processo com o campo do trabalho. A autora destaca que, de forma distinta do que era praticado na Europa, o desenvolvimento do artesanato brasileiro teve seus próprios caminhos, devido à riqueza das diferentes etnias e culturas que compuseram o país e por questões socioeconômicas. Há milênios, os povos indígenas já faziam o artesanato, antes dos colonizadores portugueses chegarem ao Brasil, contudo, a arte indígena foi desvalorizada ao longo do tempo, considerada arte primitiva, aquém dos padrões da cultura eurocêntrica.

Em decorrência da colonização, os conhecimentos sobre o artesanato também receberam influências dos colonizadores portugueses e dos povos negros trazidos como escravos para o país, proporcionando importantes contribuições para a cultura e o desenvolvimento do trabalho artesanal. Outra questão relevante nessa discussão abrange o agente produtor do artesanato brasileiro, que, desde as origens, em sua maioria, é praticada pelas mulheres responsáveis em produzir os bens e utensílios domésticos de uso cotidiano.

Praticado pelas camadas populares, principalmente nas áreas rurais, o artesanato passou a ser considerado como atividade puramente braçal, desligada do trabalho intelectual e, conseqüentemente, auferindo baixo valor pecuniário. Apesar disso não significar integralmente a constituição do artesanato brasileiro, sabe-se que o perfil de seu artesão foi basicamente formado por pessoas pobres, mulheres, crianças/adolescentes, com baixo grau de escolarização e sem formação profissional, que viram nessa ocupação um modo de subsistência (CARVALHO, 2010; MATOS, 1998). Em visão preconceituosa, o artesanato não era considerado trabalho ou profissão, porém definido como “uma ocupação mais próxima de um *passatempo*, uma *ajuda* ou um *bico*, que ainda está presente em nossos dias” (CARVALHO, 2010, p. 57, grifo da autora).

Apesar dessa desvalorização histórica, muitos pesquisadores preocuparam-se em estudar o artesanato a fim de chegar à compreensão tanto do seu fator cultural quanto de sua importância econômica. Para José Carlos Pereira (1979, p. 77), é necessário debater a atividade artesanal “como um fato econômico porque, inserida no campo do trabalho, acaba por se constituir em um problema de produção”, ainda, segundo o autor, sendo atividade humana estaria impregnada de valores, crenças, conhecimentos e tradições, ou seja, faria parte de contexto cultural no qual o uso das técnicas por si só não daria conta de explicar o significado do artesanato na vida do grupo social que o realiza. Neste sentido, tendo como base o conceito proposto pelo Conselho Mundial do Artesanato em 1996, compreende-se aqui o artesanato como “toda atividade produtiva que resulte em objetos e artefatos acabados, feitos manualmente ou com a utilização de meios tradicionais ou rudimentares, com habilidade, destreza, qualidade e criatividade” (SEBRAE, 2010, p. 12).

Existem várias possibilidades para o artesanato produzido no Brasil, desde as suas concepções mais originárias (indígena e tradicional) até as perspectivas mais recentes (referência cultural e conceitual), que podem ser elaboradas com as mais diversas matérias primas (tecido, couro, argila, madeira, fibras, metais etc.) e terem diferentes finalidades (adornos e acessórios, decorativo, educativo, lúdico, religioso e utilitário) (SEBRAE, 2010), de acordo com a região do país. O artesanato pode ser encontrado em todo o território nacional, por meio de cada comunidade, grupo, unidade produtiva ou indivíduo que o praticam, pois, além de representar expressão da cultura de um povo revelando identidades, é também sinônimo de trabalho, geração de renda e dinamicidade econômica, interferindo na realidade local.

Com um custo de investimento relativamente baixo, o setor artesanal utiliza, em grande parte das categorias existentes, matéria-prima natural; promove a inserção da

mulher e do adolescente em atividades produtivas; estimula a prática do associativismo e fixa o artesão rural no seu local de origem, evitando o crescimento desordenado dos centros urbanos. [...] (possui) grande interface junto ao turismo, uma vez que a competitividade de um destino muitas vezes está relacionada à diversificação e qualificação de produtos associados que valorizam suas manifestações culturais e tradicionais. Do mesmo modo, para a produção artesanal, a demanda turística é mais um importante meio de acesso a mercados (SEBRAE, 2010, p. 8-9).

De acordo com o MUNIC (2006), o artesanato está presente em 64,3% dos municípios brasileiros e envolve mais de 8,5 milhões de pessoas. No entanto, a maior parte dessas experiências está concentrada em setores informais da economia³², com poucas possibilidades de acesso ao crédito, à capacitação profissional e comercialização de seus produtos, ainda segundo a pesquisa, o artesanato do barro representava 21,5% dessa produção, no terceiro lugar nas atividades artesanais. Contudo, a incidência dessa atividade sofreu uma queda para 20,3%, passando o artesanato de barro para quarta colocação entre os tipos de artesanato mais praticados no país, fato que não alterou sua inserção entre os municípios do Nordeste, já que é considerada a forma de artesanato de maior incidência naquela região, com respectivos 34,1% (MUNIC, 2006; 2009).

Entre os municípios nordestinos que tem tradição com o artesanato do barro, a cidade de Caruaru no agreste pernambucano se destaca por ter parte de sua história retratada pelo trabalho dos artesãos do Alto do Moura, comunidade que produz, principalmente, o artesanato tradicional no núcleo familiar, no qual o conhecimento e as técnicas são repassados no fazer cotidiano de uma geração para outra, tendo na arte figurativa sua maior representação. A maioria de seus moradores são artesãos ou trabalham indiretamente com a produção e/ou comercialização do artesanato. Das mãos habilidosas de seus artesãos desenvolveu-se uma arte reconhecida e respeitada internacionalmente que, seja na simplicidade de suas peças utilitárias ou nos famosos bonecos de barro do Mestre Vitalino e seus discípulos, essa comunidade fez da argila a matéria prima de expressão da sua cultura, do seu trabalho e da sua vida. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO (2009),

A produção de objetos artesanais é uma forma importante de expressão cultural e, cada vez mais, uma fonte de receitas e de emprego em muitas regiões do mundo. O artesanato passou a formar parte integrante de um complexo conjunto de

³² Apesar de existir a possibilidade dos artesãos se inscreverem no Plano Simplificado de Previdência Social como Contribuinte Individual, não há uma legislação que regulamente as especificidades desse tipo de trabalho e suas questões sobre os direitos trabalhistas. Além disso, desde 07/07/2004, está em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº. 3926/2004 que institui o Estatuto do Artesão com a finalidade de permitir o registro profissional de artesão e da unidade produtiva artesanal, entre outras atribuições do setor. Para maiores informações acessar: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=260275>>

corporações, de trocas e de sistemas bancários, que transformam a economia artesanal tradicional em função dos imperativos do mercado mundial. O trabalho artesanal que continua a ser fiel às suas tradições encarna uma forma e uma filosofia características da cultura de onde se origina (UNESCO, 2009, p. 21).

3.3.2 A Comunidade do Alto do Moura

Situado a sete quilômetros do centro do município de Caruaru, o bairro Alto do Moura foi um povoado rural situado nas proximidades do rio Ipojuca, que sob a liderança de Antônio Moura, foi denominado como Alto dos Mouras, por volta de 1850 (SILVA e SANTOS, 2011; SIQUEIRA, 2007). Como se tratava de área de terras férteis, a população dedicava-se à agricultura de subsistência, principal atividade econômica da localidade. O artesanato representava ocupação doméstica para a confecção de peças utilitárias, prioritariamente feita pelas mulheres e suas filhas, bem como pelos filhos homens (crianças), quando acompanhavam as mães criando pequenas peças de brinquedos, como panelinhas e cavalinhos de barro.

Porém, a história dessa comunidade com o artesanato feito de barro existe muito antes da colonização portuguesa na região, desde a época em que povos indígenas habitaram aquele território, principalmente os índios Kariris, reconhecidos por desenvolverem uma atividade cerâmica de barro bastante rústica. Tendo em vista que a origem do artesanato feito de barro está ligada aos costumes indígena e africano de fabricar cerâmicas utilitárias para armazenar, cozinhar e servir os alimentos, estudos revelaram que o artesanato do barro produzido pelos/as artesãos/ãs da região até a metade do século XX recebeu influências da cultura indígena, bem como tiveram algumas práticas introduzidas pelos negros e pelos portugueses. Assim, num processo contínuo de acúmulo de experiências individuais e coletivas ao longo do tempo, o artesanato foi incorporado àquela comunidade como fator de identidade cultural. (LIMA S., 2001; MATOS, 1998).

Segundo Sandra Lima (2001), condições geográficas e socioeconômicas contribuíram para o desenvolvimento da confecção de peças com barro, sendo possível identificar quatro fases da trajetória histórica da atividade ceramista no Alto do Moura, de sua prática utilitária até a perspectiva artística que se desenhou por meio da arte figurativa de Vitalino Pereira dos Santos, o Mestre Vitalino.

A primeira fase foi marcada pelo predomínio da cerâmica utilitária, a segunda fase é o momento da inserção da prática da cerâmica figurativa de Vitalino que para o Alto do Moura mudou-se em 1948; a terceira pode ser considerada a fase da transposição da cerâmica utilitária para a cerâmica figurativa por parte de certos artesãos influenciados por Vitalino; e a quarta e última fase foi marcada pelo predomínio, incontestemente da cerâmica figurativa na comunidade que se inicia nos anos 80 do século passado (LIMA S., 2001, p. 78).

Como na tradição indígena, inicialmente, a prática ceramista era atribuída às mulheres e às crianças, no ambiente doméstico para a produção de peças utilitárias como potes, jarras, tigelas, alguidares e moringas para uso dentro de casa. Na medida em que os filhos homens cresciam votavam-se para a agricultura, cabendo às mães e filhas se ocuparem da produção das peças em barro durante as folgas do trabalho doméstico. A argila era extraída das margens do rio Ipojuca, levado para casa onde era pisado até ficar macio e limpo para a produção das louças. Com o crescimento da cidade, as louceiras³³ passaram a vender os utensílios na feira de Caruaru como forma de complementar a renda familiar, enquanto os homens se dedicavam a agricultura nas plantações de milho e mandioca. Durante a primeira metade do século XX a produção se transformou, cada vez mais, em fonte de renda auxiliar para a subsistência das famílias do campo. Entre os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da produção das peças em barro, o primeiro se refere à grande quantidade de argila existente nas margens do rio Ipojuca, bem como a tradição herdada dos índios na fabricação dos utilitários. Além de ser uma renda complementar para as famílias que comercializam os produtos na feira de Caruaru (LIMA, 2001).

Com a ida do Mestre Vitalino para o Alto do Moura, em 1948, houve nova perspectiva para a comunidade. A fama nacional do Mestre contribuiu para facilitar a comercialização das peças, tornando-se uma atividade lucrativa. Vitalino Pereira dos Santos nasceu em 10 de julho de 1909 no Sítio Campos, povoado vizinho ao Alto do Moura, filho de pai agricultor e mãe louceira de barro. Desde menino, por influência da mãe Josefa Maria dos Santos, aprendeu a modelar a argila de onde retirava bichinhos das sobras da produção de sua mãe. Com então apenas seis anos de idade, Vitalino criou sua primeira peça “um caçador de gato maracajá”, peça que foi levada para a feira e sendo vendida. Com o passar do tempo, Vitalino começou a vender mais peças e sua brincadeira tornou-se uma atividade produtiva, mais tarde, com a sua arte, influenciou toda a comunidade do Alto do Moura, que passou da produção das peças utilitárias para a arte figurativa, principalmente despertando o interesse dos homens em produzir os objetos, deixando de ser uma prática feminina para tornar-se atividade masculina.

³³ Mulheres que faziam as louças de barro.

E a arte surgiu através de Vitalino. O pessoal já trabalhava por aqui, mas assim, fazendo panelas, potes, jarras, somente peças utilitárias. E Vitalino começou a fazer as peças pegando a sobra de barro da mãe dele. Ele fez as peças, levou pra feira, vendeu, o povo achou bom e ele continuou fazendo as peças. Em seguida veio Manuel Eudócio, Elias Francisco, Zé Caboclo, Manoel Rodrigues, veio a minha sogra que foi a primeira mulher artesã que começou junto com Vitalino, ela era cunhada dele. O nome dela era Ernestina Antônia³⁴. Todo mundo foi vendo, gostando da arte e até hoje a maioria do pessoal que mora no Alto do Moura trabalha na arte do barro. Aquele que não faz ajuda a pintar, a queimar, de toda maneira o pessoal ajuda. Acho que 95% das pessoas aqui trabalham na arte do barro (O., Diário de campo, 04/09/ 2012).

De fato, com a sua arte, o Mestre Vitalino fez vários seguidores, que de aprendizes tornaram-se também Mestres contribuindo para a propagação e conservação desse trabalho. Podem ser citados entre os mestres: Zé Caboclo (José Antonio da Silva, 1921-1973), Manuel Galdino de Freitas (1929-1996), Elias Francisco dos Santos (1924), Zé Rodrigues (José Rodrigues, 1914), Luiz Antonio da Silva (1935) e Manuel Eudócio Rodrigues (1931 - agraciado em 2009 com o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco). A repercussão do trabalho desses artesãos incentivou mais moradores do Alto do Moura a buscarem na atividade a forma de sustentar suas famílias. Os homens aos poucos foram abandonando a agricultura e fazendo do artesanato figurativo sua profissão, enquanto suas mulheres ficavam responsáveis somente pela pintura das peças. Muitas mulheres permaneceram apenas como louceiras, porém, aos poucos, elas e seus filhos e filhas começaram a produzir também as peças utilitárias para auxiliar os homens com a produção tornando essa atividade ofício de toda a família. Hoje, “há muitas artesãs que são reconhecidas pela sua arte, sem ter que ficar à sombra de seus companheiros” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012). Com o sucesso do trabalho de seus artistas, o Alto do Moura passou a atrair cada vez mais visitantes, fregueses que compram peças para si próprios ou para revender em outras cidades.

Em 1971, a casa onde viveu o Mestre Vitalino foi transformada na Casa Museu Mestre Vitalino. No local, são expostas suas principais peças, objetos pessoais, fotografias, mostrando um pouco da história do famoso artesão caruaruense. Construída em 1959, a casa sofreu alguns reparos para se transformar em museu, mas conservou a estrutura original em tijolo cru. Estima-se a produção original de Vitalino em cerca de 180 peças, que continuam sendo reproduzidas por seus filhos, netos e bisnetos, sendo as peças mais valorizadas as da primeira fase de sua obra, cujos bonecos têm os olhos vazados e não pintados.

Além do artesanato em barro, o Alto do Moura possui bares e restaurantes

³⁴³⁴ A senhora Ernestina Antônia da Conceição era uma louceira conhecida na comunidade, uma das poucas mulheres contemporâneas a esse primeiro grupo de artesãos que passou a confeccionar o artesanato figurativo, influenciada pela repercussão do trabalho do Mestre Vitalino.

especializados na culinária pernambucana do interior, principalmente em pratos feitos com a carne de bode, muito apreciada na região, o cuscuz e a macaxeira. A comunidade contribui também para abrilhantar o São João de Caruaru, com um dos mais animados polos da festa junina. Com a repercussão da arte do barro, o Alto do Moura passou a ser considerado como o “Maior Centro de Artes Figurativas das Américas³⁵”, título que tem se convertido em benefícios para a comunidade divulgar a sua arte.

3.3.3 A produção familiar do artesanato

No Alto do Moura, os artistas trabalham em suas casas, modelando o barro e criando diversos objetos e figuras de todos os tipos. Suas residências são verdadeiros ateliês onde, além de criar, eles vendem o produto do seu trabalho. Os temas básicos dos/as artesãos/ãs são motivados pela cultura nordestina e retratam o cotidiano do homem e da mulher sertanejos: o bumba-meu-boi, o maracatu, as bandas de pífano, os retirantes da seca, o cangaço e os cangaceiros, principalmente os famosos Lampião e Maria Bonita, o vaqueiro, a vaquejada, o casamento e o enterro na zona rural. Há também os/as artesãos/ãs que produzem figuras ligadas a cenas contemporâneas da dinâmica urbana como o trânsito, as profissões, os esportes, jogos de tabuleiros etc., temas que atualmente fazem parte das experiências da comunidade.

É mesmo um trabalho de família, você chega na porta da casa não dá nem pra notar que tem alguém trabalhando. Aí você chama e aparece alguém com a mão suja de barro ou suja de tinta pra lhe atender, porque está trabalhando, se não tá na frente da casa tá nos fundos trabalhando. Na minha casa, por exemplo, tem um quartinho ao lado onde a gente trabalha. Tem muita gente que na própria casa que mora, produz as peças e ainda vende (O., Diário de Campo, 04/08/2012).

A força de trabalho é constituída pelos membros da família, sob a direção dos pais que organizam os trabalhos de filhos, irmãos e outros parentes. Alguns trabalham integralmente e outros com dedicação parcial ou esporádica, mas todos realizam o seu trabalho se responsabilizando pela tarefa de cada um, remunerados por aquilo que produzem, assim, não

³⁵ A divulgação desse título pela Fundação de Cultura da cidade e por inúmeras reportagens na imprensa e em programas locais difundem este título que teria sido dado ao bairro do Alto do Moura pela UNESCO. Porém, não há nenhum registro de recebimento deste título, tampouco há informações no site da UNESCO que confirmem esta concessão do título. Os próprios moradores e artesãos da comunidade não sabem como e quando este título foi dado.

há pagamento fixado porque tudo depende das encomendas que cada membro da família receba. Aqueles que trabalham com a confecção dos objetos necessitam dominar as técnicas e o processo produtivo por completo usando de sua criatividade e habilidades manuais, porque “cada um tem a sua imaginação e tem um jeito também de trabalhar (B., Diário de Campo, 11/10/2012).

Durante todo o dia é possível ver as pessoas trabalhando, tratando o barro, modelando ou pintando as peças, dando acabamento, enfim, fazendo alguma tarefa relacionada ao artesanato do barro. Outro aspecto importante está no estilo da arte figurativa que os/as artesãos/ãs do bairro desenvolvem seja pela expressão (dos bonecos), as cenas do dia a dia e o colorido das figuras usado desde o tempo de seus precursores. O artesanato do barro praticado pelo sistema produtivo familiar no Alto do Moura é chamado artesanato tradicional definido pelo SEBRAE (2010) como

[...] conjunto de artefatos mais expressivos da cultura de um determinado grupo, representativo de suas tradições, porém incorporados à sua vida cotidiana. Sua produção é, em geral, de origem familiar ou de pequenos grupos vizinhos, o que possibilita e favorece a transferência de conhecimentos sobre técnicas, processos e desenhos originais. Sua importância e seu valor cultural decorrem do fato de ser depositária de um passado, de acompanhar histórias transmitidas de geração em geração, de fazer parte integrante e indissociável dos usos e costumes de um determinado grupo. (SEBRAE, 2010, p. 14)

O artesanato feito com barro no Alto do Moura é um ofício que começa como brincadeira de criança e se torna um trabalho para toda a vida. Geralmente, esse “aprendizado necessita de uma ampla base de experiência que está relacionado à tradição das famílias que tinham o barro como matéria prima de fabricação de objetos utilitários e desenvolveram ao longo dos anos seu jeito de fazer artesanal recriando as suas tradições e aprimorando sua arte” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012), por isso, o artesanato que ali é produzido (re)conta histórias de vida através de objetos que estão “intimamente ligados às experiências do viver do artesão” (MATOS, 1998, p. 191).

Eu aprendi com a minha mãe que já era artesã e a gente se criou tudo vendo ela fazer os bonecos de barro, tudo que era de barro a gente fez. Então a gente aprendeu em casa mesmo com a família. Desde a infância, com uns dez anos eu já fazia uns cavalinhos de barro bem pequenininho [...] Toda minha família era de artesãos. Meu pai fazia também, mas ele trabalhava em cerâmica de tijolo, mas ele ajudava em casa. Minha mãe fazia pratos, panelas, “miaeiro”, que é porta moeda. Fazia cavalinhos de barro, tudo, tudo em barro ela fazia. Aí vendo ela trabalhar eu fui crescendo, brincando com barro e aprendi o ofício. (I., Diário de Campo, 06/10/2012).

Toda minha família já trabalha com artesanato. Então, minha mãe trabalhava com

artesanato, minha avó também, inclusive minha avó foi a primeira mulher a trabalhar com o barro (artesanato figurativo). Aí vendo minha mãe e minha avó trabalhar com o barro despertou a curiosidade, aí minha mãe me ensinou a trabalhar com o barro. [...] Foi aos sete anos, então desde criança que eu já trabalho com o barro. Eu já iniciei querendo ganhar dinheiro mesmo, porque despertou a curiosidade e a vontade de ganhar dinheiro com o barro. (B., Diário de Campo, 11/10/2012)

Eu iniciei quando tinha mais ou menos seis anos de idade, porque eu via papai trabalhando, papai se chamava Zé Caboclo, ele foi um dos primeiros discípulos do Mestre Vitalino, meu pai começou quando criança e a minha mãe também começou quando criança, que aprendeu com a avó. Então, eu nasci e me criei vendo eles trabalhando em casa, os dois, assim eu tive essa influência muito forte e dos meus irmãos mais velhos [...]. E depois aos oito anos de idade eu comecei fazendo pra vender. Aí já fazia os brinquedinhos de mesinha, cadeira, panelinha, essas coisas de brincadeira de criança e um dos meus irmãos vendia. [...] Depois dos dez anos eu aprendi a fazer as figurinhas figurativas, vendo com muita curiosidade papai trabalhar, observava muito o que ele fazia e tentava copiar as figuras que ele fazia, os agricultores, banda de pífanos, família de retirantes foi assim que eu comecei (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

As artesãs, cada uma com sua experiência, descreveram o passo a passo da produção das peças, revelando aspectos de um aprendizado cotidiano, gradativo e intenso do trabalho que realizam. A primeira etapa é a captação do barro que será utilizado. Todo o barro que é extraído vem das margens do rio Ipojuca, distante cerca de três quilômetros do Alto do Moura. De acordo com a Associação dos Artesãos em Barro e Moradores do Alto do Moura (AABMAM), essa área foi doada pelo governo do estado de Pernambuco aos artesãos, sob os cuidados da Associação para ser explorada, porém, diferente de décadas atrás, quando os/as próprios/as artesãos/ãs faziam essa extração, o trabalho hoje é realizado por pessoas que buscam e vendem para as famílias a argila, que pode ser já preparada para a moldagem das peças (barro amassado e peneirado) ou ainda precisando ser tratada (barro seco). Durante as visitas às casas das famílias, foi possível “ver um homem de motocicleta que fazia a comercialização da argila, trabalhando nas entregas ou recebendo pedidos dos/as artesãos/ãs” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012).

Antigamente que tudo era mais difícil a gente mesmo é que ia buscar o barro lá na beira do rio, mas hoje já tá mais moderno a gente compra e recebe o barro em casa mesmo, uma pessoa tira lá do rio, amassa, traz ele processado passado numa máquina pronto já pra fabricar. Mas antes era a gente mesmo que cavava na beira do rio (I., Diário de Campo, 06/10/2012).

Tem uma área onde a gente compra o barro, fica a uns 2km daqui, hoje em dia eu não vou mais lá pegar. Eu pago, aí o rapaz pega e traz. Aí aqui no meu artesanato tem o lugar de colocar o barro. A gente molha o barro, no dia seguinte, pisa, aí tira a pedrinha (T., Diário de Campo, 09/10/2012)

A gente pega o barro e pode preparar o barro em casa mesmo porque ele vem seco, aí a gente machuca ele um pouco, molha aí deixa curtir um pouco. Depois a gente vai amassando nas mãos até ele ficar uma consistência boa pra trabalhar com o

barro. Agora, aqui também a gente já encontra o barro pronto. Já tem um rapaz que fornece o barro já com a consistência boa pra gente trabalhar (B., Diário de Campo, 11/10/2012).

Registre-se que, as artesãs fazem questão de informar que não é qualquer barro que serve para a modelagem, pois o tipo de barro a ser utilizado depende de aspectos como tamanho e formato das peças:

[...] se for uma miniatura o barro é mais forte, ele é tirado das margens do rio mais profunda, por isso ele é mais escuro e tem mais liga. E se as peças forem maiores, [...] a gente tira o barro das margens mais rasas, tira o barro mais fraco, ele é mais poroso, aí só serve pra trabalhar com peças maiores pra queima, porque se fizer uma peça grande com um barro muito forte, com uma liga muito forte, espessura grossa, ela pode quebrar no forno, é muito fácil de quebrar. Então tem também esse detalhe, o tipo do barro. Às vezes, a gente mistura o barro mais forte com o mais fraco pra deixar ele médio, ele é bem mais forte puro. E se a peça for maior deixar ele bem fraquinho, que é o barro mais claro (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

A etapa seguinte corresponde à montagem do produto, que merece maior atenção e uso da criatividade dos artesãos/ãs, assim, definido o tipo de peça que será feito, inicia-se a moldagem. As peças utilitárias e algumas de decoração são preparadas a partir do torno, já as figurativas são moldadas à mão com uso de alguns instrumentos que os/as próprios/as artesãos/ãs elaboram. Há um padrão de montagem que todos seguem independentemente da figura criada, reconhecido como apropriado para o artesanato com o barro. É um trabalho que requer muita habilidade manual, capacidade criativa e paciência, pois são exigidos dias de dedicação até que uma peça fique pronta.

[...] a gente começa a peça, deixa ela secando, enxuga um pouquinho. Se for um boneco a gente faz o corpo, aí faz a cabeça e coloca. Aí depois deixa enxugar um pouquinho, coloca os braços, se for um velho da roça já coloca a enxada ou o balaio na cabeça, é tudo por etapas. Após uns três ou quatro dias de feito a gente deixa secar sem ser no vento ou no sol, porque se colocar no sol antes de queimar o barro quebra (I., Diário de Campo, 06/10/2012).

A água serve como uma espécie de cola como uma liga pra unir as partes que eu vou colocando na peça e não deixa o barro secar. Serve também pra deixar as peças mais lisas pra o acabamento. Depois que a peça tá pronta eu espero uns dias pra ela secar, só vai ao forno quando está seca (L., Diário de Campo, 07/10/2012)

(O tempo de secagem da peça) Depende da peça e da temperatura. Se a temperatura (ambiente) estiver alta, em dois dias pode colocar pra queimar, agora se a temperatura estiver baixa, assim em tempo de chuva, pode levar até oito dias pra ela secar e a gente queimar. Todas as peças feitas de barro tem que ser levadas ao fogo, porque senão ela não resiste muito tempo, ela quebra rápido (T., Diário de Campo, 09/10/2012).

Então é bem aquele cuidado de começar fazendo a forma do trabalho. No início, se for uma figura, tem que fazer primeiro o corpo. Aí depois que preparou o corpo dá um acabamento com água, com algumas paletinhas, com os dedos, pra dar aquele acabamento do barro ficar lisinho. Depois, vem a cabeça, a cabeça é um trabalho

mais delicado, o rosto, sempre é um trabalho mais demorado, porque eu sou assim, muito exigente, gosto de fazer um rosto que me agrada. Se for de homem, tem que dar a expressão mesmo do rosto de homem, se for mulher, aí é aquela coisa demorada. Aí quando termina o rosto coloca a cabeça no corpo e da o acabamento no pescoço e vê se está na altura certa do pescoço, porque eu me preocupo muito com a proporção pra que combine tudo certinho, o tamanho do corpo com a cabeça e os bracinhos. Depois vem os braços, o cuidado todo com as mãos, os dedinhos. Vem a roupa que é aquele relevo que a gente coloca, se for mulher tem a saia, se for homem tem a calça, o cinturão, os botões da camisa. Depois que prepara, vem alguns instrumentos que ele carrega, se for um agricultor aí vem a enxada, vem o jerimum e agente vai colocando com o barro mesmo, prepara já a parte que ele vai carregar pra depois ir encaixando com o barro mesmo e as paletinhas de madeira. Assim quando acaba de fazer, precisa deixar em um lugar que não pode levar sol, não pode levar muito vento, pra secar naturalmente pra ir ao forno, porque só pode queimar depois que tá seco, o barro fica mais clarinho [...] (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

De fato, “as mãos são os principais instrumentos de trabalho destes/as artistas, contudo o uso de alguns objetos é necessário para delinear formas, contornos, revelar as expressões das figuras criadas” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012). São pequenas ferramentas que surgem da necessidade do trabalho feitas pelos/as artesãos/ãs com objetos de uso doméstico que segundo as artesãs,

[...] é coisa mesmo que a pessoa tem em casa e elabora. É palito, pente, faca, que a gente utiliza pra colocar os detalhes, os traços do rosto dos bonecos, o olho. Tem peça que tem que é mais delicada, que precisa ser mais trabalhada, mais bem alisada, que é a peça quando vai vender mais caro. Já tem peça, (por exemplo, as galinhas), ela vai ser toda pintada de preto, aí cobre todo o acabamento dela, por isso que não precisa assim destacar tanto os detalhes dela (L., Diário de Campo, 07/10/2012)

São coisas muito simples. Tem os pedacinhos de madeira que a gente chama de paletinhas, de furador pra fazer detalhe do rosto, da boca, do nariz. Alguns eu compro pronto e faço o acabamento que eu preciso, aqueles pauzinhos que as manicures usam. Outros eu mesma faço e vejo a posição que eu preciso, mais fininho, mais grosso. Porque, quanto mais instrumento de trabalho, mais ajuda a fazer e diferentes. Tem também o espinho do mandacaru que é muito útil em alguns detalhes com o barro e todo o acabamento na pintura, desenhos, pintar o olhinho, é tudo feito com a ponta do espinho de mandacaru. As faquinhas pra fazer os detalhes, o pente pra fazer o cabelinho e algum outro detalhe. [...] a bacia com água é porque a gente precisa ter água toda hora pra fazer as peças. A gente precisa estar lavando a mão, tirando o barro quando vai ficando grosso na mão. Vai tirando, lavando, enxugando, pra deixar a mão só úmida, que é pra poder pegar as peças (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

O processo de queima das peças é feito em fornos caseiros de olaria construídos em tijolo aparente e formato específico arredondado com a abertura inferior lateral para colocar a lenha para queima e abertura superior com uma grade de metal para acomodar os objetos a serem queimados. Cada família possui o seu forno, no quintal de casa ou no ateliê, bem como em quase toda casa do bairro há feixes e amontoados de lenhas para queima, dessa forma, “ao dar uma volta pela comunidade, é comum ver a fumaça subindo por trás das casas durante

todo o dia, invadindo as ruas e sentir o cheiro da madeira queimando” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012).

[...] a peça vai pra o forno à lenha, é um forno comum que queima telha, tijolo e, dependendo do tamanho da peça, pode chegar a três horas e meia de forno, pode chegar a cinco, seis horas de fogo pra queimar. Se a peça tem uma espessura mais grossa, ela for maior, leva mais tempo de queima, porque a quentura tem que chegar devagarzinho lá dentro da peça. E só pode terminar de queimar quando a peça tá muito quente e quando está muito escura, na cor de carvão, aí a gente joga muita lenha pra tirar aquela cor escura do barro e chegar a essa cor avermelhada, que é o barro natural que a gente chama. Aí depois que queima, espera esfriar, termina de queimar toda a lenha, parar a fumaça, deixa só as brasas vivas, pra que não tenha nenhuma fumaça pra não dar uma cor feia nas peças, aí espera esfriar, tira e depois vai pra pintura. (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

Por muito tempo, os/as artesãos cortavam a lenha da região por conta própria carregando em carroças ou compravam sem saber a procedência da mesma. A madeira mais utilizada hoje pelos/as artesãos/ãs é a algaroba, árvore típica da região, que não tem maiores restrições legais para o corte, embora, a cada dia fique mais difícil encontrá-la, somado a isso, o IBAMA³⁶ tem intensificado a fiscalização sobre a derrubada de árvores devido ao desmatamento que a região vem sofrendo. Assim, a lenha geralmente é comprada a pessoal especializado, que traz num caminhão, atadas em feixes, tornando o material mais caro para quem precisa. Há também quem compre restos de madeira de serrarias, tábuas de construção e, em algumas ocasiões, recebem doações da prefeitura municipal com madeira utilizada nos eventos da cidade.

Após a queima, existe o tempo de esfriamento das peças prontas que em seguida são retiradas dos fornos, limpas, devido ao pó das cinzas, e saem com uma tonalidade mais clara do barro do que quando foram para o forno, sendo chamadas pelos artesãos de “natural” pelo fato de ainda não estarem pintadas. Muitas peças são vendidas na cor natural, principalmente as utilitárias. A finalização do processo vem com a pintura, considerada a fase mais delicada por exigir dos artesãos um cuidado redobrado com os detalhes de acabamento das peças, delineando traços muitas vezes minúsculos, como no caso das miniaturas. O uso de cores vivas e fortes surgiu pela ideia de retratar a vida no campo e seus personagens, característica importante do estilo da arte figurativa do Alto do Moura, assim, diferentes combinações de cores, texturas e vernizes são utilizadas nas técnicas desenvolvidas a partir das experiências e saberes adquiridos que esses/as artistas elaboram na medida em que fazem sua arte. Todos/as os/as artesãos/ãs utilizam a chamada pintura fria na qual o objeto não pode voltar ao forno depois de pintado.

³⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

[...] a cada dia a gente está mostrando coisas novas, tonalidades de tintas diferentes também é muito importante. Jogo de cores também. Quando eu vou pintar uma peça, outro dia eu fiz uma cena de uma mulher cuidando de um jardim. Aí tinha quinze plantinhas, aí eu olhei assim e disse: essas plantinhas cada uma vai ter uma cor diferente, eu não quero igual. Eu fiquei um tempão preparando as tonalidades de cores de verde. Aí a tinta látex tem os corantes e eu fui fazendo a mistura, encontrando as cores. [...] Às vezes eu fico horas mexendo com tinta pra encontrar as tonalidades, pra que fique tudo assim bem diferente e imitar um pouco a natureza (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

Para comercializar as suas peças os/as artesãos/as o fazem por meio de encomendas que podem ser por unidade ou em quantidade, dependendo do comprador e/ou vendendo nas lojas montadas em suas casas. O conjunto de fregueses é composto por colecionadores, turistas, visitantes e pequenos e médios comerciantes, principalmente do Nordeste que fazem os pedidos de grandes quantidades do mesmo tipo de peça. Muitos participam de feiras regionais e nacionais de artesanato que divulgam as mais diversas formas do fazer artesanal em todo o país, o que também gera pedidos de clientes de vários estados do Brasil.

Apesar de ter a Feira de Caruaru como o principal ponto de divulgação e comercialização do artesanato do barro na cidade, quase não há artesãos/ãs do Alto do Moura com banco próprio para vender seu trabalho, eles/as preferem entregar para outras pessoas venderem. Essa foi uma estratégia adotada pelos artesãos/ãs há cerca de trinta anos, à época, era difícil e pouco rentável para eles/as ter que produzir e ir à feira todos os dias para comercializar os produtos. Assim, muitos acharam melhor ficar trabalhando em casa recebendo o pedido de seus clientes sem ter que ficar se deslocando para o centro da cidade. As artesãs afirmam que “[...] nós fazemos aqui mesmo, vendemos também aqui mesmo. Eu não levo pra feira de Caruaru para vender, mas, 80% de tudo que eu produzo já é de encomenda” (T., Diário de Campo, 09/10/2012). Também há casos de famílias que diversificam seu modo de vender, como na fala da artesã que conta “[...] minha filha e meu irmão trabalham com encomendas, já eu não. Eu trabalho pra colocar aqui na loja mesmo e depender de turista (L., Diário de Campo, 07/10/2012).

Eu tenho fregueses de fora, pessoas de longe que vem comprar e moro aqui mesmo, aí eu já vendo faço tudo aqui na minha casa. [...] Eu trabalho pra Porto de Galinhas, pra São Paulo, pra Porto Seguro na Bahia, Salvador toda, recebo muitos fregueses de lá. Às vezes eles ligam, [...] porque tem aquele prazo e eles vem de longe. Eles dizem as peças que querem, a gente faz e quando chega tá pronta. E fora isso, a gente deixa nas prateleiras assim, e vendo em casa mesmo, porque aparece muitos turistas por aqui (I., Diário de Campo, 06/10/2012).

A maioria dos nossos fregueses vem aqui em casa, os que conhecem a gente. Tem alguns que nem conhecem a gente, aí eles ligam fazem o pedido da peça. Porque tem muitos fregueses que vão a uma feira e vê a nossa peça, aí eles pegam o nosso telefone e ligam, aí a gente fica transportando para o Rio de Janeiro, São Paulo (S.,

Diário de Campo, 08/10/2012).

Para identificar o artesanato que produzem, as famílias de artesãos dessa comunidade utilizam carimbos, feitos também de barro, que servem pra gravar o nome de cada artista nas peças, procedimento feito no final da modelagem embaixo da própria peça ou da base que a sustenta. E “quando a figura não tem um espaço que dê pra colocar o carimbo, eu assino no barro com um palito, ou posso assinar com caneta. Mas trabalho nenhum meu sai sem minha assinatura” (M., Diário de Campo, 10/10/2012), pois, além de registrar a origem e o nome do artista como forma de valorização de seu trabalho, a marcação das peças serve como maneira de divulgar o trabalho dos/as artesãos/as em eventos do setor e captar mais clientes. O uso desses carimbos é ainda um modo de impedir que outras pessoas se aproveitem para vender as obras como se fossem delas, porque “vende em todas as lojas, nos shoppings, nas feiras de artesanato, em todo lugar do mundo. [...] Se fizer (o artesanato) sem carimbo, eles pintam de outro jeito ou então dizem que é deles. Na loja pode dizer que é do artesão de lá e colocar uma etiqueta deles” (I., Diário de Campo, 06/10/2012).

O fato de se trabalhar por encomenda garante maior estabilidade econômica, no entanto, como é baseada na alta produção de peças repetidas e simples, pode representar mecanismo de restrição do processo criativo do/a artesão/ã. Por isso, muitos/as artesãos/ãs “procuram reinventar seu trabalho trazendo elementos ou cores diferentes em suas peças, usam da imaginação para criar outros objetos porque eles/as declaram ter liberdade de escolher, decidir aquilo que vai produzir” (Apontamentos, Diário de Campo, 2012). Ainda conforme os/as artesãs do Alto do Moura, mesmo quando se reproduz peça idêntica, sempre vai haver diferença por ser um trabalho feito a mão, não há molde, cada peça é única e “não sai de jeito nenhum tudo igual. A gente faz as feições das peças que ficam quase igual, mas sempre tem uma diferença em cada uma” (S., Diário de Campo, 08/10/2012)..

Quando eu estou com encomenda, aí eu já vou fazer aquela peça que já é pra fazer as entregas das encomendas para os clientes. E quando eu não estou, eu faço para expor aqui na minha loja mesmo. Eu faço o pensamento do dia. De manhã eu acordo e vou fazer boneca, aí eu faço boneca, penso em fazer luminária, aí eu faço luminária. Vou fazer peça utilitária, faço peça utilitária. Tenho liberdade de fazer o que vir na minha cabeça e de criar. O bom mesmo é criar cada dia peça diferente, porque o turista quando chega encontra novidade (T., Diário de Campo, 09/10/2012).

Eu trabalho com encomenda, mas eu gosto muito de sempre estar inventando, criando. Aí de repente chega uma pessoa e vê uma cena, um trabalho que eu fiz que foi premiada ou que eu mostre uma fotografia de algum trabalho que eu já entreguei, aí as pessoas chegam e dizem: “Você faz uma dessa pra mim?” Eu digo que faço só que eu não gosto de fazer réplica. Se você me disser: “Faça uma cena exatamente igual a essa”, eu não gosto, isso me sufoca. Eu gosto que a pessoa diga: “Faça uma

cena dessa pra mim, mas fique à vontade”. Porque aí eu vou ter liberdade de fazer aquela cena. Por exemplo, uma mulher jogando milho pra as galinhas, que eu fiz em homenagem à minha mãe, [...] fiz até um pouco parecida com ela. E depois as pessoas gostaram muito e encomendaram pra eu fazer. Eu disse que iria fazer, mas que não iria ficar totalmente igual, porque eu coloco uma expressão diferente. Posso fazer uma mulher de trança, ou uma mulher de cocó, ou de cabelo solto, mais magra ou mais forte, que dê a diferença. Apesar de ser a mesma cena eu mostro coisas novas no trabalho (M., Diário de Campo, 10/10/2012).

Como há pluralidade de figuras, de tamanhos, de qualidade das peças, do tipo de artesanato (utilitário, decorativo, figurativo) e da mão de obra, o valor final do produto é bem variado. As peças mais simples e menores são feitas em larga escala para compensar o preço baixo, com valor inicial que gira em torno de R\$ 3,00 (Três reais), aquelas peças mais elaboradas, geralmente são vendidas a colecionadores e produzidas em baixa escala, quando não são exclusivas, por isso tem preços mais elevados, custando em média R\$ 2.000,00 (Dois mil reais). Os pedidos e as vendas são feitos durante todo o ano, mas há épocas específicas de maior comercialização das peças, o mês de junho é o de maior crescimento devido às festas juninas, bem como nos meses próximos ao final do ano “novembro, dezembro, janeiro até o carnaval sai muita peça e no mês de julho nas férias” (S., Diário de Campo, 08/10/2012).

Diante dessas condições, a renda familiar sofre algumas variações ao longo do ano, por ser influenciada pelo ritmo de produção e pedidos que os/as artesão/ãs recebem em meio a sazonalidade do mercado. Em cada núcleo familiar produtivo existem as pessoas que se responsabilizam pela negociação da comercialização dos objetos, tarefa que pode ser dividida entre o pai e a mãe, ou ficar a carga de um dos dois. Os ganhos auferidos com o artesanato são repassados àqueles que produziram, mas essa remuneração servirá, prioritariamente, para arcar com as responsabilidades de cada um com o sustento familiar, pois o artesanato do barro é a principal atividade econômica dessas famílias.

4 COMPARAÇÃO E ANÁLISE DOS CASOS

Com base na pesquisa empírica e no quadro teórico que foram investigados e debatidos, aqui são apresentados os elementos que são compartilhados e os que distinguem os sistemas produtivos estudados. A partir da comparação e das considerações feitas sobre suas respectivas formas de organização, sobre as falas dos sujeitos e seus comportamentos foi elaborada uma análise que abriu caminho para compreender o universo dos sistemas de produção familiar urbana na cidade de Caruaru.

As experiências das famílias de faccionistas de confecções e das famílias de artesãos/ãs do barro revelaram que os dois modos de produção sofrem influências das tradições familiares e comunitárias que ainda hoje são compartilhadas naquela localidade, baseados em aspectos da cultura machista e na divisão sexual do trabalho. Além disso, são configurações produtivas de grande relevância socioeconômica na região, pelo fato de representarem as principais atividades econômicas realizadas no âmbito doméstico para grande parte das famílias da cidade.

São dois sistemas produtivos que tem acentuada presença da força de trabalho feminina, em decorrência do próprio caráter das atividades que realizam, pois tanto o artesanato quanto a costura (destacando-se a facção), foram constituídos historicamente como sendo de atribuição das mulheres, inicialmente tidos como obrigações domésticas, mas, posteriormente reconhecidos como trabalho. No entanto, apesar de terem características semelhantes, é importante esclarecer que esses sistemas surgiram em cenários socioeconômicos específicos, por isso, para que a comparação e análise dos dois casos apresentados fossem conduzidas com maior rigor de pesquisa e de aproximação da realidade, cada qual foi estudado a partir de seu contexto.

4.1 Sobre as relações de gênero e o papel da mulher no trabalho

Nesta seção discute-se a questão inicial das implicações das relações de gênero e poder integradas à discussão da condição feminina na família e no trabalho, unindo os elementos da teoria e as informações coletadas na visão dos sujeitos da pesquisa, a fim de compreender a prática produtiva e a interação interpessoal dos membros das unidades

familiares. Em face da problemática pesquisada, nesse tópico, emergiram como categorias de análise: 1) Entrada e permanência na atividade; e 2) Estrutura, produção e comercialização.

4.1.1 Entrada e permanência da atividade

A categoria “entrada e permanência na atividade” compreende os motivos relacionados à iniciação no trabalho, bem como as razões que determinaram a continuação dessas atividades econômicas como profissão, que são partilhadas entre os membros das famílias.

O diálogo com as costureiras e com as artesãs demonstrou que a base do envolvimento com a costura e com o artesanato está nas famílias que passaram de uma geração para outra não só o uso das técnicas e conhecimento sobre cada tipo de produção, como também, os valores, as crenças e os comportamentos repartidos entre os membros do núcleo familiar e que alcançaram seu trabalho. Nesse sentido, há forte influência de um padrão cultural do sistema patriarcal, definindo lugares, papéis e funções diferenciados para mulheres e homens no interior dessas famílias e na forma de expressar seu trabalho.

Sabe-se que a costura era considerada uma tarefa familiar de obrigação da mulher, não se admitia entre pais e mães que os filhos (homens) aprendessem tal atividade, esse aprendizado deveria ser repassado para as filhas, que ajudavam suas mães com a costura e na rotina doméstica. Para as mulheres que costuravam restava a essa função o caráter complementar, sem a garantia de bons retornos financeiros. Aquilo que fabricavam ou era vendido nas feiras livres da cidade ou destinava-se a costura particular por encomenda (sob medida). Não havia qualquer participação masculina no processo produtivo, pois os homens deveriam se dedicar a outros tipos de trabalho melhor remunerados, como a agricultura, o comércio e demais profissões consideradas masculinas.

Essa divisão sexual de papéis também estava representada nas atividades com o artesanato do barro que surgiram pelas mãos das mulheres na fabricação das peças utilitárias que serviam para o uso do lar e também para serem vendidas na feira de Caruaru, como complemento da renda familiar. Os homens pouco se interessavam pelo artesanato, por ser uma atividade feminina e ter pouco valor econômico, assim, era preferível que eles enquanto provedores da casa, se dedicassem a agricultura que era principal atividade econômica local.

Já os filhos (meninos e meninas), quando crianças, auxiliavam as mães no trabalho doméstico e brincavam com o barro. Mas, à medida que cresciam, as filhas continuavam ajudando as mães em ambas as atividades, enquanto os filhos passavam a se dedicar mais aos trabalhos considerados masculinos.

A relação das famílias de faccionistas com a costura passou a receber maior interferência do mercado no setor de confecções devido a fatores macro, como a reestruturação produtiva que implicou mudanças severas no setor formal, bem como aspectos particulares de uma região em que predomina o mercado informal, com poucas oportunidades de trabalho combinada à baixa qualificação profissional dos trabalhadores do ramo de confecções, o que veio reforçar o caráter do trabalho flexível, subcontratado e realizado em âmbito familiar, principalmente por mulheres, mas que passou a envolver toda a família.

Contudo, a aproximação dos homens com a costura não se deu de imediato, pois, como discutido anteriormente, a participação deles no setor de confecções começou por tarefas consideradas masculinas, auxiliando as mulheres no transporte e na comercialização das roupas. A passagem dos homens para a costura ocorreu devido à necessidade econômica em aumentar a produção e com isso garantir melhores rendimentos. Apesar de ser uma mudança que surgiu de questões econômicas, ter atualmente, homens trabalhando como costureiros pode ser um considerado aspecto positivo para a transformação na percepção da sociedade sobre a igualdade de gênero, ao não se fazer distinção entre os sexos pela natureza do trabalho que realizam.

Para as famílias dos/as artesãos/ãs, a relação com o artesanato do barro começou a ser alterada por influência do Mestre Vitalino, que imprimiu uma nova forma de lidar com o fazer artesanal, criando o chamado artesanato figurativo. O seu trabalho passou a ser considerado arte, pois, Vitalino retratava de forma singular o cotidiano da vida no campo do nordeste brasileiro, através de seus bonecos de barro feitos a mão. Era um homem, um artista que fazia o artesanato do barro ser reconhecido como elemento cultural e ter um valor econômico superior aquele que era recebido com a produção das louceiras. Os homens da localidade viram a importância econômica que aquele trabalho estava propiciando, ao passo que a agricultura já não garantia tantos rendimentos para suprir as necessidades das famílias, assim aos poucos, aqueles homens que tiveram um contato na juventude com o artesanato praticado por suas avós e mães, passaram a abandonar a lavoura e começaram a fazer o artesanato do Mestre Vitalino. Inicialmente, enquanto os homens se dedicavam mais ao artesanato figurativo, suas mulheres só pintavam as peças produzidas por seus maridos, contudo, muitas delas permaneceram fazendo as louças de barro. Assim, o artesanato deixava de ser uma

atividade puramente feminina e passava a ser praticado pelos homens como arte, mas principalmente, como trabalho e fonte de renda familiar.

Um aspecto interessante dessa passagem dos homens para o artesanato, com muitos sendo considerados Mestres, consiste na percepção que os filhos e filhas desses artesãos construíram ao longo de suas vidas e também os/as fez se tornarem artesãos/ãs. Pois, as artesãs que participaram dessa investigação relataram que cresceram vendo os pais trabalharem com o artesanato e aprenderam com eles, ou seja, grande parte da referência que elas tinham sobre o artesanato com o barro pode estar vinculada a ideia da arte figurativa masculina e do artesanato utilitário feminino. Esse pensamento pode ser reforçado pelo fato das mães das dessas artesãs ou permaneceram como louceiras ou somente pintarem as peças figurativas. A produção dos bonecos de barro foi incorporada gradativamente ao trabalho das mulheres, assim como, seus filhos e filhas continuaram praticando essa atividade, tornando-se também artesãos/ãs. Dessa forma, as famílias que praticavam o artesanato construíram uma relação de identidade com o local, compartilhando práticas, transmitindo conhecimentos e valorizando a cultura da região.

Diante dessas duas realidades investigadas, foi possível verificar que o ingresso nas atividades ocorre, principalmente, por meio da família. O primeiro contato da maioria das costureiras, que participou da pesquisa, com a profissão começou dentro de casa ainda criança vendo suas mães e avós que costuravam para os familiares como uma função doméstica ou para fora sob medida como para complementar a renda familiar. Era uma atividade quase artesanal, repassado de mãe para filha, no qual elas aprenderam todas as etapas de fabricação de uma roupa. Ao tempo em que auxiliavam suas mães nas tarefas da costura se interessam em fazer dessa atividade sua profissão, mas diferente de suas genitoras, tinham o interesse inicial de trabalhar de forma individual para alguma fábrica, para conseguir emprego e sua independência financeira. A decisão em se trabalhar com a facção surge posteriormente, quando essas mulheres constituem família e aparece a necessidade delas terem que combinar as responsabilidades domésticas com o trabalho remunerado. Além disso, com a facção essas mulheres tem a possibilidade de aumentar sua renda, mesmo que isso signifique acréscimo de trabalho. E nessa atividade econômica, as costureiras ensinam a seus filhos e maridos as técnicas da costura, que passam a cooperar na produção, seja de forma integral ou esporádica, caracterizando a facção em um sistema produtivo familiar.

As artesãs entrevistadas também afirmaram que ainda na infância começaram a mexer com o artesanato do barro, inicialmente como uma brincadeira, de forma lúdica, sempre observando o trabalho de seus familiares na produção e comercialização do artesanato, e,

desse aprendizado, surgiu o desejo em se trabalhar e fazer da arte do barro sua profissão. E esse conhecimento vem sendo repassado para seus filhos e netos, que mostram interesse pelo artesanato. Mas, essa relação com o artesanato no núcleo familiar para muitos/os artesãos/ãs não significa apenas fonte de renda financeira, visto que a manutenção da atividade é reforçada pela satisfação, prazer e autonomia que os artesãos/ãs desenvolvem quando realizam seu trabalho. Entre os depoimentos colhidos, várias vezes as artesãs destacaram o quão prazeroso é o fazer artesanal, seja pela possibilidade de se criar algo diferente e considerado belo, ter seu trabalho elogiado, ou estabelecer relações até mesmo de amizade com outros artesãos/ãs e com clientes.

A baixa escolaridade e a baixa qualificação profissional também são apontadas como aspectos que influenciaram na entrada e permanência dessas famílias na facção e no artesanato. Através do diálogo com as costureiras, percebeu-se que mesmo tendo acesso à educação formal com nível intermediário (ensino médio), as chances de conseguir emprego são dificultadas ou pela baixa qualificação profissional ou pelo próprio mercado de trabalho que não consegue absorver a mão de obra existente. As costureiras afirmaram ainda que a identificação com esse trabalho pelo fato de terem maior liberdade para decidirem como trabalhar, além de gostarem da profissão que escolheram, chegando a declarar que se sentem realizadas profissionalmente com o seu trabalho.

As artesãs afirmam que, desde muito cedo elas tiveram que trabalhar para auxiliar seus pais no trabalho com o artesanato e garantir a renda familiar, já que todas declararam que as condições financeiras das famílias eram de dificuldades, por isso, não havia muito espaço para o estudo na compreensão dessas mulheres³⁷. Além disso, não existiam à época, muitas oportunidades de estudar e seguir outra profissão. Assim, apesar de não ter sido uma exigência de seus pais que trabalhassem, muitas artesãs dizem ter aprendido durante a infância a importância de se trabalhar para garantir a subsistência. Correlata a essa situação de baixa escolaridade, evidencia-se a falta de oportunidade no mercado de trabalho, pois sem ter outro tipo de formação profissional, mesmo quando buscavam um emprego em setores como o comércio e a indústria, encontraram muitas dificuldades em ingressar no mercado de trabalho formal.

Dessa forma, a tradição familiar, a baixa escolaridade, a necessidade financeira e a afeição pelo ofício, são aspectos determinantes para que homens e mulheres nesses sistemas produtivos tenham escolhido trabalhar com a facção de roupas ou com o artesanato do barro.

³⁷ De acordo com os dados coletados na pesquisa de campo, o nível de escolarização das artesãs é de conclusão do Ensino Fundamental I (4ª série).

No entanto, além desses elementos, verificaram-se algumas peculiaridades que revelam mais aspectos das relações de gênero nos respectivos núcleos produtivos. As falas das costureiras e das artesãs e a observação empírica no campo contribuíram para compreender em que medida a entrada e a permanência de homens e mulheres podem ter motivos diferenciados. Para as mulheres, a continuação na atividade também está diretamente ligada à reprodução social. Quando as costureiras foram questionadas sobre o que as teria levado a escolher a facção, elas responderam que era um trabalho que permite que elas ganhem dinheiro sem precisar sair de casa e cumpram com suas funções domésticas de cuidado com a casa, com os filhos e demais parentes. As artesãs também apresentaram razões nessa mesma direção, ainda que suavizadas pela valorização da tradição do artesanato, mas o trabalho doméstico não escapou do relato das artesãs como sendo um elemento importante para que elas continuassem na atividade.

No entanto, quando se destaca a escolha dos homens em separado, nota-se uma predominância da valorização de questões econômicas interferindo na entrada e permanência deles tanto na costura por facção quanto no artesanato do barro, resguardadas as devidas proporções em seus contextos. No caso dos costureiros, um fato que conduz a esse pensamento são as próprias condições da economia local. Os homens não se tornaram costureiros em decorrência de uma herança familiar ou cultural, mas, porque diante de um mercado de trabalho escasso aliado a baixa qualificação profissional, enxergaram na facção uma forma de trabalhar e conseguir melhores rendimentos sem depender de um emprego formal, trabalhando em suas casas junto da família. Na realidade dos artesãos, a relação com a produção familiar tanto recebe contornos de um conhecimento repassado entre gerações como também tem sua importância econômica. Como já discutido, a maior parte dos homens que são artesãos no Alto do Moura, deram continuidade ao trabalho que aprenderam com seus familiares, mas há aqueles que ingressaram no artesanato quando adultos por meio de suas esposas, devido as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho.

Fato que chama a atenção nessas atividades, é que apesar de serem historicamente consideradas como femininas e de baixo valor econômico, não se percebeu dentro dessas famílias que atualmente trabalham com a facção de roupas ou com o artesanato do barro, alguma forma de discriminação com os homens por estarem nessas configurações produtivas. Pelo contrário, no momento em que essas tarefas foram assumidas pelos homens, eles mesmos afirmaram que se tratava de um trabalho como outro qualquer, sendo reconhecidos e respeitados na sociedade.

4.1.2 Estrutura, produção e comercialização

A categoria “estrutura, produção e comercialização” está relacionada à organização, às técnicas e às relações de trabalho de cada sistema produtivo, destacando-se os aspectos de aprendizagem, domínio da tecnologia e os agentes responsáveis pela produção e comercialização dos produtos.

A produção das famílias nos sistemas estudados segue um padrão bem semelhante na sua organização e na formas de trabalho. A primeira característica que aproxima essas duas realidades é o fato das atividades econômicas e das tarefas domésticas e de cuidado estarem combinadas no mesmo espaço, que é a residência dessas pessoas, isso leva ao entendimento de que a família não representa apenas a reprodução social, mas também a produção. Assim, cada membro tem suas funções tanto na atividade produtiva, quanto nas responsabilidades familiares, sem deixar de obedecer à hierarquia tradicional da família. E nessa interação, as regras são estabelecidas no ambiente doméstico pelos chefes da família, mãe e pai, que também são os responsáveis pelo trabalho.

Sobre a responsabilidade com a produção, na facção a direção do núcleo produtivo fica a cargo das mulheres ou é dividida com seus maridos, quando estes não possuem outra profissão. De acordo com as costureiras, são elas que definem o tipo de encomendas que devem ser recebidas, negociam com os clientes a respeito dos prazos de entrega e dos valores das peças e organizam o trabalho de cada pessoa da família, orientando a produção. A organização do trabalho por parte dessas mulheres, não é por acaso, já que elas ainda são as principais detentoras do conhecimento e do uso das técnicas sobre a costura no ambiente familiar. Pode-se perceber que, apesar dos maridos e filhos trabalharem junto com suas esposas e mães, eles, nomeadamente, apenas sabem costurar as peças dominando apenas uma etapa, das diversas etapas da produção de uma roupa, diferentemente das mulheres que aprenderam todo o processo.

Nas famílias dos/as artesãos/as a administração da produção familiar se confirma como de responsabilidades do casal, quando os dois trabalham com artesanato. Porém, se somente a esposa for artesã, o marido não interfere no trabalho. A diferença do artesanato em relação à facção está no fato dos/as artesãos/ãs, geralmente, conhecerem todo o processo de fabricação das peças, desde a extração da matéria prima até o acabamento final com a pintura, possuindo o domínio da tecnologia utilizada, devido às características do fazer artesanal que requerem o uso da criatividade e o traço manual individual do/a artesão/a. Por isso, a decisão

do que produzir e como produzir fica sob a responsabilidade de cada um que recebe a encomenda, seja mãe, pai ou filhos. Contudo, em relação à negociação com os clientes, muitas famílias quando não dividem a responsabilidade entre os pais, deixam a cargo das mulheres essa tarefa da comercialização das peças.

A participação dos filhos na facção inicia como ajuda às mães. Não é um trabalho integral, já que conforme as costureiras essa ajuda só ocorre nos momentos em que os filhos não estão na escola ou que não tenham nenhuma atividade escolar para fazer. Mas à medida que crescem se interessam cada vez mais pelo trabalho, e, já na adolescência, começam a dar maior importância à atividade passando a trabalhar junto com os pais. Nessa interação dos filhos com a facção pode ocorrer duas conseqüências, os filhos fazerem da atividade seu trabalho junto da família ou seguirem outra profissão, mas continuarem auxiliando seus pais, principalmente as mães, quando necessário.

Nas famílias do artesanato, os filhos começam mexer no barro como brincadeira fazendo peças simples ou ajudando os pais na pintura das peças. O caráter do artesanato como trabalho depende do interesse das crianças em aprender mais e se tornar de fato artesão/ã. No tocante a presença dos jovens no artesanato, atualmente, verifica-se interesses diferenciados com a continuação da atividade, pois, há aqueles que se tornam artesãos trabalhando com suas famílias, como existem os jovens que fazem dessa atividade uma forma de garantir renda complementar enquanto eles não conseguem outro tipo de trabalho, tendência que vem crescendo, em parte pelas novas oportunidades na área de educação ou de emprego em outros setores da economia, como também pela baixa remuneração recebida com a atividade artesanal.

Em relação à estrutura física dos espaços produtivos, cada um tem as suas peculiaridades. A facção, na maioria das vezes, fica restrita a um cômodo da casa para abrigar as máquinas, o material de trabalho e os fardos de tecido, mas na medida em que as peças vão sendo produzidas, é fácil encontrar roupas em etapas diferentes da produção ou prontas em vários ambientes da casa. O que chama a atenção é o fato dos espaços (sala, quarto, garagem, quintal, etc..) serem inapropriadas para a produção industrial, com instalações elétricas e iluminação precárias, pouca ventilação e sem o uso de materiais de segurança para o trabalhador, pois tudo é improvisado pelas próprias famílias. Quanto aos equipamentos utilizados, há pouca exigência, pois, dependendo da quantidade de pessoas que participem da produção, três máquinas de costura industrial, que são o principal instrumento de trabalho, são suficientes, além de pequenos utensílios como tesouras, alicates e agulhas.

A estrutura de produção das famílias de artesãos, apesar de também ser realizada em

casa de forma improvisada, é um pouco mais complexa, porque além do ambiente para a moldagem das peças, que pode ser um quarto ou a sala da residência, é preciso ter um espaço para guardar a matéria prima e a lenha e um local para o forno, geralmente, fica no quintal das casas. Muitas famílias de artesãos, a partir de suas casas, transformaram alguns espaços em ateliês que comportam todos os materiais de trabalho, as peças nas várias etapas de produção e os instrumentos, estes criados pelos/as próprios artesãos/ãs devido às características da arte que produzem. Para essas famílias, a dificuldade atual está na obtenção da matéria prima, o barro, e da lenha, recursos naturais que estão se tornando cada vez mais escassos na região, que em sua falta inviabilizam a produção e a continuação do trabalho.

O fato das duas atividades econômicas familiares serem realizadas nas residências não parece retirar ou diminuir a importância do trabalho na vida das pessoas que os praticam, pelo contrário, para as mulheres e homens que trabalham com a facção ou com o artesanato, essa é a possibilidade que elas e eles tem de serem agentes produtivos e econômicos independentes. Pois, esses/as costureiras/os e artesãos/ãs sentem orgulho nos ofícios que exercem e ressaltam que tem maior liberdade para trabalhar, mais flexibilidade com os horários de trabalho e autonomia para tomar as decisões sobre o que e como produzir, além de poderem negociar com os clientes de forma direta.

Outro questão observada é em relação as horas trabalhadas, que varia de 10 a 12 horas diárias, que costureiras e artesãs relatam executar diariamente, pois, não há hora certa para terminarem o serviço do dia, mas também relataram que há períodos em que o serviço é pouco, por isso, elas preferem o trabalho árduo e intenso, com extensão da jornada de trabalho em períodos curtos, a ter que ficar sem trabalho.

Um ponto relevante na organização do trabalho exprime-se por meio da aprendizagem e da capacitação do/as trabalhadores/as, como processos contínuos vivenciados no dia a dia das famílias. A confecção de roupas e o artesanato do barro, por um lado, são formas de produzir ainda bastante relacionadas aos conhecimentos tradicionais intergeracionais familiares, pois, os/as trabalhadores/as aprimoram suas habilidades mediante o trabalho diário realizado com os membros da família sem fazerem uso de capacitação técnico-profissional fora da estrutura familiar, por outro lado, combinam, originariamente, o trabalho intelectual e o manual nas suas atividades. No entanto, este último aspecto se distancia da confecção por facção que se caracteriza pelo fracionamento das etapas de produção retirando da/o costureiro o inteiro domínio do uso das técnicas, já que na facção só é realizada a etapa da costura da roupa pelo fato do produto não pertencer às famílias faccionistas que apenas prestam serviço a outrem. Diferentemente, nas atividades das/os artesãos ainda é possível verificar, em sua

maioria, que não há dualismo ou separação na execução do processo de trabalho, pois, o artesanato produzido os/as pertence, ficando responsáveis pela confecção e comercialização das peças.

4.2 Sobre as transformações no mundo do trabalho

Neste tópico, o foco de comparação e análise são as implicações das transformações contemporâneas no mundo do trabalho. Buscou-se entender em que medida e como essas mudanças podem/tem influenciado na organização dos sistemas produtivos pesquisados, principalmente, em relação à participação da mulher, diante do complexo processo de feminização do trabalho, em meio à recorrente divisão sexual do trabalho. Diante desse fato, as categorias inventariadas para discussão foram: 1) Novas formas de trabalho; e 2) Autonomia *versus* precarização.

4.2.1 Novas formas de trabalho

Na categoria “novas formas de trabalho” são abordadas as mudanças na economia e no mundo do trabalho que tem interferindo no plano local, combinando práticas tradicionais com novas estratégias de produção e exploração da força de trabalho no capitalismo contemporâneo, e, a repercussão dessas transformações no trabalho das mulheres.

As mudanças econômicas e nas formas de produção e comercialização nas últimas décadas são fenômenos que alcançam o trabalho das famílias que se dedicam a facção de roupas e ao artesanato do barro. Neste sentido, defende-se que o sistema capitalista criou estratégias de apropriar-se de formas de produção independente, como a costura e o artesanato, mantendo-as subordinadas às suas modificações, na medida em que essas atividades econômicas tradicionais, a luz de seus contextos, foram condensadas às novas formas de trabalho criadas durante o processo contemporâneo de acumulação do capital, gerando dependência entre os formatos de produção. Nessa perspectiva, os/as trabalhadores/as excluídos dos setores econômicos e tecnológicos avançados, foram inseridos no mercado de

trabalho de forma precária, atuando nos segmentos tradicionais da economia, sendo parte integrante do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil.

A facção de roupas é um exemplo dessa combinação entre as antigas e as novas formas de trabalho informal, pois, a atividade da costura é originariamente considerada como ofício informal tradicional, na qual a costureira possui certo conhecimento profissional, é proprietária dos meios de produção e domina todas as fases do processo. Por outro lado, o próprio sistema de facção possui antecedentes históricos que o caracterizam como forma rudimentar de prestação de serviços, porém, a configuração atual desse sistema foi impressa pelas transformações do modo de produção capitalista, caracterizando-se pelas atuais formas de exploração da força de trabalho que acentuam a precariedade das relações laborais e a flexibilização dos direitos sociais.

O artesanato do barro também é uma prática independente usualmente realizada por comunidades tradicionais, tendo como características a plena consciência e domínio do produtor dos meios de produção, do uso da técnica e da liberdade para criar. Além disso, não há distinção entre vida pessoal e profissional do artesão tradicional que se inspira na sua realidade para produzir, gerando identificação do trabalhador com o local. Contudo, o processo da globalização e as tecnologias interferiram na organização do trabalho e do produto artesanal, que passou a formar parte integrante de um complexo conjunto de corporações, de trocas e de sistemas produtivos e comerciais, que transformam a economia artesanal tradicional em função dos imperativos do mercado.

Com os processos de reestruturação produtiva do capital, as empresas criaram inúmeras formas de precarização do trabalho, por meio da flexibilização no uso da força de trabalho e nas condições de sua contratação pela prestação de serviços, prioritariamente, com a terceirização, as subcontratações e o trabalho a tempo parcial. As novas formas de trabalho tem se expandido dentro da informalidade, recebendo respaldo da legislação trabalhista que também aderiu a procedimentos flexibilizantes e de desmantelamento dos direitos sociais dos trabalhadores. Essas medidas foram incorporadas à produção familiar que tem crescido nos últimos anos, com preponderante perfil feminino, combinando a dominação/exploração capitalista com as relações patriarcais, atingindo fortemente as mulheres.

Essas modificações, em nível global, se integraram de maneira peculiar às realidades da produção por facção e do artesanato do barro, no contexto da cidade de Caruaru/PE, sendo mais acentuadas ou sutis, dependendo das características dos sistemas produtivos estudados. Sabe-se que essas famílias vivem da força de trabalho de seus membros com o objetivo de

obter renda para seu sustento e para manutenção da sua atividade econômica, mas sem possibilitar acúmulo de capital. Essas configurações produtivas representam grande parte do setor informal, com profissionais que trabalham por conta própria por meio de atividades que ocupam os espaços nos quais não se requer alta capitalização e tecnologias mais avançadas para serem executadas, pois sua principal força de produção é o trabalho humano manual (costura e artesanato), considerado pouco qualificado e de baixa remuneração, desvalorizado no mundo do trabalho atual.

Nessa perspectiva, compreende-se que o setor informal não está à margem, ao contrário, faz parte e está subordinado ao mercado de trabalho formal, na medida em que este obtém vantagens por meio daquele trabalho que tem recebido contornos de precarização. A facção de roupas demonstra essa relação de dependência das atividades informais com o setor formal têxtil e de confecções em Caruaru. As experiências das famílias de faccionistas revelam a situação em que fábricas ou empreendedores individuais contratam com as facções para reduzir custos de produção e sociais decorrentes das relações empregatícias, propiciando maiores lucros, enquanto a remuneração recebida por quem trabalha na facção é o suficiente para a sua sobrevivência e do grupo familiar. Dessa forma, as facções estão inseridas em ambiente competitivo, que é estimulado pelo mercado formal, pois a mercadoria que produzem é de propriedade de seu contratante que comercializa os produtos na economia formal.

Como a facção é uma forma de produzir que não dispõe de alta tecnologia para ser realizada, o aumento da produção ocorre pela exploração do trabalho de costureiras/os, pois quanto maior for a produção maiores serão os rendimentos. As costureiras afirmam que não recebem salário pelo fato de não serem vinculadas a empresas, elas são remuneradas por aquilo que produzem na condição de autônomas, dentro do período estabelecido pelo contratante. Dessa forma, donos de fábricas ou empreendedores particulares contratam com as facções por meio de prestação de serviço realizando acordo informal, pois, nessa negociação não há qualquer instrumento formalizado para a execução do trabalho, o que gera relações jurídico-contratuais flexíveis.

Em tese, esses acordos são realizados livremente e com iguais condições de participação entre os interessados nessa relação, divergem dos esquemas contratuais tradicionais por não serem regulamentados, mas realizados de forma tácita e verbal, conhecidos como contratos atípicos. A realidade das facções em Caruaru demonstra que as regras contratuais são estabelecidas oralmente gravitando em torno da cooperação econômica e da flexibilidade contratual, evidenciando inúmeras possibilidades de organização desses

acordos, devido ao cenário socioeconômico da região, por isso, não é possível falar em uma modalidade contratual informal, mas referir-se a um “feixe de contratos³⁸”.

Nesse sentido, é necessário analisar as condições reais nas quais essas contratações acontecem, pois, enquanto os seus contratantes são os donos do capital, a participação das/os costureiras/os é por meio da sua força de trabalho revelando sua dependência econômica em relação a seus clientes, principalmente quando estes são empresas. Em contrapartida, há circunstâncias em que se enxerga certa interdependência técnica e econômica entre as/os costureiras/os e seu cliente, geralmente nas situações em que este é empreendedor individual, que possui capital reduzido e necessita diretamente do trabalho da facção pra ter a sua produção, comercializá-la e com o lucro obtido, comprar material e pagar aos/as trabalhadores/as que lhe prestam serviço. Esses são apenas duas manifestações da variabilidade de acordos que existem na produção familiar por facção, mas que evidenciam a hipossuficiência econômica dessas famílias em um contexto socioeconômico que se mantém utilizando-se da informalidade.

Deve-se observar que essas relações de trabalho em parceria podem induzir a ideia da “autonomia da vontade” na qual os sujeitos econômicos se autoregulam, nas suas atividades produtivas e comerciais. Em certa medida, as/os costureiras/os tem liberdade para negociar com seus clientes, porém, as condições de trabalho, seja pelo volume ou pela complexidade das peças, restringem suas escolhas e na maioria dos casos acabam contratando com apenas um cliente. Não conseguem determinar as condições de contratação, assim, tem que se submeter ao que seu contratante pré-determina diante das condições do mercado, o que significa dizer que a vontade de uma parte se sobrepõe a outra, caracterizando graves problemas jurídico-contratuais, devido ao uso do contrato por adesão de cláusulas predispostas por um polo contratante, gerando abusividade³⁹ nas regras de contratação das facções.

No âmbito das atividades econômicas que se utilizam de predisposição de condições gerais, a paridade das posições contratuais e o equilíbrio razoável que seja compatível com os

³⁸ Expressão utilizada por Eros Grau na qual o jurista aborda novo paradigma do contrato diante das relações contratuais contemporâneas..

³⁹ As condições gerais dos contratos são objeto de estudo do direito econômico. Constituem regulação contratual predisposta unilateralmente e destinada a se integrar de modo uniforme, compulsório e inalterável a cada contrato por adesão que vier a ser concluído entre predisponente e o aderente. Essas condições gerais podem ser consideradas como cláusulas abusivas por atribuírem vantagens excessivas ao predisponente (dono da mercadoria), acarretando em contrapartida demasiada onerosidade ao aderente (faccionista) e um injusto desequilíbrio contratual, além prejudicar o aderente ao agravar ônus e deveres ou estabelecer prazos injustos, desequilibrando em benefício do predisponente o acordo realizado (FEITOSA, 2007; LÔBO, 1991; MIRAGEM, 2007).

princípios da boa fé e da equidade são os limites entre o válido e o abusivo. No entanto, torna-se difícil pensar em equidade nas situações de contratação das facções com os proprietários das mercadorias, sabendo que não há paridade jurídico-econômica entre os partícipes do contrato por adesão. O primeiro ponto a ser considerado sobre a abusividade no contrato para análise trata do próprio perfil da facção como atividade econômica informal, autônoma, precarizada, invisível e sem proteção de leis trabalhistas e benefícios sociais. O proprietário da mercadoria possui poder contratual dominante, estipulando as condições de preço, prazo de entrega e qualidade do produto final para poder contratar com a facção, tendo como única obrigação pagar a produção realizada pelas/os costureiras/os, sem constituir qualquer vínculo empregatício com as/os trabalhadoras e ficando isento de custos trabalhistas e sociais. A segunda questão, é que a cláusula abusiva não é somente vantagem pecuniária, mas impõe ao aderente uma situação de inferioridade jurídica. As/os costureiras/os aumentam seu ônus e deveres diante de seu cliente, tendo que criar uma estrutura produtiva com máquinas, equipamentos e, por vezes, material de costura (linhas, fios, botões etc.), intensificar a jornada de trabalho para ter melhor remuneração, manter o padrão de qualidade da produção em contexto de desproteção de seus direitos trabalhistas.

Constata-se que este cenário é composto por insegurança jurídica pela ausência de critérios seguros que garantam um acordo de paridade entre os contratantes, acentuado pelo fato do acordo ser realizado de forma tácita e sem regulação apropriada. Para evitar esses abusos, seria necessário que o poder jurídico atuasse junto a esses contratos objetivando uma análise jurídica no interior dessas relações para tentar configurá-las e reconhecê-las como contratos. Contudo, há o problema da pluralidade das formas de trabalho informal e da estruturação dos acordos entre os agentes econômicos que se organizam num mercado instável que dificulta a regulação eficaz.

A respeito da relação contratual dos artesãos com seus clientes, não se verificou com alta intensidade esse desequilíbrio na contratação do serviço, pois, não há tanta subordinação do trabalho com seus contratantes. Os acordos de trabalho são predominantemente verbais, tácitos, seguem certa razoabilidade e equidade entre os contratantes, na medida em que a natureza do produto, que não é industrial, permite que haja variação de preços, formas de comercialização e valorização econômico-cultural, requerendo dos/as artesãos/ãs e seus clientes a negociação do serviço. Os artesãos são os produtores do artesanato em todo o seu processo de confecção, além disso, podem comercializar o produto diretamente em suas casas e ateliês, repassar para os comerciantes do Alto do Moura revenderem em suas lojas, nas feiras da cidade e nos eventos do setor, bem como receber encomendas de lojas e pessoas

individuais para revender seu artesanato em outras regiões do Brasil. Sua organização produtiva permanece, geralmente, não ter recebido influências efetivas das novas formas de trabalho do capital que possam ter mudado sua estrutura e o caráter do trabalho artístico e manual.

Por outro lado, percebe-se que existe a exigência cada vez maior pela mercadorização do artesanato do barro e pela necessidade de manter a atividade econômica, fato que tem levado muitas famílias a deixarem de produzir o artesanato tradicional, passando a reproduzirem figuras que não correspondem ao cotidiano e à identidade local, mas que atenda ao interesse dos consumidores. Os/as artesãos/as, principalmente aqueles ligados a tradição familiar do artesanato, criticam as novas figuras que muitas famílias estão produzindo, as chamadas “dondocas e negas malucas” por serem peças produzidas a partir do torno, com as etapas de produção divididas entre várias pessoas, adquirindo aspectos de produção mecanizada, retirando o perfil artístico e individual do trabalho artesanal.

Em contrapartida o artesanato tradicional figurativo vem perdendo espaço no mercado para as outras formas de artesanato que se adequam aos padrões de comercialização. A venda do artesanato figurativo fica, muitas vezes, restrito a grupos de colecionadores, enquanto a maior parte da produção é de peças simples e de fácil distribuição nas feiras e centros comerciais da região Nordeste. Pela natureza do trabalho artesanal é difícil exportar, pois não há como padronizar um trabalho que é feito a mão, fator que dificulta o crescimento das vendas e de acesso a outros mercados fora do país. Assim, por ser um trabalho que está vinculado à economia informal e não ter estatuto que estabeleça sua condição jurídica, garantindo suas obrigações e direitos, todo o setor artesanal, mas não só o do barro, perde oportunidades de capacitação profissional, acesso a crédito e outras formas de melhoria de seu trabalho.

Em síntese, pode-se constatar que na facção as relações laborais contemporâneas trazem a compreensão de que essa atividade não se configura como trabalho independente, mas, como uma das diversas formas flexíveis do emprego, se tratando de trabalho assalariado camuflado pela ideia de suposta autonomia. Essa assertiva, não se reproduz de forma clara no artesanato do barro pelo fato dessa atividade ter mantido, ainda que com dificuldades econômicas e sem regulamentação, seu caráter autônomo na organização do seu trabalho, no domínio das técnicas e na comercialização do bem que produz.

4.2.2 Autonomia *versus* precarização

A categoria “autonomia *versus* precarização” trata das questões entre a valorização econômica e a (in)visibilidade social do trabalho das mulheres em meio à precarização da produção familiar no mundo do trabalho.

Uma das nuances que permeiam a discussão teórica e política sobre o/a trabalhador/a por conta própria no setor informal brasileiro é a ideia de autonomia que essa forma de trabalho apresenta. Nas estruturas de produção familiar estudadas, todos os membros se declaram autônomos porque não tem patrão e possuem seus próprios meios de produção, assim, a ausência de um vínculo empregatício formal pode levar a falsa suposição de que não há a relação capital-trabalho nessas estruturas produtivas. Contudo, na acumulação flexível, o controle do capital não depende da figura física do patrão, mas, do conteúdo do trabalho, das relações do trabalhador no processo laboral e do mercado. Portanto, as novas formas de trabalho não garantem autonomia aos trabalhadores, tampouco diminuem o poder do capital, na medida em que, este continua prescrevendo a natureza do trabalho e a quantidade a ser produzida.

Na facção, a flexibilização é modalidade fundamental nessas relações de trabalho, devido à desconcentração da propriedade, dos locais de produção, os trabalhadores se tornam independentes sem vínculo empregatício dando a ideia de que o regime de assalariamento estaria eliminado. Procuram livrar-se da relação empregador-empregado incorporando velhas formas de trabalho precário revestido de autonomia e independência. Esse movimento é facilitado pelo recuo do aparato jurídico que, contrariando seus próprios dogmas, imprime legalidade a formas de trabalho que, sob todos os aspectos conformam um quadro de ilegalidade, por exemplo, ausência de proteção social ao trabalhador informal.

As/os costureiras/os na facção só tem a força de trabalho para ser trocada no mercado precisam produzir o suficiente para, ao menos, assegurar a sua reprodução, que é medida por um conjunto de mercadorias cujo valor tem como base o tempo de trabalho socialmente necessário, categoria que tanto se expressa no salário por tempo quanto no salário por peça. O salário por peça nada mais é que uma forma disfarçada do salário por tempo, pois, a autonomia dos/as trabalhadores/as, cujo trabalho é pago por peça, não escapa às determinações capitalistas. O suposto autônomo não pode, livremente, atribuir um valor às peças por ele produzidas, se ele produziu uma peça em tempo maior do que o socialmente necessário, isso não lhe permite cobrar por ela um preço acima da média já calculada pelo

capitalista. Esses/as trabalhadores/as não são assalariados formalmente, mas são pagos mediante as mesmas leis econômicas que regulam o valor do trabalho assalariado.

O cancelamento do conceito tradicional de emprego com horário determinado, registrado em carteira e com direitos sociais não erradica o trabalho assalariado nem a sua função. Os mecanismos de terceirização permitem que os empresários economizem com estrutura física, custos sociais, sem abrir mão da qualidade e da intensidade do trabalho, ainda coma a garantia de poder dispor de uma força de trabalho experiente conforme as flutuações de mercado. O uso da produção familiar nessas condições de precariedade, aumentam a exploração, posto que sugerem aos/às trabalhadores/as pensarem que são seus próprios patrões. É a transfiguração das velhas formas setor informal adequada às exigências atuais de valorização do capital. Essas configurações do trabalho indicam que as mulheres estão mais suscetíveis ao trabalho precarizado devido às formas flexíveis de contratação a que elas se submetem em razão das atribuições femininas.

4.3 Sobre os Direitos Econômicos e Sociais das mulheres

Neste ponto a discussão detém-se a percepção dos sujeitos sobre os direitos alcançados e a possível efetivação desses direitos na realidade local. Como as garantias internacionais e as nacionais podem ou deveriam atuar para concretizar os direitos econômicos e sociais das mulheres, mediante as dificuldades materiais, a configuração familiar, as formas de trabalho e os sistemas produtivos dos quais essas mulheres participam. Faz-se necessário saber se o amplo leque jurídico de planos, legislações e políticas, em âmbito externo e interno, de fato tem provocado mudanças para alcançar a autonomia econômica das mulheres e a equidade de gênero, principalmente no campo do trabalho. Assim, como categorias de análise, foram destacadas: 1) Manutenção das desigualdades; e 2) Seguridade Social.

4.3.1 Manutenção de desigualdades

Na categoria “manutenção das desigualdades” o foco de discussão foi o alcance dos direitos sociais e econômicos nas experiências estudadas, diante dos entraves cotidianos nas relações entre mulheres e homens em seus contextos locais.

O princípio da igualdade entre homens e mulheres, ratificado em vários documentos jurídicos de proteção e promoção dos direitos das mulheres, quando analisado no contexto das famílias dos sistemas produtivos estudados, merece atenção no que diz respeito à interação de homens e mulheres no âmbito familiar. Diante das diversas formas de configuração possíveis, a instituição familiar que mais se aproxima do que foi estudado é o modelo nuclear composto de pai, mãe e filhos ou de famílias monoparentais chefiadas por mulheres divorciadas ou viúvas, com filhos, que tomam as decisões sozinhas pela família.

De acordo com as costureiras e as artesãs, as formas de relacionamento entre os membros e a tomadas de decisões familiares são acordadas com seus maridos, mesmo quando o homem é considerado o provedor principal da casa. As mulheres afirmam que dividem com os maridos as responsabilidades pelo sustento familiar, às vezes quem decide o que fazer com o dinheiro em relação ao cuidado da casa e dos filhos é a mulher. Por um lado, isso pode demonstrar que essas mulheres estão conquistando mais espaço e, conseqüentemente, poder no ambiente familiar, mas, por outro lado, elas estão sendo sobrecarregadas com atividades que deveriam ser divididas com seus cônjuges. Positivamente, o que se verifica nas configurações produtivas familiares e na sociedade de forma mais dispersa, são as mudanças sociais e econômicas que repercutem em alterações intra-familiares, pelas quais os homens começam a respeitar as escolhas das mulheres, principalmente, no campo do trabalho, reconhecendo que é importante para a mulher trabalhar e não ser economicamente dependente do marido.

Apesar de mulheres e homens, na facção e no artesanato, terem passado a dividir o espaço da produção dentro de casa, não passaram a repartir igualmente o ambiente da reprodução, essa função permanece sob a responsabilidade das mulheres, independentemente da atividade produtiva que elas realizam. Ainda que as mulheres sempre tenham trabalhado, o trabalho doméstico não é reconhecido como atividade que produz riquezas, mas trata-se apenas de obrigações com o lar, paradigma que a sociedade contemporânea ainda não conseguiu ultrapassar. Assim, mesmo conquistando a independência financeira e dividindo a produção com os homens, as mulheres ainda estão limitadas socialmente ao trabalho

doméstico.

Assim, nos sistemas produtivos estudados, o trabalho doméstico é predominantemente exercido pelas mulheres. Costureiras e artesãs foram unânimes em dizer que as tarefas relacionadas à casa e ao cuidado com filhos e demais parentes (idosos, pessoas com problemas de saúde) é uma obrigação delas. Os homens (maridos e filhos) quando realizam é mais no sentido de auxílio, enquanto as filhas tem maior participação nesse trabalho com as mães. Percebeu-se que essas responsabilidades muitas vezes são limitadores para que as trabalhadoras tenham outras oportunidades no seu trabalho. A própria escolha das costureiras pela facção é em virtude da complementação entre o trabalho produtivo e da reprodução, pois essas mulheres abandonaram os empregos, principalmente para cuidar dos filhos pequenos. Para as artesãs, as obrigações familiares, em outras situações, ainda as impedem de ter outras possibilidades de trabalho, viagem e participação em eventos, em função do seu papel de mãe e esposa.

Quando questionadas sobre a importância econômica do trabalho doméstico costureiras e artesãs concordam que ser “dona de casa” mereceria ser considerada profissão remunerada, pois é uma atividade que requer grande dedicação, sem pausas, diante das necessidades familiares que elas descrevem em uma lista de tarefas que se intercalam com o trabalho na máquina para as faccionistas e com o artesanato para as artesãs. A dupla jornada exercida por essas trabalhadoras é extensa, não raras vezes, elas precisam parar a produção para fazer tarefas como cozinhar, arrumar a casa, levar e buscar os filhos na escola, cuidar de parentes com problemas de saúde e idosos, ações que são geralmente realizadas durante o dia, e induz as trabalhadoras fazerem hora extra à noite para compensar as interrupções devido às demais atividades de esposa e mãe.

Para as faccionistas e artesãs a falta de garantias legais e eficazes contribui para a manutenção das desigualdades na divisão do trabalho. Os direitos econômicos e sociais são essenciais para a liberdade e o empoderamento das mulheres, no entanto, para ter acesso a esses direitos se faz necessário que o extenso conjunto de normas, tratados, convenções e demais documentos internacionais em direitos humanos que tem sido debatido e, muitas vezes, vinculado aos países que fazem parte dos organismos internacionais de direitos humanos tenham eficiência pública. Contudo, há a crítica sobre a eficácia desses mecanismos legais sobre como esse vasto quadro de direitos podem alcançar as mulheres na realidade local, principalmente quando se discute a igualdade material de gênero.

Na realidade das costureiras e artesãs, é notória a falta de políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres, pois, a crítica que essas trabalhadoras fazem ao poder

público local é a atuação deficitária deste na construção de ambientes que elas possam deixar os filhos, como creches e escolas de tempo integral. No Brasil, a privatização dos serviços públicos e o corte nos gastos públicos em saúde, educação, serviços de cuidado das crianças, saneamento básico e água resultou em um aumento do trabalho doméstico e comunitário realizado pelas mulheres. Aliada a essa questão, não se verifica, do ponto de vista econômico, programas ou projetos em Caruaru que enfatizem as especificidades de gênero, sejam por cursos de capacitação, linhas de crédito ou investimentos nesses negócios, a fim de dinamizar os setores da costura e do artesanato nos quais essas trabalhadoras atuam, com perspectivas de retirá-las desse cenário de trabalho precarizado de poucas oportunidades, transformando-o em ambiente com possibilidades de melhoria nas condições econômica e social dessas mulheres e, conseqüentemente, de suas famílias.

Nesse sentido, há pelo menos dois grandes desafios que vem sendo combatidos no campo nas lutas sociais e do direito, quais sejam, o poder desigual auferido a homens e mulheres que está disperso nas relações sociais seguindo traços da cultura machista e a recorrente divisão sexual do trabalho. A experiência dos sistemas produtivos familiares pesquisados revela que o espaço destinado às mulheres e aos homens nessa estrutura, vem apresentando algumas mudanças, pois, existe uma tendência das mulheres ingressarem no trabalho produtivo, junto com seus maridos e filhos, no entanto, a entrada dos homens na esfera doméstica, tem se dado de forma lenta ou continua reservada ao universo feminino.

Em Caruaru, esse panorama ainda é muito flagrante, embora com sinais tênues de modificação. Contudo, estas atribuições, mulheres adentrando no processo de produção e homens resistentes a se inserirem no trabalho doméstico, não devem ser percebidas como movimentos fixos, tendo em vista que pelos depoimentos colhidos e pela observação no campo de estudo, pode-se verificar que aos poucos as famílias estão encontrando formas menos hierarquizadas de organização produtiva e familiar.

4.3.2 Seguridade Social

A categoria “seguridade social” diz respeito ao impasse vivido pelas famílias dos sistemas produtivos pesquisados em atuar no mercado de trabalho informal diante das limitações das garantias de proteção ao/a trabalhador/a e à sua família.

A falta de proteção do trabalho das famílias dos sistemas produtivos pesquisados está muito atrelada ao caráter informal do trabalho que é realizado e, assim, o acesso aos direitos trabalhistas parece ser um aspecto distante da realidade dessas famílias, pois, no Brasil, a legislação trabalhista mantém-se vinculada à relação empregatícia e não aos cidadãos, dessa forma, só tem acesso aos direitos da seguridade social os chamados “segurados” e seus dependentes, pois esses direitos são considerados como decorrentes do direito do trabalho. Nesse sentido, essas garantias jurídicas se destinam a quem está inserido em relações formais e estáveis de trabalho, que contribuem mensalmente com a previdência social, recebendo benefícios proporcionais à contribuição efetuada. Dessa forma, os contribuintes asseguram seus direitos e de seus familiares para ter acesso a aposentadorias, pensões, salário-família, auxílio doença e outros benefícios.

Entre as faccionistas ainda está disseminada a ideia de que os direitos trabalhistas são para aqueles trabalhadores que tem vínculo empregatício, tanto que as próprias costureiras afirmam que enquanto trabalham subordinadas em fábricas, elas são contribuintes, contudo, no momento em que passam a trabalhar com a facção, boa parte delas deixa de contribuir com a previdência social, mesmo sabendo que há formas de fazê-lo como trabalhadoras autônomas. Para as artesãs, essa conduta de não contribuição se repete entre a maioria das famílias. Os/as artesãos/ãs que contribuem com a previdência social também o fazem por meio da categoria de trabalhador autônomo, mas, como a maioria dos artesãos/ãs não contribui com a seguridade social, eles/as consideram que estão mais vulneráveis as mudanças no mercado de trabalho, pois não tem estabilidade econômica para si e benefícios para suas famílias.

Costureiras e artesãs alegam ter consciência das consequências da não contribuição previdenciária para a sua segurança, principalmente, em caso de quando precisarem se aposentar, não tem direito a férias, tampouco à licença maternidade. No caso de adquirirem alguma doença, essas trabalhadoras são forçadas a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. Entre os principais fatores que explicam a falta de seguridade social, para as costureiras e artesãs, destacam-se a falta de confiança no sistema previdenciário, os baixos rendimentos que explicariam a não adesão aos planos de seguro social e o desconhecimento dos mecanismos de seguridade social.

Nos dois sistemas produtivos estudados, os/as seus/suas profissionais trabalham por conta própria, por isso são identificados/as como trabalhadores/as autônomos/as, não possuem carteira assinada e tomam decisões sobre os seus trabalhos. No entanto, se é difícil para o direito do trabalho salvaguardar os direitos dos/as trabalhadores/as que possuem vínculo

empregatício formal, tão mais complexo é quando essa proteção precisa se estender a outras categorias profissionais que não possuem maior proteção legal, ainda mais quando não são contribuintes do sistema previdenciário.

O caso das artesãs demonstra ainda outra vulnerabilidade do ponto de vista legal, pois, o artesanato não é regulamentado como profissão, não existe um estatuto que defina o ofício do artesão e das unidades produtivas artesanais, portanto, permanece a percepção do fazer artesanal como atividade complementar ou extra, com pouca valorização econômica no mundo do trabalho. Dessa preocupação maior deriva-se a problemática dos direitos trabalhistas, principalmente, pelo fato de não existir lei específica que garanta a proteção dos/as artesãos/ãs. Nessa perspectiva, ressalta-se a necessidade de segurança que sentem os/as trabalhadores/as diante das incertezas do mundo do trabalho e o distanciamento da proteção social.

Na percepção das artesãs e das costureiras a falta de proteção social recai sobre homens e mulheres na produção familiar de forma indiscriminada, porque ambos estão suscetíveis às condições impostas pelo mercado de trabalho e pela legislação trabalhista em face de não existir estatuto específico na CLT sobre o trabalho domiciliar da facção e do artesanato e com isso as empresas e particulares que contratam esses serviços transferem para os/as trabalhadores/as os custos sociais mediante a carteira de autônomo/a, que transforma a relação entre independentes. Em contrapartida, a dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres agudiza os problemas relacionadas à desproteção do trabalho da mulher, porque além do não respaldo legal pela parte produtiva, também não há formas de recompensar o trabalho não remunerado doméstico, pelo fato deste não ser considerado dentro da economia de mercado como gerador de riquezas⁴⁰.

Ao se analisar o lugar das mulheres nas unidades de produção familiar em relação a direitos como ao lazer, à proteção a maternidade e à saúde, contidos no art. 6º da CF/88 junto com os outros direitos sociais, percebe-se que não há como concretizá-los dentro de um cenário de não regulamentação e precariedade das condições de trabalho. Para as costureiras e para as artesãs quase não há espaço para lazer, devido ao fato delas utilizarem o tempo livre e os finais de semana para fazer atividades relacionadas ao lar e ao cuidado com a família. Entre as principais formas de aproveitar as horas de descanso, as trabalhadoras optam por assistir televisão, principalmente para ver novelas, conversar com amigos e parentes, freqüentar cultos religiosos, ou simplesmente relaxar e dormir. Sabe-se que a ideia de dualismo entre

⁴⁰ Atualmente, o avanço legislativo nesse sentido foi a inclusão das donas de casa como possíveis beneficiárias da previdência social, mediante contribuição no sistema.

trabalho e lazer, tão marcante na vida masculina ao longo da história, não fez parte da realidade das mulheres em decorrência das obrigações do sexo feminino, dessa forma, o que se verifica no trabalho das unidades produtivas pesquisadas é que as trabalhadoras geralmente praticam o lazer doméstico, limitado ao ambiente familiar e pessoal.

Essa ausência parcial ou total de tempo livre, decorrente da extensa e intensa superposição de funções do trabalho produtivo e reprodutivo para as trabalhadoras ainda gera problemas de saúde, principalmente, de visão, dores nas costas, fadiga muscular, estresse e ansiedade devido à rotina de trabalho. E no caso daquelas trabalhadoras que engravidam não há como garantir o direito à licença maternidade, como no caso de uma das entrevistadas que se queixou por estar grávida e ter que trabalhar sem poder usufruir de qualquer benefício e não ter ninguém para ajudá-la nas atividades da casa. É preciso, assim, discutir a relação entre trabalho e previdência, para entender, inclusive, se o padrão de seguridade social instituído no país tem possibilidades de impor limites à desigualdade social no capitalismo.

CONCLUSÕES

Esta pesquisa procurou responder a seguinte pergunta: Qual o lugar social da mulher nos sistemas de produção familiar urbana e como se determinam as relações de gênero nesse espaço? A partir da discussão teórica empreendida e da pesquisa empírica realizada, pela qual se buscou o diálogo com os sujeitos dos sistemas produtivos estudados, foi possível analisar as experiências das famílias que atuam nesses espaços, destacando-se a participação feminina no trabalho em face da complementaridade e da (in)visibilidade de papéis que lhes são atribuídos na relação produção-reprodução social.

Nessa perspectiva, as conclusões do estudo apontam a compreensão de que nos sistemas de produção familiar urbana, o trabalho da mulher é essencial para a permanência de suas atividades, porém, sua contribuição é ainda demarcada por aspectos dos sistemas patriarcal e capitalista, sendo evidenciada pela manutenção da rígida divisão sexual do trabalho.

A forma como as famílias pesquisadas se organizam em relação à atividade econômica que realizam e a relação interpessoal entre seus membros foi fator imprescindível para compreender a percepção e a experiência desses sujeitos, frente às relações de gênero. Foi possível verificar que a configuração familiar predominante nos casos estudados é representada pela familiar nuclear com a presença de pai, mãe e filhos, cabendo a chefia da família ao homem, ainda considerado como principal provedor, mesmo com o aumento da participação econômica feminina. À mulher, cabe realizar as tarefas de responsabilidade com a casa e o cuidado com os filhos. Contudo, o campo apresentou elementos de mudança nessa organização, na medida em que os homens (maridos e filhos) começam a realizar mais atividades domésticas, mesmo que de forma de auxílio para as mulheres (esposas e filhas), bem como as trabalhadoras entrevistadas, de forma recorrente, pontuaram que em suas famílias, existe a divisão das tarefas domésticas entre todos os membros da família.

Outro ponto interessante dessa nova perspectiva se deve ao fato do trabalho produtivo ser realizado no ambiente domiciliar, pois, tanto a costura (por facção) quanto o artesanato, são profissões historicamente consideradas femininas, mas que gradualmente, sofreram a incorporação masculina que as tem valorizado como trabalho, dividindo igualmente suas tarefas com as mulheres. Assim, em relação a esses sistemas produtivos, verifica-se a tendência de ingresso da força de trabalho masculina em postos considerados femininos, contudo, isso não significou sobreposição do trabalho do homem no uso das técnicas e no

domínio da tecnologia, tendo em vista que na produção por facção, são as costureiras que ensinam a seus maridos e filhos a costurar, geralmente cabendo a elas a direção do sistema produtivo. Do ponto de vista do artesanato, notou-se maior equilíbrio entre homens e mulheres na produção, pelo fato de ambos, na maioria das vezes, terem essa atividade como uma tradição familiar e cultural. Deve-se frisar que, nas duas configurações produtivas, as trabalhadoras revelaram serem as principais responsáveis pela organização do trabalho e da negociação com os clientes, revelando um aspecto importante na construção da igualdade entre os gêneros, na medida em que elas passam a ter maiores parcelas de poder do ponto de vista econômico e social diante de suas famílias.

Percebeu-se que as escolhas das costureiras e das artesãs pelas suas atividades econômicas foi em certa medida moldada pela sua ligação com o ciclo de vida familiar, bem pelos ditames estabelecidos pelo mercado de trabalho e as condições socioeconômicas locais. A maioria das entrevistadas ressaltou a tradição do aprendizado intergeracional da costura e do artesanato por meio de suas mães e avós, atividades que elas sentem orgulho em realizar.

Outra característica importante dos sistemas produtivos pesquisados deve-se a sua colocação no mundo do trabalho, pois as atividades realizadas, a costura por facção e o artesanato do barro, são consideradas típicas atividades do setor informal, no qual seus/suas profissionais são considerados/as trabalhadores por conta própria. No entanto, essa tipologia que lhes é conferida, dentro do sistema de acumulação do capital recebe contornos de flexibilidade, precarização da força de trabalho e perda de direitos trabalhistas e benefícios sociais.

Olhando a partir deste estudo, alargando o universo de suas implicações, essência do Método do Caso Alargado, pode-se afirmar que as mulheres que trabalham nos sistemas de produção familiar urbana na cidade de Caruaru percebem-se num papel de autonomia e/ou independência financeira em relação a seus maridos, pelo fato poderem trabalhar e receber sua remuneração sem depender de seus maridos, fato que as deixa motivadas e satisfeitas pelos trabalhos que realizam.

No entanto, o sistema de produção familiar pode revelar duas situações conflitantes para as mulheres em decorrência de seu modo organizativo e as suas atividades correspondentes. Por um lado, por serem trabalhos que são realizados no espaço doméstico envolvendo os membros da família, de forma total ou parcial, esses sistemas revelam a interligação entre produção e reprodução, demonstrando que a família não é somente uma instituição de reprodução social, mas também, de produção, assim não existe uma divisão natural entre essas atividades.

No entanto, devido a dominação/exploração do capitalismo combinado a cultura machista, essa interligação de tarefas realizadas no mesmo espaço pode retirar a nitidez da intensificação do trabalho da mulher, na medida em que o trabalho remunerado e o não-remunerado se tornam tarefas complementares de obrigação da mulher, podendo-se falar na relação domesticação do profissional e na profissionalização do doméstico, sem que isso possibilite garantias dos direitos econômico e sociais para as mulheres. Pelo contrário, essa sobrecarga de atividades é invisibilizada pelo atual mundo do trabalho na medida em que a participação feminina se dá por meio do trabalho informal, domiciliar, flexível e supostamente autônomo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina. In HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007 – (Série trabalho e Sociedade). p. 21-41.

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Trajatória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas**. In; RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV - Edição Especial Comemorativa, 2007. p. 67-86. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a05v41sp.pdf>> Acesso em: 13 mai. 2012.

ALDANA SARACCINI, Aura V. **Empobrecimiento y desigualdades de género en el imaginário de las mujeres nicaragüenses: estudo de caso em el umbral del siglo XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

ALVES, José Augusto Lindgren. **A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social e os paradoxos de Copenhague**. Revista brasileira de política internacional [online]. 1997, vol.40, n.1, p. 142-166. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v40n1/v40n1a06.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2012.

AMARAL, Arnaldo José Duarte do. **Estado democrático de direito: nova teoria e compatibilidade**. São Paulo: LTr, 2008.

ANTUNES, Ricardo L. C. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 5a .ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

ARAÚJO, Angela Maria. C.; AMORIM, Elaine Regina A. Redes de subcontratação e trabalho a domicílio na indústria de confecção: um estudo na região de Campinas. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 17/18, 2001. p. 267-310.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2012: igualdade de gênero e desenvolvimento**. Washington D.C: Banco Mundial, 2012. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583_778_6210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf> Acesso em: 24 jan. 2012.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: CEPAL. **Serie mujer y desarrollo**. nº 66. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2005. p. 43-79. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/0/22230/lcl2322p.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 ed. São Paulo: Difusão européia do livro, 1967.

BOSERUP, Ester. **Women's Role in Economic Development**. New York: St. Martin's Press, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **Razões práticas** – sobre a teoria da ação. São Paulo: Papyrus, 1997.

BRASIL. **Constituição federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso: em 04 ago. 2011.

_____. **Decreto nº 21.417**, de 17 de Maio de 1932. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/versao-integral-do-decreto-1.htm>> Acesso em: 04 ago. 2011.

_____. **Decreto nº 592**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto internacional sobre direitos civis e políticos (promulgação). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0592.htm> Acesso em: 13 set. 2011.

_____. **Decreto nº 591**, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto sobre os direitos econômicos sociais e culturais. Promulgação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm> Acesso em: 13 set. 2011.

_____. **Decreto nº 4.377**, de 13 de setembro de 2002. Promulga a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, de 1979, e revoga o Decreto no 89.460, de 20 de março de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm> Acesso em:

_____. **Decreto-Lei Nº 5.452**, de 1º de maio de 1943 - DOU de 09/08/1943 – CLT. Consolidação das Leis Trabalhistas. Disponível em: <<http://www81.dataprev.gov.br/sislex/paginas/10/1943/5452.htm>> Acesso em: 07 ago. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2008/livro-ii-pnpm-completo09.09.2009.pdf>> Acesso em: 27 out. 2011.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2006/inst-int.pdf>> Acesso em: 01 fev. 2012.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Mulher, casa e família**: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

CANÇADO TRINDADE, Antônio A. Do direito econômico aos direitos econômicos, sociais e culturais. In: CANÇADO TRINDADE, A. A. *et al.* (orgs.). **Desenvolvimento e Intervenção do estado na Ordem Constitucional**. Porto Alegre: Fabris, 1995, p. 11-38

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. O trabalho domiciliar feminino como estratégia de sobrevivência e/ou imposição do capital? In: **Revista Pegada (on line)**, São Paulo: UNESP, vol.8, n.2, 2007. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA82/9Texto-Terezinha.pdf>> Acesso em 23 abr. 2012.

CECATO, Maria Áurea Baroni. A relativa relevância da Declaração de 1998 da OIT para a definição dos direitos humanos do trabalhador. **Prima Facie**, João Pessoa. 2006.

_____. Direitos humanos do trabalhador: para além do paradigma da Declaração de 1998 da OIT. In: Rosa M. Godoy Silveira *et al.* **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. p. 351-372.

CEPAL. Comisión Económica para a América Latina y el Caribe. **Mujer, trabajo y crisis**. (LCL. 458 (CRM. 4/6)), Santiago del Chile, septiembre, 1988.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). A legislação e o trabalho feminino: um estudo comparado. In: **Mulher e Trabalho**. v. 4. Brasília: CNDM. 1986.

COLLI, Juliana. **A trama da terceirização**. Um estudo do ramo da tecelagem. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, **Informe 2009** – ¿La democracia está más madura? Santiago del Chile, noviembre, 2009. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/latino/LATContenidos.jsp>> Acesso em: 09 nov. 2011.

DELGADO, Maurício G. **Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos da reconstrução**. São Paulo: LTr, 2006.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERREIRA, Eliane. Schmaltzs; LEMOS, Marcelo. Rodrigues. A construção social do gênero e o rompimento do caráter assexuado das relações de trabalho. In: NUNES, J. H.; FREITAS, R A. de. **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. p.35-51.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. **Social Justice in the Knowledge Society: Redistribution, Recognition, and Participation**. Beitrag zum Kongress "Gut zu Wissen", Heinrich-Böll-Stiftung, 2001. Disponível em: <<http://www.wissensgesellschaft.org/themen/orientierung/socialjustice.pdf>> Acesso em: 09 jul. 2012.

GARCÍA, Menchu Ajamil. Cooperación internacional, género e desarrollo. In: OEI. Organización dos Estados Iberoamericanos. **Revista Iberoamericana de Educación**. nº 6, 1994. p. 103-119. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie06a04.htm>> Acesso em: 17 dez. 2011.

GARCÍA-HERREROS, María Eugenia Villamizar. Uso del tiempo de mujeres y hombres en Colombia. Midiendo la inequidad. In: CEPAL. **Serie mujer y desarrollo**. nº 107. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2011. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/42803/Serie107.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011.

GARMENDIA, Martha Márquez. Derecho laboral: ¿igualdad y no discriminación? In: PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). **A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006. p. 139-144.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012.

HERRERA FLORES, Joaquín. **De habitaciones propias y otros espacios negados (Una teoría crítica de las opresiones patriarcales)**. Bilbao: Universidad de Duesto/Cuadernos duesto de derechos humanos, 2005.

HIRATA, Helena. Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos sócio-culturais à igualdade de gênero na economia. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 45-49.

_____. **Flexibilidade, trabalho e gênero**. Santiago, oficina Las transformaciones del trabajo: género, flexibilización e inserción laboral femenina, Centro de Estudios de La Mujer (CEM), 1999.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609 set./dez. 2007

INÁCIO, Elisângela de Oliveira. **A implementação da política municipal para mulheres em João Pessoa – PB**. 2009. 193f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

LAGE, Allene C. **Lutas por inclusão nas margens do atlântico: Um estudo comparado entre as experiências do movimento dos sem terra/Brasil e da Associação In Loco/Portugal**. Coimbra: FEUC. v.1, 2005.

_____. **Mulheres sem terra (Brasil) e mulheres da serra do caldeirão (Portugal): lutas, solidariedades e diálogos possíveis**. 2004. (meio digital).

LAVINAS, Lena (coord.), *et al.* **Trabalho a domicílio: novas formas de contratualidade**. Rio de Janeiro: IPEA. 2000 (Texto para discussão n. 717)

LIMA, Sandra Ferreira de. **Invenção e tradição: um olhar plural sobre a arte figurativa do Alto do Moura**. 2001. 140f. Dissertação (Mestrado em Multimeios) Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

LORETONI, Anna. “Estado de direito e diferença de gênero”, In: COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo. **O Estado de direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa** 3.ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1996.

MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. **As novas fronteiras da desigualdade: Homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social**. In: MINAYO, Maria Cecília S. (org) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002.

MONTEIRO DE BARROS, Alice. Cidadania, relações de gênero e relações de trabalho. In: **Revista Direito do Trabalho**. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 32, jan/mar. 2006.

NEGREIROS, Erica Paula E. Vidal de. **Viver em Toritama é trabalhar**. 2010. 80 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções. In: **Sociedade e estado**. Brasília, v. 22, n.1, p. 11-34, jan/abr, 2007.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas: Editores associados, 2004.

_____. As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009, p. 187-212.

NUNES, Claudio Pedrosa. A conciliação da vida laboral e familiar no contexto da preservação da dignidade da pessoa humana. In: FILHO, Agassiz Almeida e MELGARÉ, Plínio (Orgs.). **Dignidade da pessoa humana: Fundamentos e critérios interpretativos**. São Paulo: Malheiros Editores, 2010. p. 360-374.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher - "Convenção de Belém do Pará" (1994). Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/belem.htm>> Acesso em: 27 mar. 2012.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Guía para la incorporación de la perspectiva de género en las estrategias de desarrollo económico local** / Oficina Internacional del Trabajo, Programa de Desarrollo Económico Local, Oficina para la Igualdad de Género. Ginebra: OIT, 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/--dgreports/---gender/documents/publication/wcms_145711.pdf> Acesso em: 14 dez. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Convenção nº 100 - igualdade de remuneração de homens e mulheres trabalhadores por trabalho de igual valor**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/node/445>> Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Convenção nº 111 - discriminação em matéria de emprego e ocupação**. Disponível

em: <<http://www.oit.org.br/node/472>> Acesso em: 20 set. 2011

_____. **Convenção nº 156 Recomendação nº 165** - sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao_156_228.pdf> Acesso em 26 mai. 2012.

_____. **Convenção nº 3** - relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto (proteção à maternidade). Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/conven%C3%A7%C3%A3o-relativa-ao-emprego-das-mulheres-antes-e-depois-do-parto-prote%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0-maternidade>> Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Convenção nº 4** - relativa ao trabalho noturno das mulheres. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/conven%C3%A7%C3%A3o-relativa-ao-trabalho-noturno-das-mulheres>> Acesso em: 20 set. 2011.

_____. **Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho.** Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/oit/doc/declaracao_oit_547.pdf> Acesso em: 15 abr. 2012.

_____. **Recomendação nº 90** – Sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/sobre-igualdade-de-remunera%C3%A7%C3%A3o-de-homens-e-mulheres-trabalhadores-por-trabalho-de-igual-valor>> Acesso em 20 set. 2011.

ORTNER, Sherry B. Is female to male as nature is to culture? In. ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (eds), **Woman, culture, and society**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1974, p. 68-87. Disponível em: <http://www.radicalanthropologygroup.org/old/class_text_049.pdf> Acesso em: 20 jun. 2012.

PALMEIRA SOBRINHO, Zéu. **Terceirização e reestruturação produtiva**. São Paulo: LTr, 2008.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres Trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIMENTEL, Lílian Cristina Teixeira. **O trabalho e o processo de saúde-doença das costureiras por facção** – região metropolitana de Goiânia, 2010. 224f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Saúde) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Movimentos Sociais: abordagens clássicas e contemporâneas. **CSONline** – Revista Eletrônica de Ciências Sociais da UFJF, Juiz de Fora, ano I, 2 ed., nov. 2007. Disponível em: <<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/csonline/article/viewFile/358/332>> Acesso em 21 nov. 2012.

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos das mulheres no Brasil: desafios e perspectivas. In: PENIDO, Laís de Oliveira (Coord.). **A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006. p. 205-212.

_____. Direitos humanos: desafios da ordem internacional contemporânea. In: PIOVESAN, Flávia (Coord.). **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2009.

_____. Os direitos humanos da mulher na ordem internacional. In: PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos**. São Paulo: Max Limonad, 2003.

POSTER, Mark. **Teoria crítica da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

PRINCE, Evangelina García. Agendas legislativas y parlamentarias para el desarrollo de los derechos de las mujeres en América Latina y el Caribe. In: CEPAL. **Serie mujer y desarrollo**. nº 105. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2010. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/2/40122/Serie105.pdf>> Acesso em: 20 dez. 2011.

REBELO, Glória, **Trabalho e Igualdade**. mulheres, teletrabalho e trabalho a tempo parcial, Oeiras, Celta Editora, 2002.

RODRIGUES, Arakcy Martins. Lugar e imagem da mulher na indústria. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 266-288.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the “political economy” of sex. In: REITER, Rayana. (ed.) **Toward an anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975. P. 157-210.

RUBIO, Sònia Parella. Repensando la participación de las mujeres en el desarrollo desde una perspectiva de género. **Papers**: revista de sociologia. Nº 69. Barcelona: Fundação Dialnet, 2003. p. 31-57. Disponível em: <<http://ddd.uab.es/pub/papers/02102862n69/02102862n69p31.pdf>> Acesso em: 20 jan. 2012.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de S. **Os conflitos urbanos no Recife: o caso do <<Skylab>>**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: CES, 1983. nº 11 maio. p.09-59.

_____. **Os processos da Globalização** In: SANTOS, Boaventura de Sousa. Globalização: Fatalidade ou Utopia? (Org.) Porto: Afrontamento, 2001.

SANTOS, Boaventura de S.; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de S. (Org.). **Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista**. Coleção Reinventar a emancipação social: Para novos manifestos. Vol. 2. p: 23-77. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SANTOS, Luciana da Silva. **Profissão: do lar** – a (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da (in)visibilidade do feminino. 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, Patrícia Garcia dos. **Globalização, reestruturação produtiva e mudanças na legislação trabalhista brasileira**. Trabalho publicado nos Anais do XVIII Congresso

Nacional do CONPEDI, realizado em São Paulo – SP nos dias 04, 05, 06 e 07 de novembro de 2009. p. 10685-10698. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/Anais/sao_paulo/1881.pdf> Acesso em 20 mar. 2012.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS. vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, Lorena Holzmann da. Trabalho a domicílio. In: CATTANI, A. D. (org.) **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 275-278.

SILVA, Manuela. **A igualdade de gênero**: caminhos e atalhos para uma sociedade inclusiva. Lisboa: CIDM, 1999.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 15-23.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é direito social? In: CORREIA, Marcus Orione Gonçalves (org.). **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2007. p. 13-40.

SULLEROT, Evelyne. História e Sociologia da mulher no trabalho. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1970.

TEJEDOR, Yolanda Pólo, Comunicando além da dicotomia de gênero. In: ARAUJO, Adriane Reis de; FONTENELE-MOURÃO, Tânia (org.). **Trabalho de mulher**: mitos, riscos e transformações. São Paulo: LTr, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Relatório Mundial da UNESCO**: Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural (Resumo), França: UNESCO, 2009.

VALA, Jorge. A análise do conteúdo. In: SILVA, A. S. & PINTO, J. M.(org.) **Metodologia das Ciências Sociais**. 11ª edição. Porto: Edições Afrontamento, 2001. p. 101-128.

WOMEN'S ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT ORGANIZATION (WEDO). **Women's Empowerment, Gender Equality and the Millennium Development Goals**: a WEDO information and action guide. New York: WEDO, 2004. Disponível em: <http://www.wedo.org/wp-content/uploads/mdgtoolkit_eng.pdf> Acesso em: 10 mai. 2012.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada

Data: ____/____/____ Horário da entrevista: _____

Local da entrevista: _____

1. Dados Pessoais

Nome:		
Idade:	Estado Civil:	Nº de filhos:
Profissão:	Escolaridade:	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?
- Como você aprendeu essa profissão?
- Como funciona esse sistema de trabalho (facção de roupas / artesanato do barro)? É um trabalho autônomo?
- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?
- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?
- Qual a importância do trabalho para você?
- Como é sua carga de horário de trabalho?
- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?
- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?
- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?
- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?
- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?
- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.
- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

APÊNDICE B – Notas do Campo

Nome: Rosimere Barbosa de Brito		
Idade: 42 anos	Estado Civil:	Nº de filhos: 2
Profissão: Costureira	Escolaridade: Ensino fundamental II incompleto	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Rosimere: Eu sou costureira, trabalho em casa com facção. Faço vestidos e roupas de praia, principalmente, saídas de banho.

- Como você aprendeu essa profissão?

Rosimere: Eu fiz um curso. Faz muito tempo que eu costuro, desde os treze anos. Eu sempre trabalhei como costureira, já são mais de vinte anos de profissão.

- Mas você começou trabalhando em casa mesmo?

Rosimere: Não. Eu comecei trabalhando em uma fábrica.

- E de lá para cá você trocou muitas vezes de emprego?

Rosimere: Sim. Troquei várias vezes de trabalho. Mas hoje, eu prefiro trabalhar em casa com facção.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Rosimere: Pra começar, as máquinas não são minhas. Eu trabalho pra outra pessoa que é dona da mercadoria. A facção já vem cortada, já vem as linhas, já vem tudo prontinho só pra “mim” fabricar. Eu não compro nada, não coloco nada meu. Eu faço só o trabalho da costura, mesmo. Eu acho que é um trabalho autônomo, porque eu trabalho por conta própria em casa.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Rosimere: Eu acho bem melhor porque eu tenho filho pra cuidar, entendeu? Pra dar tempo de cuidar da casa, cuidar do filho e ganhar dinheiro em casa é bem melhor pra mim. Já faz cinco anos que eu tô trabalhando com facção e não pretendo trabalhar fora de jeito nenhum. Eu sei que trabalhar de carteira assinada tem a vantagem de receber os direitos trabalhistas, com férias, décimo terceiro, mas eu prefiro trabalhar do jeito que eu tô porque tenho mais tempo pra tudo e pra minha família.

- Você paga algum tipo de contribuição ao INSS, pensando na aposentadoria?

Rosimere: Não, mas pretendo me organizar pra pagar.

- E a questão dos seus rendimentos, você melhor trabalhando em casa. É um trabalho que a remuneração é maior?

Rosimere: Trabalhando em casa é bem melhor, porque eu ganho mais.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Rosimere: A vantagem é que eu tenho mais tempo de cuidar da casa e do meu filho, também se precisar e na rua comprar alguma coisa eu posso ir quando quiser, faço cerão (hora extra) quando eu quiser, também. No dia que quiser trabalhar, trabalho, faço cerão. No dia que não quero eu não trabalho. A parte que não é muito boa é porque não tem a carteira assinada pra garantir os direitos trabalhistas.

- Então a carga horária de trabalho é você quem define? E quando tem alguma mercadoria para entregar, como é definido o prazo de entrega com a pessoa que contrata seu serviço?

Rosimere: Eu decido como eu vou trabalhar durante o dia. Quando eu tenho alguma encomenda é o dono da mercadoria que diz o dia que quer receber a produção. Por exemplo, se você diz que quer a entrega pra uma semana, eu vou batalhar para cumprir o prazo, mas eu defino quantas horas eu vou trabalhar por dia.

- E como é feito o pagamento?

A gente trabalha por produção. A peça (roupa) tem um preço, as saídas de banho que eu faço custa R\$ 1,70 cada uma. Aí como vem muitas peças pra fazer, dá pra ganhar muito dinheiro com a produção. O dono da mercadoria diz o preço que quer pagar pela peça e eu digo o que quero receber, aí a gente negocia, mas geralmente é ele quem dá o preço.

- Quantas peças em média você produz por semana? Você trabalha sozinha?

Eu faço umas duzentas peças por semana e trabalho sozinha.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Rosimere: Eu trabalho mais ou menos oito horas por dia. Mas não são as oito horas seguidas. Como eu disse, eu paro pra fazer as coisas da casa e depois volto pra costurar e também posso fazer cerão à noite pra compensar. Durante o dia eu paro muito, mas à noite eu recupero.

- Pra você qual a importância de se trabalhar com facção?

Rosimere: Eu acho que são os donos das fábricas que estão achando bem melhor, porque não tem responsabilidade com carteira assinada, eles deixam de ter problema com funcionário.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Eu sou a responsável, mas quando meu marido está sem trabalhar fora ele me ajuda costurando.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Rosimere: Eu trabalho e meu marido também trabalha, aí nós dividimos as despesas da família.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Sim, eu faço tudo. Cuido da casa, faço almoço, cuido do meu filho, lavo roupa, todas as tarefas de casa. É assim, de manhã eu faço almoço, arrumo a casa, aí de meio dia eu dou banho e arrumo meu filho pra ir pra escola e levo ele pra escola. De tarde eu venho pra máquina e passo a tarde toda costurando, depois vou buscar meu filho na escola, preparo o jantar e volto de noite pra máquina pra fazer um cerãozinho. Dentro de casa é assim, trabalhando na máquina e nas coisas de casa, é os dois. Quando meu marido não está em casa, eu faço todas as atividades logo cedinho e de sete horas (manhã) eu já estou na máquina. E quando tem alguma outra coisa pra fazer eu paro de costurar. E à noite eu vou recuperar aquele tempinho que eu perdi.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Rosimere: Meu marido me ajuda, ele lava os pratos, arruma a casa, faz o almoço também. Um ajuda ao outro. Quando ele tá em casa ele faz as coisas, porque eu fico na máquina e ele lá dentro. Ele também me ajuda na máquina. Quando ele não tá trabalhando fora, ele costura também comigo.

Comentário do marido: é pau pra toda obra, tem que ajudar.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Porquê?

Rosimere: Eu acho que é uma responsabilidade familiar, porque é uma coisa que você tem que cumprir.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Rosimere: Eu acho bom cumprir todas essas tarefas. Eu gosto de trabalhar de ter meu próprio dinheiro, de ser independente, de cuidar da casa, adoro ser mãe.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Rosimere: Eu gosto muito do meu trabalho. Minha mãe era costureira e eu quis aprender. Desde criança eu nunca quis trabalhar com outra profissão. Não encontro problema com as

pessoas que contratam meu serviço, eles sempre pagam depois que entrego a mercadoria. Eu trabalho o ano todo, mas tem alguns meses que eu dou uma paradinha, no mês de agosto diminui a produção. A partir do mês de setembro, no final do ano até o mês de fevereiro é bom pra mim por causa do tipo de mercadoria que eu faço. Mas eu sempre tenho trabalho.

Nome: Marivalda da Silva Souza Santana		
Idade: 46 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 2 (adultos)
Profissão: Costureira	Escolaridade: Ensino médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Marivalda: Sou costureira.

- Como você aprendeu essa profissão?

Marivalda: Com a minha mãe. Era a profissão dela que ela passou pra todas as filhas. Ainda na infância eu aprendi a costurar, e, de todas as filhas quem ficou com a profissão da minha mãe fui eu minha irmã.

- Você já trabalhou com outra profissão?

Marivalda: Não, só como costureira mesmo. Eu comecei trabalhando em casa com a minha mãe. Minha mãe era costureira particular, trabalhava sob encomenda.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Marivalda: O trabalho é em grupo: trabalha eu, minha filha, aliás, minhas duas filhas e trabalha minha sobrinha. Aí é um trabalho em equipe, todos tem que ter a produção pra quando for no final de semana ter o retorno. Nós fazemos roupas de toda linha infantil aqui. Em relação ao pagamento nós recebemos por produção, pelo valor da peça (roupa).

- E se, por exemplo, tiver perda de uma peça produzida, o valor é descontado no pagamento?

Marivalda: Não é descontado nada. A responsabilidade é toda do dono da empresa, da mercadoria. Aí eu falo pra ele que teve algo (perda), mas não tem burocracia. Na mesma hora ele me dá o tecido e consertamos o que precisar.

- Você trabalha o ano inteiro ou tem algum período em que você fica sem trabalhar? Já houve algum momento em que você teve que assumir outro tipo de trabalho para complementar a renda?

Marivalda: Eu trabalho o ano inteiro. Graças a Deus nunca precisei trabalhar em outra coisa. Pra mim é como se todo tempo fosse final de ano, eu não paro.

E suas filhas seguiram a sua profissão?

Marivalda: No momento não. Uma delas faz faculdade e termina agora, aí nesse último período ela saiu da empresa pra poder se dedicar mais à faculdade, aí o que acontece, pra não ficar sem dinheiro, ela sobe (a parte das máquinas fica no andar de cima da casa) pra me ajudar na produção. Já a minha filha casada só vem a parte da tarde porque o filho tá pequeno, mas para o ano ela volta ao trabalho (fora). Mas elas não trabalham com costura, elas vem pra me ajudar e pra não ficarem paradas.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Marivalda: Já faz dezoito anos que trabalho com facção. Porque antes eu trabalhava em uma empresa, aí comprei meus maquinários e falei com o dono pra ver se eu podia trabalhar em casa. Eu optei pela facção porque trabalhando em casa eu poderia ficar com as minhas filhas. Mas eu continuei tendo todos os direitos trabalhistas como se ainda trabalhasse na empresa. Então eu fiquei trabalhando em casa, mas como se ainda estivesse trabalhando na fábrica. A parte de contribuição pra aposentadoria mesmo ainda é pela empresa, é tudo pago através de lá, eu continuo vinculada.

- Quais as desvantagens e/ou vantagens em se trabalhar dessa forma?

Marivalda: A parte boa é que você produzindo você vai ganhar bem, você não vai viver de salário e a outra parte (ruim) é que você trabalha muito mais. Se você precisar sair pra resolver algo no comércio, quando for à noite você tem que cobrir, pra você ter o seu rendimento melhor, porque, se fosse pra você ficar só no salário mínimo você continuaria em uma empresa, não estaria em casa.

- Qual a importância do trabalho para você?

Marivalda: O trabalho dignifica. Deixa você mais podendo fazer o que quer sem depender da outra pessoa. Você se torna uma pessoa, como eu posso te falar, independente. Você se sente você mesma. É horrível você precisar de algo e depender de alguém. Eu sempre gostei de ter a minha independência, de poder comigo. Eu acho que é o ideal, é o objetivo de todo ser humano é poder consigo.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Marivalda: Eu trabalho assim, das sete da manhã às onze e meia, aí eu paro e vou ajeitar o almoço. Depois pego de uma hora (tarde) até as seis horas. Aí se ficou algo pra terminar naquele dia, aí só trabalho uma hora à noite.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Marivalda: Eu mesma sou a principal responsável, mas as minhas filhas e a minha sobrinha tem a parte que elas tem que produzir.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Marivalda: É tudo dividido, eu e meu marido a gente divide tudo bem, graças à Deus.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Marivalda: eu tenho que fazer todas as tarefas: tomar conta de marido, de filhos, de casa, de comida é uma correria. Da máquina eu desço pra o fogão, termino subo pra o trabalho e assim vai. Eu passo me dividindo entre essas tarefas, em tudo.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Marivalda: Sim. Meu marido é quem lava os pratos e quem está sentado vai procurar alguma coisa pra fazer, um ajudando o outro. Cada pessoa na família tem uma tarefa.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Marivalda: Com certeza o trabalho doméstico é uma profissão, porque a mulher trabalha muito em casa. Eu acho que o certo era a mulher ter um salário mínimo todo mês.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Marivalda: É gostoso. Você se sente bem, eu me sinto bem, não tenho do que me queixar em nada. Eu gosto, tudo que eu faço é por amor, tenho tempo pra tudo. E numa vida a dois que é tudo em casa, você não pode ficar só numa coisa, numa tarefa, você tem que fazer tudo e saber sim, ter um tempo especial pra seu marido, suas filhas, tudo ser separado, não ficar só no trabalho.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Marivalda: Eu amo ser costureira. É muito gostoso você sentar na máquina pra fazer o que gosta. E outra coisa quando eu vou trabalhar eu esqueço dos problemas e até você peca menos porque você quer terminar o que está fazendo sempre ocupando a mente, eu sempre procuro alguma coisa pra me ocupar.

Nome: Maria Selma de Lima Caetano		
Idade: 37 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 2 (adultos)
Profissão: Costureira	Escolaridade:	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Selma: Sou costureira.

- Como você aprendeu essa profissão?

Selma: Eu aprendi sozinha. Comecei a trabalhar com treze anos em uma fábrica tirando o pelo das roupas, aí na hora do lanche, eu me interessava, via os outros costurando então eu aprendi. Quando foi para assinarem minha carteira já assinaram como costureira, porque quando comecei a costurar eu dava a produção igual às costureiras. Eu tive um pouco de dificuldade pra aprender, porque eu só via os outros costurando tinha a vontade de aprender, aí quando dava a hora do lanche eu ia sozinha pra máquina, pegava um pedaço de pano e ia testando, testando, até quando a chefe colocou alguma coisa pra mim fazer, eu peguei o jeito e cada vez mais fui desenvolvendo, me interessei até quando eu aprendi.

- Quanto tempo você passou trabalhando em fábrica?

Passei dez anos trabalhando em fábrica

- E quando foi que você decidiu trabalhar com facção?

Quando eu adoeci, fiz uma cirurgia aí não deu mais pra trabalhar fora, então eu resolvi trabalhar em casa.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Selma: Eu faço facção de modinha. Modinha é como a gente chama a roupa feita pra mulher: vestido, blusa, saia. Eu cobro o meu trabalho só. As peças já vem cortadas, o aviamento todo é deles eu faço só costurar as peças. As máquinas são minhas, eu fui comprando de pouquinho em pouquinho eu tenho seis máquinas. Eu pego facção de pessoas individual, não é de empresa. Eu recebo por peça produzida, que dependendo do modelo eu cobro R\$ 2,00, R\$ 2,50, R\$ 1,50, depende do modelo. Eu dou o meu preço e negocio com o dono da mercadoria. As vezes eu digo que custa R\$ 2,00 aí ele (dono da mercadoria) diz que não pode, pede pra ser R\$ 1,50, aí se der pra mim eu fico, se não der eu não faço o trabalho. se eu ficar com a mercadoria, digo o dia que posso entregar, aí e responsabilidade é minha de cumprir aquela data. É um trabalho autônomo porque eu sou responsável pelo trabalho e ele é feito aqui em casa, não sou empregada de nenhuma empresa.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Selma: Como eu disse, foi porque eu fiquei doente e não pude trabalhar fora. Já faz seis anos que eu estou trabalhando em casa.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Selma: A vantagem é que eu faço o meu horário. Se eu precisar sair pra ir ao médico ou resolver qualquer coisa eu posso fazer cerão à noite. E trabalhando fora tem que levar atestado porque o patrão não gosta, tem que seguir o horário da empresa, e trabalhando autônomo não, quem faz o horário é a gente. Eu também ganho mais trabalhando em casa, porque o salário

de costureira, por exemplo, trabalhando na empresa é R\$ 720,00 e eu trabalhando em casa ganho por semana R\$ 500,00. E a desvantagem é que não tem feriado, não tem final de semana, tendo um serviço pra entregar tem que trabalhar. Se chegar um serviço no final de semana aí tem que trabalhar pra entregar

- Qual a importância do trabalho para você?

Selma: eu acho que me sinto independente, posso comprar minhas coisas sem dar satisfação ao marido, eu não fico dependente de pedir nada a ninguém.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Selma: Pela manhã eu acordo de seis horas e vou pra academia, chego de sete horas, aí tomo banho, tomo café, lavo os pratos, lavo o banheiro, pronto, vou-me embora pra máquina trabalhar. Quando é nove horas me levanto, faço um lanche e volto pra máquina, onze horas eu levanto, vou ajeitar almoço, almoçar, tomar banho e quando é de doze e meia pra uma hora eu volto pra máquina. A tarde eu paro às três horas pra lanche e trabalho até às seis da noite, paro pra preparar o café, descanso um pouquinho. Quando tem muito serviço eu faço um cerão à noite, se não tiver eu paro pra descansar. Assim eu divido o tempo do trabalho da costura com o trabalho da casa.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Selma: Eu sou a responsável, mas tem um dos meus filhos que me ajuda a costurar. Ele trabalha no hospital regional, trabalha um dia e folga o outro, aí quando ele está em casa ele vem me ajudar. A minha nora também trabalha fora, mas à noite, quando eu preciso, ela vem me ajudar.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Selma: O nosso sustento vem do meu marido. Ele dá a despesa da feira, aí a luz é comigo, a água quando eu não tenho ele paga, o gás também é ele quem paga. A renda maior é a dele, mas eu também contribuo.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Selma: Sim, arrumo a casa, lavo roupa, cozinho, faço tudo.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Selma: Meus filhos me ajudam nas tarefas de casa, minha nora também, quando eu tô muito apertada ela vem me ajudar a lavar roupa, eles vão ao mercado, arrumam a casa. Eu divido entre eles as tarefas.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Selma: Era pra ser como uma profissão porque tem muita coisa pra fazer, mas eu acho que isso vai ser sempre uma obrigação mesmo. Mas eu acho que não tem que ser um trabalho só pra mulher, eu acho que todo mundo em casa tem que contribuir, ou homem ou mulher. Se uma casa só tiver filho homem, não tiver filha mulher, todos tem que contribuir, dividir as tarefas.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Selma: É uma vida difícil, porque tem que ter muita coragem para enfrentar. Eu gosto do que eu faço, eu me sinto forte e corajosa, porque não é toda mulher que agüenta esse rojão não, de tomar conta de casa, trabalhar, tomar conta dos filhos, é muita coisa.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Selma: Eu acho que hoje em dia tem muitas pessoas que costumam estão trabalhando como autônomos porque ganham mais do que se trabalhar como empregado. O trabalho de facção é maior, mas a recompensa é melhor. Eu acho que aqui em Caruaru tem mais mulheres do que homens trabalhando com facção, que enfrenta esse tipo de trabalho, depois o homem acompanha. A mulher começa a trabalhar e depois vai levando os filhos, os maridos, as mulheres são mais corajosas. Eu gosto de ser costureira.

- Você já trabalhou em outra profissão?

Selma: Não. Eu gosto de ser costureira e penso só em deixar a facção quando eu me aposentar. Inclusive eu pago o INSS. Quando eu trabalhava fora eu já contribuía e depois quando eu comecei a trabalhar em casa passei a contribuir como autônoma. Quando a gente trabalha fora, eles descontam R\$ 20,00 e como autônoma eu pago R\$ 68,00. Eu pago já pra me prevenir, porque se acontecer de costurar um dedo, no caso de acontecer algum acidente comigo eu posso já entrar no benefício.

- E como é a relação com as pessoas que contratam o seu serviço?

Selma: É uma boa relação, porque eu só pego facção com pessoas que me trate bem, que pague direito, porque eu não sou empregada deles, eu que faço o meu trabalho e se der pra mim, eu faço agora se vier fazer a mercadoria não gostar e ficar sempre reclamando eu não pego mais. Foi por isso, também que eu deixei de trabalhar fora, pra não tá escutando ninguém no meu pé do ouvido reclamando. Eu tenho problema de saúde, deixei de trabalhar fora por conta disso, porque patrão só gosta de funcionário com saúde, porque quando o funcionário começa a levar atestado já não presta. Com quem eu trabalho, já sabe os meus problemas e não me aperreia, se eu disser que entrego a mercadoria em tal dia eu entrego e eles não ficam me aperriando de jeito nenhum.

- E o seu filho, como foi que ele aprendeu a costurar?

Selma: Quando eu comecei trabalhando em casa sozinha, você sabe que menino sempre se interessa, é curioso e ele disse, ah, eu também quero aprender. Os dois filhos aprenderam, um gosta de costurar, mas o outro não. O meu filho casado é quem gosta de costurar, mas quando

ele casou e assumiu as responsabilidades eu achei melhor ele procurar um emprego, porque mesmo quando não tinha serviço aqui eu tinha que pagar a ele, aí já ficou mais difícil pra mim. Então foi melhor ele trabalhar fora por causa das responsabilidades, mas quando eu preciso e ele tá de folga, ele vem me ajudar. Só o trabalho da costura não dava pra nós dois. Já o outro filho ele não gosta de costurar, mas ele me ajuda porque me vê muito aperreada cheia de trabalho, enquanto não aparece alguma coisa pra ele vai me ajudando, pelo menos não tá vagabundando por aí. O meu marido também aprendeu a costurar, ele é motorista de ônibus. Ele queria trabalhar aqui dentro junto comigo, mas marido e mulher trabalhando junto, pelo menos comigo não dá certo. Eu acho que quando os dois trabalham juntos, um quer mandar, o outro também quer mandar e eu acho que não dá certo. Ele é ignorante, bebe e aí pra tratar mal os donos da mercadoria não dá. Ele não tem paciência. Porque a pessoa traz a mercadoria, mas a feira é ruim, aí diz “Selma eu não trouxe tudo eu só trouxe tanto”, aí eu tenho que compreender, porque eles dependem da feira, aí na outra semana a gente acerta. E mesmo pra quem tem loja é complicado porque uma coisa depende da outra. É claro que quem trabalha quer receber, mas a gente tem que compreender o lado do outro. Porque são pessoas que quando a feira tá boa, eles já chegaram a me pagar antes de eu terminar a mercadoria. Já faz seis anos que eu trabalho com eles, são quatro pessoas. Quando não tem mercadoria de um tem do outro, as vezes, chega tudo de uma vez, aí entrego um pouquinho de um, um pouquinho pra outro e assim vou organizando pra entregar a todos. Quem precisar mais, quem chega na frente, eu vou ajeitando pra preparar tudo.

Nome: Juliana Maria Silva Torres		
Idade: 34 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 2 (adolescentes)
Profissão: Costureira	Escolaridade: Ensino médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Juliana: Sou costureira.

- Como você aprendeu essa profissão?

Juliana: Eu aprendi com a minha avó em casa. Por curiosidade eu via minha avó costurar e eu queria aprender. Quando ela saía da máquina eu ia me sentar na máquina pra tentar costurar, acho que eu tinha uns seis anos. Quando minha avó ia pra cozinha pra fazer as coisas aí eu ia me sentava na máquina e ela tirava a agulha pra eu não espetar o dedo e a correia que tinha na máquina, mas mesmo assim eu continuava mexendo, ela viu a minha insistência e começou a me ensinar.

Você sempre trabalhou como costureira, como foi o início?

Juliana: eu sempre trabalhei como costureira, em casa mesmo. Minha mãe tinha um fabrico, aí eu comecei ajudando no manual. Eu passava ferro na mercadoria, porque o tecido era viscose, tirava pelo e estampava também, porque tinha uns desenhos que eram com tela e tinta aí eu fazia também, e depois, quando uma costureira faltava eu sentava na máquina pra cobrir o

horário dela. Fui aprendendo aos poucos e agora eu sei fazer. Eu sempre trabalhei com minha mãe, nunca trabalhei em outros lugares.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Juliana: eu só faço costurar as roupas. A mercadoria é toda de outra pessoa e eu recebo por peça produzida. Pra mim é um trabalho autônomo.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Juliana: Quando eu casei comecei a fazer mercadoria pra minha cunhada, ela fazia *short*, ela me ensinou como fazia, eu aprendi e comecei fazendo em casa porque minha mãe tinha umas máquinas paradas em casa aí eu fiquei trabalhando dessa forma. Todo o material era da minha cunhada, linha, elástico, tecido que ela já mandava cortado, eu fazia o serviço da costura e ela me pagava por peça. Agora eu faço camisa social masculina. Eu acho que a facção é um trabalho autônomo, porque é um trabalho por conta própria. E até hoje em dia tem como se a pessoa quiser pagar um INSS, antigamente, se tinha, eu não tinha essa informação, mas hoje em dia já se pode fazer. Eu não pago, porque eu sou muito acomodada na minha vida, eu não procuro nada disso não. Agora mesmo eu tô gestante e não vou ter licença maternidade. Logo quando eu comecei a trabalhar eu não sabia se podia pagar, mas agora eu acho que já tá tarde pra mim procurar meus direitos. Eu comecei a trabalhar com quinze anos, já vai fazer vinte anos de trabalho.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Juliana: É porque o horário quem faz sou eu. Se eu tiver alguma coisa pra resolver durante o dia aí à noite eu vou fazer o serviço que tá lá pra terminar e trabalho até a hora que der pra trabalhar. Eu posso parar pra vir cuidar de alguma coisa aqui da casa, os meninos, o almoço, depois voltar pra trabalhar, eu acho bom por isso. Eu acho que a remuneração não é tão diferente do que se recebe numa empresa, acho que se a gente for procurar se legalizar, fica uma coisa pela outra. A parte ruim de se trabalhar com facção em casa é também o horário, porque como é a gente que faz o horário se tiver uma mercadoria atrasada para entregar, porque tem a data de entrega, aí a gente tem que também se esforçar, trabalhar horas a mais pra poder entregar e não receber nada mais por isso. A gente não vai receber a mais por aquelas horas trabalhadas, a gente recebe pela produção.

Quanto você cobra em média pela produção de uma peça?

Juliana: eu cobro R\$ 1,50 se for pra fazer sem dar acabamento, assim, sem casear, prear botão, isso é à parte.

- Qual a importância do trabalho para você? Você gosta do seu trabalho?

Juliana: Eu acho que me acostumei com ele. Toda a vida eu tive a minha independência financeira, eu acho bom por isso.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Juliana: Como eu estou gestante e estou tomando alguns remédios eu reduzi um pouco, mas o meu normal é trabalhar de sete horas às doze horas e de uma e meia a cinco e meia. Quando tinha muita roupa pra entregar, eu pegava de uma e meia da tarde até às três e meia. Tinha um intervalo até três e quarenta e cinco. À noite tinha um intervalo de sete horas até sete e quinze, e pegava de novo até nove horas.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Juliana: Eu divido com o meu marido. Assim, tudo é dividido, o trabalho, a responsabilidade de casa, tudo a gente divide.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Juliana: A gente divide.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Juliana: Eu faço de tudo e meu marido também. Arrumar a casa, fazer almoço, lavar roupa.

- Quando vocês se casaram, seu marido já sabia costurar?

Juliana: Ele trabalhava registrado numa fábrica costurando. Aí depois que a gente casou, ele saiu do emprego e com o dinheiro que ele recebeu nós compramos as máquinas e começamos a fazer facção e fabricar um pouco pra gente também. Era assim, quando tinha um tempo mais fraco na feira, a gente fazia só facção e quando chegava o mês de junho ou de dezembro, com a feira melhor a gente aproveitava pra fazer um pouco da gente. E foi assim que a gente conseguiu comprar terreno, fazer casa.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Juliana: Sim. Eu e meu marido dividimos. Por exemplo, quando tem a hora do lanche ou eu ou ele vem preparar o lanche. O almoço eu faço e ele lava os pratos, eu varro a casa e ele bota o lixo pra fora.

Juliana: eu e meu marido fazemos. Mas ultimamente a gente tá deixando as responsabilidades com a casa em segundo plano. A gente tá se dedicando mais à mercadoria e a gente tá juntando um dinheiro pra fazer uma reforma na casa.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Juliana: Eu vou dizer assim, que eu preciso de alguém aqui em casa pra me ajudar porque eu não tô dando mais conta. Porque são três homens e eu, e ainda vai chegar mais um vão ser cinco pessoas. *E vai ser homem também?* Ainda não sei, mas espero que não, quero que seja menina, “chega de tanta cueca”. *E os meninos ajudam também?* Ajudam. Um enxuga os pratos, o outro arruma o guarda roupa deles. Eu lavo, passo, dobro e eles arrumam no guarda

roupas deles.

- Seus filhos sabem costurar, eles ajudam na produção?

O mais velho sabe e está trabalhando fora e o pequeno quando não tá estudando, quando não tem alguma atividade escolar pra fazer, ou não está na aula de educação física, que é pela manhã, ele me ajuda na parte do acabamento. Ele tira pelo, ajuda a arrumar a mercadoria.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Juliana: Eu acho que o trabalho é bom pra ajudar na renda familiar, porque uma pessoa sozinha hoje pra manter uma casa tem que ter um salário bom. Mas eu tô achando muita coisa pra mim, ter que assumir todas essas funções. Eu vou me aposentar esse ano, esse ano eu me aposento de mãe e de costura, eu quero só cuidar da minha casa. Eu quero trabalhar só até dezembro e depois cuidar da minha gravidez. Não pretendo mais voltar a costurar.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Juliana: eu sou muito assim, no meu trabalho gosto das minhas coisas bem feitas. Não adianta numa produção eu fazer muitas peças e o cliente ver defeito nas peças. É importante garantir a qualidade da peça. Quando eu pego mercadoria pra fazer de outra pessoa, que tem prazo pra entregar, eu faço primeiro essas e depois faço as minhas, que é o tempo de chegar outro corte de outra pessoa. Ou então, antes acabar aquela facção que eu tô fazendo, eu coloco a minha mercadoria pra o corte, aí quando chega o corte da outra pessoa, o meu já tá encaminhado, eu vou encaixando a minha mercadoria entre uma produção e outra, pra não parar a máquina. O mês que eu tenho mais trabalho é o mês de maio, eu chego até a fazer hora extra, aí depois do mês de junho começa “afracar” até setembro. Aí outubro, novembro, dezembro melhora por causa da feira no mês de dezembro. A gente aumenta a produção, faz um estoque porque antes de chegar o mês de dezembro o pessoal vem antes pra feira pra repor o estoque da loja para quando chegar o período bom de vendas já ter lá. A gente faz mercadoria tanto pra loja quanto pra feira, porque muita gente que compra tem sua lojinha, por isso a peça tem que ser bem feita.

Nome: Maria Gisleide de Carvalho		
Idade: 31 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 1 (criança)
Profissão: Costureira	Escolaridade: Ensino médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Gisleide: Sou costureira, trabalho costurando. Eu também tenho o curso de técnico em enfermagem, mas nunca exerci a profissão.

- Como você aprendeu essa profissão?

Gisleide: Eu comecei trabalhando numa fábrica grande (de confecções) tirando o pelo das roupas e eu só tinha uma hora de intervalo para o almoço e almoçava lá, aí nessa hora do almoço eu comecei a mexer nas máquinas, daí seis meses depois eu já estava costurando. Eu nunca fiz um curso pra saber costurar. Eu fiquei trabalhando nessa fábrica dois anos e meio como costureira.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Gisleide: Na facção o dono das roupas traz as peças e eu costuro e entrego quase pronta, fica faltando botão e alguns enfeites, que é ele quem coloca. Eu faço short feminino. Tudo que eu faço pertence a outra pessoa, eu coloco só a minha mão de obra e recebo por peça produzida. O dono da mercadoria dá o valor por peça e quando eu termino tudo, somo a quantidade total. Geralmente eu tenho o prazo de uma semana pra preparar e entregar as peças, eu tenho a responsabilidade de entregar a mercadoria naquele tempo. Mas essa semana mesmo eu não vou conseguir entregar tudo, porque ele trouxe ontem (terça-feira) cento e vinte e três peças, eu comecei ontem à tarde, mas pra entregar na sexta-feira eu sozinha, não dá tempo. Se eu tivesse começado a fazer na segunda, daria tempo de entregar na sexta. Já na semana passada eu só fiz setenta peças, porque ele só trouxe na cor preta e eu tenho problema de visão eu não consigo trabalhar direito. Eu prefiro ficar a semana parada do que costurar e prejudicar minha visão. Eu considero que seja um trabalho autônomo porque é por conta própria, não tenho vínculo empregatício.

- Você pega a mercadoria de quantas pessoas?

Eu trabalho apenas com a facção de um rapaz. A mercadoria dele é vendida na feira e também por pedido pra algumas lojinhas. Agora mesmo ele tá com um pedido de que eu acho que é de quatrocentas peças por semana, tanto que até janeiro e fevereiro ele me disse que vai trazer bastante peça pra eu produzir.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Gisleide: Eu trabalhava em uma fábrica, faz seis meses que eu pedi demissão. Eu passei quase cinco anos trabalhando nessa fábrica, já era outra, não foi onde eu comecei. Aí minha mãe se estressou com Gabriel (filho), que era ela quem tomava conta dele. Aí pra deixar ele num hotelzinho, ele só ia chorando, quando eu ia buscar ele também ficava chorando. Então eu pensei, se for pra ficar trabalhando fora aperreada com ele (Gabriel), é melhor ficar em casa. Aí eu pedi as contas do trabalho e vim ficar em casa pra tomar conta dele. Eu acho que trabalhar fora é melhor do que trabalhar em casa, porque na fábrica você não precisa se preocupar com nada, a responsabilidade é toda do patrão, eu tinha só a responsabilidade de deixar a peça pronta ali, só fazendo o meu serviço. E em casa não, a responsabilidade é toda minha. Além de costurar tenho que tomar conta de casa e tudo. ***Em termos de rendimento, o que você acha melhor?*** Se fosse pra trabalhar em casa, só costurando, é melhor porque tem peça que ele paga mais, mas também tem peça que é barato demais. Aí no que a gente trabalha bem é melhor do que trabalhar numa fábrica. Porque um salário de costureira hoje é setecentos e dez reais por mês, aí quando desconta o INPS, quase sessenta reais, aí fica uns seiscentos e pouco. E a semana passada eu tirei trabalhando em casa, porque eu trabalho pouquinho, porque eu tomo conta das duas casas da minha e da de mãinha, eu tirei duzentos

reais em uma semana. Uma peça que eu faço custa R\$ 1,50.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Gisleide: As vantagens são porque é a gente quem faz o horário, o trabalho é também a gente quem faz. Se eu que quiser trabalhar muito eu trabalho, se eu quiser trabalhar pouco eu trabalho, já pra trabalhar em fábrica é preciso cumprir o horário, cumprir regras e em casa não. Eu gosto de trabalhar em casa, porque às vezes eu trabalho até uma ou duas horas da manhã e no outro dia eu posso acordar mais tarde, oito ou nove horas. A desvantagem é que a gente trabalha mais, porque além de trabalhar costurando tem o trabalho da casa.

- Qual a importância do trabalho para você?

Gisleide:

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Gisleide: Bem, é por dia. Tem dia que eu acordo às sete horas aí trabalho das sete e meia até as onze e meia quando é uma e meia eu pego de novo e vou até quatro e meia, cinco horas porque eu tenho que ir buscar o menino na escola. E à noite eu pego de seis a oito ou nove horas. Eu sempre paro pra fazer algum serviço de casa, fazer almoço dar banho no menino, levar ele pra escola. Às vezes eu vou até uma ou duas da manhã, ou meia noite e paro quando eu tô muito cansada.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Gisleide: eu trabalho sozinha, mas às vezes meu marido me ajuda quando ele não tá com muita preguiça, porque ele trabalha fora também. Ele trabalha numa fábrica costurando

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Gisleide: Como a gente paga aluguel, a maior parte é de meu marido. Aí eu pago água, luz, ajudo a pagar a escola de Gabriel e uma despesa e outra assim eu pago, mas a maior despesa é dele.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Gisleide: Eu faço de tudo, almoço, lavar prato, arrumar a casa, cuidar do menino, levar e buscar ele pra escola.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Gisleide: Quando eu trabalhava fora antes ele me ajudava nas tarefas de casa, mas agora que eu tô em casa acho que baixou a preguiça total, hoje só eu é que faço as tarefas de casa.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Gisleide: Pra mim é uma obrigação de casa, a não ser que tenha uma empregada doméstica de fora, porque dentro de casa mesmo é só uma obrigação. Eu acho que pra as mulheres que tem só o trabalho de casa mesmo, não tem, por exemplo, a facção, seria até bom que fosse considerado uma profissão, porque no futuro até mesmo pra ajudar numa aposentadoria seria muito bom. Já que você falou sobre a aposentadoria, você contribui com a previdência? Como só faz seis meses que eu saí do emprego ainda estou recebendo o seguro desemprego, mas assim que terminar eu pretendo começar a pagar como autônoma.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Gisleide: Às vezes eu gosto de tudo que eu faço, mas às vezes é até estressante, quando marido faz raiva, menino faz raiva dá vontade de jogar tudo pra o alto e até correr. E assim, trabalhar é bom, eu gosto muito de costurar. Até porque, minha mãe reclama muito porque eu fiz o curso de enfermagem e não segui a profissão. Mas eu acho que na vida a gente tem que ter paixão por alguma coisa e eu gosto muito de trabalhar e de principalmente, de costurar. Eu digo que é uma terapia, eu vou costurando e vai passando o tempo e a gente esquece até dos problemas, fica pensando no que vai resolver, deixar de resolver. É cansativo, mas é lucrativo. A gente ter família hoje em dia, um marido bom, eu gosto de ter família. Às vezes eu tô com muito serviço eu paro tudo preparo um almoço e chamo minha irmã a família dela e aproveito pra estar junto com eles, e depois eu termino o serviço.

- Você pensa em trabalhar com alguma outra coisa?

Gisleide: Eu penso em fazer uma faculdade, como técnico não, porque eu me decepcionei dentro do hospital com os outros técnicos com aquela coisa de conversinha aqui e ali, pra trabalhar como técnica hoje eu não queria. Mas eu penso em fazer uma faculdade de serviço social ou enfermagem mesmo. E também eu fiz o curso de instrumentadora cirúrgica, aí também se eu conseguisse um curso seria melhor, mas hoje em dia é muito concorrido.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Gisleide: Trabalhar como costureira pra mim é um serviço muito bom, porque a gente pegar uma peça desmontada e montar ela todinha e no final tá aquela peça bem bonita e pronta. É um prazer ver uma coisa que a gente faz e fica bem feito. Às vezes uma pessoa vai comprar roupa em uma loja não sabe nem como foi feito, como foi montada. E a gente ter o prazer de ver a roupa pronta, sabendo do trabalho que deu pra fazer e que valeu à pena o resultado. A gente que é costureira e chega numa loja pra comprar alguma coisa a gente vai olhar todas as costuras bem direitinho e uma pessoa que não sabe costurar é só chegar olhar a roupa e se ficar bom leva.

- Você disse que seu marido sabe costurar, foi você quem o ensinou?

Ele trabalha como costureiro em uma fábrica. Logo no começo eu ensinei um pouco, a mãe dele também sabe costurar. Foi assim depois que a gente começou a namorar, casou a gente teve uma mini empresa, só nós dois costurando, a gente trabalhava na feira. Mas depois veio as rebordosas da vida, a gente teve que vender tudo e trabalhar como empregados. Agora eu

saí de novo e voltei pra casa e ele ficou empregado, ele é até costureiro, trabalha costurando numa fábrica.

- Como é a sua relação com a pessoa que te entrega a mercadoria?

Gisleide: É uma relação boa. Às vezes eu até brinco com ele dizendo, olha tá barato demais, aí ele diz, mas eu já pago um pouquinho a mais a você, às outras eu pago menos. Aí eu digo, mas olhe o meu trabalho. Porque ele diz, que tem quatro costureiras pra quem ele entrega facção e a que dá o serviço mais completo sou eu. Então eu peço pra ele me ajeitar, porque senão eu procure outro que pague melhor pelo meu trabalho e eu trabalhe menos.

- E quando você precisa fazer hora extra, como você divide o tempo para as atividades?

Gisleide: Eu gosto de trabalhar mais à noite, porque Gabriel vai dormir, eu fico mais sossegada ligo a televisão e costuro sozinha. Porque às vezes durante o dia, chega um chega outro aí atrapalha. Agora eu trabalho mais perto do fim de semana, da quinta pra sexta eu tenho que entregar a produção. Nos outros dias da semana eu vou balanceando. Logo que é de manhã quando Gabriel tá dormindo eu adianto o serviço, aí quando ele acorda, eu ajeito ele, tomo café e volto pra costurar, aí quando é dez e meia, onze horas eu paro vou ajeitar almoço, dou almoço a ele, levo pra escola e quando é uma e meia eu volto pra costurar até às cinco horas e depois vou buscar Gabriel na escola. E à noite eu faço uma hora extra.

Nome: Cristiana Rodrigues Nogueira		
Idade: 37 anos	Estado Civil: Solteira	Nº de filhos: 1 (criança)
Profissão: Costureira	Escolaridade: Ensino médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Cristiana: sou costureira.

- Como você aprendeu essa profissão?

Cristiana: Foi através da minha mãe toda a noção que eu tenho sobre costura veio dela. A parte do corte da roupa eu não sei, mas a parte da costura, vendo ela trabalhar em casa eu fui tomando toda noção do manuseio na máquina. Eu nunca fiz curso de costureira.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Cristiana: No caso da facção a minha parte é apenas a costura em casa, eu pego a mercadoria de terceiros que já vem com o corte do tecido, o modelo já vem tudo pronto, eu só faço mesmo a parte da costura. Eu tenho as minhas máquinas, mas tem muitas pessoas que trabalham com facção e não tem as suas máquinas. Eu compro as linhas e os fios pra

confeccionar as peças, o produto final não é meu, apenas eu faço costurar. Eu trabalho com a minha cunhada, nós trabalhamos com prazo de entrega geralmente de uma semana quando a roupa é mais simples a gente chega a entregar quatrocentas ou quinhentas peças, mas quando é um modelo mais complicado nem sempre a gente dá vencimento e chega a entregar entre quinze e trinta dias para entregar toda a mercadoria. O pagamento pode ter um adiantamento, mas isso depende muito da pessoa com quem a gente trabalha, no caso de Neide, que é quem entrega pra gente agora, se for caso de urgência ela paga um adiantamento e depois paga o restante, se não for o pagamento é feito quando nós entregamos tudo. A gente recebe por peça produzida que fica em torno de R\$ 1,60, R\$ 1,80 até R\$ 2,00 cada peça produzida. Eu acho que é um trabalho autônomo porque no momento eu não pago nada do INSS, eu não tenho carteira assinada. Eu sou responsável pelo meu trabalho, não tenho nenhum vínculo empregatício com as pessoas que me entregam a mercadoria. No caso de eu fazer cerão, por exemplo, sou quem vai arcar com minhas despesas, não recebo nada mais por isso.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Cristiana: Quando eu tive Guilherme, meu filho, eu não tinha como pagar uma pessoa pra tomar conta dele. E eu achei melhor assim, aperfeiçoar o pouco conhecimento que eu tinha de costura, que foi através da minha mãe e conciliar o trabalho com tomar conta dele em casa. Antes disso eu trabalhava como auxiliar de escritório numa loja. Então já faz oito anos que eu tô trabalhando com facção, porque foi logo depois que meu filho nasceu..

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Cristiana: A vantagem é que você não tá levando bronca sendo chamada à atenção de outra pessoa, se aborrecendo com outras coisas que podem aparecer em qualquer lugar de trabalho. e a desvantagem é assim, no caso de um auxílio doença eu não vou ter direito, no momento não tô pagando não tenho nenhum vínculo com o INSS. Mas mesmo assim eu já procurei me informar que mesmo trabalhando assim por conta própria aos auxílios e os benefícios empregatícios, como falam.

- Qual a importância do trabalho para você?

Cristiana: De um modo geral eu acho que o trabalho é uma terapia. Faz a pessoa crescer um pouquinho assim psicologicamente. É importante ter uma profissão, trabalhar. No meu caso, eu optei pra essa profissão, porque no lado do estudo eu concluí o ensino médio , não fiz uma faculdade, na realidade nunca tentei. A minha profissão a é um trabalho que eu posso ser eu mesma minha patroa ou meu patrão. Pra mim, o trabalho é o complemento de tudo na vida, seja pra ter sua renda, pra fazer a pessoa ficar mais otimista com a vida.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Cristiana: Eu sempre procure conciliar como se eu estivesse trabalhando fora, se eu estivesse trabalhando fora eu pegaria de sete e meia, sairia meio dia. Aí pegaria de uma e meia e sairia às seis da noite, giraria em torno de nove horas de trabalho diária da segunda à sexta feira. E na sexta-feira, geralmente quem trabalha fora vai até as cinco horas da tarde pra não trabalhar no sábado. E no caso de ter um feriado no meio da semana eu trabalho, porque se eu tivesse trabalhando fora teria que cumprir esse horário. Então mesmo estando trabalhando em casa eu preciso cumprir os horários para dar conta da produção.

- Você já trabalhou em fábrica como costureira?

Cristiana: Já. Depois de seis anos trabalhando em casa com facção eu fui trabalhar em uma fábrica, justamente por causa do lado financeiro que não tava bem. Aí passei ainda dois anos trabalhando fora, mas foi bom pra mim. Porque tanto peguei mais experiência, prática na costura, como me edificou, assim, eu cresci um pouquinho mais na costura.

- Entre o trabalhar em casa e trabalhar fora, o que você prefere?

Cristiana: Eu acho que trabalhar em casa é melhor porque dá pra conciliar os horários. Se eu conseguir cumprir os horários dá pra ter um bom rendimento, melhorar o lado financeiro. Também não dá pra pegar qualquer facção, qualquer peça, porque tem muita gente que quer que a gente pegue a mercadoria, explorando o nosso trabalho e não quer pagar o justo. Atualmente, eu pego facção de uma pessoa. Tentei pegar mais, mas não compensa porque é cansativo e não dá pra conciliar duas pessoas até mesmo por causa do prazo da entrega da mercadoria.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Cristiana: Eu trabalho com a minha cunhada Juciane. A gente se combina se, por exemplo, chega uma pessoa mostrando um modelo a gente olha, vê se dá pra fazer e se der a gente faz. Agora tem um detalhe, eu tenho as minhas máquinas e ela tem as dela, cada uma trabalha com as suas máquinas, assim, se chegar o tempo de decidir que a gente não quer mais trabalhar junto não tem problema. Tudo o que a gente faz e recebe é dividido igual, 50 % pra cada uma, tanto o trabalho, como as despesas e o pagamento. Até porque a gente compra as linhas e fios pra produzir.

- Já que vocês compram uma parte do material, vocês agregam no preço da facção esses custos?

Cristiana: Muitas vezes a gente procura negociar com a pessoa que fornece a facção pra gente a questão do preço. Se a gente começa a fazer aquilo ali, um vestido, ou um conjunto e vê que levou muita linha, a gente conversa com aquela pessoa pra ver se ela ou paga ou a linha por fora ou acrescenta questão de centavos àquela peça. A gente confecciona roupa de criança, mais pra menina, de meninos, não.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Cristiana: Como só sou eu e meu filho a responsabilidade é toda minha. Mas tem a renda que o pai dele deixou, ele não tem o pai porque o pai dele faleceu já faz cinco anos. É pouco porque é baseado no salário mínimo, mas ajuda.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Cristiana: eu faço a parte toda do trabalho doméstico porque não compensaria pagar a uma pessoa pra fazer, questão de lavar roupa, arrumar a casa, não compensaria pagar uma pessoa

pra fazer isso pra mim. Até tentei na questão de lavar roupa, mas sairia mais caro. Então eu cozinho, arrumo a casa, lavo e passo roupa, faço tudo.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Cristiana: Não. Meu filho não me ajuda nas tarefas de casa. Até porque assim... eu não sei se é... Por ele ser menino, não é porque ele é menino, é que eu não quero educá-lo com as obrigações que uma menina, uma mulher... Assim... Não é que a mulher tenha que ter essa obrigação. eu educo ele assim que tem que ser organizado, se ele quiser fazer, se quiser ir até a pia lavar um prato, um copo, eu deixo. Mas se for pra dizer você tem que ir pra pia lavar uma prato, uma colher, ou você tem que lavar a sua roupa, isso aí eu não ensino a ele não. Eu digo a ele que você tem que ser organizado. Mas dizer que ele tem que fazer não. Até mesmo porque ele só tem oito anos.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Cristiana: Pra mim, deveria ser considerado, reconhecido como profissão porque a vida de doméstica não é fácil não. Eu digo isso por ver minha mãe que a vida toda sempre trabalhou em casa como doméstica (dona de casa), mas também tinha o lado dela que trabalhava costurando, não como da maneira que eu trabalho, facção, ela era aquela costureira que costurava sob medida. Ela tirava todas as medidas do corpo da pessoa e fazia a roupa, e, conciliava isso às atividades domésticas.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Cristiana: Eu não acho ruim, não sou muito de reclamar das coisas da vida não. e pra mim é assim, tendo o necessário pra viver tá bom. Não é que eu não queira ter, eu tenho objetivos. Meu objetivo é que eu quero poder trabalhar, cuidar do meu filho, ter minha casa própria, porque ainda não tenho e poder deixar pro meu filho.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Cristiana: Eu não pretendo ficar trabalhando só pegando facção, eu quero crescer. Só que é aquela coisa, já que costurar é o que eu sei fazer eu não vou procurar crescer em outra área. vou continuar trabalhando, cuidando do meu filho que é o que eu gosto de fazer, mas eu quero procurar e fazer um estudo que seja dentro dessa área de confecção. Estudar, eu pretendo estudar, quero conciliar meu trabalho com estudo, não quero parar no tempo. Eu quero ser dona, quero ter a minha produção. Eu já tentei uma vez, mas não deu certo, não tentei com roupa de criança, tentei com modinha feminina, até porque eu não tinha muita experiência no ramo. Eu quero continuar na área de confecção sendo dona do meu próprio negócio com roupas de criança.

- O que você admira na profissão de costureira?

Cristiana: Eu gosto da moda, acho que aquela coisa de tá sempre inovando, sempre tem novidade, sempre tem coisa diferente. A questão da roupa em si na criança que eu acho lindo,

sempre tem um modelinho diferente, o detalhe da roupa da criança que é diferente da roupa do adulto, tudo isso. Então eu sei que é uma coisa que eu posso assim, melhorar e trabalhar dentro disso, me especializar, é isso que eu quero.

Entrevistas artesãs

Data: 06/10/2012 Horário da entrevista: 15h às 15h30min

Local da entrevista: Residência - oficina da entrevistada

1. Dados Pessoais

Nome: Ivonete Soares da Silva		
Idade: 54 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 2 (adultos)
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino Fundamental II (8ª série)	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Ivonete: Sou artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Ivonete: Eu aprendi com a minha mãe que já era artesã e a gente se criou tudo vendo ela fazer os bonecos de barro, tudo que era de barro a gente fez. Então a gente aprendeu em casa mesmo com a família. Desde a infância, com uns dez anos eu já fazia uns cavalinhos de barro bem pequenininho do tamanho daquele que tá ali eu já fazia (Aponta para uns cavalos de barro que estão expostos na prateleira na oficina). Toda minha família era de artesãos. Meu pai fazia também, mas ele trabalhava em cerâmica de tijolo, mas ele ajudava em casa. Minha mãe fazia pratos, panelas, miaeiro, que é porta moeda. Fazia cavalinhos da barro, tudo, tudo em barro ela fazia. Aí vendo ela trabalhar eu fui crescendo, brincando com barro e aprendi o ofício. *A senhora é daqui do Alto do Moura?* Sim, eu nasci aqui. **Chegou a conhecer o Mestre Vitalino?** Eu era menina, acho que tinha uns três ou quatro anos quando ele faleceu, mas minha irmã mais velha, minhas duas irmãs e meu irmão chegaram a conhecê-lo. É que eu sou a caçula, já tenho 54 anos. As outras que tem 60, 62, 58, conheceram ele. *E suas irmãs e seu irmão também são artesãos?* Sim.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Ivonete: Tudo começa com o barro. Antigamente que tudo era mais difícil a gente mesmo é que ia buscar o barro lá na beira do rio, mas hoje já tá mais moderno a gente compra e recebe o barro em casa mesmo, uma pessoa tira lá do rio, amassa, traz ele processado passado numa máquina pronto já pra fabricar. Mas antes era a gente mesmo que cavava na beira do rio. O

processo de fabricação é assim a gente começa a peça, deixa ela secando, enxuga um pouquinho. Se for um boneco a gente faz o corpo, aí faz a cabeça e coloca. Aí depois deixa enxugar um pouquinho, coloca os braços, se for um velho da roça já coloca a enxada ou o balaio na cabeça, é tudo por etapas. Após uns três ou quatro dias de feito a gente deixa secar sem ser no vento ou no sol, porque se colocar no sol antes de queimar o barro quebra. Depois a gente queima e a peça fica forte igual aquela ali (aponta para umas peças que estão no canto da oficina) o que a gente chama de natural, porque não tem tinta naquele, tá natural. **A senhora fabrica e vende suas peças?** Eu fabrico e vendo. Eu tenho fregueses de fora, pessoas de longe que vem comprar e moro aqui mesmo, aí eu já vendo faço tudo aqui na minha casa. **A senhora faz a peça por completo, ou divide com alguém as etapas de fabricação?** Eu faço a minha peça completa, a minha menina faz a dela, a gente começa uma coisa e termina, porque cada pessoa tem seu estilo, se eu começar uma peça e outra terminar vai ficar de outro jeito. Cada um tem seu jeito de fazer.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Ivone: Primeiro porque eu gosto. E na época, há uns trinta anos atrás por aqui não tinha indústria, então além de gostar, a fonte de renda da gente era do barro. A gente trabalhava em casa, quem era casada já cuidava dos filhos em casa mesmo. Hoje em dia tem muitas opções, tem muitas indústrias, tem muita coisa. Naquele tempo ou você era costureira ou era artesã. E a costureira era aquela que trabalhava em casa sob encomenda, não era de facção, isso quase não existia. De uns tempos pra cá foi que surgiu. **O seu marido é também artesão?** Ele sabe, me ajuda, mas ele é motorista e mecânico.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Ivone: Olha, é preciso gostar da profissão, eu gosto. Porque a gente faz com atenção, com carinho. A parte boa é trabalhar em casa que é bom. É preciso gostar mesmo, fazer com carinho, porque tem gente que nasceu aqui e escolheu trabalhar com outras coisas, em firmas, em lojas. Eu acho que não tem parte ruim, depende muito da pessoa. Porque tem que ser trabalhador, porque já que tá em casa e for preguiçoso, não ganha nada. Tem que fazer o próprio horário, pegar aquelas encomendas e no dia certo dar conta porque as pessoas vem de muito longe, mas é bom não tem parte ruim.

- A senhora disse que trabalha com encomenda, de onde vem os pedidos?

Ivone: Eu trabalho pra Porto de Galinhas, pra São Paulo, pra Porto Seguro na Bahia, Salvador toda, recebo muitos fregueses de lá. Às vezes eles ligam, “Dona Ivone tô indo tal dia” porque tem aquele prazo e eles vem de longe. Eles dizem as peças que querem, a gente faz e quando chega tá pronta. E fora isso a gente deixa nas prateleiras assim e vendo em casa mesmo, porque aparece muito turistas por aqui.

- Quanto tempo em média a senhora leva para fazer uma peça?

Ivone: Essa pecinha aqui que é muito simples (uma galinha) pra só fazer é uns vinte minutos, só pra modelar, porque essa é da mais simples. Aí tem uns dias pra ela secar, aí a gente lixa e bota pra queimar e depois pinta.

Há alguma maneira de identificar as suas peças, algum tipo de marca que a senhora coloque nelas?

Ivonete: Tem um carimbo. A gente carimba a peça e risca, escreve o nosso nome nela pra identificar que é do Alto do Moura. Porque se não tivesse o carimbo, as pessoas venderiam como se fossem delas, porque vende em todas as lojas, nos shoppings, nas feiras de artesanato, em todo lugar do mundo. A gente vai em qualquer lugar e vê peça nossa na vitrine. Então tem que saber que veio daqui. Se fizer sem carimbo, eles pintam de outro jeito ou então dizem que é deles. Na loja pode dizer que é do artesão de lá e coloca uma etiqueta deles.

- Como é ver uma peça sua exposta nas vitrines?

Ivonete: É uma sensação muito boa. A gente vai a essas cidades grandes que tem esses shoppings enormes tá lá num canto bem bonito, é bom, é alegria, só satisfação mesmo.

- Qual a importância do trabalho para você?

Ivonete: Eu acho importante porque, primeiro, quem tem trabalho tem dignidade. E eu me criei trabalhando desde menina, não era obrigada a trabalhar, a gente ia pra escola, brincava, ajudava a mãe em casa, às vezes a gente ia até pro roçado mais ela na época da colheita. Mas ninguém era obrigado a trabalhar não, era bem livre, podia brincar de boneca à vontade. E é importante porque eu posso comprar as minhas coisas, posso gastar o que eu tenho, é meu. É bom a gente não tá esperando por marido pra ter as coisas. Se tem um passeio ali eu vou, ou um presente pra dar eu compro. É uma independência, eu nunca fui dependente de ninguém

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Ivonete: umas oito ou nove horas eu sento um pouquinho pra trabalhar. Agora eu já tô mais de idade aí eu levanto ou pouquinho, dou uma caminhada, volto, sento de novo, levanto um pouquinho, vou na cozinha, esquento a comida ou coloco outra pra cozinhar, e assim eu vou e volto, às vezes tô vendo novela e fico trabalhando, porque eu durmo se ficar só vendo novela (risos). Então eu faço o meu horário, quando eu não quero eu não faço nada também.

Então a gente pode dizer que o artesanato é um trabalho autônomo?

Sim. Tem muitos que pagam o INSS pra quando chegar na época ter algum benefício. Eu contribuo porque se acontecer alguma coisa, um acidente, aí você já tem aquele dinheiro que já ajuda. O artesanato é um trabalho autônomo, mas é bom porque eu construí miha casa, comprei terreno, uma coisa ou outra, tudo com o dinheiro do barro.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Ivonete: Eu sou a pessoa responsável pelo artesanato. Trabalha aqui eu e minha filha. O meu outro filho está no Recife trabalhando lá, ele sabe fazer também, mas está trabalhando lá. Eu e minha filha, cada uma faz o seu trabalho.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Ivonete: Nossa renda vem de três alugueis de casa que eu recebo, do trabalho com o barro que

aí eu compro um remédio, faço uma viagem, e, tem a aposentadoria do meu marido que trabalhava como motorista. Aí eu junto o que eu recebo com o dele e a gente divide as despesas, o que vai gastando o meu e o dele é um só não tem dono. O que a gente precisar vai gastando.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Ivonete: Eu faço minhas tarefas. Eu lavo roupa, faço almoço, coisa da casa mesmo.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Ivonete: Minha menina me ajuda. Amanhece o dia a gente faz uma coisa ou outra aí corre pra o barro. Mas eu tô pensando em colocar uma pessoa pra trabalhar aqui pra ajudar nas coisas da casa.

- Nesses trinta anos de trabalho com o artesanato, já teve algum momento em que a senhora pensou em mudar de profissão?

Ivonete: Chegou uma hora que eu pensei mudar, mas pra mim já tinha passado a idade, porque hoje em dia tem mais oportunidade, a minha filha mesmo tá estudando. Hoje tem faculdade boa de graça do governo, tem muitas opções, mas no meu tempo não tinha. Há trinta anos atrás eu tinha menino novo, porque tá com trinta anos meu rapaz, aí ficava só em casa lavando fralda, cuidando da comida, dando mamadeira a menino. Aí às vezes o sonho vem e não consegue realizar, mas eu não me arrependo não. **Foi uma vida bem vivida?** Foi. Levar os meninos na escola é tão bom, buscar, cuidar deles, foi bom. Só que as pessoas de hoje, feito vocês pode ser artesã, mas também pode ter outra profissão. Minha filha mesmo tá fazendo cursinho pré-vestibular pra fazer outra coisa. Ela já fez curso de bombeiro civil, um bocado de curso. Aí tem a IFPE, que é de graça, ela até tá fazendo o curso de graça. É bom porque é outra opção, não paga nem passagem, porque é daqui pra ali. Então hoje em dia quem não quiser se formar, fazer outra coisa é preguiça mesmo, porque tem muitas opções.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Ivonete: Pra mim é uma glória fazer tudo o que eu faço. Porque se houver alguma dificuldade a gente sabe como contornar, pra mim é bom a gente ter dignidade, ter as coisas, batalhar. Eu sou muito feliz com o que eu tenho.

Quais são os tipos de peça que a senhora faz?

Ivonete: Eu faço todo tipo de peça. Eu só não tô fazendo peça enorme do tamanho nosso que chegam pra encomendar, porque eu já tô cansada demais pra trabalhar com peça grande. Agora eu só faço peça até um metro de altura. Eu faço animais, retirantes, agricultor, tudo. Tem vez que chegam aqui querendo encomendar boneco do tamanho nosso aí eu já indico pra outros amigos, porque eu não tô querendo pegar encomenda mais pesada não, só coisa mais

leve. Eu gosto do que eu faço porque eu invento, tenho liberdade de trabalhar.

- A senhora já fez algum curso pra aprimorar sua arte?

Não. E o bom mesmo é você fazer o tradicional, assim, peças que o Vitalino fazia é muito bom de fazer porque é o velho da roça, é a mulher dando milho à galinha, são coisas que existem aqui. Agora é bom também usar a imaginação pra fazer outras coisas. Uma vez eu fiz alguns bonecos pra um francês que trouxe umas revistas de lá e eu fiz durante dois anos. Ele encomendava e depois vinha buscar, eram peças que eu nunca vi na vida, não sei nem explicar o que eram elas porque eram bem diferentes. Era como se fosse o maracatu nosso no estilo deles lá. Eu acho que é até assim, porque eu fazia num pratinho assim e as peças iam arrumadinhas. Eu acho que era alguma tradição deles, o folclore deles.

- O artesanato com barro é uma arte muito bela. Eu acho que essa arte e o Alto do Moura deveriam ter uma divulgação maior.

Ivonete: Aqui é bem divulgado, mas eu acho que deveria ser mais. O Alto do Moura é o berço, é o centro. Aqui vem gente de todo lugar do mundo de príncipe da China a tudo que você imaginar. Um dia eu tava aí, e estava chegando bem muito político, polícia, segurança e achei que era coisa da política, mas não era. Era um príncipe chinês que estava visitando o Alto do Moura. Ele andando e um outro segurando aquele guarda-chuva bem grande pra ele. E ele entrou na nossa casa humilde. Não entende nada, porque a gente fez um curso de línguas pra entender algumas palavrinhas em inglês pra responder, ou em outras línguas. Porque tem curso de idiomas pela Associação, que tem pra gente pegar pelo menos algumas palavras, pra gente não ser tão burro. Poder conversar com as pessoas, porque tem alguns turistas que vem aqui, pergunta alguma coisa, aponta pra o que quer e nós não sabemos dizer tudo o que eles querem.

- A Associação oferece mais algum curso pra os artesãos?

Ivonete: Tem curso pra aprender outros artesanatos como aqueles bonecos de madeira, mamulengos, bonecas de pano, de tudo tem. Tem para fazer embalagem. Tem alguns que eles oferecem, mas eu não vou. Mas sempre tem curso pra gente ficar informado.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Ivonete: Eu gosto muito de feira artesanato, de ir a Centro Cultural pra ver a cultura de outro lugar. Eu gosto muito quando aparece viagem que dá pra eu ir mostrar meu trabalho. Eu não sou muito de viajar não pra participar dessas feiras e eventos porque tem que ficar oito dias longe de casa. Mas quando é uma viagem de um ou dois dias eu vou pra ver os outros artesãos que trabalham em uma arte diferente, eu gosto muito. Mas o povo daqui vai todo ano pra FENEART, pra outras feiras. E também eu ganho dinheiro porque os que viajam compram a gente e levam pra essas feiras. Quem não sai muito de casa, assim como eu, aí a pessoa que tá lá compra e já vê o nosso nome na peça e procura a gente no Alto do Moura. Tem pessoas que vem de fora, conversa com a gente tira foto, depois manda e-mail com as fotos que fez aqui e de outros lugares. *Aqui na sua oficina as peças são bem variadas (comentário)*. Ainda tá faltando muita coisa, aqui o sortimento é muito grande. É porque a gente termina as peças e entrega no final de semana e agora eu não tenho muito pra lhe mostrar. Por isso é que eu não tenho um ateliê, porque é preciso ter de tudo pra expor. Eu sou fabricante aí não dá tempo,

porque eu bagunço faço tudo aí teria que ter um espaço maior pra mostrar tudo.

- Quais são os instrumentos utilizados para preparar as peças?

Ivonete: Uma faquinha, um palito de dente, qualquer palitinho e uma faquinha, já trabalha, já faz qualquer peça. O forno pra queimar as peças é do meu cunhado, que ele tem os funcionários dele, aí eu já aproveito e queimo lá. Eu só compro assim, as madeiras na serraria, que a gente queima com restos de serraria. Então é melhor pra mim, porque eu já carreguei muita lenha quando era mais jovem. Mas hoje em dia tá muito melhor. É bom trabalhar e é bom viver aqui no Alto do Moura, eu gosto daqui.

- O que a senhora gosta mais daqui do Alto do Moura?

Ivonete: É do povo, do lugar mesmo, porque eu nasci aqui, gosto da casa da minha mãe que ainda tem, tem tudo. Porque tem gente que não gosta de nada é mal humorada, mas eu acho que se você quiser uma coisa trabalha e consegue. Trabalhando todo mundo consegue casa carro, família boa, tem o que quiser.

Data: 07 / 10 / 2012 Horário da entrevista: 14h20min às 15h.

Local da entrevista: Loja da família

1. Dados Pessoais

Nome: Ildaci Maria dos Santos Félix		
Idade: 53 anos	Estado Civil: divorciada	Nº de filhos: 4 (adultos)
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino Médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Ildaci: Sou artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Ildaci: Eu morava no Recife aí quando vim morar aqui no Alto do Moura eu vi meu pai trabalhando, minha família toda trabalhava com artesanato do barro. Então um primo meu começou me ensinando fazer, porque eu precisava ganhar dinheiro e eu vi que a maneira que tinha era essa, aprender a fazer o artesanato, os bonecos.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Ildaci: A gente compra o barro pronto. Antes a gente comprava o barro pra preparar, aí dava muito trabalho, porque a gente tinha que pisar, era muito cansativo. Aí agora tem as pessoas que já vendem o barro pronto. Aí a gente compra o barro preparado pra moldar as peças. Com o barro em mãos a gente vai fazendo o artesanato. Se for desse tipo aqui, a galinha, as pessoas que trabalham no torno fazem o corpo, igual quem trabalha com as bonecas, porque esses corpos são feitos no torno, aí a gente já vai, compra o corpo pra dar o acabamento, fazer o restante. **Estou vendo que a senhora está sempre molhando os dedos na bacia com água pra moldar a peça, isso é por quê?** A água serve como uma espécie de cola como uma liga pra unir as partes que eu vou colocando na peça e não deixa o barro secar. Serve também pra deixar as peças mais lisas pra o acabamento. Depois que a peça tá pronta eu espero uns dias pra ela secar, só vai ao forno quando está seca. Aí leva ao forno por oito horas e deixa esfriar. Algumas peças eu pinto, outras são a minha nora, minha filha. Agora o meu trabalho eu mesma gosto de pintar. A gente vende a peça pintada, já a minha filha também vende sem queimar pra outras pessoas que queimam e pintam.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Ildaci: Já faz mais de trinta anos que eu sou artesã. Eu já saí daqui, já morei vários anos em São Paulo, lá trabalhava de caixa, depois eu voltei pra aqui pra trabalhar.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Ildaci: A parte boa é que a gente trabalha muito com a mente, aí é uma terapia né, que a gente faz. Tem dia que eu estou tão estressada e sento pra trabalhar e já melhora. E a parte ruim é quando passa muitos meses sem vender, que a gente acha ruim, quer desistir. Hoje mesmo eu tava falando que tinha vontade de não trabalhar mais com artesanato. Minha filha também tava falando em procurar outro trabalho, meu filho só trabalhava no artesanato, agora tá com outro emprego, porque viver só do artesanato não dá. Antes dava, mas agora não dá mais não. passa o dia todinho assim (a loja vazia sem aparecer clientes a procura do artesanato). A época boa é junho e julho e novembro e dezembro que são as épocas de maior venda. A gente vende ao aqui e participa da FENEART. E minha filha e meu irmão trabalham com encomendas, já eu não. Eu trabalho pra colocar aqui na loja mesmo e depender de turista. Todo o problema da gente aqui tá sendo os turistas muito pouco. E o pessoal daqui que compra as mercadorias, que sai daqui caminhão de mercadoria, aí o pessoal compra, os donos de loja e vende em outros lugares, aí fica difícil o turista vir aqui. Às vezes eu abro a loja nos meses de agosto, setembro pra vender R\$ 10,00, tem dia que não vende nada, tem dia que vende R\$ 4,00 ou R\$ 5,00.

- Qual a importância do trabalho para você?

Ildaci: Pra mim o trabalho é tudo. (Nesse momento o pai dela Sr. Elias entrou na loja e começou a falar, aí ela perdeu o raciocínio que estava desenvolvendo na resposta e mudou de assunto)

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Ildaci: eu quase não tenho tempo de trabalhar, porque tem três idosos aqui na casa, aí sou eu que resolvo todos os problemas deles, pra ir pra médico, tudo. Todos os problemas da casa eu tenho que resolver. Eu trabalho assim, três horas, às vezes no dia, quatro horas é o máximo

que eu trabalho.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Ildaci: Aqui trabalha minha filha, meu filho, trabalha meu irmão, minha irmã, todos da família. Mas cada um faz o seu artesanato.

- Sua filha aprendeu com a senhora a trabalhar com artesanato?

Ildaci: Não, ela já aprendeu porque o trabalho que ela começou fazendo foi o das bonecas, aí já era outro tipo, outro estilo. Pelo contrário, agora é ela quem está me ensinando, porque eu não fazia as bonecas, era outro tipo de trabalho. Quando eu comecei a fazer o artesanato, o primeiro trabalho que eu comecei fazendo foi talha de colocar em parede. Aí chegou um casal e falou assim, “Você não faz nada assim pra quarto de criança?”. Aí eu inventei e criei os palhacinhos, os anjinhos. Também criei o cinzeiro pezão, tá aqui. Faço galinha, faço dama, jogo de dama.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Ildaci: Sim. Tenho que também ajudar a fazer os serviços da casa. O que eu faço é varrer, passar pano, lavar banheiro, lavar roupa.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Ildaci: Minha tia faz a parte da cozinha, da comida.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Ildaci: Eu acho que era pra ser uma profissão, porque quem trabalha mesmo no serviço de casa trabalha mais do que essas pessoas que trabalham em firma. Porque uma dona de casa, ela não para. Se ela passar a noite sem dormir, tem serviço numa casa. E o artesanato devia ser também uma profissão regulamentada. Eu fui pra Brasília, foram três ônibus, eu fui representando Caruaru, eu e mais duas artesãs, pra falar com o presidente Lula pra regularizar.

- Você paga algum tipo de contribuição do INSS?

Ildaci: Não, mas vou começar a pagar como autônoma.

- Você já viajou pra mostrar seu artesanato em outros lugares? Eu gostaria de saber também sobre a FENEART.

Ildaci: Eu fui a São Paulo apresentar meu trabalho. A FENEART é a maior feira de artesanato

que tem na América Latina. São onze dias de feira onde está expondo os artesãos de todos os países. A FENEART é uma feira em que quase toda a mercadoria que a gente leva, vende. É a melhor feira que tem e ela acontece uma vez por ano.

O que você mais admira na profissão do artesão?

Ildaci: É uma profissão que a gente trabalha na hora que quer. Se você tá doente, não é obrigado a trabalhar, se você precisar resolver alguma coisa você pode e o contato com as pessoas. Porque a gente tem muitos contatos assim, tanto com os outros artesãos quando a gente participa, não só de feiras, mas de outros eventos em outros lugares aí a gente faz muitas amizades.

- Você já fez algum curso de capacitação diretamente ou indiretamente ligado a seu trabalho, nessas feiras há cursos oferecidos aos artesãos?

Ildaci: Na FENEART mesmo tem dois ou três cursos por dia, mas eu nunca participei de nenhum porque fica difícil. Quando abre a FENEART vem muita gente ver, aí não tem como a gente sair do nosso *stand* onde a gente tá expondo porque é muita gente. Aí não tem tempo de fazer os cursos, eu fico só com a vontade. Aqui pela Associação dos Artesãos já teve vários cursos, pra embalagem, pra pintura, mas eu não participei.

- Como você define o que vai produzir? É uma escolha sua ou é alguém que solicita?

Ildaci: Sou eu mesma que escolho as peças que quero fazer. Quando eu faço muito um tipo de peça aí que eu já estou enjoando, mudo pra outra coisa. Eu trabalho com a arte figurativa e de decoração. Pra fazer painéis, jarros é pra quem trabalha com torno. Eu faço mais esse tipo assim, esses quadrinhos da parede, animais, bonecos.

- Há alguma forma de identificação das suas peças?

Ildaci: Eu coloco o meu nome na peça. Porque se não colocar quem vai comprar em outros lugares fica sem saber de onde veio o artesanato. Uma vez o padre daqui do bairro foi a Santa Catarina e ele viu um trabalho, conheceu que era daqui, só que disseram que era de lá. Eu já vi trabalho meu, uma boneca pequena que aqui eu vendo a R\$ 5,00 e em Garanhuns vende a R\$ 18,00. O cinzeiro peção desse aqui, eu já vi na Bahia por 12,00 e aqui custa R\$ 3,00.

- Quais são os instrumentos que você utiliza pra moldar as peças?

Ildaci: Pronto, uma vez veio uma moça do Recife pra perguntar onde eu comprava os instrumentos pra fazer o artesanato. Eu falei pra ela que não é comprado, é coisa mesmo que a pessoa tem em casa e elabora. É palito, pente, faca, que a gente utiliza pra colocar os detalhes, os traços do rosto dos bonecos, o olho. Tem peça que tem que é mais delicada, que precisa ser mais trabalhada, mais bem alisada, que é a peça quando vai vender mais caro. Já tem peça, tipo essas galinhas mesmo, ela vai ser toda pintada de preto, aí cobre todo o acabamento dela, por isso que não precisa assim precisa assim destacar tanto os detalhes dela.

- Impressiona-me a sua capacidade de criação e trabalho, porque com apenas um pouco de barro e água, é possível fazer um trabalho tão bonito.

Ildaci: Meu pai no tempo que tava aqui, faz cinco meses que ele adoeceu, era ele quem tomava conta aqui da loja. Ele adoeceu e quase ele não tá trabalhando, não tá mais fazendo... O trabalho dele é isso tudo aí, com oitenta e oito anos que ele vai fazer agora. Ele começou fazer essas encomendas, mas já não faz como ele fazia antes.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Ildaci: É difícil, às vezes eu tenho vontade de deixar de ficar aqui, eu gosto mais de ficar em casa. Agora eu tenho que ficar na loja, fica muito carregado pra mim. Estou doida pra ficar na minha casa, fazendo meu artesanato e cuidando das minhas coisas. Antes era ele (o pai), agora eu tenho que ficar. Eu queria ter assim, as pessoas que comprassem meu artesanato pra não precisar ficar na loja.

- O que você acha que seria importante trazer ou fazer pelo Auto do Moura?

Aqui no Alto do Moura o que falta é uma maneira assim de trazer mais turista, porque agora tá muito fraco. E assim, que voltassem as pessoas que compram pra revenda, comprar no Alto do Moura, porque quando eles chegassem aqui comprariam de todo mundo. Aí eles deixaram de vir, aí eles só compram do pessoal que leva. O São João esse ano já foi muito fraco, tem muita mercadoria aqui ainda que foi do São João. O que vem mais agora é só estudante.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho?

Data: 09 / 10 / 2012 Horário da entrevista: 15h:30min às 15h:55min

Local da entrevista: Residência da entrevistada

1. Dados Pessoais

Nome: Maria Sonia Rodrigues da Silva		
Idade: 50 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 4 (3 adultos e 1 adolescente)
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino fundamental I	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Sonia: Artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Sonia: Foi vendo o meu pai trabalhar, ele é artesão. Aí eu comecei com oito anos fazendo os

cavalinhos, as panelinhas, aí depois comecei fazendo o agricultor, como brincadeira. Depois eu comecei fazendo toda qualidade de peça: retirante, presépio, xadrez, conjunto do bumba meu boi, maracatu. Minha mãe não é artesã, mas meu pai eu e meus irmãos somos, porque meu pai é sobrinho de Vitalino, aí ele aprendeu já fazendo com Vitalino e ainda hoje em dia graças a Deus ele trabalha. **Qual o nome do seu pai?** Antônio Miguel.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Sonia: A gente pega o barro, aí pisa e molha o barro, depois coloca num saquinho pra ele não secar e depois a gente vai fazendo a peça, formando o corpinho depois, faz a cabeça, aí vai fazendo de pouquinho, porque de uma vez só não dá pra fazer. A peça não pode secar de vez tem que ir secando de pouquinho, aí a gente coloca a cabeça, coloca os bracinhos. Depois de pronta a gente coloca a peça no forno, queima, pra depois pintar. Uma peça pequena passa três horas no forno. Tudo é feito aqui em casa mesmo. Pra produzir, o barro tem na beira do rio que o governo do estado comprou pra gente, aí a gente pede ao carroceiro, vai na Associação e compra uma ficha, aí o carroceiro vai buscar pra gente. E a lenha, tem um rapaz que sempre traz, quando passa caminhão com essas tabuas de construção a gente compra, às vezes a prefeitura manda pra distribuir para os artesãos, já aconteceu muitas vezes. A maioria dos nossos fregueses vem aqui em casa, os que conhecem a gente. Tem alguns que nem conhecem a gente, aí eles ligam fazem o pedido da peça. Porque tem muitos fregueses que vão a uma feira e vê a nossa peça, aí eles pegam o nosso telefone e ligam, aí a gente fica transportando para o Rio de Janeiro, São Paulo. **E como vocês identificam as peças?** Tem um carimbo com o meu nome. Tanto eu como meu marido, a gente coloca o carimbo em baixo da peça, as dele no nome dele, as minhas com o meu nome. Aqui no Alto do Moura quase de todo mundo eu conheço as peças, não precisa nem olhar o nome, porque eu conheço pela feição dos bonecos. A não ser por essas bonecas que a maioria das pessoas faz a cara de forma. Mas assim, que nem a gente faz mesmo com palitinho, a cabecinha, tudinho, a gente conhece. Eu conheço de Marliete, de Socorro, de Carmélia, porque eu já conheço a arte de cada um, não precisa nem olhar o nome. Eu acho que o artesanato é um trabalho autônomo porque a gente trabalha em casa, é responsável pelo que faz, não tem patrão. Tem até alguns artesãos que pagam contribuição do INSS, mas eu não pago.

- Quais são as ferramentas utilizadas para moldar as peças?

Sonia: Eu uso uma faquinha, um palitinho, a gente faz aquele palitinho bem feitinho e usa também o espinho de mandacaru, tanto pra pintura como a gente usa pra fazer a ventinha, os traços da venta, o olho pra puxar um pouco e o carimbo que também é feito de barro.

- E a senhora tem liberdade pra criar, é a senhora que escolhe o que fazer?

Sonia: É, tem peça assim que eu crio, fazendo mesmo outro tipo de xadrez porque fui eu que criei fazer o xadrez com as mulherzinhas, tem também o agricultor, e se tem agricultor tem agricultora. Aí eu faço uma parte com homem e a outra com mulher. O homem vem com o feixe de lenha e a mulher com o jerimum na cabeça. O homem vem com a foice e a mulher com a enxada. Eu faço as coisas que são daqui mesmo, o retirante, o agricultor vindo da roça com o milho na cabeça, ou o balaio com as coisas. E assim a gente vai criando uma peça diferente da outra. Essas bonequinhas mesmo, foi a gente que criou. Eu faço peça de até 10 centímetros e meu esposo faz peça grande.

A senhora já pensou em trabalhar com outra coisa que não seja o artesanato?

Sonia: Não. Eu gosto do que eu faço. Porque também desde criança que a gente já começou trabalhar.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Sonia: Porque quando eu era criança, naquele tempo, há quarenta anos atrás, não era desenvolvido o trabalho pra pessoa arrumar um trabalho fora aqui mesmo no Alto do Moura. Aí a gente via meu pai vendendo aquelas peças, aí a gente começou fazendo aquelas pecinhas e pra vender na feira e assim fui me dedicando ao trabalho. Não penso em fazer outra coisa e ainda ser mãe, dona de casa e avó já é suficiente. Eu gosto mais de trabalhar. Às vezes, assim porque a peça é miudinha, se a gente tá num ambiente que tem barulho, atrapalha. Aí eu trabalho mais à noite, porque tem pouco movimento aí eu trabalho até uma onze horas, meia-noite

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Sonia: O bom de trabalhar com artesanato, é que quando a gente prepara a peça tem hora que ela fica tão bonitinha que não quer nem entregar, entrega porque é obrigada já que é disso que a gente sobrevive. A desvantagem é porque às vezes acontece de o freguês não cumprir com a responsabilidade de vir buscar a peça e não pagar. Mas a não ser, dá pra gente ir levando.

- Qual a importância do trabalho para você?

Sonia: É importante pra não depender de ficar pedindo dinheiro a marido, a filho pra fazer alguma coisa. Se eu quiser comprar uma coisa pra mim já não vou me preocupar de pedir a ninguém. Tendo o dinheiro e precisando comprar algo eu faço isso tranqüila. A maioria das mulheres que não trabalha e vai pedir pro marido dinheiro, ele já vai especular pra quê é.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Sonia: É pesada, porque eu cuido da casa, cuido de comida, cuido das coisas pra minha menina ir pra escola. Aí quando é à noite é que eu tenho sossego pra trabalhar nas minhas coisas. Assim eu trabalho mais no artesanato à noite e durante o dia eu cuido mais das obrigações da casa.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Sonia: Aqui tem eu, tem eu, meu esposo e meu filho eles também são artesãos. Meu menino desde criança e meu esposo também, porque aprendeu com o pai dele que é Zé Caboclo, meu esposo é irmão de Marliete. Meu menino faz faculdade de administração a noite, essas horas eles tão trabalhando aqui do lado. E assim a gente vai fazendo nosso trabalho, toda qualidade de peça. Às vezes vem os pedidos de umas peças que a gente não sabe fazer, umas pra aniversário, pra ser brinde, a gente cria ali na hora e faz as peças. Agora o tipo de peça que eu mais faço aqui é o presépio e o retirante. Cada um faz a sua peça, a única coisa que outra pessoa faz é pintar, minha menina pode pintar qualquer um quando acontece dela precisar

pintar, só a pintura. Mas as peças da gente quem começa tem que terminar, porque ninguém faz do mesmo jeito da outra pessoa. Cada um tem um estilo de trabalhar, porque se eu coloco um braço fininho aí outra pessoa pode colocar um braço mais grosso. ***É uma forma de mostrar que aquele é o seu trabalho?*** Eu já fiz exposição em Recife e lá eu tive que fazer a peça completa, porque se fosse pra outra pessoa fazer um pedaço daquilo que eu comecei ia ser complicado.

- A senhora participa de muitos eventos relacionados ao artesanato?

Sonia: Hoje em dia não. Mas já participei de muitos eventos, já participei da FENEART, já teve outros cursos que a gente foi pra ensinar aos estudantes lá em Recife. Aqui em Caruaru a gente vai quando tem algum evento. Mas hoje em dia não dá mais não. O que eu mais gostava quando participava dessas feiras era melhor pra gente se comunicar com as pessoas. Quando eu participava, eu nunca fiz nenhum dos cursos que ofereciam.

- Como a senhora consegue divulgar o seu trabalho?

Sonia: A gente já tem alguns fregueses a quem a gente vende. Aí eles botam na vitrine pra as pessoas comprarem. Aí elas compram e já vão procurar saber quem foi que fez, porque tem o carimbo e o nome nas peças. Tem muito freguês que a gente nem conhece, só por telefone

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Sonia: A renda da família vem do artesanato, do meu trabalho e do meu esposo. A responsabilidade é mais dele, mas sempre que precisa comprar uma coisa pra mim ou que está precisando pra casa eu ajudo. E as meninas e os meninos também ajudam se a gente precisar. Porque meu filho paga faculdade particular e é muito cara. Agora eu resolvo mais as coisas do que o meu esposo, ele me entrega o dinheiro e eu vou resolvendo as coisas.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Sonia: Eu lavo roupa, lavo louça, cuido da cozinha, de almoço, tudo dessas coisas assim. A menina é mais na limpeza. Queimo o forno pra preparar as peças, o que precisar eu faço. Negócio de trabalho eu não tenho medo não.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Sonia: Minha menina me ajuda, eu tenho outra filha, mas ela já é casada, mas a mais nova me ajuda. Mas sempre que eles (os filhos) estão aqui me ajudam, um faz uma coisa ou outra. É porque sempre a carga maior fica comigo. Além disso, eu tenho de resolver também as peças do meu esposo, peço pra uma das meninas pintar. Aí o tempo é pouco, mas à vezes dá pra eu pegar de nove horas da manhã, mas trabalhar no artesanato durante o dia é muito difícil. Não tenho um horário certo de trabalho, aí eu trabalho tanto sábado como domingo, como trabalhar durante a semana, pra mim é tudo a mesma coisa.

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Sonia: Eu acho que sim, porque é uma carga pesada mesmo. Aqui em casa sou eu e minha

filha é quem faz as coisas e ela me ajuda às vezes porque, ela também precisa trabalhar e ir pra o colégio.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Sonia: Eu gosto muito. Tem muitas horas que a gente fica cansada, mas tem hora que eu digo graças a Deus pelo o que tem. Se eu pudesse escolher de novo eu acho que eu faria a mesma coisa, ter meu marido meus filhos, minha casa, ser artesã, nunca pensei em mudar nada. Eu me orgulho de tudo que eu tenho, principalmente, dos meus filhos. E assim, a gente vai levando. Agradeço muito ao meu pai, comigo são treze irmãos e todos trabalham com artesanato e graças a Deus todas são satisfeitas com o trabalho que tem.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Sonia: Seria bom que tivesse mais divulgação do nosso trabalho, porque hoje em dia eles divulgam mais as bonecas feitas em formas. Porque as peças tradicionais que a gente faz não tão muito aparecendo, caiu demais por causa do estilo das bonecas que inventaram. Porque a maioria, quase todas as bonecas, todas, todas, são feitas em forma. Aí vem do torno o corpo, a cara vem de forma, aí fica fácil, qualquer um chega e aprende a fazer. Agora as peças tradicionais, no estilo de Vitalino, essas caíram muito, não tem mais a procura como era.

- Os seus filhos mantem a tradição do artesanato feito pelo Mestre Vitalino?

Sonia: Eles trabalham fazendo mais essas bonecas novas, só mais o meu esposo que faz as peças tradicionais. Tem a vantagem de fazer essas bonecas porque qualquer pessoa aprende é rápido mesmo, porque faz o corpo no torno, a carinha na forma e colocar os braços é a coisa mais fácil do mundo. A gente tem freguês que não gosta das bonecas de jeito nenhum, porque eles dizem que isso não é artesanato das pessoas terem criado. Quem gosta de colecionar não compra essas bonecas. ***Porque o artesanato tem a mão do artista, cada peça é diferente. (comentário).*** É não sai de jeito nenhum tudo igual. A gente faz as feições das peças que ficam quase igual, mas sempre tem uma diferença em cada uma. ***É como uma pessoa. (comentário).*** É.

- Tem algum período do ano que a senhora vende mais peças?

Sonia: Tem. Novembro, dezembro, janeiro até o carnaval sai muita peça e no mês de julho nas férias.

Data: 09/10/2012 Horário da entrevista: 14h:40min às 15h:10min

Local da entrevista: Residência da entrevistada (oficina)

1. Dados Pessoais

Nome: Terezinha Gonçalves Simões

Idade: 49	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 5 (adultos)
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino Fundamental I	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Terezinha: Sou artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Terezinha: Eu ainda muito criança, meu pai já fazia mais peças utilitárias, porque na época, há quarenta anos atrás, aqui no Alto do Moura era feito mais a peça utilitária, o prato de barro, o avidal, o pote de colocar água e os cavalinhos de barro de criança brincar. E eu muito criança, tinha a feira de Caruaru e eu fazia aqueles brinquedinhos, o bonequinho de barro, o cavalinho, a panelinha e assim fui aprendendo com meu pai pra vender na feira de Caruaru. A gente colocava no calçamento e vendia. Nós levávamos numa carroça, porque não tinha nem como pagar carro. E eu fui crescendo e aprendendo outros tipos de peça, de boneco, a banda de pífanos e fui fazendo, levando pra feira, vendendo, criando gosto pelas coisas e aprendi mais por amor, porque a gente só aprende mais quando a gente faz com amor. E também por necessidade porque tinha que ajudar os meus pais, por isso que eu aprendi mais a fazer as peças. Hoje eu faço a utilitária, a decorativa e faço a figurativa. A utilitária eu vendo pra restaurante e com muito orgulho eu digo que vários restaurantes aqui de Pernambuco, até do Sul compram minhas peças, minhas panelas de barro, eu tenho muito orgulho disso aí. Faço a decorativa, que decora casamento, recepções em geral. E também faço a figurativa que é o bonequinho criado por Vitalino, que é a mais conhecida. Só que hoje o artesanato em barro está sendo conhecido em geral. Porque, graças a Deus, os governos ajudaram a desenvolver esse conhecimento, de ter reconhecido o nosso trabalho que é muito importante. Porque o Alto do Moura eu considero o coração de Caruaru, que foi quem deu muita vida à cidade. Eu paro pra pensar e vejo, se não fosse o Alto do Moura e os bonecos do Mestre Vitalino, o que é que os turistas iriam vir ver em Caruaru? Ver o que? Aí, graças a Deus, que Deus permitiu que nascesse o Mestre Vitalino e através dele, nós demos continuação na arte que ele criou, que ele iniciou. Sua mãe também era artesão? Mãe só pintava as peças, a gente fazia as peças e levava pra feira, ela era também negociante, negociava lá na feira, vendia as panelas, potes, pratos, alguidal (alguidar). *E seus irmãos também são artesãos?* Eu tenho onze irmãos, mas que trabalham com barro, que se dedicaram a arte do barro tenho três, os mais novos da família, eu, minha irmã e meu irmão. Porque os mais velhos não se interessavam, porque na época também não tinha tanta divulgação, como comercializar, como vender no comércio, entendeu? Aí era uma coisa muito devagar, tinha muita dificuldade pra vender as peças.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Terezinha: Tem uma área onde a gente compra o barro, fica a uns 2km daqui, hoje em dia eu não vou mais lá pegar. Eu pago, aí o rapaz pega e traz. Aí aqui no meu artesanato tem o lugar de colocar o barro. A gente molha o barro, no dia seguinte, pisa, aí tira a pedrinha e faz a peça, ou no torno ou manual, como eu estou fazendo agora, ou no torno como os vasos grandes que

eu faço também. *Que tipos de instrumentos são utilizados?* A gente usa pra trabalhar na peça manual só o palitinho e uma faquinha. *Eu estou vendo que a senhora sempre molha a ponta dos dedos com água e passa na peça.* Pra não ficar seco o barro e pra peça ficar sempre lisinha e ganhar os contornos da peça. Depois dela montada espera secar, aí quando ela tá mais sequinha leva ao forno e queima. Quanto tempo em média leva pra peça ficar pronta. Depende da peça e da temperatura. Se a temperatura estiver alta, em dois dias pode queimar, agora se a temperatura estiver baixa, assim em tempo de chuva, pode levar até oito dias pra ela secar e agente queimar. Todas as peças feitas de barro tem que ser levadas ao fogo, porque senão ela não resiste muito tempo, ela quebra rápido. Aí depois da queima a gente lixa, ajeita a pecinha e vem a pintura. Aí a gente pinta e vende.

- Você faz a peça por completo, ou esse processo é dividido com outras pessoas?

Terezinha: Existe a boneca que a gente faz, se eu quiser, posso fazer ela por completo como antes eu fazia, mas hoje eu faço o corpinho da boneca no torno, e, os braços da boneca, a cabeça, os detalhes do corpo é manual. Agora o corpinho mesmo a gente faz no torno. Quando a peça é toda manual eu faço ela toda. Meus filhos também fazem a peça por completo.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Terezinha: Olhe, eu posso dizer que eu decidi ser artesã desde os sete anos de idade, que eu trabalho. Agora, cada dia que se passa, eu tenho mais amor pela minha arte. Não me vejo fazendo outra coisa, nenhum tipo de serviço, a não ser boneco de barro. Eu acho que o primeiro A que eu aprendi foi num barreiro cavando o barro com uma enxadinha. *Você é daqui do Alto do Moura?* Eu nasci aqui.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Terezinha: A vantagem em se trabalhar com artesanato é você acordar e ter o que fazer, é você acordar e criar, é você sempre ter uma peça de barro pra fazer diferente, essa e a parte melhor. A desvantagem do artesanato é a queima da peça, porque a gente queima com lenha e eu queria, assim, ajuda, tanto financeira, claro, como ajuda do SEBRAE, de algum órgão que desenvolvesse um forno a gás, porque elétrico tem, mas não compensa e é mais uma coisa que a gente vai fazer errado, que é consumir muita energia. Aí eu queria um forno à gás porque facilitava, iria ter menos poluição, entendeu? E bem melhor pra gente, a gente trabalhava menos. Gente tem que trabalhar com lenha. Essa lenha é comprada, é cara, porque nós só podemos comprar uma lenha fina, pra não tá desmatando.

- Em relação a divulgação do trabalho com artesanato no Alto do Moura, como você vê?

Terezinha: Eu vejo que é bem divulgado, porque hoje o Alto do Moura é conhecido mundialmente, mas sempre falta alguma coisa, porque a gente nunca está realizada por completo. Ainda falta fazer algumas coisas mais aqui pra o nosso Alto do Moura

- Qual a importância do trabalho para você?

Terezinha: Eu não tenho nem palavras pra dizer o quanto é bom você trabalhar com barro, é muito bom fazer as peças, é muito bom você criar cada dia peças diferentes. É muito bom você entrar em um restaurante olhar pra uma mesa ver aquele prato e dizer, que aquele prato

com que o cidadão está almoçando ali fui eu que fiz. É muito bom também você entrar num consultório, escritório e olhar pra as paredes e ver aquelas suas peças. Isso deixa a pessoa muito feliz. Eu mesma sou realizada com a minha arte e agradeço todo dia a Deus por ele ter me dado uma arte tão bonita.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Terezinha:

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Terezinha: Aqui trabalha eu e mais meus cinco filhos. Todos são artesãos também. Também eu deixei à vontade deles. Eles que escolheram, porque se eles tivessem escolhido outra profissão teriam toda liberdade. Mas eles acharam mais importante a minha profissão, que é a profissão do pai deles também, aí graças a Deus deu tudo certo. Meu esposo não trabalha mais, porque há treze anos que ele está doente e teve que se ausentar por problema de saúde. Eu vejo que aqui na sua oficina é uma estrutura onde está tudo ligado. Na frente tem a loja, aqui atrás fica a produção, e a sua casa, também fica aqui? Fica aqui ao lado. É tudo ligado, porque nós fazemos aqui mesmo, vendemos também aqui mesmo. Eu não levo pra feira de Caruaru para vender, mas 80% de tudo que eu produzo já é de encomenda.

- Como você define o que vai produzir?

Terezinha: Quando eu estou com encomenda, aí eu já vou fazer aquela peça que já é pra fazer as entregas das encomendas para os clientes. E quando eu não estou, eu faço para expor aqui na minha loja mesmo. Eu faço o pensamento do dia. De manhã eu acordo e vou fazer boneca, aí eu faço boneca, penso em fazer luminária, aí eu faço luminária. Vou fazer peça utilitária, faço peça utilitária. Tenho liberdade de fazer o que vir na minha cabeça e de criar. O bom mesmo é criar cada dia peça diferente, porque o turista quando chega encontra novidade.

- Há um período em que a venda do artesanato seja maior?

O período que vende mais é a época de férias, também época de São João, a demanda é maior. E época de natal também a gente vende bem, a gente sempre recebe pedidos. ***Quem é o responsável pela negociação das peças?*** Sou eu mesma. Eu sou a minha gerente, minha vendedora e a criadora.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Terezinha: Sou eu, porque também meu marido não pode mais trabalhar por motivo de doença, mas meus filhos que ainda moram comigo, também me ajudam nas responsabilidades da casa. Todo o sustento meu, dos meus filhos e do meu marido, que não trabalha mais, vem do artesanato.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Terezinha: Tenho. Eu tenho responsabilidade primeiro com o meu marido que é deficiente, ele não anda, não fala. Aí eu tenho responsabilidade também com algumas pessoas que trabalham pra mim, que pintam, tem um rapaz que trabalha aqui, tem uma moça que também trabalha aqui. Tenho responsabilidade também pela produção de um dos meus filhos que eu pego toda produção dele que é oleiro. Os outros quatro filhos trabalham pra si próprios aqui. E tenho as responsabilidades comigo mesma. As tarefas domésticas eu tenho uma moça que trabalha lá em casa e me ajuda. Eu arrumo casa, faço almoço, lavo a louça. Meus filhos já são todos casados. O trabalho doméstico é muito bonito, muito bonito mesmo, mas hoje além do trabalho doméstico a gente tem que trabalhar em outras coisas, ter uma profissão, porque não dá mais pra mulher ser só a cozinheira e a dona da casa. Ela tem que desenvolver outro trabalho pra ela.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Terezinha:

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Terezinha: eu acho que deveria ser considerado uma profissão, porque se a mulher está trabalhando é preciso considerar como profissão.

- Você já fez algum curso de capacitação ou aprimoramento relacionado ao seu trabalho de artesã?

Terezinha: Não, nunca fiz. Eu já dei alguns cursos de artesanato. Tudo o que eu aprendi foi por conta própria, desenvolvendo nas minhas mãos e na minha cabeça. Sempre tem Feiras e Eventos de Artesanato, eu sempre ganho stands pra expor meu trabalho, ganho viagem, mas por conta de motivo de saúde mesmo do meu marido, eu não participo, só me encontro mesmo aqui na minha loja. Eu já mandei meu trabalho pra FENEART, pra vários lugares, mas pra participar eu mandei meus filhos, mas pra eu ir, eu nunca vou, porque não dá mesmo pra sair daqui.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Terezinha: Eu vou ser bem sincera pra você. Eu tenho orgulho de mim mesma por tantas coisas que eu faço. Tem vezes que eu nem imagino que sou eu mesma que faço. Eu me olho, porque às vezes não chega uma pessoa pra me dizer, aí eu digo: Como eu sou capaz de fazer tanta coisa, graças a Deus. Tudo o que eu faço, eu gosto de fazer

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Terezinha: eu acho assim que o mais importante para o artesão é a matéria prima, que hoje é o barro, que outras pessoas chamam argila, e a lenha. O mais importante pra gente são essas duas coisas, o barro e a lenha. E o barro foi desapropriada uma área há alguns anos, que o governo desapropriou só que essa área ainda não tá sendo explorada porque ainda falta cuidar mais daquela área, tirar a parte de cima que é muita areia e deixar o solo que é o barro que a

gente poderia usar, por isso que eu não tiro dele, eu já compro fora. E lenha como eu já te falei, que poderia modificar pra gás. Eu sinto falta da matéria prima, porque sem ela só vai aumentando a dificuldade. E assim, nossos filhos, nossos netos, pra dar continuação a nossa arte eles querem mais facilidade, porque eu sou acostumada de encontrar um pouco de dificuldade, mas essa geração de hoje, eles são acostumados com mais facilidades, porque eles tem muito mais oportunidades. Na minha época, há quarenta anos, não tinha oportunidade de estudar, não tinha oportunidade de trabalhar fora, hoje você tem. Aí você não vai deixar de trabalhar, - mesmo você sabendo, mesmo tendo a arte nas mãos - , deixar de trabalhar com uma coisa que tem mais facilidade pra trabalhar com mais dificuldade. É isso que eu sempre falo, que os governos pra não ver a nossa arte morrer tem que cuidar da matéria prima pra dar mais facilidade aos nossos herdeiros, pra dar continuação ao nosso trabalho. Porque, hoje qual é o jovem que quer trabalhar na roça? Quase nenhum. Mas por quê? Porque não encontraram oportunidade e se tivessem encontrado teriam dado continuidade. Mas como não encontraram aí essa prática morreu aqui. Amanhã ou depois também pode com o artesanato, porque nossos filhos, nossos netos podem ter mais facilidades em outra profissão e dar continuação.

Data: 10/10/2012 Horário da entrevista: 14h:40min às 15h:35min

Local da entrevista: Residência da entrevistada (oficina)

1. Dados Pessoais

Nome: Marliete Rodrigues da Silva		
Idade: 55 anos	Estado Civil: Divorciada	Nº de filhos: não tem
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino fundamental I	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Marliete: Sou artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Marliete: Eu iniciei quando tinha mais ou menos seis anos de idade, porque eu via papai trabalhando, papai se chamava Zé Caboclo, ele foi um dos primeiros discípulos do Mestre Vitalino, meu pai começou quando criança e a minha mãe também começou quando criança, que aprendeu com a avó. Então, eu nasci e me criei vendo eles trabalhando em casa, os dois, assim eu tive essa influência muito forte e dos meus irmãos mais velhos que eu, a Helena, a Socorro que começaram a trabalhar e eu comecei a brincar com o barro aos seis anos e aprendi rapidinho a fazer os cavalinhos, os brinquedinhos pra brincar. E depois aos oito anos de idade eu comecei fazendo pra vender. Aí já fazia os brinquedinhos de mesinha, cadeira, panelinha, essas coisas de brincadeira de criança e um dos meus irmãos vendiam. Meu pai vendia os bonecos dele e dos meus irmãos e esse meu irmão José Antônio vendia a parte dos

brinquedos. Depois dos dez anos eu aprendi a fazer as figurinhas figurativas, vendo com muita curiosidade papai trabalhar, observava muito o que ele fazia e tentava copiar as figuras que ele fazia, os agricultores, banda de pífanos, família de retirantes foi assim que eu comecei.

- E ao longo desse tempo você chegou a fazer algum curso sobre artesanato pra aprimorar seu trabalho?

Marliete: Não. O que eu aprendi foi vendo, observando minha família fazer e às vezes quando um trabalho saía mal feito papai sempre observava e dizia: Olha, isso tá muito ruim, melhora. Está fazendo rápido demais. Porque eu era muito rápida quando comecei a trabalhar. Aí ele dizia: Com pressa demais não vai sair bem feito, tenha mais cuidado, faça com mais cuidado. Ele tava sempre orientando, e, foi assim, naturalmente, que eu e meus irmãos aprendemos, observando meus pais e eles orientando. A gente procura novidades, sempre querendo aprender e ainda continua assim, aprendendo, aprendendo.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Marliete: É um trabalho delicado, precisa de muito cuidado, atenção, porque desde a parte que a gente pega o barro pra fazer, já precisa ter aquele cuidado de amassar o barro, não pode molhar muito, porque quando molha muito já atrapalha em fazer a forma. Então é bem aquele cuidado de começar fazendo a forma do trabalho. No início, se for uma figura, tem que fazer primeiro o corpo. Aí depois que preparou o corpo dá um acabamento com água, com algumas paletinhas, com os dedos, pra dar aquele acabamento do barro ficar lisinho. Depois, vem a cabeça, a cabeça é um trabalho mais delicado, o rosto, sempre é um trabalho mais demorado, porque eu sou assim, muito exigente, gosto de fazer um rosto que me agrade. Se for de homem, tem que dar a expressão mesmo do rosto de homem, se for mulher, aí é aquela coisa demorada. Aí quando termina o rosto coloca a cabeça no corpo e dá o acabamento no pescoço e vê se está na altura certa do pescoço, porque eu me preocupo muito com a proporção pra que combine tudo certinho, o tamanho do corpo com a cabeça e os bracinhos. Depois vem os braços, o cuidado todo com as mãos, os dedinhos. Vem a roupa que é aquele relevo que a gente coloca, se for mulher tem a saia, se for homem tem a calça, o cinturão, os botões da camisa. Depois que prepara, vem alguns instrumentos que ele carrega, se for um agricultor aí vem a enxada, vem o jerimum e agente vai colocando com o barro mesmo, prepara já a parte que ele vai carregar pra depois ir encaixando com o barro mesmo e as paletinhas de madeira. Se for, por exemplo, uma noiva, que eu gosto muito de fazer noiva, eu preparo todo o buquê, as rosinhas uma por uma, pétala por pétala. Depois que a noiva está pronta com as mãozinhas, aí eu coloco o buquê, e, depois vem os detalhes do vestido com algum relevo. É uma coisa muito delicada, porque quanto mais se tem detalhes, mais precisa de atenção, porque eu sou uma pessoa muito exigente. Eu gosto de fazer um trabalho que dê tudo certinho. Às vezes quando não dá certo, eu desmancho e faço de novo. Assim quando acaba de fazer, precisa deixar em um lugar que não pode levar sol, não pode levar muito vento, pra secar naturalmente pra ir ao forno, porque só pode queimar depois que tá seco, o barro fica mais clarinho. Aí a peça vai pra o forno a lenha, é um forno comum que queima telha, tijolo e, dependendo do tamanho da peça, pode chegar a três horas e meia de forno, pode chegar a cinco, seis horas de fogo pra queimar. Se a peça tem uma espessura mais grossa, ela for maior, leva mais tempo de queima, porque a queimadura tem que chegar devagarzinho lá dentro da peça. E só pode terminar de queimar quando a peça tá muito quente e quando está muito escura, na cor de carvão, aí a gente joga muita lenha pra tirar aquela cor escura do barro e chegar a essa cor avermelhada, que é o barro natural que a gente chama. Num forno comum

de lenha, já foram feitos alguns testes que mostraram que o forno chega a queimar até 600° C, 700° C numa queima bem feita. Aí depois que queima, espera esfriar, termina de queimar toda a lenha, parar a fumaça, deixa só as brasas vivas, pra que não tenha nenhuma fumaça pra não dar uma cor feia nas peças, aí espera esfriar, tira e depois vai pra pintura. Tira o pó que fica das cinzas e depois pinta. A pintura que todo mundo usa aqui é a pintura fria, não é aquela que quando pinta a peça vai ao forno de novo.

- Eu percebo pela sua fala que trabalhar com o artesanato do barro é mesmo um aprendizado diário.

Marliete: Você só aprende com a prática, é você viver todos os dias acompanhando. Porque eu quando criança ficava observando papai fazendo as peças, quando ele estava queimando, eu gostava muito de ficar ali olhando. Então foi muito cedo que eu comecei aprendendo essas coisas e nada poderia ser melhor do que conviver no dia a dia acompanhando o trabalho dele e da minha mãe. Hoje ela está com 84 anos e ainda trabalha, ela faz um joguinho de panelinha, que desde os seis anos de idade ela começou vendo a avó, que ela foi criada com a avó, fazer. Ela aprendeu desse mesmo jeito brincando com o barro, aprendeu e ficou trabalhando até hoje ela continua fazendo, não como antes, porque agora ela trabalha pouquinho, mas continua encantada com o trabalho, muito animada. Porque o trabalho com o barro, realmente, quando você gosta, a gente não consegue se vê fazendo outra coisa. É uma coisa que faz parte da nossa vida. É uma coisa que é uma terapia, além de ser um meio de vida, porque a gente vive do trabalho, não tem outro meio de vida. Mas acima de tudo é o encanto que a gente vive com ele. Cada dia estar sempre buscando aprender. Eu com 49 anos de trabalho eu ainda me vejo começando o trabalho, só me vejo aprendendo. Não me vejo assim: Puxa vida, meu trabalho já está muito bom, não vou mais me preocupar com isso. Todos os dias em que eu pego no barro já imagino melhorar o trabalho e em fazer coisas novas, porque o encanto do trabalho é esse, você estar buscando, aprendendo, em tudo que você faz. E na arte é fundamental, essa parte de você criar, de estar buscando, de descobrir e fazer coisas bonitas, melhores, novas, pra gente, primeiramente, é que faz o bem maior e depois pra outras pessoas, pra os turistas, pra as pessoas que nos procuram porque veem uma coisa nova, um trabalho diferente. ***E é um trabalho que só se encontra aqui no Alto do Moura?*** Esse estilo da gente só tem aqui. Em muitos lugares existe a arte figurativa, mas o estilo da gente é o da gente. É uma coisa que vê já sabe que em todo canto que for aquele boneco é do Alto do Moura, porque é diferente realmente. A expressão, as cenas que a gente faz do dia a dia e, também, o colorido que a gente usa que foi desde o tempo do Mestre Vitalino, desde o tempo de papai e meu tio Manoel Eudócio, que ainda vive, trabalha. E esse colorido é muito forte, domina muito, é uma marca. O que eu mais gosto de fazer são as figuras que retratam a nossa vida, é o que nós vivemos, é o que eu vi alguém vivendo no passado, na minha infância que eu vivi, cenas de brincadeiras que hoje as crianças não brincam mais, e que eu brinquei muito. Então, eu gosto de fazer, de passar, porque até assim é reviver, quando eu faço uma cena dessas eu me vejo ali criança brincando, isso também faz muita diferença.

- E como você define o que vai produzir? Você trabalha com encomenda?

Marliete: Eu trabalho com encomenda, mas eu gosto muito de sempre estar inventando, criando. Aí de repente chega uma pessoa e vê uma cena, um trabalho que eu fiz que foi premiada ou que eu mostre uma fotografia de algum trabalho que eu já entreguei, aí as pessoas chegam e dizem: Você faz uma dessa pra mim? Eu digo que faço só que eu não gosto de fazer réplica. Se você me disser “faça uma cena exatamente igual a essa”, eu não gosto, isso me sufoca. Eu gosto que a pessoa diga: Faça uma cena dessa pra mim, mas fique à

vontade. Porque aí eu vou ter liberdade de fazer aquela cena. Por exemplo, uma mulher jogando milho pra as galinhas, que eu fiz em homenagem à minha mãe, que ela gosta muito de criar galinha. Aí eu vendo ela todos os dias dando milho às galinhas de manhãzinha, olhei assim e pensei, vai ficar uma cena bonita. Aí fiz até um pouco parecida com ela. E depois as pessoas gostaram muito e encomendaram pra eu fazer. Eu disse que iria fazer, mas que não iria ficar totalmente igual, porque eu coloco uma expressão diferente. Posso fazer uma mulher de trança, ou uma mulher de cocó, ou de cabelo solto, mais magra ou mais forte, que dê a diferença. Apesar de ser a mesma cena eu mostro coisas novas no trabalho.

- Como você faz para identificar as peças do seu artesanato?

Marliete: As minhas peças, todas elas tem a minha assinatura, tem um carimbo de barro que eu fixo embaixo da base da peça. Todas as peças são marcadas com o carimbo. Esse aqui é para as miniaturas e esse para as peças maiores. E quando a figura não tem um espaço que dê pra colocar o carimbo, eu assino no barro, ou posso assinar com caneta. Mas trabalho nenhum meu sai sem minha assinatura. Muitos colecionadores e muita gente que conhece meu trabalho, nem precisa ver o carimbo, porque eles já conhecem meu estilo. Porque cada artesão tem sua característica própria do seu trabalho. Se eu chegar a um lugar e vir trabalho do meu irmão, do meu tio Manoel Eudócio, da família do Mestre Vitalino, eu conheço sem olhar o nome, não precisa. Porque a convivência do dia a dia a gente fica gravado. O trabalho do meu pai onde eu ver eu conheço. Mas as pessoas como os colecionadores, que também tem assim um conhecimento, eles também reconhecem o nosso trabalho. E ainda algumas pessoas não se preocupam em fazer as peças e colocar o nome. Nós sempre estamos incentivando pra elas deixarem a assinatura ou o carimbo nas peças, porque é muito importante, a gente tá dando valor ao nosso trabalho. A partir do momento que eu fiz aquele trabalho, que eu assinei que coloquei meu nome ali, eu estou dando vida ao meu trabalho. Aí fica tão sem graça você olhar um trabalho e perguntar de quem é e não ter nome, é anônimo. Quem foi esse artesão que fez? Que coisa vazia que fica, tão sem graça.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Marliete: Quando eu tinha meus doze anos eu só conseguia me ver trabalhando com artesanato. Eu ia pra escola e ficava preocupada só pensando em voltar pra trabalhar pra fazer as peças. E muito cedo assim, eu descobri meu desejo pelo trabalho, era uma coisa que eu estava procurando mesmo aprender e ficava sempre observando o que meu pai fazia. Observava também o trabalho dos outros artesãos daqui, Manoel Eudócio, a família do Mestre Vitalino. Eu não pensava em outra coisa, não pensava em aprender outras coisas pra mudar. Eu tive curiosidade de aprender outras coisas quando era jovem, já uma mocinha, pela curiosidade de fazer uma coisa diferente, mas o trabalho com barro eu tinha certeza que era o que eu queria. ***Então, você nunca pensou em trabalhar com outra profissão?*** Não. Nunca pensei em trocar. Eu comecei a fazer unha, no final de semana eu fazia as unhas das minhas amigas, mas na semana eu trabalhava com o barro. Depois eu comecei a fazer bolo de festa, fiz durante um bom tempo bolo pra festa de casamento e aniversário, eu e a minha prima Rejane. Mas isso tudo era por curiosidade de fazer uma coisa diferente, porque meu trabalho com o barro estava em primeiro lugar, nunca imaginei de trocar. Porque de muito cedo eu tive um interesse muito grande, tinha o exemplo de minha família, minhas irmãs Helena, Socorro, Carmélia, mas assim é de dentro de mim mesmo, é um interesse que eu tenho em aprender. Eu me encantei muito pelo trabalho de estar mexendo com o barro, de estar descobrindo.

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Marliete: as coisas boas, grandes que eu encontrei e encontro até hoje é essa satisfação de você fazer o que gosta, ter essa liberdade de criar, de estar retratando nosso dia a dia. Essa história toda com as cenas de brincadeiras de criança, das pessoas da família, do que a gente vê, daquilo que a gente está vivendo e de também conhecer tanta gente através do trabalho, de fazer tantas amizades. Eu já viajei muito, já representei Caruaru em vários lugares no Brasil e fora do Brasil. Já estive na França, em Portugal, na Argentina representando Caruaru com o meu trabalho pra mim foi uma grande satisfação quando eu fui convidada pra representar um bairro, que aqui é considerado o maior centro de artes figurativas, eu vi que responsabilidade eu tive em ir lá e mostrar o trabalho pronto e levar o barro pra fazer. Porque o que as pessoas mais se interessam e se encantam é ver a gente fazendo, que eles ficam na dúvida de como a gente consegue fazer, quando vê a peça pronta. Eu já fui à França três vezes, todas às vezes, era participando de feiras, fazendo demonstração, exposição, tudo assim, através do governo de estado e da prefeitura de Caruaru. Isso pra mim foi muito bom. Cresceu muito pra mim o interesse e minha visão com o trabalho de melhorar, porque a partir do momento que a gente sai e vê pessoas e lugares diferentes, começa a ver de quanto o nosso trabalho tem valor. É assim que a gente percebe mais. Como as pessoas lá fora valorizam. Aí eu comecei vendo, meu Deus do céu que coisa boa. Eu já gostava e passei a gostar mais ainda de tudo isso, de poder dizer que meu trabalho me levou pra tantos lugares. Através do meu trabalho eu consegui conhecer tanta gente, tantos espaços e lugares, tantas culturas diferentes. E também trabalho de outros artesãos e o contato que a gente tem quando se encontra em feiras e exposições, é tudo muito bom. E cada vez a gente está descobrindo coisas novas. Isso é uma coisa muito boa, a gente viver cada dia buscando aprender, aprender, aprender, acreditando que ainda vai melhorar muito, descobrir outras coisas, ainda vou fazer muita coisa. Isso é o que é melhor, mesmo que não ganhe tanto dinheiro. É muito difícil um artesão chegar a ficar rico, ganhar muito dinheiro, porque tem suas dificuldades. Porque de repente, a minha produção pode estar muito boa e de repente, numa fase em que a produção não está muito boa já diminui o dinheiro, porque a gente depende daquele dinheiro. Porque pra o artesão pode entrar um dinheiro que a gente não está esperando, como entrar quase nada, ou nada. É aquele desequilíbrio, uma das coisas que não é muito boa pra o artesão é isso aí. Porque se a gente não se esforçar, não trabalhar muito aí já vem os problemas financeiros. Mas, apesar de tudo isso, tem esse outro lado que compensa. E as dificuldades que todo artesão sempre tem é que às vezes faz um trabalho, aí dá um probleminha no barro, ou quebrou, deu um prejuízo, ou teve dificuldade com o transporte. A gente aqui no Alto do Moura ainda tem dificuldade pra transportar a mercadoria pra mandar pra outros estados. Precisamos melhorar muito esse lado. A divulgação continua boa, mas precisa mais ainda. Tem uma coisa boa que surgiu pra gente, é o Centro de Artesanato, que tem um em Bezerros, tem um que foi inaugurado a pouco tempo lá no Recife antigo, que é uma boa pra o artesão. Você precisa conhecer, porque é um encanto. Lá você vai conhecer quase todos os artesãos de Pernambuco, está tudo muito grande e organizado. O artesão pode fazer o seu cadastro e enviar o trabalho pra venda. Lá eles vendem e é pago uma vez por mês, eles fazem o depósito pra o artesão. É muito bom, era o que a gente estava precisando muito e conseguimos.

- Qual a importância do trabalho para você?

Marliete: Eu descobri muito cedo que era muito importante trabalhar, ganhar dinheiro. Primeiro que meu pai era muito humilde, família grande, eu tenho sete irmãos, são quatro irmãos homens e três irmãs. E tinha mais os meus avós, os pais de papai que na época não existia essa aposentadoria. Eles ficaram velhinhos, a minha avó era artesã, trabalhava com artesanato utilitário, que meu pai já começou incentivado por ela, e, meu avô era agricultor, aí

quando eles ficaram velhinhos não puderam mais trabalhar e ficaram dependendo de papai. Aí veja, papai com oito filhos com mais os pais e ele e a minha mãe, doze pessoas pra dar conta com o trabalho dos bonequinhos de barro. Então, nós passamos por muitas dificuldades, mas ele era uma pessoa muito forte, cheio de fé, vivia na igreja. Se dedicava ao trabalho, à Igreja e à família e minha mãe também, dando a maior força fazendo os trabalhos dela, a minha irmã Helena começou também já ajudando. E eu depois dos meus oito, nove anos comecei a ganhar meu dinheirinho e a ajudar em casa. Quando precisava estava sempre ajudando. Quando vinha algum dinheiro dos meus brinquedinhos e faltava alguma coisa, eu dava. Às vezes, ele lá mesmo comprava e dizia: Olhe comprei com o dinheiro de vocês pra inteirar. A gente dizia: Sim papai. Tinha prazer em poder contribuir. Aí desde cedo eu aprendi que era importante trabalhar, que era normal fazer isso por ele, porque já ia diminuindo as preocupações. E eu me criei desse jeito, com essa certeza que eu precisava fazer isso, com pé no chão. Eu não sonhava coisas com exagero, era a realidade, vivia a realidade. Aí foi muito importante por um lado, porque eu aprendi a dar valor ao meu dinheirinho que eu ganhava, eu podia ajudar e sentia uma satisfação muito grande. Até cheguei assumir despesas de casa, dinheiro meu e das minhas irmãs, quando o trabalho dele não vendia. E nós vivemos assim, nós todos, com esse ritmo de vida, de dar valor ao dinheiro a partir do trabalho. Comecei a ver que era muito importante a gente trabalhar, a mulher trabalhar, porque eu via minha mãe se esforçando, ajudando, tendo filho e ajudando com o trabalho dela. Minha irmã Helena, Socorro, todos contribuindo. É uma independência você ter seu dinheiro pra poder ajudar em casa, comprar suas coisas, ter uma realização com seu próprio dinheiro. E depois que a gente casa é melhor ainda, com marido a gente ter a nossa independência, porque é muito ruim você ficar dependendo do marido. Isso é uma coisa que muitas vezes as mulheres tem problemas, mas eu graças a Deus, nunca tive, porque eu comecei muito cedo com toda essa experiência de vida.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Marliete: Todos os dias eu trabalho, é difícil ter um dia pra eu não pegar em barro, às vezes até num domingo. Mas, eu tenho um tempo que eu me dedico à minha mãe, que ela precisa de cuidados devido a idade dela. Então eu dedico uns horários na parte da manhã pra ficar com ela. E o que eu posso livrar, ou então às vezes eu vou à cidade resolver alguma coisa, o que eu posso livrar, eu aproveito no trabalho. Na parte da manhã eu trabalho menos. Eu trabalho mais na parte da tarde e da noite, eu aproveito o que eu posso aproveitar. Aí, às vezes eu chego a seis, oito, dez horas de trabalho. Tem dia que eu estou mais disposta, com mais inspiração, assim, eu aproveito aquele dia, porque não é toda hora que a gente tem essa inspiração forte. Às vezes eu dou uma puxadinha, aí vou até duas horas da manhã, porque a noite é muito bom pra se trabalhar, o clima da noite, o silêncio. Apesar da claridade que não é tão boa como a do dia, o trabalho da noite sai melhor. Aí eu trabalho aqui na minha casa, nesse cantinho. Ontem mesmo eu fui dormir era uma hora da manhã, aí bateu o sono, era hora de largar.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Marliete: Eu trabalho sozinha.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Marliete: Como eu moro sozinha, sou divorciada e não tenho filhos, a responsabilidade é minha.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Sim. As tarefas da minha casa sou eu que organizo porque eu moro sozinha. Eu tiro uma hora pra dar uma ajeitadinha na casa, dar uma arrumadinha. E como eu sou sozinha, a casa não se desarruma muito fácil, dá pra eu me organizar. Aí dou um tempinho, daqui a pouco faço de novo, aí também tem o trabalho na casa da minha mãe. Dou umas ajudinhas lá porque minha irmã Helena mora com ela, mas fica muita coisa pra ela. Aí são essas tarefas de dar uma ajuda na casa dela, com o tratamento dela com os medicamentos, o cuidado com ela. Levar ela pra o médico e também algum tempo que precise ir a cidade resolver algumas coisas. Tem que procurar resolver tudo pra ter tempo pra o trabalho, porque quando eu fico com pouco tempo pra o trabalho, fico me sufocando, eu sinto falta e não me sinto bem. Eu gosto quando o meu tempo está organizado, que eu tenha meu tempo de trabalhar, porque o trabalho faz parte, eu digo até da respiração da gente. Quando eu estou muito envolvida com outras coisas, que não estou conseguindo fazer um trabalho eu começo a ficar um pouco agoniada. O trabalho é uma coisa que faz parte da vida.

A sua renda sempre veio do artesanato?

Marliete: Sempre veio, porque o período que eu fiquei fazendo bolo de casamento, aniversário era só assim algumas vezes no final de semana. Não era aquela coisa de compromisso que entrasse muito dinheiro, entrava pouquinho. Era só mais pra complementar. E também por curiosidade que eu tinha em aprender, até pra eu me conhecer melhor. Como é que eu vou agir mexendo com outra coisa sem ser o barro? Eu acho que a gente tem que viver essas coisas, experimentar.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Marliete: Acho que sim, porque é um trabalho que exige muito esforço da mulher e mais hoje em dia que além do serviço de casa é preciso ter um trabalho que garanta o nosso sustento. A gente acaba trabalhando mais.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Marliete: O que eu acho importante é essa força de estar buscando união com a minha família, pra mim, viver no Alto do Moura é pra mim é muita coisa. Eu não consigo viver sem o meu trabalho e não consigo viver fora do Alto do Moura. Pra mim isso aqui é o principal, é o básico. Poder ter essa convivência com os artesãos daqui, viver num bairro que tem tantos artesãos isso é muito bom, ter essa energia boa, essa convivência transparente com os amigos. Com a minha família é muito bom, a gente está sempre reunido, conversando sobre os problemas, sobre as coisas boas. Sempre ajudando um ao outro. Isso me agrada muito e eu fico sempre buscando ter uma convivência boa aqui com a família e com a comunidade, com toda essa história do trabalho da gente.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Marliete: eu queria dizer assim a respeito do meu pai, é que eu me encantei muito com a forma que ele passou pra gente, a maneira que ele agiu com a gente. Ele não achava que o trabalho pudesse chegar a tanto conhecimento como hoje. Faz trinta e nove anos que ele faleceu, agora em junho. Ele faleceu com 52 anos, passou por muitas dificuldades. A mesma coisa foi o Mestre Vitalino com a família. Então ele não tinha tanta esperança que o trabalho dele chegasse a esse ponto de hoje estar com tanto conhecimento, de ser tão valorizado, que realmente está. A cada dia está aparecendo muito, está sendo divulgado, com grandes oportunidades que a gente está tendo com a FENEART, com o novo Centro de artesanato, com essa busca de divulgar até pra o exterior. E como ele não esperava muito por isso, ele não exigia muito que a gente aprendesse. A curiosidade, o interesse maior dele era pra gente estudar, estudar, porque o estudo era necessário. Os estudos era que dava mais segurança. E a gente não conseguiu estudar, só o meu irmão Horácio que conseguiu estudar, fez curso superior, mas continua trabalhando com o barro. Mas assim, o que eu me encantei foi que ele foi um pai maravilhoso, deixou a gente a vontade, porque ele não exigiu, ele queria mesmo o melhor pra gente. Ele não tinha estudo, muito mal sabia assinar o nome, mas tinha essa inteligência, que o estudo era fundamental. Porque era através do estudo que a gente iria conseguir muito mais do que com a arte. A gente não estudo muito, mas todos se envolveram no trabalho com o barro. Todos vivem desse trabalho. Eu tenho dezoito sobrinhos e já tem treze sobrinhos que vivem do trabalho com o barro. Tenho doze sobrinhos netos e já tem cinco que estão brincando com o barro, já fazendo algumas coisas. Alguns deles já estão até ganhando um dinheirinho. Pra mim isso é muito bom.

- É a história de um trabalho que está tendo continuidade. Como você vê a continuidade dessa arte para as próximas gerações?

Marliete: eu vejo com muita animação, com uma expectativa muito boa, porque a gente não fica exigindo que eles trabalhem, mas quando eles querem brincar com o barro a gente está sempre ali do lado. Vamos brincar, vamos fazer isso? Incentivar pra eles saberem o valor que tem o trabalho, mesmo que amanhã eles queiram trabalhar com outra profissão, mas é bom viver essa experiência, experimentar. É também uma terapia, uma coisa muito boa. Como a gente viveu, eu acho que precisa dar esse incentivo, dar continuidade. Pelo menos alguns deles, eu acredito que vão continuar.

- Quais são as suas ferramentas de trabalho?

Marliete: São coisas muito simples. Tem os pedacinhos de madeira que a gente chama de paletinhas, de furador pra fazer detalhe do rosto, da boca, do nariz. Alguns eu compro pronto e faço o acabamento que eu preciso, aqueles pauzinhos que as manicures usam. Outros eu mesma faço e vejo a posição que eu preciso, mais fininho, mais grosso. Porque, quanto mais instrumento de trabalho, mais ajuda a fazer e diferentes. Tem também o espinho do mandacaru que é muito útil em alguns detalhes com o barro e todo o acabamento na pintura, desenhos, pintar o olhinho, é tudo feito com a ponta do espinho de mandacaru. As faquinhas pra fazer os detalhes, o pente pra fazer o cabelinho e algum outro detalhe. São coisas muito simples os nossos instrumentos. Essa bacia com água é porque a gente precisa ter água toda hora pra fazer as peças. A gente precisa estar lavando a mão, tirando o barro quando vai ficando grosso na mão. Vai tirando, lavando, enxugando, pra deixar a mão só úmida, que é pra

poder pegar as peças. Ta vendo eu estou aqui trabalhando sempre tendo contato com a água pra dar esse acabamento, que eu fiz a forma, um busto e a cabeça. Depois que eu fiz, aí a paletinha vai ajudar a fazer esse acabamento, diminuir mais esses relevos pra chegar no acabamento que eu preciso. Aí o tipo de barro, é preciso ter muito cuidado, porque se for uma miniatura o barro é mais forte, ele é tirado das margens do rio mais profunda, por isso ele é mais escuro e tem mais liga. E se as peças forem maiores, tipo essa aqui, a gente tira o barro das margens mais rasas, tira o barro mais fraco, ele é mais poroso, aí só serve pra trabalhar com peças maiores pra queima, porque se fizer uma peça grande com um barro muito forte, com uma liga muito forte, espessura grossa, ela pode quebrar no forno, é muito fácil de quebrar. Então tem também esse detalhe, o tipo do barro. Às vezes, a gente mistura o barro mais forte com o mais fraco pra deixar ele médio, ele é bem mais forte puro. E se a peça for maior deixar ele bem fraquinho, que é o barro mais claro. São muitas coisas. A gente aproveita muitas coisas, latinha de leite, latinha de massa, latinha de leite condensado. Tudo a gente aproveita, não joga nada fora, pra queimar as pecinhas menores. O forno, ele precisa ser colocado as peças maiores embaixo, quando é queimado junto pequeno e grande, e as menores a gente coloca nas latas porque o forno, às vezes quando está queimando, as peças mudam um pouco de posição. Então as peças menores dentro da latinha ficam protegidas, livres de quebrar, de misturar com as outras peças. Quando as latas vão se gastando a gente joga fora e pega outras, que o fogo vai acabando elas. Faço isso também com pratos de barro, coloco as peças menores dentro deles pra queimar. Tem todo esse processo, que agente a cada dia está aprendendo, descobrindo o que é melhor. A queima, a cor, uma cor mais bonita, o cuidado com a lenha que a gente usa. E agente está sempre nessa luta pra aprender e descobrir no que é que pode melhorar. Os tipos de tinta também estou sempre pesquisando a que fica mais bonita, a cor que dá mais certo, estou sempre experimentando. Vejo uma tinta diferente que falam que serve pra artesanato eu sempre compro pra fazer experiências. Tem umas que dão certo, outras que não dão, mas o bom é sempre experimentar. Porque a cada dia a gente está mostrando coisas novas, tonalidades de tintas diferentes também é muito importante. Jogo de cores também. Quando eu vou pintar uma peça, outro dia eu fiz uma cena de uma mulher cuidando de um jardim. Aí tinha quinze plantinhas, aí eu olhei assim e disse: essas plantinhas cada uma vai ter uma cor diferente, eu não quero igual. Eu fiquei um tempão preparando as tonalidades de cores de verde. Aí a tinta látex tem os corantes e eu fui fazendo a mistura, encontrando as cores. Também é muito bom mexer com tinta, com cores, distrai muito. Às vezes eu fico horas mexendo com tinta pra encontrar as tonalidades, pra que fique tudo assim bem diferente e imitar um pouco a natureza, porque é meu jeito de fazer. Eu vivo sempre assim, com essa curiosidade de estar sempre aprendendo, aprendendo, que é o bom mesmo da vida. Aí eu vejo que não vou me cansar com o trabalho. eu tenho esse cuidado muito grande, eu não quero me cansar do trabalho e chegar um dia e dizer: ah, estou cansada do trabalho, já fiz tanta coisa. Eu quero terminar desse jeito, quando der a minha idade, se Deus me der muitos anos de vida eu quero viver dessa forma. Porque eu acho que não vou envelhecer, não vou me sentir que estou envelhecendo. Porque a partir do momento que você está buscando, aprendendo, a gente está sempre com o espírito jovem. Isso é maravilhoso na vida. E acho também importante a gente passar isso para as pessoas. Eu digo para os outros artesãos e às artesãs daqui: olha gente, a gente precisa aprender, precisa gostar do que a gente faz.

- Os artesãos do Alto do Moura te ou já pensaram em elaborar um registro do trabalho com o artesanato, seja por meio de livro, vídeo, catálogo?

Marliete: Eu sei que tem registrado a cronologia do Mestre Vitalino. Mas um amigo meu falou: olhe Marliete, vá se organizando, vá se preparando, junte o material que você tem,

porque você precisa preparar uma cronologia de tudo o que você já fez, toda sua história. Assim de tudo o que eu já fiz e por onde eu já andei, de todo meu trabalho. Eu tenho muitas coisas guardadas aí, mas ainda não cheguei a preparar. Mas assim, o trabalho da gente já saiu em vários livros, em revistas, em jornais, porque sempre vem gente aqui fazer trabalhos assim. Até gente do exterior, já veio gente dos Estados Unidos pra falar do trabalho da gente, do meu, do meu irmão Antônio, do meu pai, do meu tio. E depois mandaram um catálogo de lá que era pra uma Fundação, pra ficar em uma exposição. Depois eles mandaram o catálogo pra mostrar como estava o nosso trabalho lá na exposição. E também já levaram nosso trabalho pra outros países como Itália na cidade de Roma. Só que muitas coisas não ficam registradas no papel. Eu já ganhei alguns livros falando sobre o artesanato daqui e de alguns artesãos, não de todos, mas de uma parte como, Mestre Galdino, a família do Mestre Vitalino. Essas famílias mais tradicionais, que são ligadas ao trabalho do dia a dia, bem tradicional. Até das bonecas modernas já surgiram trabalhos.

Há muitas pessoas aqui que trabalham com essas bonecas mais modernas?

Marliete: Tem muita gente. Eu faço minhas bonecas, como tem aqui no livro, umas noivas, que é uma coisa assim, moderna, mas ligada a inspiração do tradicional. Meu pai fazia umas bonecas que ele chamava de “moringa”. Era um estilo de boneca que ele fazia pra colocar água, a cabeça era furada e o chapéu era a tampa, como se fosse uma quartinha. Aí através dessas bonecas, que lá no Museu do Barro de Caruaru, inclusive o museu é em homenagem ao meu pai, Espaço Zé Caboclo. Conhece? *Sim*. Não sei se você observou, mas lá tem umas bonecas que são as moringas. Aí através daquelas bonecas eu me inspirei e comecei fazendo essas bonecas. Papai fazia assim, pensando, orando, aí eu resolvi fazer do meu jeito com esses detalhes. Depois vieram as noivas com buquê, com detalhes com rosas, que eu amo fazer flores, rosas, eu gosto muito. Então, vem esses detalhes todinho que eu comecei a criar fazendo com o espinho de mandacaru e com grampo, pra lembrar uma renda, uma renascença. Aí eu vou formando esses desenhos, o que vem na minha cabeça. Aí é uma coisa que não é aquela tradicional, mas é ligada. Aqui é a mamãe carinhosa com o bebê. É ligado com uma coisa que é do passado. Essas moringas são as que papai fazia. As minhas são parte assim delas, mas não tem muita coisa de moderna como essas bonecas africanas que hoje as pessoas fazem muito. Eu faço miniaturas, faço elas grandes. Aqui foi a cena foto de família que eu trabalhei dois meses pra fazer essa cena. Em 2008, eu mandei essa cena pra o Salão de Arte da FENEART e ganhei o prêmio em primeiro lugar. Ganhei um prêmio no valor de seis mil reais. Quando a gente ganha o prêmio em primeiro, segundo e terceiro lugar, o trabalho fica pra o acervo do governo do estado. Porque, a peça eu coloquei o valor de dois mil reais e o prêmio era de seis mil, que dizer que foi muito bem recompensado. Então essa peça está exposta no Centro de Artesanato de Pernambuco em Recife, lá no Recife antigo. Porque lá tem uma parte que é só sobre a história do Salão de Arte da FENEART, do acervo do governo. Eu amei chegar lá e ver a peça exposta, todo mundo vendo, isso é muito bom. Aí é um pouquinho do meu trabalho, porque tem muitas fotos ainda que falta revelar do que eu já fiz, coisas novas que eu criei. *É um trabalho belíssimo, parabéns*. Eu fico imaginando que como você tá vendo fazer, como você vai passar a ver a história realmente, conhecer a história, valoriza mais. *É preciso que se valorize mais a arte que é feita aqui*. Principalmente o povo da região, porque quem é de fora vem aqui e se encanta, gente do exterior, eles ficam tão encantados, tão admirados. E o povo da região, a maioria não valoriza. *Talvez por ser algo que se vê todo dia acha que é fácil fazer*. Muita gente de Caruaru nem conhece o Alto do Moura pra chegar assim e conhecer o trabalho, sabe da história, vê passando na televisão.

Data: 11/10/2012 Horário da entrevista: 15:00h às 15h:20min

Local da entrevista: Residência da entrevistada

1. Dados Pessoais

Nome: Maria Betânia da Silva Barbosa		
Idade: 39 anos	Estado Civil: Casada	Nº de filhos: 2 (15 e 13 anos)
Profissão: Artesã	Escolaridade: Ensino médio	

2. Roteiro de Entrevista

- Qual a sua ocupação atual?

Betânia: Sou artesã.

- Como você aprendeu essa profissão?

Betânia: Toda minha família já trabalha com artesanato. Então, minha mãe trabalhava com artesanato, minha avó também, inclusive minha avó foi a primeira mulher a trabalhar com o barro. Aí vendo minha mãe e minha avó trabalhar com o barro despertou a curiosidade aí minha mãe me ensinou a trabalhar com o barro. *Como era o nome da sua avó?* Ernestina Antônia da Conceição. *Ela foi a primeira mulher a trabalhar com a arte figurativa?* Sim, porque antes as mulheres trabalhavam fazendo as peças utilitárias panelas, pratos, vasos. *Com que idade você aprendeu a trabalhar com o barro?* Sete anos, então desde criança que eu já trabalho com o barro. Eu já iniciei querendo ganhar dinheiro mesmo, porque despertou a curiosidade e a vontade de ganhar dinheiro com o barro. Minha mãe ia me ensinando, ela pegava o barro e ia me dizendo: faz assim, assim. Aí eu fui aprendendo. Minha mãe e minha avó me davam as dicas. Eu vendo ela trabalhar, às vezes chegava do lado da mesa da minha avó, ela fazendo os bonecos e eu lá olhando pra aprender. Então desde cedo, desde os sete anos que eu já queria trabalhar com o barro. Inclusive eu já trabalhei com outras coisas, mas sempre voltei pra o artesanato. Eu já fui secretária de médico, já trabalhei de telefonista, já trabalhei em loja de calçados, mas aí eu vi que não era a minha área, aí eu sempre voltava pra o barro.

- Você é feliz com sua profissão?

Betânia: Eu sou feliz com o meu trabalho. Inclusive eu trabalho no Projovem Adolescente, eu dou aula de artesanato em barro. Eu dou aula aos jovens de catorze a dezessete anos e tem ouvintes também que tem menos idade e vai pra o Projovem. Então eu amo ensinar a arte do barro, passar pra outras pessoas o que eu aprendi. É muito bom e o que eu aprendi eu não quero que fique só pra mim, quero passar pra outras pessoas também. Então eu adoro trabalhar com o barro e agora eu sou mais feliz porque eu trabalho com o que eu gosto, trabalho com o barro em casa onde eu faço minhas peças pra atender meus clientes e, também, dou aula fora. Às vezes, o pessoal me chama em colégio pra dar aula particular,

então, eu vou e dou aula aos alunos sempre de artesanato. Hoje eu faço o que eu gosto.

- Como funciona esse sistema de trabalho (facção/artesanato em barro)? É um trabalho autônomo?

Betânia: A gente pega o barro e pode preparar o barro em casa mesmo porque ele vem seco, aí a gente machuca ele um pouco, molha aí deixa ele curtir um pouco. Depois a gente vai amassando nas mãos até ele ficar uma consistência boa pra trabalhar com o barro. Agora, aqui também a gente já encontra o barro pronto. Já tem um rapaz que fornece o barro já com a consistência boa pra gente trabalhar. Pega o barro e aí começa moldar a peça até que ela fique pronta da maneira que a gente queira fazer. Eu sempre digo aos meus alunos assim: o que você imagina você pode fazer com o barro, é só usar a sua imaginação. Eu tenho liberdade pra criar. Depois da peça pronta a gente vai colocar pra secar em temperatura ambiente, eu não costumo botar no sol porque o sol racha as peça e fica ruim pra depois dar o acabamento. Quando as peças estão sequinhas aí eu levo ao forno pra queimar, aí depois que eu queimo eu tiro do forno pra pintar. Eu pinto, dou o acabamento final depois embalo a peça e entrego ao cliente. ***Você trabalha só com encomendas ou tem alguma loja ou banco na feira?*** Eu trabalho só com encomendas em casa mesmo. ***Você leva quanto tempo pra produzir uma peça?*** Uma peça leva em média um dia pra fazer, outro dia pra pintar, quer dizer, meio dia, leva uma tarde inteira pra queimar. Se eu botar no forno meio dia só vou tirar, quer dizer, tirar não, ela vai terminar de queimar à noite, eu sou vou tirar no outro dia. Então são dois dias e meio, três dias pra aprontar uma peça. O forno é meu, eu faço todo o processo de preparação da peça.

- Porque escolheu trabalhar dessa forma? Há quanto tempo trabalha nessa atividade?

Betânia:

- Quais as vantagens e/ou desvantagens em se trabalhar dessa forma?

Betânia: Pra mim é uma terapia e é assim, a independência também. Eu faço o meu horário e trabalho com prazer. É bom a gente fazer o que a gente gosta. O que eu acho ruim é que a gente não é reconhecido como uma profissão ainda, porque vários outros serviços você já tem direito a INSS essas coisas e a nossa profissão não tem. Se agente quiser contribuir pra aposentadoria tem que ser como autônomo. Você paga alguma contribuição? Não, não pago, mas penso em pagar, porque aí já tem mais uma garantia.

- Qual a importância do trabalho para você?

Betânia: Pra mim é minha independência financeira, é muito bom. E também pra poder ajudar meus filhos também. Pra suprir as necessidades da casa, garantir o sustento da família. Eu já me acostumei, não sei ficar sem trabalhar de forma nenhuma. Tem pessoas que se acomodam e não gostam. Aqui tem pessoas que moram aqui há muitos anos e nunca se interessaram em trabalhar com artesanato. Já eu me interessei, gostei e não quero sair não, só quando eu morrer agora. Eu até penso em ter outra profissão, mas deixar o artesanato de forma nenhuma. O que você já pensou em fazer? Eu já pensei em Serviço Social, penso em fazer um curso, mas não sair da minha área.

- Como é sua carga de horário de trabalho?

Betânia: Durante o dia é bem difícil. Porque assim, eu dou aula no Projovem, aí logo cedo eu saio de casa pra dar aula, cumpro meu horário lá. Aí volto, depois do almoço, tem dias que eu volto antes do almoço, aí cuide de alguma coisa em casa. Aí, geralmente, depois do almoço é que eu começo no artesanato em casa. Mas, antes do almoço é só na sexta-feira, na quinta também, sempre estou o dia inteiro em casa. Aí eu faço o artesanato o dia inteiro e os três primeiros dias da semana é só depois do almoço.

- Tem uma pessoa que seja responsável principal pela produção, ou a responsabilidade é dividida entre os membros da família?

Betânia: Eu sou a principal responsável. Eu fico coordenando o pessoal. Meu marido e minha filha também trabalham com o barro. Minha filha faz aquelas galinhas com pintinhos (aponta para o chão da sala à sua frente, onde estão algumas peças). Meu filho ajuda a pintar. Ele sabe fazer alguma coisa, mas faz muito pouco, porque ela ainda está aprendendo também, eu estou ensinando ele a fazer. ***Foram eles que se interessaram em aprender?*** Foi interesse deles. Eles tiveram o interesse aí quando tem uma dúvida eles me perguntam e eu vou ensinando. ***Como vocês trabalham em família, cada um produz a sua peça ou vocês dividem o trabalho?*** Não, cada um faz a sua peça. A minha menina, por exemplo, faz as peças dela e já recebe encomenda. Então ela vai trabalhar em cima da encomenda que ela teve. Então eu recebo uma encomenda separada de um cliente, então vou trabalhar nessa encomenda. Aí meu filho, eu boto ele pra me ajudar, que ele já me ajuda a pintar a peça. Então, cada uma faz, elabora sua peça. Fica bem melhor, porque a gente já tá ali com a imaginação do que vai fazer, bem focado naquilo ali. Então cada um tem a sua imaginação e tem um jeito também de trabalhar. Cada um trabalha de uma forma. Eu ensino a fazer aos adolescentes, aos meus filhos também, mas cada um tem a sua maneira de fazer sua peça. Nunca fica igual ao outro. Eu ensino a vários adolescentes a fazer a mesma peça, mas nunca fica igual, cada um tem a sua maneira de fazer. Porque cada um tem um traço diferente. Se por exemplo eu ensino a fazer uma galinha, cada um vai fazer uma galinha igual, mas sempre tem alguma coisa que vai ficar ali diferente, por exemplo, o bico, um vai fazer o bico mais grosso, outro vai fazer o bico mais fino. Então cada um tem um traço diferente. ***Na sua família, quem fica responsável pela comercialização das peças?*** Aqui em casa pra vender as peças, sou eu que negocio com os clientes os pedidos. A produção do meu marido é diferente da minha. Ele trabalha mais com as bonecas, ele não faz as miniaturas, as peças mais tradicionais, só eu que faço. Essas bonecas são aquelas que são preparadas no torno, então são mais fáceis de fazer. As tradicionais ele não sabe fazer. Só eu que sei fazer tudo, inclusive, ele aprendeu comigo. Ele não sabia nem que existia barro, nem o que era barro, que ele morava em Alagoas. Aí a gente se conheceu, ele se interessou em aprender e eu ensinei ele a fazer. Antes ele trabalhava numa fábrica.

- De quem é a responsabilidade pelo sustento da família?

Betânia: A gente divide as despesas, eu e o meu marido.

- Além desse trabalho, você realiza atividades domésticas (cuidado com a casa, com os filhos, etc.)? Que tarefas você faz?

Betânia: Na parte doméstica eu faço de tudo. Porque minha filha estuda de manhã, então ela não pode me ajudar com o almoço. Então eu tenho que fazer almoço, lavar roupa, arrumar a

casa, mas aí eu tenho ajuda do meu marido também. Ela faz mais o almoço. E meus filhos quando estão em casa eles também me ajudam, mas a responsável principal por essas tarefas sou eu.

- Existe algum tipo de divisão das tarefas domésticas entre as pessoas da família (sexo, idade etc.)? Como funciona? Quem faz? Com que frequência? Em quais tarefas?

Betânia:

- Para você, o trabalho doméstico é uma responsabilidade familiar ou uma profissão? Por quê?

Betânia: Eu acho que é só mais uma responsabilidade da mulher, porque ninguém quer considerar uma responsabilidade de casa como uma profissão. Apesar de que tem pessoas que fazem isso como profissão, porque tem as domésticas aí que recebem pelo trabalho. Mas como também é uma forma trabalho, eu acho que poderia ser como profissão. A mulher termina trabalhando mais que o homem, acumulando mais funções.

- Gostaria que você falasse um pouco da vida como mulher, trabalhadora, esposa, mãe, dona-de-casa.

Betânia: eu me sinto uma mulher realizada porque eu tenho filhos, eu tenho marido, eu tenho casa, eu tenho uma profissão que eu gosto. Meu trabalho e meus filhos, tudo isso é muito bom.

- Você já fez algum curso de aperfeiçoamento sobre artesanato?

Betânia: Já. A Associação daqui sempre dá cursos de pintura e outras coisas. E assim, mesmo sabendo eu gosto de aprender mais, porque a gente sempre está aprendendo. Às vezes tem uma dica que você pega ali na frente, uma dica a mais. Eu já participei da Feira de Minas em Belo Horizonte, já fui pra FENEART, em Recife. É muito boa a experiência de participar desses eventos, porque a gente vê o nosso trabalho ser reconhecido lá fora. É muito bom também porque a gente conhece outros artesãos, vê outras formas de trabalhar, é ótimo, é gratificante.

- Gostaria de saber se há algo que não foi perguntado e você gostaria de falar sobre você ou sobre seu trabalho.

Betânia: Eu acho que é isso aí mesmo que a gente conversou, não sei falar muito não.

ANEXO – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a organização do sistema de produção familiar urbana na cidade de Caruaru/PE e está sendo desenvolvida por Andrezza Rodrigues Nogueira, aluna de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do Prof. Narbal de Marsillac Fontes.

Os objetivos do estudo são: analisar o lugar social das mulheres na estrutura de produção familiar urbana e como se determinam as relações de gênero nesse espaço; analisar os fenômenos que determinam os tipos de relações de gênero na estrutura de produção familiar; discutir a questão do domínio das tecnologias no âmbito da produção familiar urbana; compreender o impacto da (in)visibilidade social do trabalho da mulher; propor, a partir dessas reflexões, modos de inclusão e de equidade que reduzam as desigualdades laborais, sociais e econômicas decorrentes da condição da mulher, nomeadamente no que tange ao domínio das novas tecnologias.

A finalidade deste trabalho é contribuir com a compreensão das relações de gênero no mundo do trabalho de modo a possibilitar a visibilidade do trabalho da mulher em tais espaços. A nova configuração das relações laborais que repercute também na produção familiar marcada por impactos decorrentes da globalização, tais como a terceirização, a flexibilização e a precarização das relações trabalhistas, demonstram a complexidade da sociedade contemporânea. Dessa maneira, estudar essas transformações em âmbito local permite identificar eventos e processos que causam impactos na vida social.

Solicitamos a sua colaboração para colaborar com a pesquisa através de observação direta, das conversas informais, entrevistas e questionários, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área das ciências sociais aplicadas e publicar na dissertação de mestrado, da qual se origina esta pesquisa. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Informamos que essa pesquisa não oferece riscos a sua integridade física e moral.

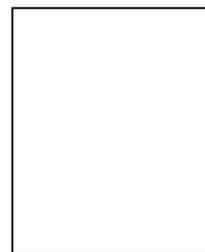
Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela Pesquisadora. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

OBSERVAÇÃO: (em caso de analfabeto - acrescentar)



Espaço para impressão dactiloscópica

Assinatura da Testemunha

Contato com o Pesquisador (a) Responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para o (a) pesquisador (a):

Andreza Rodrigues Nogueira – Mestranda da UFPB em Ciências Jurídicas.

Endereço: Av. Presidente Castelo Branco, 481 apto. 203 – Castelo Branco, João Pessoa/PB

Telefone: (83) 88253478

E-mail: andreza.nogueira@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa

Campus I – Cidade Universitária - Bloco Arnaldo Tavares – Sala 812 – 1º andar - CCS

Telefone: (83) 3216 7791

E-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Coordenadora: Prof. Dra. Eliane Marques Duarte de Sousa

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Assinatura do Pesquisador Participante